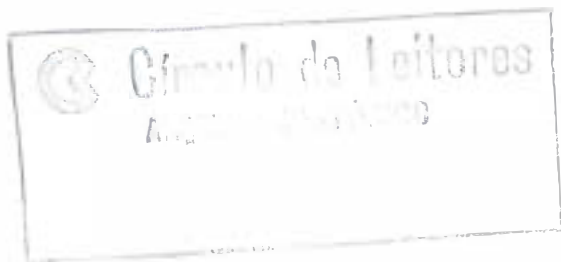


A GERAÇÃO DE 70

OLIVEIRA MARTINS

PORTUGAL CONTEMPORÂNEO II

Sexto volume



CÍRCULO DE LEITORES

Capa de Antunes
Impresso e encadernado por Printer Portuguesa
no mês de Dezembro de mil novecentos e oitenta e sete
Número de edição: 2211
Depósito legal número: 17 456/87

LIVRO QUARTO
(1834-39)

A anarquia liberal

I

O REGABOFE

1. A SESSÃO DE 1834-35

No dia 15 de Agosto, D. Pedro abriu solenemente as Câmaras. A fisionomia da assembleia era diversa em tudo da de 26-28. Bem se pode dizer que não estava ali a maior parte da Nação, exterminada pela guerra, ou jazendo esmagada sob o pé do vencedor. Era o Portugal novo que reinava, sobre os destroços e ruínas da Nação antiga. A Câmara reunia-se num desses conventos saqueados, onde à pressa se levantou uma sala com paredes pintadas de azul e branco e um tecto de vidraças a que a retórica posterior chamou *abóbadas*. Tudo era novo e cheirava ainda às tintas, como o sistema improvisado. D. Pedro, o faxina das trincheiras do cerco, vira-se o mestre das obras parlamentares, e um desembaraço igual fez com que a casa se achasse também pronta a horas. Desprezando ministros e conselheiros, tratou a obra com um rapaz havia pouco chegado de fora, o architecto Possidónio. Este fê-la, e teve a ideia de pôr nas paredes, como ornato, uns medalhões com os nomes dos homens célebres de Portugal. Num escreveu o do marquês de Pombal. E quando os ministros vieram ver as obras exasperaram-se: «O marquês de Pombal! É lisonjear Saldanha, meus senhores.» Seria o architecto da opposição? Houve Conselho de Ministros, em que se resolveu suprimir essa alusão pérfida, dando-se ordem ao architecto para cobrir os nomes com uma aguada que em dias húmidos mal esconde as letras douradas subjacentes. (*Apont. da vida*, etc.)

Tal era, ainda depois dos acordos do Cartaxo, o receio que inspirava o chefe da opposição. As Câmaras iam abrir-se; e por mais que tivessem feito, os ministros não tinham podido impedir que o Minho bucólico enviasse ao Parlamento Ma-

nuel Passos, chefe simpático e ingênuo de uma opposição pessoal ao regente e ao seu Governo, e de uma opposição formal às doutrinas da CARTA. Os saldanhistas possuíam uma espécie nova de LIBERDADE e propunham-se decididamente a fazê-la vingar sobre as ruínas da anterior. Fora da Câmara, o *Nacional*, do Rio Tinto, que não gozava de boa fama, apoiava a opposição parlamentar.

Constituiu-se a Câmara e começou a guerra. A primeira batalha foi a da questão Pizarro. O coronel, eleito deputado por Trás-os-Montes, viera para o Reino, donde o expulsava um decreto formal e pessoal do regente, e fora preso e encerrado em S. Julião. Era um atentado à imunidade parlamentar, clamava a opposição; e o Governo respondia que a eleição fora nula pela ineligibilidade de um homem pronunciado por crime de alta traição. Sob tais fórmulas legais se encobria de parte a parte a verdadeira questão: defender Pizarro, era atacar em cheio D. Pedro, seu pessoal inimigo.

Levado por um ímpeto de uma séria crença na liberdade, de uma esperança formal nas instituições, Passos, que lutava à frente, como já verdadeiro chefe da opposição, embora Saldanha se tivesse sentado no banco mais alto da mais extrema esquerda: Manuel Passos abandonava o pretexto e punha nitidamente a questão. A Câmara era coisa nenhuma, nem representava a opinião do País. Não houvera liberdade nas eleições. A censura prévia aguilhoava as manifestações do pensamento. Não havia liberdade de Imprensa, nem Câmaras Municipais, fora de Lisboa e Porto: apenas comissões nomeadas. Durante as eleições tinham-se suspendido as garantias. — Que se devia fazer? Era claro, simples e urgente: estabelecer a liberdade de Imprensa, suprimir a suspensão de garantias, eleger Câmaras Municipais e por fim dissolver o Parlamento, evocando Cortes Constituintes. (Disc. de 25 de Agosto.)

Pois a Constituição não estava feita? Não, por forma nenhuma: esse corpo de doutrina que fora a bandeira de uma guerra e em cujo nome se tinha invadido e revolucionado o Reino, era renegado por uma opposição entusiasta e moça, a quem o futuro sorria. Ai de Mouzinho, que estava certo de ter encontrado a fórmula verdadeira e definitiva!

E quem era o culpado de tão flagrantes infracções à doutrina liberal, segundo a entendia a opposição? Quem, mais do que esse Ministério obnoxio — para não dizer o nome de D. Pedro, com o qual todos sabiam que o Ministério fazia um? Depois da Convenção de Évora Monte, eles, opposição, queriam a paz, a liberdade e a ordem; mas os ministros (leia-se: o regente) deram à Nação, em prémio de seus serviços, o regime da arbitrariedade e a honra de pagar sessenta contos anuais ao tirano vencido. «O infeliz coronel Pizarro (regressando ao ponto de partida) jaz numa masmorra porque o Ministério actual se constituiu ímpio testamenteiro daquelle Coriolano três vezes traidor à pátria.» O Coriolano de Passos (a quem a educação jacobina inspirava nomes romanos) era o falecido Cândido José Xavier que pegara em armas contra a Pátria. — A Câmara, de pé, clamou por ordem. (Disc. de 25 de Agosto.)

Era o que todo o Reino pediria, se tivesse alma para pedir alguma coisa. A metade vencida gemia, porém, esmagada; e a vencedora burburinhava tonta na faina de disputar o despojo de guerra. Cada qual chamava a si uma parte maior ou menor da vitória, considerando-se com direitos particulares adquiridos. Havia uma grande voracidade; mas acima dos que faziam das opiniões o rótulo da sua fome, erguia-se Passos, o estóico, exigindo a vitória dos princípios, não a dos homens e seus desejos e ambições. Outros lançavam-se desesperados ao Ministério e ao regente, «porque essa roda comia tudo»; ele dirigia o coro das imprecações, mas sereno, com os olhos fixos na imagem etérea, nebulosa, das suas cogitações e sonhos: uma liberdade cândida, pura, pacífica!

Entrou na Câmara a questão da legalidade com que D. Pedro exercera e exercia o papel de regente, pomo das discórdias antigas e sabidas da emigração; e Passos dizia: «Eu sou um implacável inimigo das ditaduras.» Como era novo ainda, e crente, o homem que só com essa ditadura detestada veio dois anos depois a outorgar a *sua* liberdade! E falseando um pouco os factos, continuava «que, porém, se no momento de Paris fosse necessário um plebiscito para elevar o imperador à terrível dignidade de ditador, todos eles, opposição, estavam prontos a assiná-lo com o próprio sangue.

Agora o caso mudava: era mister voltar à legalidade, e que se reconhecesse a soberania do povo nas suas assembleias. Referindo-se logo ao príncipe, falava em termos que na boca de outro seriam cruéis ironias, e na dele eram desejos ingênuos, tanto a virtude se confunde com a simplez! «Sacrificai o pai da Pátria!... E quanto o conheceis pouco e mal! S. M. I. é um príncipe filósofo. Cansado da púrpura para gozar a vida privada, com que filosofia não rejeitou ainda há pouco a Coroa imperial!» (Disc. de 25 de Agosto.)

Cansado da vida, golfando sangue, estava prostrado no leito o desiludido príncipe que morreu a tempo. Perante este facto que trazia um novo elemento de complicações à trama cerrada dos embaraços desencadeados pela liberdade, Palmela, com uma autoridade que era soberana, pois já lha não disputava o ex-émulo Saldanha, interveio a tempo: demitiu o Ministério, colocou-se-lhe nas cadeiras, dando a rainha por maior, a fim de preencher essa lugar vago a que o liberalismo chama trono. Ninguém melhor servia para isso do que uma criança apenas mulher, pessoa sem querer, símbolo em vez de realidade, como os vultos de palha que se põem nas searas para afugentar os pardais vorazes. Estonteada, ainda a oposição clamou; e nos Pares, Fronteira e Vila Real, Lumiães, Loulé e Taipa votaram contra a maioridade da rainha, pedindo a regência da infanta D. Isabel Maria. Taipa dizia alto e bom som que o Ministério era uma camarilha feita para devorar o País à sombra de uma criança. A infeliz CARTA, já violada na questão da Regência, era segunda vez rasgada na da maioridade da rainha!

Enterrado D. Pedro, caído o seu velho Ministério, extinguia-se um pedaço do passado incómodo: começava com a rainha a vida nova parlamentar-liberal. Mas, se para os radicais a cova engolira o tirano regente, para os liberais o espectro de D. Miguel mantinha-se-lhes perante a vista esgazeada, ainda antes da vinda da notícia do protesto do exilado em Génova.

No ardor da guerra, abandonadas todas as ideias estóicas de Mouzinho, decretara-se (31 de Agosto de 33) a expropriação de um partido pelo outro, sob o nome de Indemnizações. Tinham-se tornado responsáveis os autores da usurpação

(todos e cada um *in solidum*, por suas pessoas e bens) pelas perdas e danos causados pela usurpação. Os bens miguelistas eram sequestrados e vendidos em praça: isto é, transferidos por nada aos arrematantes liberais, quando não eram adjudicados directamente aos vencedores lesados por não haver na praça lanço igual à avaliação. Tinham-se criado comissões avaliadoras das perdas e danos, as quais davam aos interessados cédulas aceitáveis como dinheiro nas arrematações dos bens.

Deste modo se fartou muita gente, e o devorar teria continuado, se, ainda antes da intervenção das Câmaras, não tivesse intervindo o embaixador inglês, exigindo o terminar da faina. Parara-se pois; mas o decreto não revogado estava suspenso sobre a propriedade dos vencidos. Considerava-se indispensável essa ameaça, porque o medo de uma restauração era grande. Circulavam boatos aterradores. Dizia-se que D. Miguel desembarcara em Espanha e atravessara a Serra Morena com 40 000 homens. A guerra carlista ardia para lá das fronteiras, e, se vencesse, venceria em Portugal o miguelismo. Havia uma emigração considerável para os exércitos carlistas: tão grande que, apesar da LIBERDADE, se propunha na Câmara a negação de passaportes aos emigrantes. Fervia o roubo, o assassinio, a desordem, a vingança, por todo o Reino e a nau liberal, fundeada no porto, amarrada com as âncoras da quádrupla aliança, ainda balouçava como num mar banzeiro. A tripulação não se considerava salva. Nas guardas nacionais só se admitiam os fiéis a D. Maria, inimigos sabidos de D. Miguel.

O decreto das indemnizações confiara às Câmaras Municipais as funções de tribunal supremo para as causas disputadas; e coube a José Passos, sócia burguês do irmão poeta, a honra de atacar de frente, pela primeira vez, a iniquidade. O Porto elegera-o presidente do seu primeiro Senado em Março (34) e ele recusou-se formalmente a exercer as funções de juiz nesses processos de espoliação. A Câmara foi dissolvida, mas também o decreto suspenso até que o Parlamento resolvesse¹.

¹ Pela primeira vez tenho ocasião de me referir ao interessante livro do Sr. Macedo, *Traços da História Contemporânea*; e no decurso deste trabalho o leitor verá quanto me valeram os subsídios que encerra e de que utilizei a

O Parlamento decidiu, abolindo-o. Ergueu-se, para o condenar, Mouzinho que abolira no Código Penal o confisco, na Terceira os sequestros e no Porto não consentira se bulisse na arca santa da liberdade individual. Ergueu-se Passos, falando em paz, em amor, convidando a Nação a um abraço no seio da democracia. Ergueram-se Rodrigo, Seabra, e por fim, vencido, o próprio Agostinho José Freire, que fora o autor da lei da vindita.

Já a esse tempo (Janeiro de 35) os medos se iam dissipando. Viera o protesto de D. Miguel, mas não lhe respondera uma revolução: apenas lhe respondeu a Câmara, rasgando também a Convenção de Évora Monte, banindo-o e à sua geração do território português, declarando-o revel e traidor. (Decr. de 19 de Dezembro de 34.) Assim o novo Portugal via desaparecer de todo da cena os últimos restos do passado. A estrutura da Nação caíra às mãos de Mouzinho; D. Pedro acabara numa golfada de sangue; D. Miguel matava-o o novo Reino pela voz dos seus mandatários. Começava uma vida nova com o reinado da jovem rainha, a quem era mister dar um marido, para haver herdeiros que satisfizessem a uma das fórmulas do sistema. Estava pois fundeada a nau do liberalismo? Oh, não! Principia agora uma viagem nova para o navio cujo comando numerosos pilotos disputam — cada qual com a sua carta, seu rumo, seu norte, sua bússola. Há tantos destinos quantas cabeças, e assim deve ser no governo da anarquia; mas antes que a viagem comece, é mister estudarmos os fastos da anarquia positiva, exprimindo a realidade da doutrina nos primeiros momentos do seu império.

2. OS BENS NACIONAIS

A supressão do decreto de Agosto de 33 retirava brusca-mente da mesa, onde os vencedores se viam sentados, o su-

mãos largas. Quando este facto me não autorizasse a confessá-lo, obrigava-me a isso a nímia benevolência com que, inspirado por uma amizade que o levou a ver em mim méritos que não possuo, o Sr. Macedo me honrou dedicando-me o seu livro. Estas palavras são o testemunho de um agradecimento que devia ser público, assim como a oferta o foi.

culento serviço dos confiscos miguelistas; mas Silva Carvalho, que auscultara os estômagos, sentia a necessidade de os encher. Desertariam do banquete e talvez abandonassem a *causa*, se se não substituíssem os pratos. Os perigos eram muitos, a situação grave: o hábil mordomo não hesitou. Apresentou-se às Câmaras (34) com o plano da *quermesse*. As leis de Mouzinho e o decreto do *mata-frades* punham à disposição dos famintos uma vasta seara de propriedade, ceifada a seus donos, dispersa em molhos por todo o vasto campo do Reino assolado. Eram os bens dos conventos, das capelas, comendas e mais propriedades, da Coroa, da Patriarcal, da casa das rainhas e da do Infantado; eram campos e palácios, alfaías preciosas e mobílias riquíssimas: o espólio da Nação assassinada, avaliado em dezenas de milhares de contos.

O ministro sabia que de vários modos se podia utilizar esse domínio colectivo: mas que modo melhor, mais útil, mais urgente, do que saciar os apetites vorazes, chamando em defesa do sistema mal seguro os instintos egoístas de todos os que mais ou menos escandalosamente se apoderassem das parcelas do saque? Era sabido o que sucedera à França republicana; e urgia também criar uma aristocracia *liberal* para pôr no lugar das velhas classes dominantes, arruinadas e demitidas. No proceder do nosso estadista não havia apenas uma comiseração pela fome dos seus clientes: havia um pensamento político, que seria injustiça não reconhecer.

Os bens nacionais seriam vendidos em praça; porque essa publicidade e uma legalidade aparente convinhavam para ressalva; sem nada prejudicarem, pois a praça ficaria deserta por não haver dinheiro nem licitantes. Não havia dinheiro, é sabido; mas havia os papéis em poder dos clientes, e esses papéis recebia-os o Tesouro como dinheiro. Assim, sem se bulir nos números nem na legalidade, obtinha-se o resultado desejado, porque o ministro não dava os bens: dava os papéis com que eles se iam comprar em praça. Esses papéis eram os títulos de dívida pelo seu valor nominal (um valor fictício), eram o papel-moeda, os recibos de ordenados vencidos, os títulos de comendas e direitos de pescaria extintos; eram finalmente os róis de indemnizações por perdas e sacrifícios da guerra: papéis extravagantes, contas onde grã-capitães che-

garam a somar por centenas de milhares de réis as ferraduras perdidas de cavalos mortos!

É evidente que o ministro não confessava o seu inteiro pensamento à Câmara; e insistia sobre as vantagens económicas do seu sistema: antecipando lucidamente os tempos ulteriores, queria que as propriedades se fragmentassem no máximo número de parcelas, para dividir a riqueza. (V. Prop. de J. S. Carvalho, sessão de 34.) Dizia mais que a venda dos bens nacionais fomentaria o progresso, e daí viria um aumento da *décima* com que se preencheria o *deficit* assustador de 5000 contos do exercício de 34-35. Boas palavras, desmentidas, porém, pelos factos. Toda a gente sabia e queria que os bens se fundissem, sem se retalharem, trocados pelos títulos das indemnizações com que os próceres do novo regime tinham inchado os bolsos das sobrecasacas. Toda a gente sabia que para preencher o *deficit* o hábil ministro tinha outros meios, mais cómodos e práticos: pois não tinha o Mendizábal com a sua coorte de banqueiros e agiotas? Pois não era evidentemente melhor pedir dinheiro ao inglês, em vez de abandonar uma ocasião tão boa para enriquecer? A geração vencedora, cónscia do grande *serviço prestado* à Nação, achava natural que as gerações futuras pagassem, nos juros dos empréstimos levantados, uma parte do preço de uma rendenção inestimável. Ainda lucravam, e muito!

Por isso ficaram sem eco todas as vozes, e à frente delas estava Mouzinho protestando. Uns queriam que na compra dos bens se não admittissem os famosos títulos das indemnizações; outros queriam que o produto das vendas se applicasse comezinhoamente à amortização das dívidas; outros, lamentando a ignorância do povo, e considerando a instrução a melhor âncora da *liberdade*, queriam, finalmente, que as propriedades da Nação se convertessem num fundo de instrução pública. O Governo encolhia os ombros compadecido da ingenuidade boa dos utopistas, e ia vendendo, vendendo, queimando, queimando. E o número de adesões fiéis e firmes à causa crescia, varrendo o medo de uma possível restauração do passado. Um comprava os campos de Alcobaça, expulsando de lá a feliz população rural que os frades tinham

criado¹; outro remia o seu antigo miguelismo ficando com o Espírito Santo de Lisboa; outros em sociedade, tomavam para si as lezírias do Tejo e Sado; Palmela ficava com a serra da Arrábida confiscada ao Infantado que a confiscara aos duques de Aveiro, no tempo de Pombal. Terceira tomava para si o Sobralinho de Alverca. Era positivamente uma conquista à maneira das conquistas históricas. Sucedia o que sucedera no tempo dos Godos: uma expropriação dos vencidos pelos vencedores, salvo a franqueza da confissão, outrora manifesta sem reboço, agora encoberta sob fórmulas e sofismas de legalidade liberal. E dessa falta de sinceridade provinha uma nova consequência. Quando os cães disputam um osso, ladram e mordem; e também nesta faina do devorar havia latidos e dentadas, denúncias formais dos que tinham comido menos, contra os que tudo queriam para si.

O escândalo das Lezírias provocava protestos formais das oposições. Os pares, os deputados, Fronteira, Loulé, Sá da Bandeira, os Passos e outros imprimiram (10-14 de Nov. de 35. V. os *Protestos* nos jornais do tempo) declarações contra o decreto do dia 3, que punha à venda «por junto e num só lote todas as propriedades nacionais das margens do Tejo, denominadas Lezírias, e das margens do Sado, denominadas da Comporta», mandando aceitar o lanço de dois mil contos feito por uma companhia. Era uma infracção da lei de 15 de Abril, outorgada para fraccionar a propriedade rural: era um senhorio que se criava «onde podia haver cinco ou seis centos de proprietários livres».

Já então Saldanha, nas agonias do seu radicalismo, presidia ao Gabinete *chamorro* e contra ele voavam os tiros dos seus velhos amigos e defensores de Paris, os Passos. Ainda em 33, do Cartaxo, quando talvez já oscilasse entre a democracia e a conservação, lhes escrevia para o Porto: «Minha mulher (que acaba de participar-me que está feita dama da Ordem

¹ «Tudo sorria; e não se divisava pedaço de terra sem lavoura: o sistema das irrigações lombardas era admiravelmente percebido e executado. Todas as *collages*, respirando um bem-estar industrioso, tinham hortas bem resguardadas com seus meloais e abóboras, sua fonte, e cepas, figueiras e macieiras em latadas. Os camponeses bem vestidos, olhavam-nos afavelmente, porque tinham o coração aberto pelo bom trato, os celeiros cheios, numerosos os rebanhos, e nos frades de Alcobaça senhorios, nem avarentos nem tiranos», *Recollections*, etc. (1794) do aut. de Vathek. (Beckford).

de Santa Isabel) manda-lhes dizer que quando vierem a Lisboa não quer que tenham outro quartel senão a nossa casa» (22 de Outubro; carta outogr. Corr. inéd. dos Passos, à qual recorreremos mais uma vez). Agora, porém, tinha já virado completamente de rumo.

Ia-se vendendo, vendendo sempre e bem, apesar dos protestos. Já em Agosto, o conde da Taipa pedira na Câmara que se suspendesse a queima até que se determinasse alguma ordem na venda «porque não corresponde aos fins para que foi determinada». Fins? Que fins? O único fim positivo era dispersar as massas de propriedades que podiam ser núcleos de contra-revolução; era converter os tífios, saciar os sôfregos, tapar a boca aos malélicos, e consolidar o sentimento da satisfação universal na plenitude farta!

Em Junho de 36 já havia realizados 5266 contos das vendas. É verdade que o Tesouro recebera apenas 2158; mas o resto, ou 3108, fora a chuva de ouro do Governo, sob a forma de *títulos*, indemnizados (2400), dívidas: papelada! E para confirmar a sinceridade dos desejos do ministro, quando propunha se retalhasse a propriedade, convém saber, além do caso das Lezírias, que esses cinco mil contos das vendas se distribuíam por 632 compradores (Col. de contas da com. inter. da Junta, 10 de Set. de 36) — o que dá a média de nove contos a cada um. À velha aristocracia da corte e dos mosteiros sucedia uma aristocracia nova de aventureiros — os barões do castelo de Chuchurumelo! (*Garrett.*)

Silva Carvalho conformava-se com o malogro das suas ideias de economista, perante o êxito do seu plano de político: via a clientela farta; e o rubro Aguiar sossegava: os frades não voltariam, porque os herdeiros dos seus haveres os haviam de defender com a tenacidade do egoísmo. Cabia-lhe a melhor parte da gratidão dos novos donos; pois fora ele quem, contra todos, redigira e publicara o decreto da abolição das ordens religiosas, cujos bens eram a melhor parte do opíparo despojo¹.

¹ Desde muito que, no Conselho, Aguiar, contra a opinião da maioria, instava pela abolição dos conventos. No dia em que em Évora Monte se assinava a Convenção, terminando a guerra, Aguiar voltou a insistir e tornou a ser vencido. D. Pedro, porém, reteve-o, depois da saída dos colegas, e ordenou-lhe que lacrasse o decreto. O ministro foi do Paço para a Imprensa,

Além das propriedades, casas e terras, tinha havido um dilúvio de alfaías, mobílias, ouros, pratas, e *caldeirões* das baterias das cozinhas pantagruélicas; e esta cópia de bens móveis pudera sumir-se, devorar-se, sem necessidade de fórmulas e processos liberais-legais.

aí redigiu o decreto, que se compôs e imprimiu em segredo, à sua vista, e não saiu da Imprensa senão quando o *Diário* saiu também. Os colegas souberam, pois, pela folha, da decisão tomada, e que, a não ser assim, nunca se effectuaria. — *Com. verbal de Duarte Nazaré, que a houvera do próprio Aguiar.*

Eis aqui a estatística das corporações monásticas e os seus rendimentos em 1834. (V. *Mapa das corp. ext. pub.* 42.)

a) Ordens militares:

Cristo	com	3 casas		
Sant'Iago		1		
Avi		1		
				<i>Rendimentos</i>
				34 482 m. rs.

b) Ordens monacais:

Crúzios	com	12 conv. e	5 hosp.	120 244 m. rs.
Loios		8	1	55 066
Cartuxos		2		6 253
Bentos		22	4	106 665
Bernardos		15	1	63 178
Jerónimos		9	1	44 391

c) Congregações:

Neris	com	81 conv.		30 053 m. rs.
Rilhafolles		4		9 015
Camilos		6		6 427
Congregados		1		1 674
Teatinos		1		1 116

d) Ordens mendicantes:

Paulistas	com	13 conv. e	2 hosp.	25 963 m. rs.
Gracianos		17	2	45 749
Carmelitas		13	2	22 913
Dominicos		22	2	65 563
Trinos		8	1	15 335
Hospitaleiros		6		4 566
Franciscanos		57	4	19 437

e) Id. reformadas:

Paulistas	com	conv. e	2 hosp.	528 m. rs.
Grilos		17	3	14 790
Marianos		15	1	26 844
Trinos		2		222
Capuchos		99	10	19 794
Terceiros		20	1	13 289
Missionários		4		476

f) Diversos:

Conceição	com	1 conv. e	2 hosp.	283 m. rs.
Mínimos		1	1	2 051

Por isso mesmo a confusão era maior ainda nesta espécie, e mais repetidos os clamores, as denúncias, as acusações. Nesse mar revolto vinha a flux o lodo da rapina desenfreada. Do cubículo escuro da sua Redacção, o Diógenes do Porto, Bandeira, comentava assim os acontecimentos parlamentares:

O Cláudio chamou ladrão ao Seabra. Olhe que lhe fez grande injúria! Não é semelhante nome tão estimado? Não andam os ladrões nas palmas das mãos? Não são muitos votados para empregos e eleições? Não há tanta gente de gravata lavada que os protege? Não são eles uma verdadeira potência, com exércitos, caixa militar,

Nazarenos	1 hosp.	53 m. rs.
Barbadinhos	2	630
Carm. al.	1	3 124
Dom. irland.	1 conv.	3 364

Total: 389 estabelecimentos com o rendimento de 763 contos de réis; sem contar 12 conventos de freiras igualmente suprimidos.

Para que se possa comparar a decadência das corporações lutas civis desde 20, eis aqui a estatística do *Mapa* pub. em 22:

Conventos e hospícios do sexo masculino, 402; com 6249 pessoas (sendo 628 criados) e rendimento em dinheiro, fora os frutos, 607 contos.

Id. do sexo feminino, 132; com 5863 pessoas (sendo educandas 912 e 1971 criadas) e rendimento em dinheiro, fora os frutos, 341.

O Sr. Soriano (*Utopias desmascaradas*, op.) calcula assim o total dos bens nacionais provenientes das leis de 32-34:

Rendimentos dos conventos suprimidos	763 contos
Deduzindo o valor dos dízimos, direitos senhoriais, quartas, oitavas, jugadas, etc, abolidos	240 contos
Rendimento da propriedade	523 contos
O que equivale a um capital de contos	12 000
Propriedade dos 12 conventos de freiras suprimidos	?
Alfaias de todos os conventos, sumidas	(400)
Bens da Universidade de Coimbra, da Patriacal, de Santa Maria Maior, das capelas da Coroa, das casas do Infan- tado e das Rainhas	4 000

Até 1836 tinham-se vendido cinco mil contos; e no orçamento de 1838-39 aparecem como para vender 11 595.

capitães, capelães e cornetas? Não têm eles o direito de vida e de morte? Não impõem eles contribuições forçadas? (*Artilheiro*, 9 de Março de 36.)

A alusão é clara ao bandidismo que imperava à solta, municiado e protegido pelos partidos. Cada chefe tinha os seus clientes no foro, comprados a dinheiro; e as suas guerrilhas no campo, para dominar e vencer a tiro nas eleições. Logo iremos ver o que eram as províncias e a sua orgia sangrenta: agora, estamos na capital, onde corre o ouro dos empréstimos de Mendizábal, onde o Médicis-Farrobo dá largas à sua fantasia de artista, agasalhado com as luvas do Tabaco. Progride tudo; há *ónibus*, há o tívoli da Rua de S. Bento, à imitação dos jardins parisienses. Vai-se dançar: anos antes, ia-se às igrejas ouvir os sermões dos frades. No *Circo Olímpico*, Avrilon faz de D. Pedro IV, com grandes barbas e a farda de coronel de Caçadores 5, no Porto, ao som do hino da CARTA. Há um vivo entusiasmo. (*Apont. da vida*, etc.) Trocou-se o Evangelho pela Liberdade; o sermão pelos discursos de S. Bento; as procissões pelas danças nos *tívolis*; os solenes *Te Deum*, com largas capas de esparges recamadas de ouro e fulgurantes de pedrarias, com tochas numerosas e troncos de luzes à hóstia, em custódias magníficas, pelas representações da ópera que Farrobo dirige, pelas *soirées* do seu teatrinho das Laranjeiras, um éden de merceeiro rico: *otia tuta!* As igrejas estão abandonadas e vazias, nus os altares; os frades vagueiam perseguidos, expulsos dos seus conventos, esmolando. Fundiram-se as alfaias, andam as livrarias dispersas, vendidas a peso, para embrulho nas lojas; e os templos profanados pelo padre Marcos — *Papam habemus Marcum!* — servem de estrebarias ou granéis; os conventos aquartelam soldados ou esperam os teares e engrenagens com que o proteccionismo setembrista promete regenerar as indústrias. Já se não ouvem *beneditos* pelas ruas; em S. Carlos dá-se com geral aplauso o *Turco em Itália*; e Pizarro, logo solto e livre depois da morte de D. Pedro, põe na boca de todos a palavra popular do herói da ópera: «Voglio mangiare! Voglio mangiare!» (*Apont. da vida*, etc.)

3. O TESOURO QUEIMADO

Aguiar abolira os conventos; José da Silva Carvalho aboliu o papel-moeda: foram as duas únicas medidas enérgicas em que se empregou o resto de força da ditadura.

O papel-moeda vinha de longe, como documento da missão portuguesa, declarada desde o fim do século XVIII e todos os dias agravada. Era uma vegetação parasita que se enraizara no corpo da economia nacional como fungo de várias cores: havia-o legítimo, havia muito falso. A emissão feita pelo Tesouro, desde o 1.º de Agosto de 1797 até 6 de Dezembro de 99, para acudir à guerra do Roussillon, somara 16 513 contos, e tendo-se amortizado no mesmo período 5820, ficou em 10 693. Em 1805-6 (28 de Junho a 31 de Março) cresceu 500 contos. Depois amortizaram-se 2901; e feitas as somas e deduções, o saldo existente devia ser de 8293 contos. (*Col. de Contas da Com. int. da Junta*, 10 de Setembro de 26.) Observara-se, porém, que nesses 2 901 contos amortizados entravam 518 de papel falso, quase a sexta parte: quanto haveria, pois? De outro lado, os incêndios e outras causas teriam sem dúvida amortizado muito; e o facto é que, em 1830, exigindo-se o carimbo do papel, o Tesouro só reconheceu a existência de 8008 contos. De 8 a 8500 contos de papel-moeda, eis aí o legado do velho ao novo regime.

A França revolucionária, como é sabido, procurara nos seus bens nacionais a garantia para a circulação dos *assignats*, e a consequência fora uma ruína colossal. Entre nós, a perspicácia do ministro evitou esse perigo, que outras causas também afastavam. Os nossos bens nacionais eram reclamados para fins diversos. Converter pois o papel-moeda em dinheiro com o produto dos empréstimos arrançados por Mendizábal, decretar uma bancarrota parcial, para evitar uma ruína futura, chamar os metais preciosos à circulação: eis o pensamento do decreto de 23 de Julho (34) que inaugura a idade nova do regime monetário nacional.

Era um bancarrota parcial, mas só poderia deixar de o ser, se o ministro tivesse perante si elementos políticos bem diversos, bem melhores, do que os que havia. O papel-moeda declarava-se extinto a partir de 31 de Agosto, data além da qual todos os pagamentos seriam feitos em espécie. Os detentores do papel receberiam no Banco o seu importe em ouro,

com a perda da quinta parte; ou sem ela, em títulos que desde 37 a Fazenda receberia por metade nos pagamentos, e desde 38 integralmente. O desconto de 20 por cento era assim equivalente à mora de dois anos e meio. E em vez de comprar metais com o produto do empréstimo destinado à conversão do papel, e cunhá-los, o ministro preferiu admitir à circulação a moeda estrangeira, dando-lhe um valor legal: os soberanos de ouro 4\$120 réis e os duros de prata 870 réis. (Dec. de 23 de Julho de 34.) O desconto de 20 por cento ou a bancarrota da quinta parte do valor do papel-moeda não era pois a única perda, porque o valor legal dado à moeda estrangeira era excessivo. Substituía-se moeda sem valor intrínseco por moeda fraca. O soberano não valia realmente mais de 3\$750 réis¹ nem a pataca ou duro mais de 800 réis. (L. J. Ribeiro, *Crit. do Rel.* de J. S. Carvalho, 34.) Havia, pois, um exagero de dez por cento que, com vinte de redução no troco do papel, elevavam a quase um terço o que realmente o Estado devedor deixava de pagar aos seus credores.

Ao mesmo tempo que 16 ou 20 mil contos de propriedade caíam na posse do Estado, o Tesouro tinha de pedir emprestado o dinheiro para fazer uma composição com os seus credores: tais são as consequências naturais das revoluções — têm de enriquecer os seus sectários. Os clientes do ministro enriqueciam, com efeito, por ambos, por todos os modos: engolindo os bens nacionais e agiotando com a bancarrota. O decreto de Julho, porém, encarava o problema do restabelecimento da circulação exclusivamente metálica apenas nas suas relações para com o Tesouro, não atendendo às relações contratuais entre particulares. A isso veio ocorrer a lei de 1 de Setembro, cortando os embaraços pela raiz, dispondo que todas as obrigações entre particulares se mantivessem tais quais até 38, exprimindo-se daí por diante as somas na única moeda legal, o ouro. A natureza desta disposição, tor-

¹ Se o leitor quiser exprimir o valor real dos números com que denominam todos os empréstimos, expropriações, etc., que vamos estudando, tem neste preço um meio. Como se sabe, várias causas, e principalmente a descoberta das minas da Califórnia, diminuíram, posteriormente, o valor dos metais preciosos. Se a libra esterlina valia (em 34) 3\$500 rs. e hoje vale 4\$500, é claro que os números que temos estudado têm de ser aumentados com a quinta parte. Assim, o valor dos bens dos conventos, orçado em 12 000 contos, era o equivalente de 14 400 de hoje.

nando solidários da bancarrota do Tesouro os particulares que tinham pactuado num regime de circulação mista — a *forma da lei* em que entrava um papel depreciado —, obrigou mais tarde a reformá-la.

Esse incontestável serviço da restauração da circulação metálica era pago à custa de graves sacrifícios. A história dos empréstimos da ditadura (V. *Relat.* de Carvalho, 34) era um tecido de confusões em que a máxima parte dos críticos viam trapaças vergonhosas. Sem dúvida, a emissão de empréstimos durante as épocas desesperadas da guerra só pôde ser feita à custa de enormes ágios; mas a confusão era tal e tão pequena a confiança na limpeza de mãos dos procuradores do Tesouro que, invertendo com espírito e agudeza a locução ordinária, dizia-se haver muito quem «*não duvidasse* da boa fé». (Ribeiro, *Crít. do Rel.*, etc.)

Nos primeiros tempos vivera-se dos subsídios do Brasil: 654 mil libras ou 2943 contos, mais 437 gastos pela Junta do Porto, mais cerca de 300 nos Açores: ao todo 3700 contos efectivos (V. *Relat.* Carvalho) com que Palmela e a primeira regência liberal se tinham subsidiado a si, aos emigrados e às várias tentativas e aventuras malogradas. Tal fora a confusão desses gastos, que se passou uma esponja por cima das contas, prescindindo-se delas, considerando-se tudo aprovado. Com D. Pedro entrou em cena Mendizábal, e, afora pequenos empréstimos levantados no Porto e depois em Lisboa, os principais recursos da guerra vieram dos empréstimos londrinos. O de dois milhões (23 de Setembro de 31) de 5 por cento liquidou os encargos anteriores:

Devia-se a Marbley	£ 12 600	deram-se-lhe bonds		
		por	£ 105 600	
a comissão de aprestos				
vendeu por	£ 52 000	títulos no nominal de	£ 150 000	
nogociando-se a 48 por	£ 837 312	o resto no nominal de	£ 1 744 000	
Totais	£ 901 912	nominal de	£ 2 000 000	

Desse produto só as duas primeiras verbas eram, porém, reais: uma por ser dívida positiva, outra por ser dinheiro aplicado à compra de armamentos, soldo de mercenários, etc. O resto representa-se desta forma:

Juros e outros encargos atrasados	£ 253 780
Comissões e prémios de emissão	£ 295 003
Dinheiro	£ 288 529

De sorte que o produto dos dois milhões era realmente £ 353 129, a terça parte (ou £ 606 909 se se lhe juntarem os juros atrasados) saindo ao juro anual efectivo de 16 por cento. (Ribeiro, *Crítica*, etc.)

O primeiro ensaio não provou feliz, mas o segundo foi ainda pior: é verdade que as condições também tinham piorado e havia já muitas esperanças perdidas, mas a política *liberal* em matéria de finanças estava conhecida. Que outra coisa podia ser, senão a agiotagem, o sistema aclamado pelos bolsistas de Londres? A emissão de £ 600 000 (23 de Outubro de 32) produzia, líquido, de prémios e comissões, £ 151 925, custando pois à razão de quase 20 por cento ao ano. Já em Lisboa, depois (14 de Setembro de 33), contratam-se outros dois milhões; e por fim, destinado à conversão do papel-moeda, um último milhão. Os três milhões produzem, ainda cativos de comissões e prémios que se encobriam, £ 2 356 756 (V. *Relatório*, etc.), que não dariam mais de dezoito ou dezanove centenas de milhares de libras, custando 8 e 9 por cento.

Soma total, a dívida externa, que do empréstimo de 1823 contava um milhão esterlino, subia a quase sete (6 729 800) ou 29 400 contos da nossa moeda com o encargo anual de 1870. (*Orçamento para 35-36*.)

Falta-nos ver agora, para completar o nosso estudo, o estado da dívida interna. A importância dela era em princípios de 28 (*ap. Bulhões, Dívida Port.*):

Com juro:	Consolidado de 1796 a 1827	contos	13 402	
	Padrões, a cargo do Tesouro	contos	7 000	20 402
Sem juro:	Papel-moeda, orçado em	contos	6 000	
	Dívida flutuante (atrasados)	contos	6 490	
	Empréstimos diversos	contos	1 430	
	Exercícios findos	contos	4 778	18 698
	Total contos			39 100

Depois da conversão do papel-moeda; depois do decreto (23 de Abril de 35) que converteu em 4 por cento, com juro a metal, a dívida antiga de 6 na forma da lei; liquidada a guerra e consumadas as bancarrotas, podemos apreciar o estado em que se achou o Tesouro (V. *Col. de Contas da Junta*; Ribeiro, *Crítica*, e Bulhões, *Dívida Port.*).

Dívida reconhecida

Com juro: Empréstimos liberais dos Açores, do				
Porto e de Lisboa	contos	2 520		
Títulos de dívida antiga	contos	12 375	14 895	
Sem juro: Papel-moeda, por amortizar	contos	3 500		
Dívida flutuante (atrasados)	contos	5 689		
Juros por pagar	contos	897	10 086	
Soma	contos		24 981	

Dívida não reconhecida

Legítima: Padrões de juros reais				
Outros empréstimos anteriores	contos	1 670		
Atrasados de 23-4	contos	10 543		
Indemnizações aprovadas, por pagar; e diversos	contos	11 000	23 013	
Ilegítima: Empréstimos de D. Miguel em 28-30	contos		4 443	
Soma	contos		32 456	
Total	contos		57 437	
O Tesouro, pois devia em 1828	contos		39 100	
e confessava dever em 1835:				
por títulos passados a estrangeiros	29 400 contos			
por títulos nacionais	25 000 contos		54 400	
Excesso	contos	15 300		
Deixando de reconhecer créditos legítimos por	contos	28 000		
Excesso	contos	43 300		

A esta soma devem juntar-se ainda os títulos naturalmente amortizados pela abolição das corporações possuidoras

deles. Quanto a encargos, porém, a situação do Tesouro é diversa, pois a dívida com juro era, em 1828, de 20 mil contos e agora é de 44 300. Apesar da soma de bens confiscados, o encargo do orçamento duplica, embora se não paguem os juros dos padrões, ainda representantes de um capital de cinco mil contos.

É impossível dizer que somas a crise custou à Nação, porque se não medem por números as perdas de riqueza e trabalho por todo o País, e menos ainda a perda de gente e de força, consumidas pela guerra e pela intriga. Menos se pode contar ainda o valor perdido das energias gastas em sustos e aflições!

Pode, talvez, porém, calcular-se o que financeiramente se perdeu, reunindo números conhecidos:

Por parte dos liberais

Valor da dívida que contraíram no Reino e fora	27 522
Id. dos subsídios do Brasil recebidos	2 943
Id. dos atrasados por pagar em 34	4 000
Id. das dívidas legítimas não reconhecidas	17 013
Id. do terço do papel-moeda, na conversão	2 500
Id. das indemnizações a solver	7 000
Id. dos confiscos de propriedade inimiga	?

Por parte dos miguelistas

Valor da dívida que contraíram	4 443
Id. dos vencimentos e juros não pagos durante o seu governo	8 083
Id. dos <i>dons</i> voluntários e confiscos	?

Setenta, oitenta, cem mil contos, custou decerto à economia da Nação a guerra que terminara sem conseguir acabar ainda com a crise, porque à luta entre o velho e o novo Portugal iam suceder as lutas dos partidos liberais. Seco, devastado estava o Reino, com os vômitos da cólera, as agonias da fome gemendo por todo ele: e da mesma forma o Tesouro, imagem viva do País, nu e vazio, gemia também com a lepra da corrupção, da agiotagem, do puro roubo. O ano de 33-34 dera apenas três mil contos para uma despesa de treze

mil¹; e o orçamento de 35-6 apresentava um *deficit* de mais de quatro mil², com receitas exageradas.

Começaram a pronunciar-se vivamente os clamores contra a sociedade Mendizábal-Carvalho e as suas combinações em que tantos lucravam ágios, comissões, bónus. Mendizábal furava pelo meio das Bolsas de Paris e Londres, dando luvas aos Rothschilds, aos Ricardos, aos Foulds, aos Oppenheims, para porem o seu nome nos anúncios das emissões portuguesas. (*A dinastia e a revol. de Set.*, anón.) Carvalho furava pelo meio da selva das intrigas, como uma estrela caudata de ouro, fechando os olhos: era dinheiro inglês! O seu processo evitava que a causa se despopularizasse exigindo impostos, contentava o povo, pagava tudo em dia, e dava ainda para vencer resistências que as alfaías dos conventos e os bens nacionais não satisfaziam. Era uma chuva de libras esterlinas: quem viesse depois que se arranjasse! Não se podia oprimir o povo, sem ser muito exigente com um funcionalismo

¹ V. as *Contas*, na sessão de 35 (9 de Janeiro), de Agosto de 33 ao fim de Junho de 34:

Receita: Ordinária	contos	3 513		
Extraordinária: Empréstimos	7 847			
Prop. nacion.	2 516	10 363	13 876	
Despesa: Ordinária: Casa real	177			
Reino, Estr., Justiça	672			
Marinha	1 299			
Guerra	4 932			
Fazenda	411	7 491		
Especial: Serviço da dívida e oper. de fundos		3 415		
Diversas		2 970	12 876	

² V. *Orçamento* de 35-6, sessão de 35:

<i>Receita</i>		<i>Despesa</i>	
Imp. directos	1 638	Serviço dos Ministérios	8 890
Imp. indirectos	5 604	Dívida interna	1 984
Próprios e diversos	1 178	Dívida externa	1 870
Ultramar	1 482	Ultramar	1 612
Deficit	4 454		
		Contos	14 356
Contos	14 356		

inventado assim, do pé para a mão, para pagar os serviços à causa. A décima rendia apenas oitocentos contos; e até 1840 nem um dos recebedores-gerais nomeados em 34 tinha prestado contas: uns fugiam, outros escondiam-se; e depois, ainda em vão, o *Diário*, em 39, publicava a lista dos remissos.

O ministro, indiferente, compassivo, passa-culpas, deixava ir, considerando que o período era transitório. Afinal, chegara o momento da desforra: não tinham sido muitos os anos de amargura? Mas as pretensões da oposição, exigindo limpeza de mãos ao Governo, e ameaçando com essa necessária bancarrota onde acabam as viagens de todos os Laws, veio tranformar a placidez dos dias felizes. Carvalho caiu (27 de Maio de 35) e no seu lugar entrou o sincero Campos, mais escrupuloso, menos atilado. Impelido para além do que a prudência mandava, o ministro expôs, em lágrimas, o triste sudário do Tesouro. Chorar é bom; desacreditar o adversário pode não ser mau; mas que remédio? Diz o povo que tristezas não pagam dívidas. Campos tinha só lágrimas e invectivas: caiu logo (15 de Julho). O Banco e a agiotagem em peso exigiam a entrada de Rodrigo e de Silva Carvalho. Saldanha, na presidência, que havia de fazer? Deitou ao mar o lastro radical do Gabinete, admitiu os homens hábeis em finanças. Estava eminente a bancarrota: não havia um real, e os da oposição não mereciam conceito aos argentários. (Carnota, *Mem. of Sald.*) O marechal, entre os dois partidos, com a sua vaidade ingénua, já se acreditava um árbitro — quase um rei. Não o tinham convidado para monarca no Rio Grande? Não escrevia ele mais tarde, já depois de ter sido apenas o mero instrumento cabralista, «estou persuadido que seria um bom chefe num Estado qualquer»? (V. carta de 69, em Carnota, *ibid.*) Deitou fora Loulé e Campos; meteu Rodrigo e Silva Carvalho.

Via-se que o Law português, liberal em todos os sentidos e para com todos, era indispensável. Endividamo-nos: que tem isso? O futuro a Deus pertence — dizem o Turco e o Português. Nação de morgados hipotecados, Portugal sentia-se bem empenhando o futuro. As dívidas cresciam; pagavam-se os juros com dívidas novas; e assim se iam pedindo, consolidando e pagando. — Não é o que ainda hoje' sucede? — Só a

¹ 1.^a ed., 1881.

oposição clamava, e como a intriga era muita, apesar do fiasco do Verão, Campos voltou ao Governo no Inverno (18 de Novembro).

Desorientaram-se as coisas e o rival expulso esfregava as mãos satisfeito: bem o dizia! Utopistas os que pretendiam viver dos recursos duma casa arruinada! Pois não era evidentemente melhor aproveitar do inglês que nos dava o que lhe pedíamos? Era dinheiro que vinha para cá. Tínhamo-lo? Não. Custava muito caro? Deixá-lo custar. Quando não houvesse nada para os juros, não se pagavam: eis aí está! Quem perdia? O País? não; o inglês. Carvalho, que assim pensava, não deixava de ter razão; mas a hipocrisia política impedia-lhe que o dissesse. Daí provinha o ser batido pelas sonoras palavras dos adversários.

Como os factos, porém, o vingaram! A desordem continuava a ser a mesma, agravada com a suspensão dos pagamentos. Os mercenários clamavam pelos soldos, suspirando por voltar para casa. Já conformados com a falta das terras prometidas, pediam apenas um dinheiro que não havia. Davam-se-lhes letras sobre Inglaterra, e empregados do Tesouro, que já tinham aprendido muito, iam a bordo descontar-lhas a dez por cento e mais. (Shaw, *Letters*.) Tudo jogava: a vida era uma sorte. Farrobo fora codilhado pela lei do papel-moeda. Faziam-se e desfaziam-se as riquezas como nuvens passageiras. Bens de sacristão, cantando vêm, cantando vão!

O rígido Campos não era homem para tal gente, nem para tal época. Levantava-se contra ele um clamor unânime dos prestamistas sem juros, dos empregados sem vencimentos, dos soldados sem pré. «Em que se parece o Sr. Campos com um cometa? Em ser barbato e caudato. E em que mais? Nos resultados influentes. O do outro dia deixou-nos o frio, e este a fome.» (Bandeira, *Artilheiro*, n.º 19.) Maldito Governo que não paga! «Isso é falta de paciência... O Sr. Campos, quando entrou para o Tesouro, que achou lá? Pulgas?» (*Ibid.*) Mas desses bichos, Carvalho fazia libras, e por isso o foram chamar outra vez (20 de Abril de 36). Era único na sua espécie.

Contudo os tempos iam durando, e nada há pior do que o tempo para todos os Laws. Se as coisas não andassem! Andavam, porém, e rapidamente: com aquela velocidade progres-

siva da máquina capitalista, prolífica por meio dos juros, amortizações, capitalizações. Dois anos tinham bastado para progredir deste modo (*V. Col. de Contas*, 10 de Setembro de 36):

	1834	1936
Dívida externa capital	29 400	40 398
» interna »	14 895	20 748
Soma	44 295	61 146
Acréscimo — capital	61 861	
juros	313	
Dívida sem juro:		
Papel-moeda	3 500	3 115
Diversos	6 586	6 852
Encargos totais da dívida: juros	2 334	
amort.	627	
Dívida mansa		
(Padrões, atrasados, etc.)	17 013	

E nesses dois anos decorridos, estava consumido, além do mais, o melhor dos bens nacionais. Ardia tudo num fervor de apetite que já para muitos começava a infundir receios de uma indigestão tremenda. Dois anos de paz tinham custado quase tanto como seis anos de guerra: muito mais, se se contar o que o Tesouro não pagou. A guerra fora cara, mas a vitória era ruínosa. No meado do Verão (14 de Julho de 36) pegou fogo no Tesouro. Já tudo ardia, lá dentro desse palácio onde à inquisição religiosa sucedera a inquisição agiota, com as suas tenazes de papel timbrado, os seus troncos de juros, retornos, comissões, prémios; com a sua algaravia bancária, herdeira do histórico latim das sentenças singulares... Qual dos desvarios dos homens valerá mais?

Ardeu em verdadeiro lume o Tesouro em Julho; mas já vinha ardendo havia muito em lepra que o roía de torpezas, e num vazio que o amargurava de contracções, como as dos estômagos famintos. O povo dizia que o fogo fora posto, para saldar muitas contas; mas o ministro Pombal da moderna finança, Law português, iniciador da Nação nova dos segre-

dos do capitalismo; o ministro, como o velho marquês no seu terramoto, mandou pagar o semestre no dia seguinte. Ardia o Tesouro? Água ao fogo, e paguem! — tradução do «enterrar dos mortos e curar dos vivos». Ardia o Tesouro! Boas, francas labaredas, impelidas por uma ventania fresca, subiam crepitantes, levantando no ar os farrapos da papelada. Durou doze horas o incêndio, do meio-dia à meia-noite. Muitas horas mais, muitos dias, bastantes anos, ia durar outro incêndio, aceso pelas ambições mal sofridas, pelas ilusões crentes, pelo protesto contra o sistema da veniaga e da delapidação, contra o regabofe que a uns enchia de cóleras e a muitos mais de inveja. Também tinham sofrido: também queriam gozar.

Em Julho ardeu o Tesouro; em Setembro rebentou a revolução.

4. A FAMÍLIA DOS POLÍTICOS

Mas antes de Setembro e da nova fase que as coisas tomam nessa data, falta-nos ainda estudar mais de um dos lados da Nação, no seu primeiro período liberal...

Além das causas anteriores conhecidas, a própria vitória do novo regime concorria mais ainda para que Portugal fosse uma nação de empregados públicos. A supressão dos conventos, o resfriamento dos sentimentos religiosos, diminuía a oferta e também a procura de lugares na Igreja. As causas económicas anteriores já tinham, pode dizer-se, suprimido a navegação; as tentativas industriais manufactureiras do marquês de Pombal não tinham vingado; e a recente crise de oito anos, rematada por um terramoto das velhas instituições sociais, viera talar os campos, arruinar a agricultura. Portugal achava-se, pois, forçado a substituir por um comunismo burocrático o extinto comunismo monástico. Durante a guerra, a Nação fora um exército; agora, licenciadas as tropas e suprimidos os soldos, de que viveriam os soldados? É verdade que o Governo podia ter feito como se fazia outrora em Roma; mas a distribuição das terras conquistadas não podia ter lugar, porque os capitães queriam-nas para si, por grosso. Força era, portanto, optar por outra saída: e qual, senão os empregos públicos?

Por sobre esta necessidade social apareciam as necessidades políticas. Em que pese às secas afirmações doutrinárias e às quimeras dos filósofos, todas as nações consistem realmente na agregação de clientelas para as quais um chefe é ao mesmo tempo um instrumento, um representante e um defensor. Essa primeira forma da sociedade romana exprimia uma verdade natural que os sistemas encobrem mal¹. Quando, mais tarde, se imagina subordinar a doutrinas abstractas a existência dos povos, observa-se que os factos naturais, espontâneos, reagindo, tiram a realidade às fórmulas. Assim, nas velhas monarquias havia chefes e partidos, cujo poder era maior do que o do rei; assim, nos governos formalistas liberais, o poder pessoal dos chefes políticos, apoiado sobre instrumentos como as eleições, a imprensa, etc., é a força positiva que impera sofismando uma Constituição, a qual os chefes confessam e dizem respeitar por um sentimento de conveniência e de pudor público, mais ou menos consciente.

Quando a máquina social se desorganiza, aparecendo o que se chama revolução ou crise, vêem-se mais ao vivo como as coisas são na realidade. Era isto o que sucedia entre nós, nos tempos que agora atravessamos. Constituía-se as clientelas; e como a sociedade era ainda quase um acampamento assente sobre um território desolado; como não havia outros meios de vida patentes a numerosas classes desorganizadas, essas clientelas eram o que podiam ser: burocráticas e militares.

«Para um homem ser ministro de Estado basta que um batalhão, de mãos dadas com um periódico, o queiram» (Bandeira, *Artilheiro*, n.º 25). Sociedades como a portuguesa, lançadas de chofre numa vida nova, sem precedentes nem raízes na história imediata; povos de um temperamento violento ou ardente, sem instrução nem riqueza: estão condenados a um revolver desordenado, em que ideias, ou falsas ou mal concebidas, se combinam com os instintos íntimos que a anarquia traz à flor da realidade. Entre os debates de doutrinas extravagantes e as lutas dos bandos armados, vai pouco a pouco efectuando-se, de um modo naturalisticamente espontâneo, a reconstituição do corpo social desorganizado. É

¹ V. *Quadro das Instituições Primitivas*, pp. 57 e segs.

como quando o furacão levanta e enovela o pó das estradas que se agita, mistura-se, e gradualmente vai outra vez assentando.

Nada nos deve pois admirar o que sucedeu em Portugal: outro tanto sucede ainda hoje à Grécia e aos países do Oriente eslavo; e o mesmo que nos aconteceu a nós, foi o que se deu na Itália e na vizinha Espanha. Os homens da Europa Central, franceses, ingleses, alemães, belgas, filhos de sociedade diferentes, não podiam compreender, nem o nosso bandidismo, nem o sistema das nossas clientelas ou partidos, nem o nosso comunismo burocrático, nem a nossa fúria política, paixão dominante que a ocasião, o interesse e a doutrina da anarquia individualista concorriam para fomentar. Desta incompreensão do carácter da sociedade pelos estrangeiros que mandavam num Paço ocupado por uma rainha quase estrangeira, veio a principal causa das reacções e revoluções que alagaram o País em sangue, consumando a obra de uma ruína já avançada. Dir-se-á, porém, que, se tal motivo não surgisse, a vida portuguesa de 34 a 51 teria sido uma paz? Não, nunca. Haveria apenas um elemento menos em guerra. Os diversos bandos, com seus chefes e clientes, seus princípios e interesses, seus programas e guerrilhas, teriam combatido da mesma forma entre si, até que o cansaço universal impusesse uma paz que nenhuma clientela podia impor com a vitória, por falta de força bastante para a ganhar.

O motivo de uma tal fraqueza está nas condições necessárias de uma sociedade no caso da nossa. Os debates e as lutas dão-se entre a minoria mínima dos *políticos*, advogados ou militares, com discursos ou correrias, fórmulas ou guerrilhas.

Esta qualidade de homens é quase a única que se interessa nos negócios públicos; ocupando todos os cargos da administração, constitui o que chamam opinião, domina as eleições e toma assento nas Cortes. Dela se compõem os poderes executivo e legislativo, sendo ao mesmo tempo Governo e povo. O número destes políticos não é considerável mas é demasiado relativamente ao magro orçamento de Portugal. (Lasterie, *Portugal*, etc., na *Revue des deux mond.* 1841.)

«Cada governamental, dizia o conde da Taipa, é um artigo da CARTA.» E se, com efeito, o orçamento era magro de mais para sustentar os políticos; se o comunismo burocrático era bem mais difícil de manter do que o monástico, pois os pedintes não se contentavam com o caldo e a broa das portarias: é também facto que os homens de alguma coisa haviam de comer. E se não havia outra ocupação para onde se voltassem?

*Uma nação de empregados
É Portugal? Certamente.
Até D. Miguel do trono
De D. Maria é pretendente.*

(Bandeira, *Artilheiro*, n.º 22.)

Não podia ser de outro modo, e já vimos o porquê. Mas o orçamento era magro, magríssimo: se se pagava, honra seja à arte do nosso Law, que achara em Mendizábal um corretor e em Londres uma colónia excelente para a lavra das minas de libras. Contudo, essas fortunas sempre duram pouco; e o Tesouro sofria de intermitentes, com os ataques de escrúpulo da oposição. Os pobres empregados viam-se numa situação triste: «Em que se parecem com os papa-moscas? Em que estão todos com a boca aberta.» (*Ibid.* 31.)

Se é verdade que quem «ataca o Governo não saiu despachado» (*Ibid.* 8); não é menos verdade, contudo, que seria injusto ver na constituição da família política o móbil exclusivo da fome ou da cobiça. Outros motivos, não menos graves, concorriam para a formação das *gentes* e para as rivalidades e lutas dos chefes e clientes. «Nunca pode haver ministros bons; e porquê? Porque os ministros são seis e os pretendentes seis mil.» (*Ibid.* 28.) Nas velhas sociedades patriarcais ou feudais, a tradição e a lei mantinham o lugar de cada um; mas agora as formas de autoridade natural surgiam do seio da anarquia positiva, e a doutrina da anarquia individualista e da concorrência livre de todos e tudo, consagrava a ambição do mando com a autoridade de uma teoria.

A ambição, eis aí, pois, o principal dos motivos pessoais, superior ainda à cobiça e à fome, cujo papel é mais anónimo e colectivo, mais talvez dos clientes do que dos patrões. A franqueza com que todas as portas se abriam a toda a

gente; a segurança com que todo o «indivíduo» por soberano, se achava apto para tudo; o *sistema*, que destruíra a administração especializada nas antigas juntas e conselhos, e confiava a solução de todos os negócios às assembleias saídas do caos da eleição; a vitória que «deitara tudo abaixo» e enchia de orgulhos os demolidores: tudo concorria para inchar as vaidades e aquecer as ambições. Pululavam os *homens-novos*, soletrando Volney e Mirabeau, Dypuy, Rousseau e o *Citator*, cheios de afirmações, filáucia, e desprezo desdenhoso pelo antigo saber fradesco. E ao lado dos pedantes, havia por todo o Reino os ingênuos, cheios de crenças quase religiosas num Evangelho novo. A Câmara de Ribaldeira escrevia assim a Passos Manuel:

Não somos doutrinários nem aristocratas; muito prezamos Montesquieu mas não é só ele que forma a nossa própria biblioteca; desde Hobbes até Rousseau, desde Maquiavel até Batham (*sic*) alguns outros temos lido; em nossas aldeias também consultamos a História dos Washingtons, dos Triúnviros (!), dos Neros, etc. (Of. de 20 de Dez. autogr. na corr. dos Passos).

Os jornais diziam tudo, conheciam todas as questões, resolviam todos os problemas, porque nada há mais atrevido do que a ignorância. E sentados sobre as ruínas da pátria assolada, cuspiam-lhe em cima, com desprezo, renegando-lhe a História, com as cabecinhas empertigadas e ocas voltadas para a França, aclamada em frases banalmente pomposas. A emigração educara-os, e voltavam «enfatuados de sábia», escarnecendo dos *góticos*, infelizes que nunca tinham saído de Portugal.

Muitos se julgavam sábios por aprender um cumprimento em francês, misturando de vez em quando um *good night* seguido de uma pirueta; por aprender meia dúzia de nomes de autores, usar de charuto, alugar uma cara de tolo, raspar-lhe a vergonha, namorar a torto e a direito, entrar nos botequins, ler por desfástio, falar de política e de não sei que contrato, meter a religião a ridículo. (Bandeira, *Artilheiro*, n.º 23.)

Tudo era necessário e natural, embora seja indubitavelmente grotesco. A pretensão de que a LIBERDADE era a

fórmula absoluta, o sistema a verdade revelada e a História uma peta; a pretensão da infalibilidade da razão individual e da soberania das vontades humanas, tinham de forçosamente trazer os costumes a um estado que corresponde aos outros lados da fisionomia social. A anarquia na escola era, e não podia deixar de ser, a anarquia na realidade; e a negação sistemática da autoridade colectiva e do carácter orgânico da sociedade, depois de condenar a História, condenava a actualidade, valendo-se dos abundantes documentos que ella fornecia. Tudo era peta, burla, infâmia:

Em que consiste o direito de votar? É o direito banal pelo qual eu sou obrigado a conduzir um papel de que não faço caso...

Que são os grandes, os chefes, junto ao trono? São canos reais por onde se despeja toda a imundície da alma dos seus protectores; delegados *a later* do vício, vendem os interesses do povo por um crachá, fazem e desfazem ministérios com a mesma sem-cerimónia com que despejam o régio urinol...

Leilões de géneros avariados: Boa fé no largo das Necessidades; Igualdade de Direitos nas secretarias de Estado; Liberdade de voto, nas assembleias eleitorais, etc.

(Bandeira, *Artilheiro*, n.º 2 e 23.)

Com efeito, os chefes não se tornavam credores de um respeito demasiado.

À morte de D. Pedro, segundo vimos, Palmela apoderou-se do Governo, fundindo-se a sua clientela, ou partido, com o da Regência nesse momento acabada. O carácter revolucionário do Governo da ditadura terminara, e dos antigos ficavam no Ministério apenas Freire, e Carvalho, o financeiro indispensável. Era necessário pôr ponto no «deitar abaixo». Já Palmela, no Conselho de Estado, tinha votado com a maioria contra a extinção dos conventos, que apesar disso Aguiar decretou em secreto acordo com D. Pedro; já pusera depois o seu veto ao remate do plano de Mouzinho, a abolição dos morgados. Moderado sempre e aristocrata, o radicalismo dos filósofos parecia-lhe tão mau como a demagogia: quer a vencida demagogia miguelista, quer a demagogia ameaçadora da opposição radical. Com os olhos invariavel-

mente voltados para a Inglaterra, não concebia outro tipo de nação, além do tipo aristocrático, liberal e conservador. No Governo sucedia-lhe agora o que sempre lhe sucedera: era antipático e ninguém o recebia. Reconhecendo todos a sua habilidade, parecia a todos que só a ambição pessoal o movia. O povo, já minado pelas teorias democráticas, considerava-o um tirano; e a cauda dos ódios pessoais que as intrigas e os erros da emigração lhe tinham feito, voltava-se agora e mordia-o. Quando pela terceira vez a CARTA se rasgou para casar (1 de Dezembro de 34) a rainha com o primeiro dos seus dois maridos alemães, quando a oposição pedia «um fidalgo português», dissera-se muito que Palmela pensava em fazer da rainha sua nora.

Mas esse príncipe contratado para dar herdeiros à Coroa portuguesa (os nossos vizinhos chamam *coburgos* a tais maridos) durou pouco; e a sua morte (28 de Março de 35) foi motivo de uma crise. Lisboa apareceu crivada de pasquins acusando Palmela de envenenador, e atribuindo-lhe a ambição de querer para seu filho a mão da rainha: Wellington, de lá, apoiava o plano! O povo acreditou e saiu. Houve tumultos graves (29), pedindo-se a cabeça do traidor. Terceira que já em 27, nas *Archotadas*, *carregara essa canalha*, desembainhou outra vez a espada fiel e manteve a ordem.

Mas só uma ordem aparente, porque no fundo havia uma anarquia real. Várias clientelas, com os seus chefes e os seus programas vários, ambicionavam o Poder. Palmela era um estorvo e contra ele se fundiam as oposições todas, congregadas para o ataque.

*Um pasteleiro queria
Fabricar um pastelão
E porque tinha de nada
Deu-lhe o nome de fusão.*

*Arde o forno, o pastel dentro
Principia a fermentar;
Entornou-se; perde a massa:
Só ficou o alguidar.*

(Bandeira, *Artilheiro*, 12 Set.)

Esse alguidar era Saldanha, que nunca pareceu mais vazio, mais de barro, que agora. O rival tinha um pensamento,

ele apenas um nome. Palmela dispunha de uma clientela firme; Saldanha, já desacreditado perante os radicais, embora ainda representasse o papel de seu chefe, era um general sem exército, condenado a presidir a um Gabinete misto. Esturrou-se logo o pastel, e o alguidar apareceu transbordando de gente radical: um Ministério puro de oposição. (Sá, Loulé, Caldeira, Campos, 25 de Nov.)

Vários tempos, lições eloquentes, arrependimentos já tardios, enchiam a cabeça de Saldanha, lembrando-se do papel que fizera em 26-7, das coisas que autorizara com o seu nome em Paris. Achara-se levado por um ardor de glória nas asas da revolução e não tivera podido medir bem o destino desse voo. Já de há muito que reconsiderava. O leitor lembra-se dos episódios do Cartaxo. Mas, sem o talento do rival, que ficaria sendo, se deixasse de ser o chefe de um radicalismo já então por ele renegado? Uma espada apenas, pronta sempre a obedecer e incapaz de mandar, como Terceira? Não: isso não podia admiti-lo a sua vaidade. Seria descer muito. Mas para não descer — ele provavelmente já nem queria subir mais — era impossível ficar imóvel. O partido de que se dizia chefe, tinha-o apenas como um rótulo, um pendão, sem dar a mínima importância às suas vontades ou desejos pessoais. Seguiu o seu caminho, guiado por outros; e para que Saldanha, agora no Governo, não fosse francamente renegado, era mister que saísse da inacção e se declarasse o ditador que Passos foi no ano seguinte. Já em 27 sucedera o mesmo, e lembrava esse episódio: quando faltava apenas estender o braço e sagrar-se chefe da revolução, Saldanha, tendo-a acompanhado até aí, parava, tremia com escrúpulos, fugindo.

Depois do Cartaxo quisera, como dissemos, reunir os erros da emigração, encostando-se ao cartismo (*Ontem, hoje e amanhã*, op. anón); mas os cartistas que lhe pagariam bem e usariam com prazer da sua espada, como faziam à de Terceira, não lhe davam importância às opiniões nem o reconheciam chefe. Por seu lado os radicais, vendo a fraqueza inconsistente desse chefe teatral, sem repelirem o instrumento que ainda lhes servia, já se esforçavam por mostrar bem claro que lhe não obedeciam. Nas eleições de 34, Saldanha acompanhara D. Pedro ao Porto. Ia numa posição singular, para convencer o príncipe do poder do seu partido, dando por tal

forma um grande peso à sua adesão ao trono. D. Pedro, por seu lado, levava por fim bater no Porto, com a presença do marechal, a influência do radicalismo dirigido pelos irmãos Passos; e com Saldanha à mão, Saldanha que lhe asseguraria a obediência dos que ainda talvez supusesse seus clientes, esperava tudo da conversão do caudilho militar às opiniões conservadoras. (Macedo, *Traços*.)

Os chefes entusiastas e fortes do futuro Setembrismo deram uma lição ao príncipe e ao seu acólito. Saldanha, candidato, foi batido no primeiro escrutínio da eleição: onde estava o seu poder? Mas para dizer a D. Pedro que a vitória lhe não pertencia, e para dizer ao general que apesar do seu procedimento o não renegavam, usando de uma magnanimidade que talvez o desviasse do tortuoso caminho que seguia, elegeram-no ao segundo escrutínio. (Macedo, *Traços*.) Era uma vitória mortal, uma estocada em cheio no inchado balão das esperanças dos dois viajantes. Tornaram ambos a Lisboa corridos.

Saldanha, apesar de tudo, ainda foi sentar-se no último e mais elevado banco da esquerda da Câmara. Iludir-se-ia ainda com a boa figura que fazia de lá a sua presença nobre e pomposa? Talvez; porque se tinha ingenuamente numa grande conta e dava ouvidos abertos à adulação. (*Ontem, hoje e amanhã*.) Quando Palmela teve de cair, o chefe natural do Governo era Saldanha: mas, como já vimos, a sua falsa posição criou um *pastel* misto pouco duradouro (4 de Maio a 18 de Nov.); e a entrada do seu partido obrigou-o a ele a sair (25 de Nov.), corrido, desacreditado e renegado. Pagava o devido preço da sua política dúbia: via fugir-lhe toda a clientela; era um homem perdido e abandonado pelos que tinham sido os seus e o apeavam definitivamente de um trono que durara oito ou nove anos. Retirou para Sintra a ensaiar lavouras. (Carnota, *Mem.*)

Não foi a queda desse chefe que pouco podia e já nada queria fazer, foi a impotência da nova clientela exaltada quem a precipitou do Governo (19 de Abril de 36). Voltou a antiga gente, menos Palmela, que também no isolamento revia velhas culpas. Os dois próceres rivais, por tanto tempo inimigos poderosos, achavam-se igualmente reduzidos a nada, agora que já se entendiam, depois de feitas as pazes. Havia um outro duque, sem ideias políticas à maneira do

diplomata, sem fogachos de ambição e rompantes de soldado à maneira de Saldanha; um outro duque, boa pessoa, politicamente nula e por isso sempre fiel, excelente indivíduo para pôr à frente de um Governo onde a antiga gente (Freire, Aguiar, Carvalho) restaurada queria começar uma vida nova, pensando soffrear com o utilitarismo e uma administração energicamente prática, o torvelinho de confusões políticas, de ambições pessoais. Seria outra ditadura. Mas onde estava D. Pedro? Terceira presidiu a esse Ministério que a revolução de Setembro derrubou, encerrando o primeiro período da vida liberal portuguesa.

Aflito pelos pedintes, pois da sua clientela antiga só os mendigos restavam fiéis, despeitado, ferido no seu orgulho, prejudicado nos seus interesses, Saldanha via-se na falsa posição de não poder ser coisa nenhuma. Para o Governo, vivamente atacado e decidido a dissolver as Câmaras, o general, buliçoso e ávido, era, porém, a ameaça viva de uma revolta militar. Acusaram-no os seus amigos de outrora se ter vendido nesta ocasião: «desde aquella época, de deserções em deserções, chegou à situação em que hoje (1854) está, desprezado por todos os partidos: porque se algum ainda lhe faz festa não é porque o estime, é por ser um tronco velho, sobre que ainda alguém se sustenta». (Liberato, *Mem.*)

Como é desoladora, melancólica, a história fúnebre de todos estes homens que a desesperança ou a fraqueza atiram como farrapos, sucessivamente, para o lixo das gerações! Que singular poder tem a anarquia das ideias, o império dos instintos soltos, das quimeras aladas fugitivas, para despedaçar os caracteres e perverter as inteligências! Já um caiu — Mouzinho; hoje é outro, o herói de 26, o soldado do Porto — esse brilhante Saldanha! E ainda agora a procissão começa; ainda agora vai no princípio o devorar impossível do Baal da LIBERDADE, cujo ventre, como o do frígio, pede honras, talentos, forças e sangue, para o seu consumir incessante!

Com o fim deste primeiro período da anarquia positiva acaba Saldanha, da mesma forma que Mouzinho acabou às mãos da sua anarquia teórica. Acaba, dizemos; porque, embora a sua vida se prolongue muito — demasiado! — ainda; embora o seu génio irrequieto, as suas necessidades, a sua ambição, lhe não consintam abdicar e sumir-se, como fez Mouzinho e como fará Passos: a vida posterior que vai arras-

tar, se tem ainda momentos teatrais, é uma triste miséria. De chefe de um partido, passa a janízaro de um trono. De Cid, transforma-se em Wallenstein. O que brigara para não ser a espada de Palmela, vem a ser o punhal com que os Cabrais submetem o Reino ao seu império. Sempre simples, seguro de si, crendo-se muito, não tem a consciência de quanto desce. Lembra-se do que foi e pôde; crê tudo o que os adula-dores lhe dizem; confia no soldado que ama por instinto e génio; incha-se com as ovações que mais de uma vez ainda a turba ignara fará à sua figura teatral, aberta, viva e sã, sempre moça, nas próprias câs da velhice que lhe emolduram o rosto, aumentando ainda a sedução do aspecto desse actor político: «Estou persuadido de que seria um bom rei num Estado qualquer!»

Rebelado ou submetido, contra ou pelo trono, no campo e em toda a parte, comprado ou temido, Sadanha, supondo-se um árbitro, não sente quanto desce; não se reconhece um instrumento, nem que o deprimem as coisas que faz. A confiança que tem em si chega a ser infantil: com a mesma franqueza com que supõe governar, imagina saber; e assim como as suas políticas são quimeras, são tolices as suas obras homeopáticas, ou inspiradas pelo catolicismo ardente que nunca perdeu. Quis fazer concordar o Génesis com a Geologia, e essa tentativa, ainda quando soubesse o que não sabia, era a mesma que a sua própria pessoa apresentava: a concordância de um católico e jacobino. Dessas quimeras ficavam apenas livros maus e acções piores. É verdade que os livros, luxuosamente impressos, tinham douraduras nas capas: também a vida do marechal tinha uma capa de comendas, cordões e fardas bordadas, que sobre um vulto bem apessoado, com a sua face bela e a tradição da sua bravura, o faziam um excelente embaixador nas cortes estrangeiras.

Depois, caiu ainda mais, sem o saber, sem o sentir: crendo-se sempre um grande homem. Agarraram-no os industriais especuladores e serviram-se da sua pompa para os seus negócios, sujando-o com trapaças... Assim acabou a história a que agora vemos o começo. Em tão deplorável coisa veio a parar o homem que em 26 fora como um herói e o árbitro dos destinos da Pátria.

Primeiro dos chefes políticos, reunindo à influência parlamentar a cortesã e uma influência militar superior à de to-

dos, a segunda fase da vida de Saldanha devia ser esboçada aqui, neste momento: é um tipo revelador. Ninguém teve uma clientela maior. Abandonou-a, renegando-a pelo Paço; e esses antigos saldanhistas de Paris, livres do estorvo que já os sopeava, preparavam-se para o seu dia. Uma revolução andava no ar: revolução que forçaria Saldanha a desembaihar a espada contra os seus velhos clientes.

Aproxima-se a crise; mas o leitor comprimirá a sua impaciência, porque, se já viu as formas mansas do regabofe, o dissipar do domínio nacional, o beber a chuva de libras dos empréstimos ingleses, não viu o outro lado da cena. A orgia era também cruel. Havia banquetes e matanças. Estalava champanhe, mas também estalavam, repetidos, insistentes, os tiros dos trabucos na caça dos vencidos. O Português mostrava a outra forma da sua sanha natural, respondendo com a bala à força.

5. VAE VICTIS!

A eloquência do nobre Passos conseguira que se revogasse o decreto iníquo das indemnizações:

Tendes vós calculado donde hão-de sair os meios para prover à miséria de tantas famílias que nós vamos fazer desgraçadas? Ou havemos de tapar os ouvidos e fechar os olhos ao coração, para não vermos espectáculo tão lastimoso? Quando um filho vos pedir pão, dar-lhes-eis uma pedra, ou um punhal ou o cadafalso? (Disc. de 28 de Janeiro de 35.)

A Câmara, como é sabido, aboliu o decreto, mas os miguelistas ainda pagaram muitas «perdas e danos»; pouparam-nos ao cadafalso, mas deram-lhes pedras, punhais e tiros de trabuco em desforra. A segurança de uma vitória tão custosa, tão disputada, sobretudo incerta por tanto tempo, embriagava homens que ouviam aos mestres doutrinas feitas a propósito para os desenfrear. Soltaram-se com efeito todas as cobiças e ódios; pagaram-se a tiro todas as ofensas; roubou-se e matou-se impunemente. O miguelista era uma vítima, um inimigo derrubado: o vencedor punha-lhe o joelho no ventre e o punhal sobre a garganta. Caçavam-se como se

caçam os lobos, e cada ofensa anterior, cada crime, era punido com uma morte sem processo. Os vencedores, supondo-se árbitros de uma soberania absoluta, retribuía-m a cento por um o que antes haviam recebido.

Não era só, contudo, a vingança que os movia, nem também a cobiça: era um grande medo de que o monstro vencido erguesse a cabeça, à maneira do que às vezes faz o touro no circo, prostrado pelo bote do matador, levantando-se e investindo, matando às vezes, já nas ânsias da morte. Além do medo, havia ainda a fraqueza da autoridade liberal, fraqueza inevitável em que pregava ao povo a sua soberania, fraqueza natural no dia seguinte ao da vitória; mas fraqueza infame, pois dela viviam os chefes, passando culpas aos seus clientes, fechando os olhos aos roubos e mortes: quando positivamente os não ordenavam para se livrarem de rivais incômodos ou de inimigos perigosos. Tal é a última face da anarquia positiva; assim termina a série de manifestações de uma doutrina agravada pelas condições de um momento. Destruíra-se na imaginação do povo o respeito da autoridade, condenando-se-lhe o princípio com argumentos de filósofo; destruíra-se todo o organismo social; e em lugar dele via-se, portanto, a formação espontânea das clientelas, chocando-se, disputando-se, consumando a ruína total, explorando em proveito próprio a confusão dos elementos sociais desagregados.

Toda esta dança macabra de partidos e pessoas corria sobre uma nação faminta, apesar das libras que rodavam em Lisboa e dos tívols e dos bailes das Laranjeiras. Força para acudir com socorros aos lavradores. (Lei de 4 de Outubro de 34.) Uns queriam que o Governo comprasse gados e sementes e os distribuisse; mas a *doutrina* ergueu-se, chamando a isso comunismo, exigindo *liberdade*. Decidiu-se emprestar dinheiro — oh, tonta tirania dos sistemas! — para que o pequeno lavrador comprasse grão e reses num país assolado¹. Toda esta dança macabra de bandidismo infrene, dizemos,

¹ A lei de 4 de Outubro de 34 mandou emprestar até 650 contos (a juro de 5 por cento e amortização em 5 anos) assim distribuídos por províncias: Algarve 108; Alentejo 123; Beira Alta 21; Beira Baixa 25; Douro 103; Estremadura 161; Minho 55; Trás-os-Montes 28. — Em Novembro havia metade dos empréstimos feitos.

corria por sobre um país devastado. No Governo não havia força para impor ordem, e havia interessados em fomentar a desordem. Cada ministro tinha o seu bando, os seus *bravi*, para resolverem a tiro nos campos as pendências que a frases se levantavam nas Câmaras. Mas ainda quando isto assim não fosse, a condenção em massa de todos os que no antigo regime exerciam as funções públicas; essa universal substituição do pessoal do Estado, indispensável para pagar os *serviços*, trazia aos lugares os aventureiros, os incapazes e verdadeiros bandidos.

Em vão se tinha duplicado (de 70 a 140) o número dos julgados: era impossível corrigir uma desordem que a tantos convinha. Guerrilhas armadas levavam de assalto as casas do miguelista vencido, roubando, matando, dispersando as famílias. Havia uma verdadeira, a única absoluta liberdade — a da força! Na Beira houve exemplos de uma habilidade feroz singular. Matava-se a família, deixando a vida apenas ao chefe, em troca de um testamento a favor de alguém. Dias depois o pobre aparecia morto e enriquecia-se desse modo. (*A din. e a revol. de Setembro.*)

Os tribunais, com o seu novo júri, eram máquinas de vingança. De Campo Maior, um bom homem escrevia a Manuel Passos o que observara (29 de Maio de 36; corr. autog. dos Passos). Saíra magoado de uma audiência, em que um negociante da terra pedia seis contos de perdas e danos a sete miguelistas que tinham deposto como testemunhas contra ele, no tempo do Usurpador. O povo invadira-lhe os armazéns, partira-lhe as janelas: nem uma testemunha, contudo, acusava os réus de terem praticado ou ordenado esses actos; mas o advogado «concluiu dizendo aos jurados que já que não podíamos tirar a vida aos realistas por causa da Convenção de Évora Monte, lhes tirássemos os bens, pois era esse o único mal que lhes podíamos fazer. — Os jurados eram quase todos da Guarda Nacional e querem também indemnizações; condenaram os réus na conta pedida. Isto me fez tremer pela liberdade!» (Carta de José Nunes da Mata.)

Os magistrados novos roubavam desaforadamente; e o juiz de Angeja conseguiu tornar-se notável: só lhe faltou levar as portas e os telhados das casas. (*A din. e a revol. de Set.*) Era um positivo saque. O povo criou tal raiva a esse ladrão que a gente do Pinheiro foi esperá-lo, quando ia a Ovar, obri-

gando-o a fugir numa carreira que só parou no Alentejo. (*Ibid.*) Na própria Lisboa sucediam coisas incríveis. Por ordem do Governo foi saqueada a casa do visconde de Azurara, ausente, e dois amigos do ministro ficaram-lhe com as mobílias. (*Ibid.*) O que sucedeu às dos conventos sabe-se — ou antes ninguém soube. Bandeira, o Esopo liberal, que bom foi não ter morrido em 28, publicava no novo dicionário: «Delito-Delírio. — A significação destas duas palavras ainda não está bem fixada, e varia em tempos e países diversos.»

Não se imagine que escurecemos as cores do quadro. Leia qualquer das memórias do tempo, ouça os que ainda vivem, e ficará sabendo como a anarquia na doutrina, que era um anarquia no Governo, era também uma anarquia de bandidos por todo o Reino, matando e roubando impunemente. E por cima de tudo isto pairava um medo positivo que entorpeceria a acção dos mandantes, e justificava, no sentido de uma defesa feroz, a caça ao miguelista.

Aos corcundas promete-se D. Miguel; aos liberais vertiginosos a Carta de 20; revoluçãozinha no Casal dos Ovos; Juntinha na Pederneira; Juntinha em Barrosas: aí está tudo em águas turvas; e é então que D. Miguel pesca. Dum lado, o *Eco*, o *Interessante*, o *Precursor* e o *Contrabandista*; e do outro o *Nacional*, o *Diabrete*, o *Marche-Marche* e a *Vedeta* dão com vocês doidos; e no meio desta confusão chega o *casus fæderis*, invoca-se a estupidez da Nação, o desejo do absolutismo — e aparece o Homem! (Bandeira, *Artilheiro*, n.º 16.)

À sombra desta confusão e deste medo havia impunidade para tudo; e num sentido era benemérito o bandido que assassinava e roubava o inimigo. De facto, não terminara a guerra: continuava, sob a forma de uma caçada. Em Setúbal havia infinidade de ladrões e os próprios militares não se atreviam a sair sem armas. (Shaw, *Letters*.) Os salteadores faziam batidas, traziam cadáveres que o povo, tomado de um furor igual ao antigo, mas inverso no objecto, enterrava, cantando e bailando. Pareciam selvagens. (*Ibid.*) Serpa ficou célebre pela gente que ali fora morta a tiro, sem combate, pelas janelas e pelas portas. Batia-se: vinham abrir, e uma bala entrava e o infeliz morria. Era um miguelista: não vale a

pena incômodos. A justiça não se movia; pagou culpas antigas! E os assassinos eram beneméritos. No Porto (20 de Março de 35), o façanhudo Pita Bezerra, antigo carrasco cuja morte se compreende melhor, indo à Relação a perguntas, foi assaltado pela multidão que o tirou à escolta, levando-o à Praça Nova, onde o matou; arrastando o cadáver puxado por uma corda, pela ponte, a Vila Nova, como quem mostra um lobo morto às aldeias, e deitando-o por fim ao rio. As quadrilhas de Midões assolavam toda a Beira. Arganil, Avô, Coja, Folques, Góis, Vilacova foram positivamente saqueadas, levando os bandidos o despojo em comboios de carros. (Seco, *Mem.*) O bandoleirismo florescia nessa região serrana, como raiz de uma velha planta que rebenta assim que bebe um raio de sol. Eram os descendentes de Viriato. O miguelismo armara-os, e agora, bafejados pelo ar benéfico da anarquia, uns, implorados e defendidos pelos senhores de Lisboa a quem serviam, voltavam-se contra os miguelistas, indiferentes a partidos e opiniões, seguindo o seu instinto de uma vida aventureira e bravía. Outros, porém, mantinham-se fiéis aos padres, e nos broncos cérebros desses quase selvagens apenas os fetiches do catolicismo¹ podiam às vezes mais do que os instintos espontâneos. Era uma Itália meridional, nas suas serras, o país que acabara sendo em Lisboa uma Nápoles. As Beiras viviam, à maneira da Grécia de há poucos anos, uma existência primitiva de tribo armada, alimentando-se do roubo, admirando a destreza e a coragem dos seus chefes.

Havia na serra da Estrela a guerrilha miguelista do padre Joaquim, de Carragozela, irmão do célebre Luís Paulino, secretário da Universidade no tempo de D. Miguel. Havia contra ela as dos Brandões, de Midões, que serviam o Rodrigo e o Saldanha, chefes de partido em Lisboa. Fundiram-se um dia esses inimigos no convénio de Gavinhos; mas ficaram dissidentes os do Caca, fiéis ao miguelismo, e acabaram queimados numa adega, depois de a defenderem contra os sitiantes. (Seco, *Mem.*) A fusão das guerrilhas da Beira criou na serra um verdadeiro terror, porque ninguém ousava desobedecer, e imperavam, saqueavam: houve casas queimadas e, à luz dos incêndios, orgias de vinho e estupros. (*Ibid.*)

¹ V. *Sist. dos Mitos Relig.*, pp 292 e segs.

E nas revoluções e pronunciamentos que vão principiar em 36, nessa segunda época em que a anarquia passa violentamente para o Governo, tornando todo o exército num corpo de guerrilhas, vê-se a tropa, ora aliada, ora inimiga dos bandidos; e os palicários portugueses *fazendo eleições*, pela Patuleia ou pelos Cabrais, levando as leis nas bocas dos trabucos e resolvendo a tiro as pendências locais.

Vem distante, porém, isso ainda. Agora a faina é saquear e eliminar o miguelista. De 34 a 39 só em Oliveira do Conde e nas Cabanas houve mais de trinta assassinatos impunes. (*Ibid.*) E nas Cortes de 38, Franzini apresentou uma nota do período de Julho de 33 a 37, que diz assim:

Faro	assassinatos	285	roubos	509
Castelo Branco	assassinatos	84	roubos	90
Portalegre	assassinatos	89	roubos	595
Guarda	assassinatos	221	roubos	373
Porto	assassinatos	528	roubos	378
Braga	assassinatos	41	roubos	620

O Minhoto roubava melhor; na Beira e no Algarve mata-se com mais fúria. No Porto houvera mais de quinhentos mortos; mas a capital, onde em um ano apenas (disc. de Franzini, ses. de 38) se tinham visto 194 assassinatos e 614 roubos — homem morto, um dia sim, um dia não, e dois roubos em cada dia! —, a capital levava a palma a tudo. Não era aí o centro, o foco, o tabernáculo?

Voltemos ao nosso Esopo: «Filho de burro não pode ser cavalo, dizia meu avô», e valendo-se da forma popular da fábula, põe o burro em diálogo com a Liberdade:

*Não fujas, diz-lhe o jumento,
Burro, que havia eu fazer?
Burro nasci e só burro
É meu destino morrer!*

Burro, como se sabe, queria dizer miguelista; e o poeta exprimia a convicção íntima da nossa incapacidade para compreender a nova lei. Com efeito, assim parecia, ao observar-se o que passava por toda a parte: a vergonhosa miséria dos caracteres, a absoluta impotência das vontades no sentido de reconstituírem de qualquer modo o organismo derru-

bado pelos golpes do machado de Mouzinho. As lascas do velho tronco, os ramos e as folhas da árvore antiga, caídos por terra, apodreciam no charco das lágrimas e das saudades dos vencidos, do sangue copioso dos cadáveres. Era uma decomposição rápida e já tudo fermentava.

Mas no lodo dos pauis, nadando sobre as águas esverdeadas e pútridas, vê-se abrir, elegante e cândida, a flor do nenúfar. Assim brotava pura no charco nacional a esperança de um futuro, a miragem de um destino, a quimera de uma doutrina, o encanto de uma voz — a meiga voz de Passos, um messias, pedindo paz, ensinando amor.

Eu detesto os homens rancorosos. Essa gente é má. Quem aborrece e não ama, não pode ser virtuoso, nem pode ser livre — porque a liberdade é a humanidade. (Disc. de 10 de Set. de 34.)

A liberdade era para o novo apóstolo uma coisa diversa, porque as expressões vagas consentem que cada qual introduza nelas os mais variados pensamentos. Para Mouzinho fora um estoicismo seco e uma negação do passado, uma doutrina racional e utilitária: agora surgia uma LIBERDADE nova, espécie de vestal sagrada e evangélica, envolvida numa nuvem dourada de ambições poéticas. O liberalismo português via nascer-lhe um Lamartine; e no descrédito da primeira definição, as esperanças voltavam-se para a nova fórmula.

Temo muito a liberdade nos discursos, mas pouco nos corações. Há muitos que a entendem, mas poucos que a saibam amar. Temos mais liberais nas bibliotecas do que nas praças, nos tribunais, no Gabinete. Muitos há que têm lido, que sabem toda a liberdade, e que ainda têm coração para a amarem, mas não o têm para a defenderem. (Disc. de 10 de Nov. de 34.)

Ardia então na Câmara o ódio aos vencidos, e as palavras de paz eram um acto de coragem. Essas palavras do Parlamento, ainda ouvidas com atenção de cólera ou de esperança, eram comentadas pelas províncias; e de muitos pontos, em numerosas cartas sem nome, chegavam ao tribuno eloquente os abraços, os aplausos. «Não estranhe chamar-lhe amigo, sem nunca o ter conhecido: quem trabalha

para o meu bem, tem jus à minha amizade», dizia um; e outro: «O modo por que se houve na questão das indemnizações denota um saber profundo. É minimamente liberal porque é tolerante, e humano porque é sábio. Aceite o sinal de reconhecimento de um militar que recebeu duas feridas na guerra e se gloria de pensar pela cabeça de V. S.» E assim outros, muitos. (Corr. autogr. dos Passos, 34-35.)

Mas, por duros e ressequidos que a guerra e a baixeza tornem os corações dos homens, raro será o instante em que os não comova uma palavra sentida, de uma boca virtuosa. Intemerato no seu nome, sedutor na sua voz, cândido, ingénuo, virtuoso, também estóico, Passos destacava-se e erguia-se por sobre os outros com a superioridade dos génios caridosos sobre os espíritos somente lúcidos. Era mais do que uma razão, era uma virtude; mais do que um homem, quase um santo. Em baixo, muito em baixo, ficavam, chafurdando em ódios e vilezas, as turbas dos políticos. A palavra dele subia, evaporando-se nas névoas de uma aspiração poética, superior ao que a condição dos homens permite realizar. Na sua caridosa quimera pedia mais do que paz, pedia igualdade e um estreito abraço dos vencedores e dos vencidos.

A minha firme convicção é que todas as opiniões devem ser representadas e que todas devem ser garantidas. Isto que eu quero, querem-no também os oprimidos... Não quero a pena de morte para nenhum cidadão português: oxalá que nunca mais ela seja executada sobre a terra! Não quero também penas perpétuas, porque até no fundo de uma prisão a nenhum desgraçado deve faltar o bálsamo consolador da Esperança... Penso que as lágrimas de um parricida, regando o túmulo do pai trucidado, são bastantes para lhe fazer perdoar tão grande crime. (Disc. de 28 de Jan. de 35.)

A liberdade é a humanidade, dissera o novo apóstolo da doutrina; mas o seu Evangelho não era, como o antigo, apenas um discurso, falando ao sentimento indefinido, à piedade, à caridade, irreduzível a fórmulas e doutrinas, fundo de luz nebulosa do puro espírito humano, que o eleva acima da realidade triste e o poetiza amaciando-lhe as agruras e espinhos: o Evangelho de Passos era um cânone, uma lei, uma doutrina — e por isso uma quimera. Era uma poesia, posta na prosa necessariamente rasteira da política. Desses migue-

listas que a sua caridade perdoava, e a sua humanidade restaurava ao grémio de cidadãos, dizia:

Deixá-los... se ainda não têm olhos para fitar a Urna e ver que ali está a liberdade de todos os homens! (Disc. de 10 de Nov. de 34.)

Os belos sentimentos tornavam-se opiniões, e faziam-se idolatria; das nuvens douradas de esperanças e desejos ficava o pó de umas fórmulas e a ilusão de um símbolo. A Urna era outra Cruz. E onde os artigos doutrinários punham a soberania da razão individual e o absolutismo do direito do homem, a nova definição que Passos dava à Liberdade, rejuvenescendo o jacobinismo da sua infância com a poesia da sua alma, punha a soberania do povo, a voz da multidão, congregada nos seus comícios. O País perdia-se por não a querer ouvir; Portugal caía por ver na Liberdade uma doutrina de individualismo, não uma doutrina de democracia. Tudo o que se fizera fora um erro: tudo havia a fazer de novo. Assim, nas ruínas da velha cidade portuguesa assentara o domínio de um sistema que, arruinado em dois anos, ia ceder o lugar a outro sistema novo e a novas ruínas.

Havia cá fora, para comentar e aplaudir as palavras calorosas do tribuno, pregando a nova lei, um vasto número de homens armados, e uma opinião unânime condenando a gente velha. Havia, além disso, esse estado de espírito aventureiro, excitado, pronto a romper: estado de espírito próprio de quem chega de uma guerra. Ao voltarem à capital, os batalhões de voluntários não tinham desarmado; percebiam vagamente que, apesar de terminada a campanha, a guerra não acabara ainda. Tudo o que o Governo fez para os desarmar por boas foi inútil: punham guardas às portas dos lugares indicados para a entrega das espingardas, a fim de impedir que os pusilânimes obedecessem. (*A dinastia e a revol. de Set.*) De arma ao ombro, pois, havia uma legião pronta a apoiar as palavras do tribuno que a força das coisas ia obrigar a descer da Câmara para a rua, do céu etéreo das suas esperanças para o triste fim das suas desilusões. Passos acabará, como acabou Mouzinho.

De tal forma termina o primeiro período desta história: dois anos que principiam com o acabar da grande guerra. Vamos estudar a *segunda* liberdade; depois estudaremos a *terceira*, a *quarta*, etc. — até ao fim.

II

PASSOS MANUEL

1. A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

A antiga gente do Governo não se achava melhor com a substituição de Palmela por Terceira: o segundo duque valia pouco e estava ameaçado de cair depressa. Esse primeiro semestre de 36 corria prenhe de ameaças. Já Carvalho não podia sacar dinheiro de fora e a sua fecundidade desacreditava-se. Sucedia-lhe atrasar os pagamentos, como a qualquer outro. Já se deviam 15 000 contos, por vencimentos e despesas dos Ministérios (5426), por letras e escritos do Tesouro (3610), por adiantamentos do Banco (4494 — V. *Relat. de Passos*, ses. de 37), sem falar na matilha de credores por dívida mansa não reconhecida, ou esquecida, em 34. Num regime de comunismo burocrático, como o nosso, isto era gravíssimo: casa onde não há pão...

Por isso, não falando dos clamores das ruas, havia no seio da Câmara uma oposição veemente e aplaudida. Eram os dois Passos e Sampaio, era José Estêvão e o banqueiro Rio Tinto; eram Costa Cabral, o Nunes, Sá Nogueira e Júlio Gomes. O Ministério sentia-se tão mal que em Julho (14) dissolvera a Câmara, para reunir gente sua, convocada para Setembro. De fora batia-o o *Nacional*, à frente da Imprensa inimiga; e no clube célebre dos Camilos (os ministros diziam *Camelos*) troava acima de todas a voz de Costa Cabral pedindo uma tirania da plebe, o sangue dos aristocratas, e dizem que até a cabeça da rainha. (*Costa Cabral em relevo*, anón.) Era o nosso Marat: porque nós, copiando a França, imitávamos sempre os figurinos de Paris.

O Governo fez as eleições, que foram como todas; e como sempre, *venceu*. O Reino inteiro o queria com uma unanimidade e um entusiasmo que poucas semanas bastaram para

demonstrar. Venceu em toda a parte: salvo no Porto rebelde, império, cidadela, dos irmãos Passos, de Bouças. Já que tudo era cópia, digamos também que a chegada dos deputados do Porto a Lisboa foi como a dos marseheses a Paris.

Sucedeu isso no dia 9, no Terreiro do Paço, onde gente armada foi esperar os recém-vindos e aclamá-los, com morras à CARTA e ao Governo, vivas à Constituição de 1820 (ou 22) e à revolução. «Indo-nos deitar na cama à sombra da CARTA, acordámos debaixo das leis da Constituição dada pelo povo no ano de 1820. Todos esfregavam os olhos e perguntavam se era um sonho o que ouviam: mas era com efeito uma realidade.» (Liberato, *Mem.*) Foi assim, com esta simplicidade, que as coisas mudaram; o que prova, não a força dos que venciam, mas a podridão das coisas vencidas. Havia a consciência de que a máquina social, por desconjuntada, não marchava; e um tal sentimento deu o carácter de uma *saldanhada* à revolução de Setembro, contra a qual ninguém protestou. No dia 10, de madrugada, a Guarda Nacional foi ao Paço exigir a queda do Gabinete e a proclamação da Constituição de 20. No dia 11 o Ministério caía e de tarde foi a rainha aos Paços do Conselho jurar a nova — ou antiga — Constituição. Inútil é dizer que a Câmara *feita* não se reuniu: era necessário *fazer* outra, de feitio diverso. Entretanto aclamara-se a ditadura de Passos, Vieira de Castro e Sá da Bandeira. A vitória surpreendera a todos, e mais do que ninguém aos vencedores que a não esperavam. Era mister decisão, porque o barómetro não é fiel quando sobe rapidamente. Chamou-se a capítulo: o ditador em chefe, com Leonel e Júlio Gomes, deviam ordenar a maneira de eleger as novas Cortes. O Rio Tinto oferecia dinheiro. Havia um formigar espesso de gente dedicada, pronta a sacrificar-se pela Pátria, pedindo os lugares que os vencidos *devoravam* havia tempo demasiado. Passos «tinha o braço cansado de assinar demissões».

Nós já conhecemos, desde 26, o tribuno do Porto elevado ao fastígio do poder. Os dois Passos, filhos de um proprietário de Bouças, pertenciam a essa burguesia do Norte do Reino por estirpe e temperamento. Tinham nascido na abastança, desconhecendo as privações cruéis da infância que

umas vezes formam os homens, mas muitas mais os estragam. Seus pais, sem grandes propriedades rurais — ninguém as tem no Minho —, possuíam bastos capitais móveis, o que também no Minho é comum: em 28 tinham na Companhia dos Vinhos e em casas de comércio do Porto o melhor de sessenta mil cruzados. Na casa de Guifões havia frequentes banquetes à antiga portuguesa, servidos em velhas pratas; e os dois moços foram mandados a Coimbra, onde só iam os abastados. O pai destinava o mais velho, José, ao clero; o segundo talvez à magistratura. Por quarenta mil cruzados a dinheiro tinha contratada a compra do priorado de Cedofeita, para o que veio a ser vice-presidente da Junta em 46, bacharel formado em Cânones. 1828 destruiu todos estes planos, arrastando os dois irmãos à emigração, onde a riqueza da família começou a fundir-se. De 28 a 31 a mãe mandou-lhes trinta mil cruzados para Paris: aí, os moços irmãos Passos, dos raros emigrados ricos, eram uma providência dos companheiros pobres, entre os quais estava Saldanha. (*Correspond. de Port.*, 13 de Dez. 80.)

Agora, suprimida a CARTA, começava-lhes uma vida nova, e um reinado; mas a seu lado vê-se um nome que não ficaria decerto esquecido depois dos louros de honra conquistados no êxodo para a Galiza, em 28.

Sá da Bandeira nascera em 29 de Setembro de 1795. Tinha pois agora quarenta anos: o vigor da vida, e um braço de menos levado por uma bala no lugar que, mutilando-o, lhe acrescentou o nome. Cadete em 1810, aos quinze anos, foi para a guerra da Península, ficando até a paz prisioneiro em França. O liberalismo entre cesarista e demagogo do império napoleónico aprendeu-o, pois, na infância. Voltou a Portugal com a paz, e esteve ao lado dos jacobinos em 20, tornando a França do seu degredo de Almeida. Inteligência recta e carácter forte, nem podia perceber as *nuances* das coisas, nem dobrar-se ao império das conveniências. Militar fiel à bandeira, súbdito fiel ao rei, cidadão fiel à Pátria, espírito fiel aos *princípios*, Sá da Bandeira não podia ser um *condottiere* como Saldanha, nem um *político* como Palmela, nem simplesmente um instrumento militar como Terceira, nem tampouco um tribuno, ídolo revolucionário, como Passos.

A reacção de 1823 acha-o em Lisboa com vinte e oito anos e não o seduz. Em vez de pregar no peito a medalha da *poeira*,

como fizeram Saldanha e Vila Flor, emigra outra vez; para regressar em 26, colocando-se ao lado do Governo, fazendo a campanha contra os apostólicos e acabando-a em 27, nomeando major por distinção.

No ano seguinte foi prestar os seus serviços à Junta do Porto, e bem se pode dizer que lhe salvou o exército e a honra militar na retirada para a Galiza que o fez chorar de amargura. Tinha trinta e três anos.

Sereno e firme, estoíco e virtuoso, julgava-se o *homme-lige* da liberdade portuguesa. Ligado por princípios ao radicalismo, andou separado das suas intrigas na emigração. Viu sempre a questão como uma guerra e sobretudo queria desembainhar a sua espada, obedecendo, sem ambições de mandar, com a serena ambição de seguir o seu dever, servindo onde, como e quando fosse necessário. Por isso, logo em 29 passou de Inglaterra à Terceira; e tendo sido aprisionado pelo cruzeiro miguelista, escapou da cadeia de S. Miguel, indo apresentar-se a Vila Flor, com o qual fez a campanha dos Açores.

Veio com a expedição ao Reino; e D. Pedro nomeou-o governador militar do Porto em 26 de Julho, substituindo o antecessor (D. Tomás de Mascarenhas) que fugira na noite pânica de 23-24. Depois foi ministro; e em 34 governador do Algarve, para bater as guerrilhas do Remexido.

Consolidada a paz, tributado o preito de fidelidade ao troco que a guerra levantara, embainhou a espada e sentou-se na Câmara do lado esquerdo, pois, no seu entender, de ambos os lados se era igualmente fiel à monarquia liberal. Imperturbável na sua serenidade, com um sistema de opiniões assaz concatenadas para um espírito avesso a aprofundar as coisas, a humanidade era a sua religião, o dever a sua moral, a monarquia o seu princípio, a espada o seu amor, o *povo* o seu dilecto. Estava pois longe de ser um demagogo como os dos Camilos, nem um tribuno da plebe, à maneira de Roma — como de facto era Passos.

A revolução de Setembro surpreendeu-o tanto como a todos; mas inquietou-o mais, porque desorganizava a ordem da sua vida, pondo em conflito diversos aspectos da sua opinião. Decidira-se pela única solução adequada ao seu génio — abster-se.

Mas se na rua o amavam, no Paço conheciam-no. Ele era o

homem único para evitar que a monarquia, assaltada, caísse. Talvez esperassem fazer dele um Monk, ou um Saldanha, mas se assim pensavam, iludiam-se. Sá da Bandeira foi um Lafayette. Trair era um verbo que ele desconhecia por instinto. Se a monarquia julgava que nem a revolução, nem os princípios de 1820 eram inconciliáveis, ele, que no fundo do seu coração *amava* o povo, ele para quem a liberdade era a *humanidade*, folgava em não ter de mentir a nenhum dos seus deveres; e faria o possível por alcançar a conciliação, corrigindo todas as demasias democráticas que pusessem em perigo a solidez do trono. Instado, aceitou, porque lhe disseram ser isso, exactamente isso, o que realmente se queria; e com leal serenidade foi sentar-se ao lado do tribuno para o aconselhar, moderando.

Ora o Paço esperava sempre que ele fizesse mais alguma coisa: não conhecia o fundo do seu estoicismo, e logo que o percebeu mudou de rumo.

É verdade que, também, a marcha das coisas arrastava-o e via-se perdido no meio da onda da demagogia solta, que já o não renegava a ele só, mas até ao seu ídolo, ao nobre, adorado Passos. Os Camilos rugiam pela boca de José Estêvão que se julgava um Danton, e de Costa Cabral pseudo-Marat. Havia aí quem, tirando classicamente o punhal da algibeira da sobrecasaca e brandindo-o, ameaçasse medir com ele a distância das Necessidades ao Cais do Tojo. E José Estêvão, agarrando a gola de pele de cabrito da pseudotoga do pseudo-Bruto, gritava-lhe: «Cala-te, miserável!» Num momento de franqueza inconsequente, natural dos bons, Passos exclamara: «A nossa Imprensa! Eu não tenho com que a comparar senão com o teatro do Salitre... Desgraçada Nação, se tivesse de ser governada pelos arbítrios dos foliculários!» (Disc. de 16 de Jan. de 36.) Mais de uma vez, também condenara as ditaduras em nome da rigidez dos princípios. E agora a fatalidade das coisas, erguendo-se para dissipar as ilusões, fazia-o servo dessa Imprensa e obrigava-o a ser um *vil despota*. «É o Governo ditador sobre as leis; ditadora a Imprensa sobre o Governo; ditadores os assassinos sobre o Governo. Ninguém conta *com o seu emprego*, nem com a sua reputação, nem com o futuro da sua Pátria.» (*O Tribuno Portu-*

guês, Outubro.) O *emprego* aparece à frente, como é dever num comunismo burocrático.

Doía o braço do ditador assinando demissões, mas nem assim conseguia vencer a fome dos pedintes. Antes, era uma oligarquia mais fácil de contentar; agora, a *democracia*, o governo de todos, obrigaria a uma partilha universal, se se quisesse saciar os desejos universais. «Não há quem se não lembre dessas medonhas colunas de descamisados que, vindo em cardumes do Porto e de outras partes do Reino, pejavam as repartições públicas.» (*Ontem, hoje e amanhã*, op. anón.)

A Guarda Nacional imperava; havia toques de rebate em permanência e um susto constante na população. Que seria amanhã? Quem podia contar com o futuro, quando tudo estava à mercê das *marcas*, que dominando a milícia cívica, faziam dela um instrumento de agitação permanente? Tocava o rebate nos sinos, e por toda a parte soava o rebate da extravagância das opiniões, da embriaguez da basófia, com que todos, *liberalmente*, dotados de uma soberania indiscutível e de um conhecimento das coisas mais especiais, dissertavam, debatiam, decidiam, cada qual certo de possuir a fórmula infalível para dar remédio a tudo.

*Se queres sábio ser, récipe: Toma
De Benjamin, Rousseau, oitavas duas
E nos teatros, nos cafés, nas ruas
Fala em comícios, em Catões, em Roma.*

*Corta o cossaco audaz que estrui, que doma
Da porta no Balcã o esforço, as luas:
Fala d'Egas também, Magriço e Fuas,
De Palmira, Paris, London, Sodoma.*

*Do Palmela a política retalha,
Abocanha o Carvalho em porcas frases
E sobre a chamorrice grita e malha.*

*Estas do sábio são agora as bases:
Terás os bravos da servil canalha.
Serás um sabichão dos mais capazes.*

(Bandeira, *son.* Abril de 36.)

A alusão é transparente. O sábio é Passos, com a sua confusa massa de doutrinas e de factos, de naturalismo e idealismo, de tradições antigas, máximas morais e opiniões sin-

gulares sobre a história nacional. Neste vasto mar de conhecimentos anárquicos, apenas a poesia da sua imaginação e o estoicismo e a santidade do seu carácter mascaravam a inconsistência do seu pensamento. Era um caos de elementos intelectuais sobre que pairava, como Jeová na Bíblia, a luminosa ingenuidade da sua alma.

A desordem que ele tanto concorrera parra desencadear, sob a nova forma demagógica, com o encanto e a sedução da sua palavra, já começava a afligi-lo, por não saber com que meios dominá-la. Embaraçado na teia das suas opiniões contraditórias, inspirado por um vivo amor pelo *povo*, crente na verdade misteriosa, quase mística, da voz da multidão, Passos via aproximar-se o momento da sua queda infalível e desejava-o ardentemente. Era um sonho que se ia esvaindo, uma nuvem que se dissipava. Por isso, quando caiu de facto, achou-se apenas com os doces afectos domésticos, e, destruídas as esperanças, maldisse da Pátria, fazendo-a a ela responsável pela inviabilidade da doutrina.

Ainda esse instante não chegou, porém. Ainda o ditador impera, com o seu aberto sorriso, com a lhaneza popular que na praça encanta a turba. Ainda impera, e o seu dia melhor, mais glorioso, não passou ainda. Ainda impera; e se organiza a seu modo a máquina eleitoral e administrativa (cod. de Dezembro 10) — porque sem ela não pode viver a revolução; porque é necessário substituir pela democracia o liberalismo da legislação de Mouzinho —, espera tudo da restauração da instrução pública. «Eduquem o povo, e ele saberá ser *livre*»; porque a liberdade era um rótulo que se pregava em todas as coisas. «Continuado o pensamento interrompido de Mouzinho da Silveira, disse com a máxima impropriedade Rebelo da Silva, e aplicando as forças da sua ditadura triunfante, o primeiro ministro da revolução de Setembro verificou na esfera dos interesses morais e administrativos o que o de D. Pedro já consumara na das grandes reformas políticas e económicas.» (Passos Manuel, na *Rev. Contemp.*) À ditadura de Passos devemos, com efeito, as Escolas Politécnicas de Lisboa e Porto, as duas menos felizes Academias de Belas-Artes e o Conservatório da capital; mas à sua doutrina da paz na liberdade democrática pela instrução, não respondem acaso as revoluções dos nossos dias, e *comunas* como a de Paris, «o cérebro do mundo», na frase de muita gente .sim-

ples? Mas à doutrina da solidariedade da instrução e da *liberdade*, não respondem os países instruídos que não são *livres*?

Passos era a incarnação de todas as *frases* democráticas; mas como essas expressões, ainda vagas e indeterminadas, continham em si a semente de verdades críticas, os homens que com elas formavam a sua alma eram poetas, sim, e por isso quiméricos, sendo ao mesmo tempo, como os poetas são sempre, núncios de um futuro longínquo, vítimas de um presente cruel.

Essa crueldade estava nos desvarios demagógicos e na reacção decididamente planeada pelo Paço. Sabemos que a rainha enviuvara: em Abril (10) tornou a casar-se com o jovem príncipe de Coburgo, D. Fernando. O rei dos Belgas Leopoldo, com a influência que exercia sobre a também jovem soberana de Inglaterra, foi durante um certo período o assessor dos monarcas portugueses. Com o príncipe veio para Lisboa Van der Weyer, trazendo na sua pasta de ministro da Bélgica o rol de instruções necessárias para chamar Portugal à razão, para consolidar a dinastia e organizar o liberalismo entre nós. Leopoldo era então o pontífice da doutrina, e a Inglaterra não só o ouvia, como punha às ordens dos seus planos portugueses as suas forças navais. E quando a Inglaterra assim obedecia, que haviam de fazer senão, convencidos, agradecidos, obedecer também os dois monarcas portugueses, moços sem experiência do mundo e sem conhecimento directo do país sobre que reinavam?

Tal era a situação na Corte, quando os marseheses chegaram do Porto em Setembro. Na tarde de 9, à espera do vapor, o Terreiro do Paço estava cheio de gente e os vivas e foguetes estalaram ao desembarque. De noite tocou o rebate e a Guarda Nacional reuniu-se, proclamando a Constituição de 22. Mandaram-se tropas contra ela, mas essas tropas fraternizaram¹. (Sá, *Lettre au comte Goblet*, etc.) No Paço havia

¹ Eis aqui um documento autêntico (*Corr. de Resende*):
Regimento
4 de Caval.

Il.^{mo} Sr.

É de meu dever levar ao conhecimento de V. S.^a que ontem alguns sargentos e soldados do Regimento disseram que não queriam para os comandar o

uma grande inquietação e Van der Weyer exigia do moço rei que montasse a cavalo e fosse com os batalhões fiéis sufocar a revolta: D. Fernando recusou-se. (Goblet, *Étalb. des Cobourg*.) Reconhecendo então não haver para onde apelar, o assessor dos reis lembrou Sá da Bandeira, que foi chamado, e veio à presença dos três. Que impressão faria no espírito grave do nosso militar achar-se de tal modo perante uma rainha que nascera no Brasil de mãe austríaca, perante um rei alemão, e um belga que os governava a ambos, em nome do seu rei e com o apoio da Inglaterra: achar-se, dizemos, perante esse grupo, dando em francês leis a Portugal rebelado? Pois uma tal desnacionalização do Governo não influiria no ânimo de Sá da Bandeira no sentido de o inclinar ainda mais para o *povo*, pelo qual tinha um grande fraco? Ele não o diz: mas deve crer-se. Em todo o caso, fosse pelo que fosse, recusou o papel de salvador que lhe queriam confiar. Mas a Guarda Nacional clamava na praça e os seus gritos chegavam à sala. D. Fernando, afável, bondoso, e já talvez céptico apesar de ser ainda moço, tomou-lhe o braço, seduzindo-o: «Era um grande favor!» O nobre general que amando o *povo*, queria muito à monarquia, cedeu então. Não esperassem dele os serviços de um Monk; não. Era pelo povo; reconhecia os erros da CARTA e detestava a política seguida até ali. O seu plano consistia em defender os princípios da revolução, harmonizando quanto possível a CARTA (26), com a CONSTITUIÇÃO (22). Sob tais condições resignava-se a aceitar.

Major Taborda, Capitães Leal, Amaral e Cunha e só sim a todos os subalternos sendo eu o comandante, o que V. S.^a já saberá; em consequência disto tratei de conservar a disciplina (!) e boa ordem, em que nada se acha alterada (?); hoje por ocasião da Parada da Missa fiz ver ao Regimento que era preciso segundo a minha opinião, que viessem os oficiais e Major para o Regimento e bem assim. V. S.^a ao que me responderam que só queriam V. S.^a, e que nada dos outros, visto isto peço a V. S.^a que quanto antes queira vir tomar o comando do Regimento, e então V. S.^a verá o modo de fazer o que julgar conveniente para ver se os Sold.^{os} anuem à recepção dos nossos camaradas no R.^o podendo eu asseverar a V. S.^a que só desejo *oportunidade* e boa camaradagem no R.^o

Deus Gd.^o a V. S.^a Quartel em Belém 11 de Setembro de 1836.

Il.^{mo} Sr. João X.er de Resende.

Francisco Maria Vieira
T.^o

Precursor oportunista, o nosso tenente!

(Sá, *Lettre au comte Goblet*, etc.) Rainha, rei e o belga olhavam-se: que remédio? Ainda era a melhor solução; e sobretudo não se tinham podido prevenir as coisas. Fora uma surpresa: remediar-se-ia. A conta em que os estrangeiros podiam ternos, infere-se da história deplorável da emigração e da guerra, decerto conhecida por eles, melhor ainda do que nós a conhecemos e a contamos. A convicção de sermos um povo que necessitava de tutela era geral.

Sá da Bandeira saiu, formou-se a trindade dos ditadores, publicou-se o decreto revogando a CARTA e proclamando a Constituição de 22, que seria reformada pelas Cortes. A mão da rainha hesitava, tremia, ao assinar o papel. (*Ibid.*) E que admira? Esse decreto reduzia-lhe a Coroa a coisa nenhuma; tirava-lhe o direito de *veto* e todos os direitos soberanos; ficava sendo, ela, a nobre senhora tão cheia de carácter e vontade, o mesmo que fora seu avô; e não tinha, como tivera D. João VI, fleuma bastante para se sentar de manhã rindo e abrir a *Gazeta* «a ver o que tinha mandado na véspera». Rainha no sangue, homem no carácter, o pensamento de uma desforra talvez partisse dela; e se não partiu, mas sim dos conselhos do ministro belga, é certo que o abraçou, e pior lhe queríamos se o não tivesse feito. Deplorável condição de um sistema que exige dos reis a falta de brio, nos conflitos da Coroa com o povo, ou a indiferença céptica pelos debates das questões do povo sobre que lhes diz reinarem! Deplorável ideia a que obriga a aclamar na presidência de uma nação a fraqueza, a indolência, a inferença!

O carácter da rainha era o inverso de tudo isso; mas os conselhos belgas e a protecção inglesa faziam com que, em vez de bucar apoio e força dentro da Nação, os aceitasse de fora, tornando-se de tal modo ré de um crime que desvirtua o mérito da sua energia. Que nacionalismo se podia, contudo, esperar de uma corte inteiramente estrangeira? É verdade que, nem Saldanha, nem Terceira, tinham querido jurar a Constituição restaurada; mas o último era uma espada apenas e não um partido, e o primeiro descera à condição dos *bravi*, desde que renegara o eminente papel de chefe dos jacobinos. Podiam juntos levantar alguns batalhões e fizeram-nos depois; mas não conseguiam com isso senão agravar a situação de um trono, que o povo já desadorava por causa das influências estrangeiras, e mais desadoraria quando o

visse pretender impor-se, defendido por batalhões de janízaros.

Não tinha, não, é facto, o nobre carácter da rainha outra força a que apoiar-se mais do que esses dois generais, mais do que as tropas e os navios ingleses, mandados para o Tejo por conselho do rei dos Belgas e corretagem do seu onnipotente embaixador. Deste modo, o plano da reacção, coevo de Setembro, amadureceu com o desbragamento crescente das coisas da revolução; e dois meses dela, achando-se maduro bastante, decidiu-se dar o golpe de Estado.

Quando Terceira ia para Belém tomar a parte que lhe tinham destinado, encontrou Passos, o tribuno do povo de Lisboa. Falaram, altercaram. «E os ministros por que não restabelecem a CARTA?», perguntava-lhe o duque. «Porque não são traidores», respondia-lhe Passos com uma pompa mais aparente do que sincera; «encarregaram-lhes a defesa da revolução e ela será defendida. A revolução tem sido generosa, porque é forte; mas se tomam a nossa generosidade por fraqueza, se apelarem para as armas, se provocarem a guerra civil, aí dos vencidos!» E tomando um ar terrível, o bondoso homem fazia a voz grossa, a ver se intimidava: «Em duas horas hei-de ter fuzilado mais *chamorros* do que demitido em meses...» — E a prova de que a ameaça era fingida está no tom com que prossegue: «Estamos na véspera da guerra civil: amanhã V. Ex.^a vai comandar os exércitos da rainha e eu os da República, se a espada de Bouças se medir com a espada de Asseiceira, nem por isso ficaremos inimigos.» (V. discurso de Passos, 18 de Out. de 44.)

Estava-se, com efeito, na véspera de uma guerra civil que duraria quinze anos, mais ou menos ensanguentados. Tudo era sombra e dúvida no edifício da *liberdade*; e que melhor sintoma o demonstra do que a mistura de ameaças e ironias, com reminiscências clássicas (República), reóricas e laivos de um cepticismo que punha por cima das amizades políticas as amizades pessoais? O tribuno aperta a mão ao general na véspera da batalha? Que singular comédia é esta? E que papel têm nela os pobres coros de um povo trazido para a rua pelas frases ardentes da tribuna? Entendem-se os actores, e representam uma tragédia em que o povo, soberano, onnipotente, origem de toda a autoridade e destino de toda a acção, é um comparsa apenas? É assim, é.

Mas não se despedace a bela estátua do tribuno, porque ele era sincero na sua dobrez. A fatalidade pode mais do que os homens, e muito mais ainda do que os poetas, no momento em que as visões de esperança começam a dissipar-se. Era o que sucedia a Manuel Passos, já abatido e semiacabado por dois meses de ditadura. O seu melhor dia, contudo, não chegara ainda, e, como o cisne na fábula, ia entoar o seu canto, nas vésperas de morrer.

2. A BELENZADA

Van der Weyer preparara tudo; o dia estava aprazado. Era indispensável vingar o brio da jovem rainha (17 anos) que debulhada em lágrimas tinha jurado a Constituição (Macedo, *Traços*)¹; era necessário acreditar o reinado do moço (20 anos) D. Fernando, que o monarca da Bélgica enviara para cá. O corpo diplomático tinha pedido garantias: os pares da direita, presididos por Palmela, tinham protestado. Passos e Sá tinham sido chamados ao palácio, a dar explicações perante o belga, perante o inglês Howard. Temia-se tudo: o miguelismo, a república, a regência de Isabel Maria, velha preocupação de outros tempos, ou da imperatriz viúva em quem se falava agora. Os ditadores afirmavam a sua lealdade ao trono, garantiam, asseguravam que se lhe não buliria (*Ibid.*); mas o caminho que as coisas tomavam fazia, com efeito, recear que não tivessem força igual à boa vontade.

Van der Weyer pôs, portanto, em execução as instruções que trazia. Tutor dos jovens e obedientes monarcas, meteu mãos à obra. Seria um golpe rápido, a que tudo se submeteria; mas o belga, tendo estudado Portugal, estudara pouco a inteireza do ânimo heróico do seu efêmero ditador. Não fosse ele, e o plano teria vingado. Tudo estava combinado com o rei Leopoldo, que mandaria tropas suas; mas en-

¹ A narrativa do episódio da Belenzada, conforme se acha no livro citado do Sr. Macedo, é transcrita do *Eco Popular*, jornal de José Passos, no Porto, e que Manuel, de Alpiarça, inspirava em 57 quando a notícia viu a luz. É certo, portanto, que se Manuel Passos a não escreveu, como se supõe, viu-a, emendou-a: tem pois o carácter autêntico.

quanto não chegavam, Palmerston, de acordo — porque a rainha Vitória adorava o tio —, pusera às ordens uma esquadra com tropas de desembarque, fundeada no Tejo. Nada se faz sem dinheiro: Portugal não o tinha, e claro está que havia de pagar o preço da sua educação liberal. A Bélgica adiantava o necessário, mas com penhor, porque os Belgas são seguros e mercadores; e o penhor seria uma das possessões de África. (Sá, *Lettre au comte Goblet*, etc.) Oh, pobre Portugal, mandado por todos, ludíbrio das gentes, triste nação já saqueada do que possuías no Oriente, para ganhares a dinastia brigantina, e agora ameaçada de perderes a África, para conservares os teus reis liberais e forasteiros!

Eles, que não tinham nas veias sangue português, não coravam de vender a Nação; mas tampouco fervia o sangue dos cartistas que, ávidos, contavam com o regresso dos tempos perdidos. Foi o dia 2 de Novembro, dia lúgubre dos finados, o da tenebrosa combinação. Armados a bordo, com as lanchas equipadas, estavam os ingleses; e conspiradores a postos esperavam que as fardas vermelhas chegassem, ou a rainha fosse para bordo. Não se tinha D. João VI refugiado também na *Windsor Castle*? Sermos uma espécie de Tunes parecia natural aos homens gastos por tantas aventuras, tão várias intrigas, onde lhes tinha ficado todo o brio e carácter que a Natureza lhes dera; sem parecer estranho ao rei estrangeiro, aos diplomatas sabedores da nossa História, e à rainha que havia ganho o trono à força de batalhas num país inimigo.

Mas Passos disse terminantemente — não! E a sua ordem era apoiada por Lisboa em armas havia três dias. Foi ao Paço, no dia dos finados; e pareciam-lhe cadáveres, coisas mortas, esses portugueses que, ladeados pelos estrangeiros, à sombra deles lhe exigiam a restauração da CARTA, e que renegasse a revolução, isto é, o seu nome, o seu brio, a sua honra. Foi, ouviu-os, e à rainha disse que se fugisse para bordo dos navios ingleses era o mesmo que se abdicasse; e se chamasse para terra os soldados estrangeiros, era como se declarasse a guerra à nação sobre que reinava. Já não sorria, como quando falara ao duque da Terceira. Agora, o sangue pulava-lhe e a sua bela face iluminava-se com o entusiasmo: era a imagem da honra nacional. Se a rainha tramasse a contra-revolução, arrepender-se-ia; se o não fizesse, veria quanto

era amada. (Macedo, *Traços*.) As palavras saíam-lhe fluentes, com um timbre sereno porque brotavam sinceras, cândidas, da sua grande alma. E, como finados, os conspiradores ouviam-no, calados, corridos — coisas mortas que eram. Mas na alma da jovem rainha não havia uma corda que respondesse ao bater incessante da palavra eloquente do procurador dos povos? Quem sabe? É natural que hesitasse entre os dois que a disputavam.

Os ministros ofereceram-lhe a demissão, que ela nem aceitou, nem negou. (*Ibid.*) Se hesitava, decidiu-se por fim pelo belga, contra o português. Seduzida a guarnição pelos generais, tudo estava combinado e previsto. Caía a tarde no dia 3, quando a Corte saiu das Necessidades para Belém, onde os regimentos de Lisboa foram juntar-se, sem ordem do Governo, obedecendo aos generais conspiradores. Rodeada de soldados, à sombra dos navios ingleses, a rainha sublevada mandou chamar os ministros. Eram dez horas da noite e estavam reunidos em casa de Passos. Delegaram Vieira de Castro, e sem rebate, caladamente, reuniu-se a Guarda Nacional. O emissário voltou: ainda bem, que não tinham ido todos, porque o plano era prendê-los: a contra-revolução estava consumada. «Isso não!», respondeu Passos, e levantando-se, decidiu que fossem a Belém, à frente da Guarda Nacional, ver a cara do inimigo. Sá da Bandeira ficaria em Lisboa. Tocasse-se a rebate em todos os sinos, rufassem todos os tambores, houvesse alarme contra uma Corte inimiga: a ameaça forçaria a recuar. Fez-se como o ditador mandou; mas a Corte, vendo-o chegar com Lumiães e Vieira de Castro, escarneceu-os, demitindo-os, pondo em lugar deles um Ministério, do dia em que fora combinado — um Gabinete de finados!

A noite acabou em paz. Em Belém contava-se ganha a vitória; mas em Lisboa ninguém dormia! Todos se preparavam.

O dia 4 começou com um assassinio. Já a turba armada, com os ânimos excitados, fazia das ruas baluartes, fortificando-se à espera de uma invasão. Já as avenidas de Belém estavam guarneçadas, para impedir o passo aos que pretendessem ir apoiar os conspiradores. De Belém chamava-se a capí-

tulo: viesse toda a velha guarda liberal, fiel à CARTA, que o estrangeiro estava pronto a restaurá-la. Agostinho José Freire vestia-se, fardava-se de encarnado, todo recamado de ouro, para ir receber as ordens da sua rainha, isto é, para voltar a um poder de que a revolução o expulsara.

Freire nascera em 28 de Agosto de 1780; contava 56 anos, mas apesar da vida trabalhosa, estava robusto e são. Seguiu a carreira militar, sendo, porém, sempre político. Apareceu aos 40 anos secretário das Cortes em 20, emigrando em 23, voltando em 26, tornando a emigrar em 28. D. Pedro chamou-o a si em França, nomeando-o ministro da Guerra, lugar em que o vimos quando o historiámos. (*Vida e trágico fim de A. J. Freire*, anón.)

Agora afivelava o espadim, pendurava os crachás sobre a farda vermelha, preparava-se, brunia-se, para aparecer glorioso no Paço onde o chamavam. Era um velho, todo branco, alto, magro, elegante, com uma fisionomia fina que revelava o seu temperamento nervoso e excitável. Falava com ele Aguiar, mais positivo, e também convidado para ir a Belém; falava, aconselhando-lhe prudência: eram odiados, bem o sabiam, e podiam reconhecê-los no caminho e sofrer algum insulto. Freire não concordava. A sege esperava-o em baixo, e já fardado descia, convidando o colega a acompanhá-lo. Aguiar recusou; saiu a pé, abotoado, sem insígnias nem fardamento, direito a um cais para embarcar. Ainda assim o reconheceram, largando botes a persegui-lo: deveu a vida ao pulso dos seus quatro remadores. (*A dinastia e a rev. de Set.*)

Sopeada pelos cavalos, travada, corridas as cortinas engraixadas, a sege de Agostinho José Freire descia a ladeira íngreme da Pampulha. Em baixo, onde vêm dar as vielas que dizem para o rio, havia um posto da Guarda Nacional, de arma ao ombro, para impedir as viagens a Belém. Fizeram parar a sege, correr as cortinas, e deram em cheio com a personagem na sua farda vermelha constelada de comendas e bordaduras. Conheceram-no todos? Decerto não; mas o facto é que a farda bastava para denunciar um inimigo, e o comandante do 15.º batalhão deu-lhe voz de preso. Estalou um tiro quando Freire se apeava: dobrou-se e caiu morto. (*Vida e trágico fim*, etc.)

Logo que um caso destes sucede, vem a sanha, como de canibais, a agravar o acto cometido. Há muitos a querer a

honra do feito; há muitos mais a afogar num desvario de atrocidades o remorso espontâneo de um crime. Sobre o cadáver ferviam os tiros. Despojaram-no de tudo, deixando-o de rastos, seminu, contra um lado da rua, crivado de feridas, escorrendo em sangue, com uma tigela de barro ao lado para receber as esmolas dos transeuntes. Mais tarde foi levado em maca ao cemitério, seguido por uma turba furiosa que duas vezes o exumou, negando-lhe a paz na própria cova. (*Ibid.*)

Essa fúria da população, vitimando o ministro, fazia-o expiar os crimes de muita gente. Os juízos do povo são como os que se atribuem a Deus¹: cegos, aparentemente injustos muitas vezes, são os juízos do Fado que, indiferente a nomes, escolhe à sorte um homem para vítima expiatória de crimes mais ou menos seus. Da mesma forma o povo escolhe os ídolos e os réus.

Essa fúria da população era a consequência da exaltação em que o acto agressivo do Paço lançava Lisboa e o seu povo, já *soberano* segundo a lei, verdadeiramente soberano agora que as Guardas Nacionais imperavam armadas. Ao som do rebate, formavam, em ordem de batalha, no Campo de Ourique, na manhã do dia 4. Parecia iminente um combate entre elas e a guarnição reunida em Belém, em torno da rainha. Passos estava no seu posto à frente do *povo armado*, quando vieram do Paço chamar o ditador. Que lhe queriam? Fosse o que fosse, ele partiu, arriscando a vida.

Sá da Bandeira, a quem a Junta de Campo de Ourique convidara para o comando, recusara a princípio, da mesma forma que antes havia recusado o papel de Monk oferecido por Howard; mas agora a agitação crescente, a iminência da crise obrigavam-no, e ficava, mais para conter do que para guiar o povo armado. (*Lettre au comte Goblet.*)

Passos entrou no palácio, e dir-se-ia que voltavam essas antigas cenas da Idade Média, quando os tribunos da plebe iam à frente dos monarcas. Em volta da rainha estavam o rei e os diplomatas e os pares do Reino, os conselheiros de Estado, a infanta D. Isabel Maria e a imperatriz viúva. Era

¹ V. *Instit. Primitivas*, pp. 156-66.

toda a Corte reunida para ouvir, para condenar, para seduzir? Era toda a Corte, perante o homem de Bouças, rei verdadeiro de Lisboa. Passos curvou-se, beijou a mão da rainha; e esperou que lhe dissessem o que dele pretendiam.

Então, pela soberana falou — quem? O seu Ministério dos finados? Não. O inglês Howard, o belga Van der Weyer, e só depois dos estrangeiros, Vila Real, Lavradio e Palmela no fim. As falas eram mansas; não se aludia ao Ministério dos finados, porque a atitude de Lisboa, de manhã, infundira medo. Tratava-se de seduzir, não de ameaçar. S. M. não podia consentir na abolição da CARTA, mas estava decidida a reformá-la: entretanto, o inglês afirmava que o seu Governo não toleraria em Portugal a Constituição quase republicana de 22. Involuntariamente, os olhos dirigiram-se para o rio onde o vento soltava a bandeira vermelha da Inglaterra na popa das suas naus. E do lado da rainha todos continuavam a não estranhar a figura de idiotas que faziam.

Repetia-se a cena da véspera; e Passos repetiu, em francês, mas com uma firmeza mais calma e triste, o que dissera na véspera. Fora nomeado ministro com a Constituição de 22, e não com a CARTA, a cuja sombra se desbaratara a riqueza nacional por não haver garantias políticas contra a oligarquia reinante. Não renegaria a revolução, embora desde o princípio tivesse afirmado a necessidade de emendas que consolidassem o trono. Não era uma questão de formas, era a questão do princípio, da origem da autoridade. A CARTA fora um dom do trono, a *Constituição* uma conquista da soberania popular. Sossegasse, entretanto, S. M. que o povo não queria mal ao trono: haveria duas Câmaras, *veto* absoluto e direito de dissolução, «como na CARTA. Será como na Bélgica, dizia a Van der Weyer: não podereis condenar». E voltando-se para o inglês impertigado e impertinente, dizia-lhe que a lealdade portuguesa não recebia lições britânicas. Éramos um povo livre e não aceitávamos a intervenção de ninguém. As coisas inglesas que ele amava e admirava, haviam de entrar às boas, em navios mercantes, para terem despacho livre. Vindo em navios de guerra, as leis da Inglaterra só serviriam para lhas devolver sob a forma de cartuchos. S. M. teria dignidade bastante para repelir as ofertas da Inglaterra; se as não aceitasse, Portugal deixaria por uma vez de ser um prefeitura britânica e o seu soberano uma espé-

cie de comissário das ilhas Jónias. «Se desembarcarem, dizia por fim a Howard, serão batidos.» À rainha, convidava-a a ir para o Campo de Ourique, onde veria que amor lhe tinham os súbditos; e aos generais, em última instância: «A Inglaterra ameaçava-nos: ninguém se desonrará. O vosso lugar é no Campo de Ourique, à frente dos portugueses que aí defendem a independência da Pátria.» (Macedo, *Traços*, etc.)

Era um doido, varrido, *poeta*. Pôr os pontos nos ii, falar com sinceridade, em política! E uma audácia! E um orgulho, nesse indígena! Howard estava absorto, o belga confundido, a rainha perplexa, os seus portugueses corridos. Havia silêncio, ouvia-se o arfar do peito do tribuno que derramara a flux as ondas da sua imaginação... E o facto é que talvez se não enganasse: Lisboa era por ele... Talvez os ingleses fossem batidos, talvez os regimentos portugueses fraternizassem como em Setembro¹. Talvez... Talvez... E havia uma hesitação singular, e uma longa pausa, quando a voz lenta e fanhosa do moço rei, numa frase indiscreta, exprimiu em francês o seu despeito colérico. *Monsieur le roi Passos, comment vont vos sujets à Lisbonne?* — Reprimindo-se, ele respondeu que não tinha súbditos: eram-no da rainha. E D. Fernando objectou: Mas não lhe obedecem! — «Porque S. M. manda o que não pode — e o que não deve!» E outra vez excitado pela temerária ironia do rei, voltou dizendo que ordenara uma resistência enérgica — até ao fim: «Se morrermos, morreremos bem!» (*Ibid.*)

Ninguém duvidava de que ele fosse capaz de morrer. A cena, começada com o aparato de uma ópera, para a sedução de um tirano plebeu, acabava num drama pungente. Na face da sua Corte, à frente dos embaixadores, a soberana estava abatida e humilhada pela soberania desse homem, que não era só o ídolo de um povo pronto a defendê-lo: era um herói para quem não valiam lisonjas, nem adulações, um estóico indomável, uma virtude inacessível. Em vez de seduzido, Passos acabava seduzindo os próprios inimigos. Os que se não penitenciavam do erro, sumiam-se corridos. Trigo-

¹ Foi antes ou depois disto que a artilharia engatou em Belém para fugir para Lisboa, sendo necessário mandar cavalaria cortar-lhe a vanguarda; sendo necessário que D. Fernando fosse pela estrada fora, a galope, escapando por um triz à cutilada que um soldado lhe despediu?

dizia à rainha que depois de uma tal imprudência só uma solução restava. — E qual? perguntava ela, arfando. — Abdicar. — Pois não haverá outro recurso? — Para reinar com honra, nenhum; para reinar... um só. — Então qual? — Entregarmo-nos à discrição de Passos Manuel. (Macedo, *Traços*.)

A rainha queria reinar. E o tempo corria, sem que nada resultasse das habilidades com que Palmela buscava embair o *rei de Lisboa*. E começava o fogo das avançadas nos seus postos (pois corraera que Passos não voltava por estar preso), sendo necessário um bilhete dele para cessarem os tiros. Quem valeria em tais angústias, senão o fiel Sá da Bandeira, para impedir à rainha a vergonha de se render à discrição do seu émulo da capital? Era já noite quando Passos regressou à cidade; e, na manhã de 5, Sá da Bandeira partiu para Belém a cobrir a retirada da infeliz rainha.

Mas, durante essa noite, os seus conselheiros, ou impenitentes ou timoratos, fizeram desembarcar na Junqueira seiscentos ou setecentos soldados ingleses. Era a guerra. Era apenas uma tolice? Uma ordem mal cumprida? O facto é que a Guarda Nacional desceu do Campo de Ourique a Alcântara, gritando em coro — a Belém! E se lá chegasse a ir, ai da rainha e de todos! Na véspera, o nobre Passos defendera o povo perante a Corte: hoje, contra o povo enfurecido, defendia a vida da rainha. A cavalo, atravessado sobre a ponte do ribeiro que corta a estrada, vedava em Alcântara a única passagem da turba enfurecida, falava-lhe, acalmava-a, ameaçava-a. «Para Belém não se passa, senão por cima do meu cadáver!» E não era uma frase banal, porque o podiam esmagar numa onda que viesse rolando de mais longe. O povo desforrava-se, gritando, blasfemando, exprimindo nas suas frases grotescas o nenhum conhecimento que tinha dos motivos de conflito, e como ia arrastado por uma fatalidade, sem consciência, movido por instintos: «Querem duas Câmaras? Deixem estar que não se lhes há-de dar nem uma!» Passos, ouvindo isto e o mais, sentia invadi-lo numa névoa de tristeza que varria a luz das suas esperanças... Tal era o *povo*, o soberano, cuja sabedoria lhe tinham ensinado tantos livros inchados de períodos rotundos! E a mó de gente, clamando, revolvendo-se, fluindo, refluindo, contra a ponte, onde Passos, a cavalo, parado, se julgava a si e julgava o *povo*.

Sá da Bandeira conferenciava então com Saldanha no palácio do conde da Junqueira, e exigindo como condição prévia da composição e reembarque das tropas inglesas, exigia o cumprimento da promessa da véspera: que a rainha demitisse os ministros do golpe de Estado, nomeando-o a ele Presidente do Conselho, restaurando o Ministério anterior. A demora fazia nascer suspeitas e mal se podia conter a população em Alcântara, onde Sá também foi acalmá-la a pedido da rainha, donde voltava dizendo que, sem o decreto assinado, nada se conseguiria. (Sá, *Lettre au comte Goblet*.)

Saíram, pois, os decretos, restaurou-se o Ministério, voltaram as tropas para bordo dos navios, e com elas se sumiram também a bordo os ministros de finados e a gente de Belém. À tarde a rainha, confessando-se devedora do Trono e da vida a Manuel Passos, voltou igualmente de Belém para as Necessidades, vencida, humilhada, por entre as alas das forças *setembristas* que ocupavam as ruas. A noite acalmara tudo; e D. Maria II continuava a reinar. Com honra?

Ut arundo fragilis, como o seu primeiro avô Afonso, *ferebatur*¹. A rainha, ou por ela os que a aconselhavam, cediam à força — mas só momentaneamente. Fora um plano mal traçado: voltar-se-ia à carga, logo que as circunstâncias o permitissem. Na guerra é lícito proceder assim; e D. Maria II declarara, ou tinham-na feito declarar, guerra à nação setembrista. Van der Weyer olhava para Terceira, para Saldanha, dizendo consigo que, se não serviam para isso, de que serviam então?...

3. AS CORTES CONSTITUINTES

Era obrigação dos diplomatas, que tinham lançado a corte na aventura frustrada de Belém, garantir a sorte dos numerosos refugiados a bordo dos navios ingleses e dos não refugiados, mas comprometidos. Howard exigiu de Sá da Bandeira um perdão, que tanto ele como Passos como Vieira de Castro, os triúmviros, desejavam dar. (Sá, *Lettre au comte Goblet*.) A clemência é virtude dos bons, a magnanimidade

¹ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed.), I, pp. 66-9.

sintoma da força. Com o resultado dos dois dias de Belém, o setembrismo ganhara uma autoridade que ia baixando muito. Rendida, sem ficar convertida, a corte reconhecia o poder da revolução: era mister agora cumprir o que se prometera, discutindo e votando uma Constituição que ressaltasse o princípio de origem na soberania popular, dando, porém, ao Trono o veto e o direito de dissolução e às altas classes uma segunda Câmara. Uma semana depois da Belenzada saía (12) o decreto convocatório; e a 26 de Janeiro de 37 reunia-se em Lisboa o Congresso Constituinte. Abolida a CARTA, havia que reconstruir o mecanismo político, e as divergências de interesses e doutrinas acentuavam-se.

Expulsos do poder, os cartistas eram obrigados a construir em partido o que antes fora um agregado de bandos, cada qual com seu chefe, porque agora aparecia no Governo uma doutrina adversa à de todos eles. Gorjão Henriques definia no Congresso esta atitude com a *partida* de apresentar a CARTA por emenda ao projecto da Constituição. Eram dois únicos os deputados cartistas, e apenas podiam protestar, esperando a decomposição fatal dos vencedores. Por seu lado, os miguelistas começavam a criar esperanças, perante a desorganização do novo Portugal. Alguns soldados velhos saíram de Lisboa para as Marnotas (13 de Maio), entre Loures e Frielas — a esperar os touros? Não, a proclamar D. Miguel. Mas os camponeses, já esquecidos, crendo-os salteadores, prenderam-nos e destroçaram-nos¹.

Não era, pois, das direitas que o Governo tinha a temer: era da cauda temível da sua esquerda demagógica.

Ferviam os clubes, donde os tribunos levavam para a Câmara as exigências mais radicais. Leonel Tavares mandava do *Burjaca*. Costa Cabral não consentia que ninguém lhe passasse à frente, porque toda a preocupação do tempo era ser mais *avançado* do que o vizinho. Cabral tinha o seu clube também, no Arsenal (que depois fechou), e aí discutia pausadamente com os carpinteiros da Ribeira, com o filantropo For-

¹ «Enquanto às Marnotas é que V. erra de todo; era uma vasta conspiração, abortada pela denúncia dum miguelista que se vendeu, e anos depois pagou a traição com a vida.» *Carta* do Sr. Carreira de Melo ao A.

miga, a maneira de dar maior latitude às ideias democráticas. (*Dic. biopol.*) Era todo mansidão, deferência, quase humildade, para com o *povo* soberano, ao qual pedia que o ilustrasse e o dirigisse. Aconselhado, vinha seco e hirto, petulante como quem traz o rei em certas vísceras, agredir no Congresso o Governo e a sua moderação, exigir que houvesse uma Câmara apenas, e não houvesse veto, e nem sombra de peias à liberdade de Imprensa. (V. *Diár.* Sessão de 37; e o *Dic. cit.*) Ao lado desse homem frio que, ou mudou inteiramente depois, ou seguia o exemplo antigo dos tiranos, conquistando o poder pelo caminho da demagogia: ao seu lado via-se um rapaz em quem um sangue generoso pulava com ardor, discípulo melhorado, *avançado*, de Manuel Passos, a exemplo do que este fora para com Fernandes Tomás. No seio do liberalismo era próprio que cada geração progredisse no sentido da anarquia; pois os moços, cada vez menos doutos, incapazes de perceber as distinções e subtilezas da escola, viam os *princípios* em grosso e exigiam, com a violência própria dos temperamentos generosos da Península, que os princípios se tornassem factos.

José Estêvão nascera em Aveiro em 26 de Dezembro de 1809: contava agora com 27 anos apenas. Aos dezanove alistara-se no batalhão académico, militando sob o comando do caquético Refoios em Morouços e no Vouga. Emigrara para a Galiza, depois para Inglaterra, donde foi à Terceira e de lá veio ao Porto, cabendo-lhe um lugar na defesa da Serra. (F. Oliveira, *Esboço Histórico.*) Bravo, honrado, a sua mocidade contava já uma história meritória. Possuía todos os dotes de um temperamento peninsular, com os defeitos correspondentes: tinha a hombridade castelhana, o valor português, a eloquência de um andaluz, e uma face aberta, iluminada, simpática, a que a voz e a fala davam um poder de sedução. Mas nem tinha saber, nem juízo, nem prudência, nem a consistência, portanto, sem a qual não há homem verdadeiramente superior. Era o belo veículo de um instrumento composto de sentimentos valorosos e nobres, expresso em frases que saíam e soavam como árias. Foi o primeiro, talvez o único, dos *te-nores* sinceros da *liberdade* portuguesa.

No Congresso declarava «pertencer à seita da mocidade e glorificar-se disto». (*Disc. de 25 de Abril.*) E essa seita da mocidade, na qual tinha a seu lado Cabral, Vasconcelos, Santos

Cruz, sentava-se na extrema-esquerda, e reclamava: «Juiz só, a julgar só; um rei só, com ministros responsáveis a executar só; uma Câmara só — eis a minha monarquia, eis o meu governo representativo.» (José Estêvão, *Disc. de 5 de Abril.*) Era simples, claro como água: um solo de instituições abstractas, uma ária de abstracções liberais. Como não lembrava ainda que a lógica exigia uma purificação maior: o governo do povo pelo povo, o governo directo, ou antes nenhum governo, sem sombra de Estado, a anarquia absoluta? Nem a traição, nem a economia das forças sociais, nem o estado das classes, nem alguma coisa do que real e positivamente constitui uma nação se tinha em vista nessas opiniões *avançadas* que obedeciam à tirania terrível das fórmulas abstractas. Triste, pois, desanimado, o demagogo lamentava-se: «Vejo que o Trono pode demitir os legisladores populares, pode estorvar que a lei se faça; vejo que o Trono tem o veto absoluto, o direito de dissolver e o de nomear senadores...» (*Disc. de 5 de Abril.*)

E todas essas *concessões* — porque assim, forçosamente, eram considerados os direitos soberanos pelos defensores da soberania popular — enchiam a oposição de cólera contra o Governo que se dizia ter renegado a Revolução. E os clubes, onde Cabral e José Estêvão iam chorar as suas mágoas: o do *Burjaca*, de Leonel Tavares; o do *Arsenal*, onde reinavam França *que tinha coração* (*Ontem, hoje e amanhã*) e Sorares Caldeira, ambos atletas, ambos ignorantes e queridos do povo: os clubes comentavam o proceder do Governo, não poupando já o próprio Passos por ter dado a mão aos moderados (Sabrosa, Raivoso, Derramado, Taipa), em vez de a estender ao puro setembrismo, patuleia, descamisado.

O singular da revolução de Setembro e o que particularmente assinala o estado da Nação, não é a cauda de radicais que todas as revoluções criam. O singular é o desânimo dos chefes, a espontaneidade imediata com que se ácusavam dos próprios actos. Veremos a que estado melancólico de cepticismo político chegou Passos; mas Taipa logo na primeira sessão do Congresso (18 de Jan.) se levantava para fazer o seu acto de contrição: «Aboliu-se a CARTA, mas todos sabemos que nem a CARTA é um código tão insuficiente para as nossas circunstâncias que valesse a pena de uma revolução para destruir, nem a Constituição de 22 tão perfeita que

valesse a pena de uma revolução para a restaurar.» (V. Sá, *Lettre au comte Goblet*, etc.) E, entretanto, era contra a CARTA que desde 30, ou ainda antes, todos esses homens vinham clamando, como causa dos males nacionais. Chega a revolução que a suprime, e todos a lamentam; seguem por não poder deixar de ser, mas «ninguém a desejava, ninguém a aplaude». (*Ibid.*) Por que declamavam, pois? Porque lançavam à terra de um povo anarquizado a semente de uma revolução? Vêm-na germinar, e lamentam?

O porquê é simples. Não mediam nem sabiam o alcance do que diziam; e agora, a braços com as consequências, deitavam à culpa dos homens o que provinha da natureza das coisas, por não terem a coragem ou a lucidez bastante para se confessarem desiludidos, mortos, como fez Passos. Os mais arrependidos mas não confessos, afectando uma segurança que não possuíam, só buscavam alijar sem muita desonra um fardo que lhes pesava. Rasgar o programa ou o rótulo, sentiam que seria despedaçarem-se a si próprios, porque, para dentro das suas pessoas de políticos, não tinham, como o grande tribuno, uma alma feita de sinceridade estóica e virtude santa. Destruir a revolução sem a negar; cortar a cauda incômoda dos descamisados, defendendo-se contra os inimigos da direita para não perderem o posto; equilibrar, ponderar as coisas; fazer uma Constituição tão parecida com a CARTA que para o Paço fosse a mesma coisa, sem deixar de ser CONSTITUIÇÃO no nome — eis aí o pensamento dominante nos homens que, mau grado seu, se viam mandatários da revolução. (Sá, *Lettre*, etc.) Evidentemente, isto daria de si um pendor gradual para o estado anterior a Setembro, e assim foi: a Passos sucede Sá, depois de Sá vem Pizarro (ou Sabrosa, segundo o baronato que teve), depois de Sabrosa, Bonfim, depois Aguiar, Palmela, Terceira e por fim a restauração da CARTA (1842).

Agora, com a demissão de Passos (1 de Julho), andava-se a primeira légua. Que motivos expulsavam do Governo o vencedor da rainha em Belém? O pretexto foi o voto que a maioria do Congresso deu contra os subsecretariados de Estado por ele propostos. O motivo foi, provavelmente, essa vitória de que todos se arrependiam tanto, que Sá da Bandei-

ra, contando o drama em que foi actor (*Lettre au comte Goblet*) a esconde tão cuidadosamente que se não percebe por que razão teria cedido a rainha, rasgando a nomeação dos seus ministros, restaurando o *rei de Lisboa* e todos os decretos da sua ditadura de dois meses¹. Além deste motivo, porém, havia outro, muito doloroso: era a penúria extrema, eram os *pontos*, os *saltos*, nos vencimentos dos cidadãos de um comunismo burocrático; era também a agiotagem escandalosa que, brotando espontânea sob todos os governos de todos os partidos, tirava ao setembrista o crédito que tinha quando clamava contra os *devoristas* de 35, contra os argentários engordados por Law-Carvalho.

Não tinham os setembristas um Law, nem podiam tê-lo com os princípios de honestidade estoica dos seus chefes. Campos chorava, chorava: mas em vez de pagar em ouro, pagava em expedições longas, massadoras, recheadas da adesão à causa popular. (*Ontem, hoje e amanhã.*) Essa sinceridade, inimiga das finanças, desacreditara o único financeiro do partido; e a principal *pasta* em um país devorado, teve de ficar nas mãos pouco hábeis, mas limpíssimas de Sá, de Passos Manuel, cujo estoicismo desprezava o dinheiro, cujo verbo ou cuja espada desdenhavam dos algarismos e das contas.

Entretanto, o que pior lhes fizera fora a sua rectidão: deixaram de pagar quando não tinham com quê; exigiram dos contribuintes a décima que os antecessores, para não afugentar os partidários, prescindiam de cobrar. Ela dava agora mais do dobro: e comparando os números, Passos na sessão de 37 tinha motivos para se gabar. O *deficit* que encontrara (36-7) calculado era de (18 800-11 800) 6800 contos, devendo-se ao Banco 4834 e a outros 800; havendo ainda 3516 contos de papel-moeda em Junho (36) e 4087 de títulos admissíveis na compra de bens nacionais. (*Lei de 15 de Abril de 35.*) O Governo amortizara 500 contos de papel-moeda e 2876 de títulos; e o orçamento para 37-8 não apresentava um *deficit* superior a (11 217-9 294) 1923 contos. E com isto

¹ O Sr. R. de F. (*Port. Contem.*) atribui a outra causa (inveja? despeito?) o silêncio de Sá da Bandeira acerca do episódio do Paço de Belém; crendo também que Passos deixou o Governo, forçado mas não descrente. Não me parece isso a mim, à vista dos antecedentes e dos consequentes.

não se tomara empréstimo nenhum de fora e os encargos da dívida total, se tinham subido de 2334 a 2500 contos, era porque se reconhecera o direito esquecido dos possuidores de *Padrões*, convertendo-os em títulos de 4 por cento, por 2 960 contos com o juro de 118. (V. *Relatório de 24 de Abril de 1837.*)

«Quando entrei, dizia Passos, achei nos cofres da capital seis contos, e não havia com que pagar os dividendos em Londres.» (*Disc. de 21 de Janeiro de 37.*) E defendendo-se a si e aos actos da sua ditadura, sentindo que o tempo corria e o fim se aproximava, definia todo o seu pensamento: «A rainha não tem prerrogativas, tem atribuições: é o primeiro magistrado da Nação. Eu fui o primeiro-ministro que executou o programa do *Hotel de Ville* de Paris: cerquei o Trono de instituições republicanas... Não houve só liberdade de Imprensa, houve licença, houve desaforo.» (*Ibid.*)

Liberdade e licença! Liberdade e desaforo! Mas que linha as divide, ou qual é o critério que as distingue? Ah! Eis aí onde a doutrina naufraga, assim que a põem a navegar no barco de uma Constituição. Uns pilotos caçam logo as velas e bolinam; outros metem de capa; outros dão a popa ao vento e correm desarvorados aclamando o temporal da anarquia que os leva... onde? Contra uma pedra a despedaçarem-se.

Passos não era homem para nada disto: nem bolinava, como outros; nem se metia de capa, esperando e resistindo ao vendaval; nem lhe obedecia. No meio das gaivotas cerradas, com o vento a assobiar, ele teimava em ver uma nesga de céu azul, prenúncio de bonança e fortuna. A linha que dividia a liberdade da licença, esse critério suposto seguro, tinha-o ele na sua humanidade, na sua virtude. Não era mister teoria, bastavam sentimento e carácter... Mas se todos fôssemos Passos, para quê, leis, governos e forças organizadas?

Ele, no seu optimismo, teimava em pensar que éramos, ou seríamos, ou devíamos ser óptimos, o que é bem diverso. Uma nação afigurava-se-lhe uma família de irmãos, e a lei um ósculo de paz.

Anos passados, depois de toda a sua história acabada, e da revolução extinta, ainda glorioso, lembrava como o amor e a humanidade tinham vencido tudo:

Tínhamos a luta contra o partido cartista... D. Miguel preparava uma insurreição em Portugal e nas ilhas. O Remexido estava levan-

tado no Algarve. A causa da rainha Cristina sofrera inúmeros reveses; o general carlista Sanz marchava sobre a nossa fronteira do Norte e o general Gomez com uma força considerável chegou a tocar o território de Portugal... O Governo armou a Guarda Nacional e ficou esperando... A revolta de Belém foi aniquilada e os vencidos foram recebidos nos nossos braços. A revolta miguelista não apareceu. — Escrevi aos administradores-gerais para que fizessem saber aos realistas que nenhum deles seria inquietado nem perseguido, mas que todo o atacante seria punido. (*Disc. de 18 de Out. de 1844.*)

E não se arrependia do que fizera. A paz, o perdão, o amor, eram as âncoras das nações: em verdade os homens não o criam, mas nem por isso ele chegava a perder a sua esperança, embora deixasse um governo em que se achava deslocado. Saiu em Julho, como dissemos; mas não abandonou os seus antigos companheiros, senão quando eles mais tarde, perante o cartismo sublevado, abandonaram a doutrina do perdão pela do castigo, atulhando de presos as *persigangas*. (*Ibid.*) Foi então que descreu dos homens, e se voltou para dentro de si, como um eremita — por estar longe, muito longe, a salvação da terra, pela paz e pelo amor!

Quando os inimigos viram expulso ou retirado do Governo esse homem temido, e que em seu lugar ficava apenas, além de políticos, o bom e fiel Sá da Bandeira, as esperanças nasceram. A revolução estava sufocada. Havia, porém, insofridos que se não conformavam com a demora dos caminhos ordinários, e ninguém mais se exasperava do que Van der Weyer, talvez com a vista no penhor do território africano. Não houve meio de o conter; disse então aos marechais que a hora tinha soado — «Ombro, armas!»

4. AS REVOLTAS DOS MARECHAIS E DO POVO

Van der Weyer mandou-os marchar, e eles foram. O belga esperava poder armar em Lisboa um pronunciamento carlista, pôr o Reino inteiro numa desordem maior do que havia já, para daí sair com um bocado de África entre os dentes. Portugal decerto resistiria à restauração da CARTA, mas viriam os estrangeiros impô-la. Entretanto Palmerston, ou

avisado pela triste figura que as suas fardas vermelhas tinham feito na Junqueira, ou desconfiado do zelo belga, resistia, como resistiu depois, em 47, às solicitações de Espanha. Cedeu mais tarde perante a força das coisas, mas agora o mau êxito da aventura veio auxiliar os seus desejos. (Goblet, *Etab. des Cobourg.*)

Com efeito, nem Van der Weyer pôde conseguir que Lisboa se pronunciasse, nem os marechais que o exército obedecesse, conforme convinha. A correria foi rápida e o resultado grotesco, para tão nobres personagens. O barão de Leiria principiou, aclamando a CARTA (12 de Julho) na Barca. Declarou-se logo o estado de sítio, dividindo-se o Reino em duas lugar-tenências militares: Sá da Bandeira, com José Passos por secretário, no Norte; Bonfim, com Costa Cabral, no Alentejo. Saldanha partiu de Sintra a 26, Tejo acima até Abrantes e Castelo Branco, chamando à revolta os regimentos com que veio descendo pela serra até Coimbra. Eram 10 de Agosto quando aí entrou. Em 15 estava em Leiria, em 22 em Torres Vedras, onde se lhe reuniu Terceira, saído de Lisboa a 17 ou 18. A 23, os dois marechais e a sua tropa chegavam ao Campo Grande, às portas da capital, esperando o prometido pronunciamento que não aparecia. (Sá, *Lettre*, etc.)

Quatro dias esperaram em vão. Que faziam entretanto as tropas do Governo? Bonfim recolhera a Lisboa, porque as guarnições do Alentejo tinham fugido para Saldanha. Nas vizinhanças da capital devia dar-se a batalha inevitável, mas os marechais, vendo a nudez da cidade, retiraram (27) para Rio Maior; e o exército do Governo achou-se em frente deles, a 28, no lugar do Chão da Feira.

Começou a acção, e quando chegava o instante decisivo viu-se um caso singular. Corriam a galope esquadrões de cavalaria, com a lança em riste ou a espada erguida, ameaçando fazerem-se em pedaços; e num momento, em frente uns dos outros, os soldados paravam, olhando-se, levantavam as lanças, baixavam as espadas, dando vivas, de um lado à CARTA, do outro à CONSTITUIÇÃO. Não se bandeavam, mas tinham resolvido não combater. (Sá, *Lettre*, etc.) Às vezes, nas touradas em Espanha, quando a fera mostra mais juízo do que os toureiros, o povo das bancadas aclama o toiro: é o que nós agora fazemos aos generais, aos diplomatas, à rainha, à Corte, e a todos.

Começou então uma cena igual às muitas que se conhecem dos tempos medievais, quando os bandos dos senhores e das comunas se encontravam nas suas contendias. Os generais avançaram para o meio das colunas armadas, e para o quadro acabar como cumpria, devia seguir-se um *bufúrdio*, um juízo de Deus¹. Mas os tempos eram outros, mais pacíficos. E os generais, à maneira dos soldados, não queriam *morrer por ele*. Combinaram um armistício, retirando os sublevados para Alcobaça e os do Governo para Leiria, a ver se podiam entender-se. Vieram à fala em 30, em Aljubarrota; e ao outro dia, por não conseguirem nada, recommençaram as hostilidades. (Sá, *Lettre*, etc.) Que houve então? Muito sangue? Batalhas mal feridas? Oh, não! Os marechais vão-se embora para a Beira Baixa, Bonfim deixa-se ficar em Santarém e Sá regressa a Lisboa. (*Ibid.*) Se os soldados, com todo o juízo, não queriam bater-se!

Andava por esse tempo em Espanha, auxiliando a rainha contra os carlistas, uma divisão portuguesa, sob o comando do conde das Antas. Mandou-se voltar; mas quando ela entrou por Trás-os-Montes em direcção ao Porto, já os marechais tinham chegado a Moncorvo, e furtaram-lhe uma brigada de infantaria. Reduzido, chegou pois Antas ao Porto, onde encontrou já Sá da Bandeira, vindo de Lisboa (Setembro, 13) com um único batalhão de caçadores. Os marechais tinham Trás-os-Montes; Leiria, desde que se pronunciara na Barca, possuía o Minho. Por aqui se devia começar a batida, para não deixar a retaguarda ao inimigo. Antas, com efeito, ocupou Famalicão a 15 e Braga a 16. Leiria recuava pelo Cávado, a reunir-se aos marechais em Trás-os-Montes; fortificou-se em Ruivães; mas o inimigo desalojou-o daí, depois de um breve combate (18), obrigando-o a seguir até Chaves. Antas vinha quente das guerras de Espanha: as suas tropas, costumadas, não se recusavam a marchar. Prosseguiu, e os marechais, vendo-se perdidos, propuseram a capitulação na noite de 19-20. Antes uma composição má, do que uma boa demanda, pensavam; e do lado oposto não havia também vontade de levar as coisas às do cabo. Fora uma experiência, a ver: não vingou? Pois bem: nem se fale mais nisso! Bem no fundo, eram todos amigos: tinham combatido juntos contra

¹ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed.), I, p.66; e *Instit. Primit.* pp. 162-6.

D. Miguel, e isto agora não passava de arrufos. As tropas haviam de submeter-se ao Governo, é claro; os marechais não podiam deixar de emigrar, é evidente; que figura viriam fazer para Lisboa? Que diriam a Van der Weyer? — Mas os pobres oficiais que não tinham culpa, não podiam ficar sem pão: conservavam-se-lhes as patentes, com o soldo de reformados. (Sá, *Lettre*, etc.)

Assim acabou em nada a revolta dos marechais, que saíram dali para Espanha, indo acolher-se a Paris, à espera de tempos melhores. Acabou esta revolta, mas o exemplo de generais transformados em *condottieri* estava dado e frutificaria: este ensaio era uma iniciação. De lado a lado se começava a sentir a necessidade dos golpes de mão e das resistências violentas. Declarara-se a guerra, e os *liberais* apelavam para a força. Durante o conflito referido, o governador civil de Aveiro avisava Passos (16 de Agosto) de que chamara tudo às armas, «o que não vier voluntariamente, há-de vir constrangido». Se o João Carlos (Saldanha) entrasse no distrito e algumas pessoas dele o acompanhassem, o governador estava resolvido a, «não os podendo apanhar e passar pelas armas, arrasar-lhes as casas». Eram as únicas medidas adequadas às circunstâncias. Começara por querer levar tudo por meios brandos e de suasação, mas vendo o nenhum resultado, virara-se para o lado oposto. (Corr. autogr. dos Passos.) Assim também D. Pedro fora forçado a libertar-nos!

Por seu lado o belga, frustrado duas vezes o plano de nos fazer felizes, já em Belém, já agora em Trás-os-Montes, perdendo a esperança do pedaço de África, abandonou-nos à nossa sorte. Van der Weyer foi substituído. (Goblet, *Etabliss. des Cobourg*.) Mudou de política a Bélgica, mas o inglês que ela servia ainda de Lisboa aconselhava Saldanha, já emigrado em Londres: «Por que não levanta um corpo de tropas em Espanha para salvar a rainha? Talvez isso lhe proporcionasse o meio de voltar aqui, ao seu país, com *éclat*.» (Carta de Howard a Sald. 4 de Out. de 34; em Carnota, *Mem.*) Não pôde ou não quis Saldanha seguir o conselho, e a Inglaterra mudou também de plano. Em vez de promover as revoltas no Reino, declarou uma guerra diplomática ao Governo.

Mas as lições dadas aos jovens monarcas prepararam-lhes, educaram-lhes o espírito. Iniciada a rainha, senhora varonil e nobre, nas cabalas da resistência; ensinada a desprezar as

fórmulas constitucionais e a pôr em prática as conspirações, a fomentar os pronunciamentos, a servir-se dos generais como *bravi* de um tirano à italiana, e a contar com a força estrangeira para dominar uma nação de que tudo a separava: iniciada a rainha, dizemos, estes primeiros episódios do Governo são o prólogo de aventuras maiores, mais sérias.

Enquanto a sedição lavrava no campo, ia o Congresso debatendo-se contra os vivos ataques de uma esquerda acirrada pelo medo da reacção, esporeada pelos clubes que zumbiam em Lisboa armados. Havia declamações, invectivas quiméricas, apóstrofes eloquentes, teorias radicais, fórmulas, frases: pior do que em 1820! O Ministério, desconjuntado, podia pouco ou nada contra a onda da demagogia: Campos não se calava; e Júlio Gomes, que pedia ordem, via-se renegado pelos ultras, Bernardo da Rocha e Barreto Feio. Mas o pior, o mais doloroso de tudo isso, era a penúria universal em que se vivia. Depois da saída de Passos entrara na Fazenda um homem novo, rico, sem política, banqueiro, inglesado: Tojal, de quem se esperava muito. Os portugueses não provavam ser hábeis para a finança: mas agora este *inglês* aparecia como sucessor de José da Silva Carvalho, único entre os antigos. Com a saída de Passos o Gabinete ia todos os dias pronunciando-se mais moderado, mais *razoável*; e ao mesmo tempo, apesar da irritação das esquerdas no Parlamento e nos clubes, a Constituição progredia por forma que viria a ser a própria CARTA. Em Outubro (14) ganhou-se uma batalha grave: duas Câmaras. Era um Senado electivo por seis anos. E à força de trabalhos, depois de sérias campanhas, conseguiu-se por fim votar, jurar (4 de Abril de 1838) uma Constituição muito sofrível. Sá da Bandeira acreditava ingénua e seriamente ter concluído a era das revoluções: via chegada a paz desejada e considerava-se credor das melhores graças do seu país. (V. *Lettre au comte Goblet*.)

O pelotão clamoroso dos demagogos não o assustava muito: eram o *povo*, o bom povo seu dilecto, a quem ele queria como os avós aos netos, achando-lhes graça em tudo, mas não chegando a compreendê-los quando um dia começam a falar como homens. Do povo não tinha medo; para conquistar o Paço fora admitindo no Governo homens quase cartis-

tas, muito moderados, como Bonfim. Mas não ficava, ele, sempre? Não era ele a garantia? O *povo* não o julgava assim, na Primavera de 38. A ingenuidade de Sá da Bandeira criara dois Governos num só Gabinete: Bonfim e os moderados contra Campos e os da montanha, que se entendiam com os clubistas. Eis aí a paz que havia.

Os *Camilos* tinham-se fechado; Costa Cabral mudara muito: já não perorava e aderira à moderação. A *Associação Cívica* passara para o Arsenal, clube do batalhão de operários navais de que era chefe o capitão-tenente França. A marinha estava à frente da demagogia, que tinha um império nos estaleiros. O capitão-de-fragata Limpo, inspector do Arsenal, era clubista; e a segurança de Lisboa estava nas mãos do velho Soares Caldeira, deputado, administrador-geral (nome dos governadores civis de então), e por isso director da Guarda Nacional da capital. Sá da Bandeira, repetimos, não receava nada disso: confiava de mais em si e na pureza das suas intenções. Era optimista por bondade. Tinha os seus espias entre os demagogos; e um era o judeu Pacífico, de quem recebia as partes em árabe, porque o general sempre amara o saber. Conhecia o que eles queriam, mas não acreditava que se desmandassem: bulhas dos rapazes! Ralhou paternalmente; e Limpo, enxofrado, demitiu-se. (Sá, *Lettre*, etc.)

A Guarda Nacional reunia mensalmente, por ordem do director: a 4 de Março Caldeira chamou-a e representou com ela à rainha, pedindo a queda dos ministros moderados, isto é, Bonfim. Foi então que Sá da Bandeira se ofendeu contra a audácia dos rapazes. Deitavam as mãos de fora: dera-lhes armas para se distraírem e voltavam-se contra ele! Que lhe doesse, não via remédio senão castigá-los. Por isso demitiu Caldeira (7) e pôs, em lugar dele, Costa Cabral, que dava esperanças de submissão e prometia *reprimir a anarquia*. Atacados assim, rudemente, os radicais responderam na manhã do dia 9, aparecendo em armas o batalhão do Arsenal e parte da Guarda Nacional, exigindo um Ministério *puro*. Era no Pelourinho, a cuja esquina havia ainda o antigo botequim, politicamente célebre, do Marcos Filipe. A tropa cercava os sublevados, e no rio estava de canhões corridos um navio pronto a metralhar o Arsenal, baluarte da sedição. Mas Sá da Bandeira não queria que se derramasse sangue, nem po-

dia desejar que se esmagasse o *povo*: não iria logo o poder cair nas mãos dos cartistas que o esperavam?

Nesta situação dúbia e triste, não quis vencer: pactuou a convenção de Marcos Filipe, prometendo impunidade e conseguindo a dispersão das forças. Não podia, contudo, deixar de demitir o França, nem de dissolver o seu batalhão: isto fez (Dec. de 9 de Março), com grave escândalo dos condenados que lhe chamavam traidor. A oposição rugia nas Câmaras e o Ministério caiu no mesmo dia: moderados (Júlio Gomes, Bonfim) e radicais (Campos) tiveram igual sorte. Ficou apenas Sá da Bandeira, com o homem da Fazenda, o Tojal que não tinha cor política?

Não é assim: pois detrás do Governo e mais Governo do que ele, estava o administrador de Lisboa, Costa Cabral, cujo verdadeiro destino começava a desenhar-se. Convinha à sua ambição a posição falsa do ministro, e ao seu génio tenaz, sem aparato, o trabalhar debaixo do nome de outro, preparando o futuro em favor próprio. Neste momento já ele, evidentemente, sabia o caminho que tinha a seguir. Não havia um homem: sê-lo-ia! Não havia uma doutrina, na desordem de opiniões que se chocavam: ele restauraria a antiga doutrina da CARTA. Os marechais, por isso mesmo que estavam exilados e comprometidos, seriam instrumentos dóceis. E a rainha, porque era varonil e cheia de talento, compreenderia a razão de ser de tais vistas, a sabedoria do plano e a capacidade do homem.

Fora demagogo? Também Saldanha. Isso nada importava à política: nem provavelmente o afligia a ele. Ou tivera de facto essas opiniões e mudara, coisa que o devia fortalecer na opinião de agora; ou desde o começo representara um papel, caminhando por vias tortuosas direito a um fim, e isso dar-lhe-ia um grande orgulho, quando via confirmadas as suas previsões. Arrependimento ou apoteose, a sua mudança não diminuía a força própria do seu génio. Para os simples havia de passar por traidor e falso: que importa? Sempre os políticos o foram; e para governar basta uma coisa, sem a qual toda a virtude é fumo: a força vitoriosa. O político há-de ser temido e não amado: ai dos que esperam e crêem nos bons instintos dos homens, como o fraco e virtuoso Sá da Bandeira, reduzido à condição de pára-choques entre o povo e a Corte, reduzido a nada, renegado por todos!

A demagogia não se calara e reclamava uma desforra do dia 9. O ministro nada podia, porque em vez de a vencer, obedera-lhe, para depois a acirrar com os decretos da tarde. Clamava-se pela revogação deles; e o Paço andava pálido de susto. Diz-se que de então data o primeiro acordo entre a rainha e Costa Cabral. Diz-se que ele foi, e prometeu resolver a crise; expôs o seu plano, e de tal modo, manifestando a sua força, logo seduziu a rainha. Afinal encontrava-se um homem! Com a tropa desarmaria o povo, e, sem espingardas a democracia, restaurar-se-ia a ordem. Era simples, era prático e seguro. Permitti-lo-ia, porém, Sá da Bandeira? Até certo ponto permitiria; depois não. Mas para esse tempo estaria já desacreditado de todo, e deitava-se fora. Talvez a rainha nem o planeasse, nem pensasse tão cruamente. Costa Cabral não podia pensar de outro modo.

Sá da Bandeira tinha mau génio, era teimoso e rabugento na sua bondade. A teima e as ameaças com que lhe exigiam a revogação dos decretos de 9 irritavam-no, dispondo-o bem para o papel que aos novos planos convinha que ele representasse, e com efeito representou no dia 13. De madrugada a Guarda Nacional apareceu a postos com os seus comandantes, que exigiam a reintegração de França. Tocava a rebatê em todos os sinos, rufava o tambor por toda a cidade. A tropa formava no Largo da Estrela para defender as Cortes, e no das Necessidades para defesa do Paço. Cabral mandava, Sá obedecia, e Bonfim, Reguengo, preparavam-se para dar *uma lição*. Haveria mortes? Provavelmente. Marcharam as tropas, e a sua primeira acção foi desalojar os rebeldes do Convento de Jesus, tomado de assalto: correu aí sangue, mas pouco. Dos outros pontos a Guarda Nacional debandou: não para fugir, mas para ir reunir-se, com artilharia, no Largo da Graça. A Estrela e a Graça estão nos dois confins oeste e leste da cidade, que ardia toda em desordem e gritos. E gritando orava no Congresso a esquerda, confiando no êxito da revolta que trabalhava por sua conta lá fora.

Costa Cabral levou Sá da Bandeira à Graça, e depois de muito falar conseguiu que os revoltosos descessem. Era um ardil de guerra. Quando chegaram ao Rossio, viram-se cercados por Bonfim, que de todos os lados, nas ruas das encostas, fechava essa Baixa, de molde feita para curral de gado tresmalhado. Houve aí tiroteio e coisa de uma dúzia de mor-

tos. Caía então a noite: estava acabada a função. Os sediciosos debandavam e Costa Cabral celebrava uma vitória incontestável. Cumprira o que prometera, mostrando ser homem para muito mais. Sá da Bandeira agradecia-lhe, punha-se às suas ordens, considerava-o o seu braço direito. Se essa gente vencesse? Que seria de tudo? Com efeito, não podiam dar-se armas ao *povo* que tão mal usava delas. Era urgente dissolver os batalhões: não direi todos, mas os piores, os mais vermelhos... Cabral começou pois a trabalhar, a dissolver batalhões; e era em Lisboa, na Administração, um Pina Manique: mais! O princípio de um Pombal. O génio organizador, administrador aparecia, depois da arte e da bravura com que esmagara a revolta. Fazia regulamentos, organizava cadastros, arruava as mulheres de má vida. Evidentemente subia, e não se descortinava quem lhe fizesse sombra. A rainha dera-lhe a comenda da Conceição — oh, tempos antigos! (V. *Costa Cabral, apont. hist.*, anón.)

Quatro dias depois do 13, o moderado Bonfim voltava para o Governo; e Sá da Bandeira, sempre crente, cheio de esperança, considerava terminado o episódio dos tumultos, selada a paz — com sangue, é verdade! — e conquistado para a sua obra um homem novo, precioso. No princípio de Abril, em sessão solene (4), a rainha e o rei foram jurar a Constituição nova, bem razoável. Todos aprovavam, todos estavam satisfeitos, todos gabavam Sá da Bandeira, ou antes, acreditava ele nisso. Howard e a Inglaterra, Goblet e a Bélgica, apoiavam decididamente. Tinham terminado ambas as revoltas, a do povo, e a dos marechais, que de Paris se submetiam, jurando o novo código. Era uma *regeneração*, de lealdade e de virtude; ainda que o vencedor não deixava de ter uma vaidade ingénua pelo modo como conseguira desviar a revolução do perigoso caminho onde a levava o seu bom amigo Passos. Ilusões desculpáveis de um espírito todo *poesia*! Ele via-se prático, sábio. Ia coroar-se a rainha Vitória em Londres; e Palmela, afinal riquíssimo com a fortuna da herdeira da Póvoa sua nora; Palmela que desde 36 amuara, fazia as pazes, indo ostentar o seu luxo na terra onde passara dias tão cruéis. (Sá, *Lettre*, etc.)

Mas que singular tumulto é esse, no meio de uma paz tão firme? Que desordem se levanta no dia do Corpo de Deus?

Era já tarde (14 de Junho), a procissão recolhia à Sé. Que surpresa, para os ouvidos de quem se julgava aclamado, os insultos despedidos contra o rei, contra a rainha e contra ele próprio, o credor da paz universal? — Malélicos disseram que essa paz fazia mal à ambição do homem novo: só nas bulhas podia mostrar bem quem era e quem seria. Se ele, com efeito, arranjou essa desordem para seu uso próprio, o resultado ia-lhe sendo ficar sem vida.

A triste procissão entrou na Sé destróçada. Luziam as baionetas agitando-se e as vozes do povo armado pediam sangue e cabeças. Cada qual fugira para seu lado, escondendo-se pelas escadas. Era grotesco ver as fardas bordadas, com espadins e comendas, os chapéus de plumas e mantos de filó; era grotesco ver as personagens correr, sumirem-se, atarantadas com o susto. O Law português reformado e o Pombal nascente, um passado e um futuro, encontraram-se sócios no perigo, escondidos numa escada, cuja porta defendia, irritado mas firme, o ministro surpreendido. Uma baioneta luziu com a ponta direita ao peito de Sá da Bandeira, vindo cravar-se-lhe no crachá, a que deveu a vida: como as condecorações às vezes servem! O *marca*, falhado o golpe, via-se perdido; mas Sá da Bandeira mandou que deixassem «passar o homem». O homem fugiu, a soldadesca popular foi correndo, clamando atrás da sege, onde, *batendo*, um boleiro salvava Costa Cabral e Silva Carvalho. Em Santa Justa, Cabral estendeu o braço, disparou a pistola contra a turba que o seguia, como lobos. E a sege *batia*, fugia, até entrar no Castelo, onde se refugiaram. A carruagem de Costa Cabral, vazia, foi corrida à pedrada. (*Apontamentos históricos*, anón.)

Que surpresa singular! O ministro não caía em si. Decerto, não havia remédio: força era suprimir mais batalhões, inclinar ainda mais à direita, dar todo o apoio ao homem novo, o único homem capaz de pôr cobro às *demasias* de um povo que teimava em não ser cordato: uma pena! Costa Cabral, commendador em Março, subia a conselheiro, e no fim do ano passava da Administração para a Câmara. Voltava aí com uma pele nova, homem inteiramente diverso do antigo deputado da montanha. Descendo a bancos mais baixos — subia, subia sempre.

Faltava, agora, ao infeliz Sá da Bandeira, depois da ingratidão do povo, a das potências! Que a sessão parlamentar de 39 havia de ser borrascosa, já o esperava: haviam de o acusar, e acusavam-no, por pender para a direita, por atacar na Guarda Nacional o paládio da liberdade, etc. Estava preparado para isso, sabia o que devia responder, e tinha na Câmara o seu Costa Cabral. Mas o comportamento da Inglaterra? Pois era o mesmo Howard, o próprio que o ano passado lhe dava parabéns, felicitando-o, aprovando tudo? Agora se desiludia: a Inglaterra que intrigara sempre contra Setembro; a Inglaterra da Belenzada via chegado o momento de apunhalar nele o povo. Eram exigências sobre as questões do cruzeiro¹, quando ninguém tinha mais a peito abolir a escravidão. Havia um propósito... Pedia-se a bolsa ou a vida, exigindo-se meio milhão esterlino de contas de soldos atrasados, ou em compensação a Índia. (Sá, *Lettre au comte Goblet*, etc.) Havia um pensamento: obrigá-lo a sair, expulsá-lo do Governo. Porquê? Teriam já adiantado os planos entre o homem novo e a Coroa para restaurar a CARTA? E seria uma forma diversa, mais cavilosa, de Belenzada? Quem sabe? Começaria Sá da Bandeira a desconfiar do papel que representava? Voltar-se para o *povo*, já o não podia: talvez tivesse tido mais juízo o Passos, retirando-se...

Que havia um propósito, era fora de dúvida. Não se exigem impossíveis. E podia ele dar a Índia? E podia ele dar o meio milhão, quando o Tesouro, como sempre, estava tísico? Decerto não. As finanças, essas malditas finanças, iam de mal a pior. Tojal, por fim, não dera nada. À falta de homens fora mister restaurar (17 de Abril de 38) o antigo barão de Chancelieiros, que deixara os negócios desde 28. Nem um, nem outro: ninguém era capaz de pôr ordem nesse caos, que era o descrédito da revolução. Agora vinha a Inglaterra pedir meio milhão! Era bom de pedir; mas como não havia que dar, Sá da Bandeira percebeu que a exigência encobria outra vontade — a de o expulsar do Governo. Abdicou, pois (18 de Abril de 39).

O tempo que separava Costa Cabral do poder corria. Os sucessivos momentos do seu plano realizavam-se. Não se podia ainda precipitar a acção, nem isso convinha. O resto que

¹ *O Brasil e as Colón. Port.*, II, 1.

havia de força na gente setembrista consumi-lo-ia um Governo efêmero, *moderado*, o Governo do sagaz Pizarro, malicioso e astuto, improvisador fácil sem eloquência, habilidoso sem talento, aristocrata por índole, setembrista por ter sido inimigo de D. Pedro: do inconsciente Pizarro, feito barão da Ribeira de Sabrosa. (*Ontem, hoje e amanhã*, op. anón.)

A exigência do meio milhão vinha a ponto, oportuna, porque nada desacreditara tanto o setembrismo como a sua gerência financeira. À ruína conhecida do País juntava-se a incapacidade de homens sem talento para gerir, nem artes, nem carácter para mascarar. Via-se às claras, agravado, o sudário que um Silva Carvalho enrolava habilmente no bolso. Ele com a sua arte chamava, os setembristas com a sua franqueza afugentavam o judeu de Londres, que era a melhor fonte, o último recurso do Tesouro de uma nação queimada. Em vão o setembrismo criava a *protecção*, em pautas quase proibitivas para muitos géneros: a indústria não surgia; encareciam apenas as coisas, e engrossavam o número desses operários fabris que em Lisboa eram as *marcas* da Guarda Nacional com que se faziam tumultos.

Para animar e favorecer a nossa agricultura, indústria e artes, devem marcar-se direitos protectores a todos os géneros e mercadorias que produzimos e fabricamos, em ponto tal que possa dispensar-nos já ou vir a dispensar-nos da produção ou manufactura estrangeira. (*Rel. de José Passos; ref. de pautas; ses. de 39.*)

«Já temos *alguma* fiação, observava com esperança o relator, e se a legislação não mudar, teremos mais.» Talvez a Inglaterra não aplaudisse o novo pombalismo da revolução. Se o temia, fazia mal, porque ele só criava elementos de desordem muito mais dispendiosa do que o aumento de receita das alfândegas. A pobreza não cessara de crescer. Pela legislação de 34 todo o papel-moeda devia acabar em 38, traduzindo-se em metal as obrigações contratuais anteriores. Mas como pagar três mil contos ou mais, ainda em circulação? Força foi, portanto, deixar à sua extinção natural, indefinida, o que restava, prejudicando muito graves interesses; pois que as espécies contratuais anteriores se prorrogavam indefinida-

mente também, nem podia ser de outra forma. (Dec. de 31 de Dezembro de 37.) Era mais uma bancarrota, a somar aos sucessivos *pontos*, *saltos*, conversões de vencimentos, etc., em títulos de uma dívida de que não havia com que pagar o juro. Uma nação de empregados tinha câibras de fome. Todos os estômagos davam horas.

Passos conseguira que a décima produzisse o dobro, de mil a dois mil contos; mas isso era um copo de água no mar. O orçamento para 38-9 apresentava um *deficit* de 7259 contos (16 853-9576) no qual entravam 5107 de vencimentos atrasados. E a dívida, que era de 70 580 com o juro de 2417 em Dezembro de 36, chegava a 79 235 com o juro de 2885 em Dezembro de 38. (A. Albano, *A div. públ. port.*, 1839.) A maré subia, subia, de um modo assustador. (V. os números anteriores em 28 e 35.)

Um ano depois, em Novembro de 39, já não eram 80, eram 85 mil contos, pois se iam capitalizando vencimentos, dividendos. E não escolhemos um inimigo, antes um defensor e ex-ministro da revolução, que para a defender compara os dois períodos de Setembro de 36 e Novembro de 39, denunciando um acréscimo de cinco mil contos ao ano. (Sanches, *O est. da dívida públ.*, 1849.)

E a Inglaterra pedia meio milhão ou a Índia! Sá da Bandeira demitira-se; Sabrosa, em Novembro, ao sair, dizia que a Corte era a serva da Inglaterra que o expulsava: «Fomos despedidos com mais sem-cerimónia do que costume despedir os meus criados.» (Liberato, *Mem.*) Foram despedidos. A revolução acaba, e começa, com a ORDEM, uma história de novas desordens. Bonfim serve de *plastron* às duas figuras secas e frias, sem ilusões, Rodrigo e Costa Cabral, que se acotovelam no Gabinete (26 de Novembro). Qual deles vencerá?

Rodrigo tem a ironia e o cepticismo: «A questão inglesa são alguns sacos de ouro.» (Liberato, *Mem.*) Cabral tem a violência e um plano. Dissolveram a velha Câmara (25 de Fevereiro de 40); e enquanto um aceitava a Constituição, aceitava tudo, porque tinha fé nas suas manhas e artes; o outro, como doutrinário, pusera a peito organizar as coisas sob um tipo novo de instituições. Qual dos dois vencerá? Primeiro, o doutrinário; porque o Paço partilha as suas ideias, porque ainda há quem espere e creia. Depois, quando esse novo tipo, forma de *liberdade*, tiver tido o destino natural, e

tudo ficar em farrapos, os princípios e as esperanças, os marechais e os partidos, então, sobre as ruínas das quimeras, no seio do cansaço universal, reinará o perfil irónico de Rodrigo, vencedor final...

O futuro pertence agora a ambos ainda, e só a eles; porque um passado que não voltará mais atirou com os corifeus do setembrismo para longe. Sá da Bandeira some-se; Pizarro vai enterrar-se em Chaves, onde morre; Passos, o nobre Passos, já esquecido, no seu exílio de Alpiarça, aguarda o momento de voltar a público fazer uma confissão geral, dizer as novas impressões e ideias que o exame directo da realidade acordou em seu espírito.

5. AS FOLHAS CAÍDAS

O ano de 44, pelo Outono, ouviu a final confissão do tribuno. Seis anos ou sete havia que deixara o Governo e se exilara. Nesse período tinham ocorrido coisas graves. Costa Cabral vencera Rodrigo, restaurando a CARTA em 42, começando o seu reinado; e no princípio do ano em que Passos Manuel orou, frustrara-se a sedição (de Torres Novas), preparada para galvanizar o setembrismo. Passos já sabia que ele estava bem morto: não aderiu. A sedição fora sufocada.

Num dia passou por Alpiarça o tenente Portugal, que ia juntar-se aos revoltosos. No dia seguinte passou o coronel Pina, que ia unir-se às forças do Governo. Nem ofendemos um, nem coadjuvamos o outro. Eu era estranho a estes movimentos que não tinha aconselhado, cuja conveniência não conhecia... Quando a revolta triunfasse não esperava dela grandes benefícios nem melhoramentos para o País. Alpiarça não queria ser elevada a cidade; nem eu nem os meus vizinhos a pais da Pátria. Não tínhamos nada com estas bambochatas. (Disc. de 18 de Out. de 44.)

Bambochata, a revolução! *Quantum mutatus ab illo...* Sim! Bambochata fora para ele todo o cartismo até 36, enquanto punha a sua fé e as suas esperanças na Democracia, expressão genuína, verdadeira e pura da Liberdade. Bambochata fora a vida de todos esses homens, a quem o Governo coubera até Setembro: mas depois? Depois também, reconhecia-

-o agora, quando à empresa para restaurar a democracia dava um nome igual; porque a gente a quem fora confiada a defesa dos princípios não pudera com o peso do encargo:

Se a Revolução está morta, não foram os seus inimigos que a mataram. (*Ibid.*)

O tribuno pressentira o passamento, e retirou-se para não assistir às exéquias. Era uma grande agonia, uma aflicção dolorosa que o tomavam? Não; eram as náuseas do desgano.

Este fastio, esta indiferença, vieram-me no dia em que o meu próprio partido cometeu um grande erro, e, direi francamente, um grande crime; foi no dia da persiganga... Desde então considerei a revolução como perdida, porque estava desonrada... e assisti melancólico ao seu passamento e às suas exéquias. Retirei-me da vida pública e fui buscar o descanso e as consolações da vida privada. (*Ibid.*)

Mas o erro de uns homens não pode ser a condenação de um princípio. Como Cincinato, Passos tomava o arado, à espera que a doutrina o chamasse outra vez ao campo? Não nos iludamos, conforme ele parece querer iludir-se. É muito doloroso e difícil de confessar que a nossa opinião foi um sonho, uma quimera, ou um erro; mas quando se tem a sinceridade própria das grandes almas, essa confissão vem do pensamento aos lábios e faz-se. Era o que sucedia nessa hora ao tribuno. Em vão encobria as ruínas das suas ideias com o fastio pelos homens a que tinham sido confiadas. A sua descrença, a sua indiferença abraçava homens e ideias, restando apenas a energia dos sentimentos do poeta e do moralista. Eram estes que condenavam como inúteis e vãs as doutrinas e sistemas.

O melhor Governo será sempre aquele que aplacar e não inflamar os ódios civis; o que souber inspirar amor e não inimizade; o que for mais humano e não o que for mais cruel... A generosidade é o predicado da força, o laurel da vitória. Só a cobardia é vingativa: o medo não pode ser magnânimo... Nada pode enobrecer tanto os homens públicos e os partidos políticos, como a firmeza na adversidade e a moderação no triunfo. (*Ibid.*)

E a coragem, a audácia, a fé, para propagar e impor uma doutrina? Pois já o político não é um filósofo e um apóstolo? Não, não é. As ilusões perderam-se, veio o Outono e as folhas caíram: eram sonhos as doutrinas, quimeras as esperanças. O veneno do cepticismo invadiu a alma do antigo apóstolo; e ele que fora por mais de dez anos o S. Paulo da democracia, despia agora o ardor de outrora e ficava um Cristo de amor, de paz, de meiguice ternamente compassiva, levemente irônica. Os homens não mereciam mais. Portugal não lhe inspirava outro sentimento. Essa Liberdade que nas frases ocas dos vaidosos fora uma conquista, era de facto um dom do acaso: não a tinham ganho, dera-lhe um destino.

Quem inspirou a Portugal o amor da liberdade? Foi Manuel Fernandes Tomás, o patriarca? Foi o venerando Manuel Borges Carneiro? Foram esses oradores das nossas primeiras Câmaras? Não! Não! Foram os sanguinários ministros de D. Miguel que, abusando da inexperiência do príncipe, em seu nome exerceram sobre o País a mais insuportável tirania.

Se D. Miguel em 1828 não procedesse com a precipitação de Minúcio, se por mais tempo tivesse conservado o escudo da Carta Constitucional, e se, como regente em nome de D. Pedro, tivesse desligado uns após outros os comandantes dos corpos, a revolução de 16 de Maio de 1828 seria impossível; o trono de D. Pedro, a liberdade do País teriam caído então como caíram em 1823, sem que se disparasse um tiro em sua defesa, sem que uma gota de sangue se derramasse pela liberdade do povo.

Estas palavras resumem e confirmam a história que nós contámos; mas na boca de um dos chefes vencedores, não serão um triste comentário da própria obra? Uma anotação grave às palavras de outro tempo? Caíram os homens, caíram os sistemas: pois agora também se apaga no espírito do tribuno a vitória da Liberdade! O ar é muito mais transparente, a vista muito mais penetrante pela tarde, ao descair do sol: em pleno dia o clarão ofusca. Na tarde da sua vida, Passos era mais perspicaz. A vitória? Um acaso. As doutrinas? Vaidades. Os homens? Bambochas. — Como deve ser melancólico o aproximar do túmulo, envolvido no renegar de uma existência inteira!

Felizes, porém, os poetas que, acaso por verem mais longe,

vêem pouco e mal o que está perto! Assim Passos, no meio das ruínas, apelando para o amor, para a paz, apelava também para a ordem e para a legalidade.

Acredito nos meios legais ainda que débeis, no triunfo da liberdade ainda que tardio: não ambiciono a glória militar, nem coroas de louro... Na política não há atalhos: a estrada real é a legalidade.

Singulares expressões na boca do ditador erguido por uma revolução, do homem de Campo de Ourique, no dia da Belenzada, à frente da Guarda Nacional contra o Trono! Singulares expressões que se diriam uma apoteose do Governo *cartista*, sentado ali a ouvi-lo, a apoiá-lo decerto: ele que em nome da legalidade restaurara a CARTA, chamando a todo o período setembrista um crime contra a lei.

Lei, legalidade: mas qual? Se se discute a origem do próprio poder. Onde está? No Trono como uns querem, reconhecendo a CARTA que o Trono deu; ou no povo, como querias, ó nobre, inconsequente orador? Como pode haver tal lei, quando se discute a própria origem da autoridade que dá força às leis? — Passos protestava, sim, contra as sedições militares, não queria «coroas de louros»; mas desde que a origem tradicional do poder se contestara; desde que a nova origem, democrática, não podia enraizar-se, como o provara a história de 36-39; desde que vingava o constitucionalismo híbrido em que a autoridade, nem por ter (ou antes por isso mesmo) duas fontes, deixa de ser uma anarquia doutrinária; desde que, finalmente, a vitória da liberdade fora um acaso — que podia ser a vida de um País senão uma série de sedições e revoltas?

Triste, desoladora sorte, a de Portugal! Nem homens, nem sistemas, nem a própria religião nova, da LIBERDADE, vingava! Não era para descrer da Pátria? Não era para interrogar a História, a ver se nós não seríamos um erro — como tantos! — que o tempo arrasta pelos séculos?

Sou franco. Fui sempre partidista da união de Espanha a Portugal: desejava muito que a política não separasse por mais tempo aqueles que a Natureza tinha unido. No estado actual da Europa as nações pequenas sofrem muito. Era belo ver a rica Península representar no mundo como grande potência, como nação que a Natureza fez cabeça da Europa!

A independência portuguesa era, com efeito, uma tradição da monarquia que a fundara, e, salvas ambições intercorrentes, a defendera sempre. Agora que a tradição caíra, e que, varridas todas as ideias antigas, os homens buscavam na Natureza o princípio das coisas achando só desolação e anarquia, era justo, era necessário que a confissão do tribuno acabasse por um renegar da História. Não começara Mouzinho renegando-a também, com as suas opiniões de jurista e de economista, nas instituições e no organismo? Afinal a política, indo também ao fundo, auscultar o seio de uma Natureza que supunha prenhe de todas as verdades, chegava onde devia chegar: à negação de uma nação feita contra ela pelas artes dos homens; chegava onde ao moralista conduzia o espectáculo da sua actual miséria — à condenação formal. «No estado actual da Europa as nações pequenas sofrem muito.»¹

E muito, acaso mais do que ninguém, sofria Portugal, assolado, queimado, com os seus *bravi* da tribuna e do campo, ceifeiros desapiedados que devoravam as searas sem deixarem grão nem para a semente. Passos, já ensinado pela experiência, respondera aos de Torres Novas:

¹ Acusa-me o Sr. R. de F. (*Part. Cont.*) de ter interpretado erradamente o famoso discurso de Manuel Passos, especialmente neste ponto. Relendo o texto vejo que, efectivamente, é lícito inferir-se do que escrevi que em 44 Passos veio à Câmara pregar o iberismo. Não é assim. Depois do período transcrito, o orador diz: «Contudo, depois do que tenho visto praticar no reino vizinho... eu não podia agora dar o meu voto para uma união... Se vierem, ainda pegarei numa espingarda e farei fogo aos invasores.»

Esclareçamos pois este ponto, já que assim se julga necessário. Passos quer ou não o iberismo? Quer; *contudo*, não o quer *agora*. É pois uma questão de oportunidade e ocasião que nada altera o fundo do seu pensamento: por isso julguei que, embora necessária esta nota, não devia alterar o que diz o texto.

Acrescenta o meu amável crítico que o discurso de 44 não são *folhas caídas*; que aí se diz aos setembristas: «não desesperéis nunca da causa da Pátria; ela será salva pela eficácia da lei, pela preservação dos chefes, e pela confiança dos cidadãos»; que Passos Manuel ainda continuou a figurar na política, etc.

São modos de ver. Figurar, figurou: mas como? Ouve-se já porventura a fé, o entusiasmo de outros tempos? Figurar na política torna-se um hábito, e, como hábito, necessidade. A voz do antigo tribuno amoleceu, porque se lhe entibiou a fé. Que atitude propõe, que programa formula aos seus partidários? Uma atitude passiva, um programa de *legalidade*. Ponha-se isto ao lado das palavras transcritas no texto, e concordar-se-á que são *folhas caídas*.

Estou muito gordo para me dar à vida aventureira e romântica das guerrilhas: não tenho pressa de entrar no Panteão. A gordura e o casamento são duas grandes garantias da ordem... Continuo no meu remanso a apanhar a minha azeitona, a comer os meus feijões e a ler a minha gazeta, sem ter mais parte nos negócios públicos, depois que me retirei inteiramente à vida privada.

Precipitara-o, pois, a política no cepticismo absoluto ou num pessimismo amargurado? Não. A poesia salvava-o; e se perdera a confiança nos homens, nos sistemas, nos princípios, na História e na Pátria, não perdera aquilo que tinha no fundo íntimo da sua alma: o seu amor, a sua virtude, a paz serena da sua consciência, a luminosa e meiga doçura da sua bondade.

Se a política me irrita, tenho um cataplasma emoliente a que me socorro. Tomo a minha filha nos braços, aperto-a contra o meu peito, e procuro assim esquecer os infortúnios da minha Pátria.

Quem não vê daqui o grupo suave, melancólico? O homem cuja face sorri caridosamente para a inocência? O homem que é uma ruína, mas com uma flor no seio, como sucede aos edifícios derrocados?

Assim, embalando nos joelhos a filha, abraçando-a, beijando-a, acaba aquele que nós vimos começar, estóico, em 26, ao jurar da CARTA no Porto. Viveu anos ainda, mas ficou outro e que pouco importa à História. Dos soldados que a ANARQUIA matou, ele é o segundo: Mouzinho fora o primeiro. Entra agora a ORDEM a fazer vítimas: Cabral, Rodrigo, Herculano. Vê-los-emos morrer de vários modos: oxalá tivessem acabado todos, como acabou Passos: com a filha sobre os joelhos, embalando-a, beijando-a!

Esses beijos eram o despedir, o finar-se da quimera setembrista; mas o amor que traduziam tinha sido e é ainda o símbolo de uma ideia futura, mal concebida nos dias de hoje — o símbolo da democracia, igualizadora dos homens...

Com Passos caiu a segunda definição do liberalismo: a ruína da ideia derrubava o seu defensor. Mas, agora, aparecia em 39, com o Ministério ordeiro, uma definição nova — desta vez a genuína, a pura, a definitiva? Repelia ao mesmo tempo o radicalismo de Mouzinho e a idolatria da soberania

nacional setembrista. Voltava aos tempos de 30, às doutrinas estudadas com ardor na emigração pelos livros dos mestres. Queria e pedia tudo à liberdade individual, condenando a democracia; mas em vez de renegar a História, ia buscar à tradição a base para um Trono vacilante. Tornava-se à «melhor das repúblicas», e o corifeu dessa opinião era Rodrigo, se é que o céptico estadista possuía opinião; se é que não preferia esta exactamente por ser parda: cor sobre que assentam bem quase todas as outras. Não é pois à política, é à literatura que nós iremos pedir a explicação do novo sistema, prenhe de esperanças que só durariam dois anos (39-42, restauração da Carta).

III

O ROMANTISMO

1. A VOZ DO PROFETA

A primeira forma política sob que o romantismo apareceu em Portugal foi a doutrina aprendida pelo duque de Palmela no retiro principesco de Coppet. Já falámos dessa doutrina, mas nunca é de mais insistir nas particularidades de cada espécie de liberalismo, porque só assim distinguiremos os partidos. De outra forma, o indeterminado e o vago dos fundamentos das doutrinas não nos deixarão perceber, nos vários agrupamentos de homens, mais do que motivos pessoais. Esses motivos havia, mas é errado supor que não houvesse outros. O próprio carácter do liberalismo, com a sua falta de critério a não ser a palavra LIBERDADE — uma palavra e nada mais —, era a causa da multiplicação dos modos de a *traduzir*.

Duas dessas traduções, a de Mouzinho e a de Passso, já nós conhecemos. Quanto à de Palmela, nunca chegou a vingar entre nós, porque até 28 impediu-o o absolutismo, e depois da guerra já o não consentia a legislação da ditadura que destruíra toda a sociedade antiga. O liberalismo de Palmela era a doutrina de um político, hábil e céptico. Era a *moderação*, à maneira da que Luís XVIII, com um temperamento análogo, a entendia: uma coisa prática. Mas, esta política teve como sustentáculo a doutrina do primeiro romantismo, católico, tradicionalista, monárquico, aristocrático, medievista, de Chateaubriand e dos alemães. Sabemos como Palmela se opôs à abolição dos conventos, sem o conseguir; e como obteve que se não bulisse nos morgados.

O primeiro romantismo, pois, concebido, ou pelo menos personalizado em Palmela, operou apenas como obstáculo à plena expansão de um outro pensamento liberal sem ser ro-

mântico, o de Mouzinho. Conhecemos assaz a doutrina do reformador para voltarmos a demorar-nos sobre ela. Radical, individualista, utilitário, no sistema das suas ideias não entrava por coisa alguma a tradição: nem histórica, nem religiosa, nem aristocrática. Era um absolutismo individualista. A existência de uma religião de Estado e de uma Câmara de Pares, bem como a conservação dos vínculos, deixavam a sua obra incompleta e o novo edifício social truncado. Palmela conseguira que houvesse pares e morgados; mas a aristocracia, sem aderir ao regime novo, fazia da Câmara Alta um problema sério, porque a Natureza tem horror ao vácuo.

Ao lado destes dois liberalismos, um romântico, o outro utilitário e radical; um, filiado mais ou menos directamente no idealismo alemão, o outro, filho directo do sensualismo inglês; ao lado de ambos e comprimido até à revolução de Setembro, vinha existindo o liberalismo racionalista, de pura origem francesa, e que em franceses e portugueses se transformara, do velho jacobinismo, numa doutrina democrática só diversa da antiga nas fórmulas e acidentes, mas em essência fiel ao tipo transacto.

Tais são as três formas de liberalismo, as três diversas traduções da palavra idolatrada, que o crítico descobre na sociedade portuguesa de 34-38.

No fim deste período, a desordem, o descrédito e o cansaço já congregavam os homens em novos agrupamentos, ao mesmo tempo que, do absolutismo das doutrinas de Mouzinho e do carácter em demasia histórico das doutrinas de Palmela, saía uma combinação média, cujo intérprete político era Rodrigo da Fonseca e cujo melhor defensor foi Herculano. Era um segundo romantismo, individualista sem enjeitar a tradição, e até popular sem deixar de ser brandamente aristocrata. Era a Constituição de 38, com um Senado electivo e temporário.

Eis aí o verbo novo, a palavra de paz, o evangelho da liberdade redentora. O *profeta* sonhava com ela desde 34, sem ainda a ter definido bem claramente, mas entrevendo-a nas afirmações doutrinárias de Mouzinho e nas simpatias de Palmela pelas velhas intuições. E foi nisto que rebentou o tumor democrata (1836). E aos que julgavam a vitória ganha,

conquistada a paz, veio a revolução dizer que tudo havia a recomeçar. E quem era esse novo apóstolo da desordem? E que monstro de plebe solta vinha de tal forma perturbar a paz dos filósofos? E desmanchar com uma lufada de simum as suas sábias architecturas políticas?

Quem a preparou e a fez surgir? Não sei. Ostensivamente os seus autores foram a plebe de Lisboa e alguns soldados que se negaram a dispersar os amotinados. Os indivíduos que, depois de consumado o facto, tomaram nas mãos as rédeas do Governo, recusaram para si a paternidade daquele feto político. (Herculano, *Opúsculos*, 1.)

Então o profeta subiu ao seu Sinai e ouviu a voz de Deus que lhe disse coisas pavorosas:

A licença mata a liberdade, porque se livremente oprimes, livremente podes ser oppresso; se o assassinio é teu direito, direito será para os outros o assassinarem-te.

Porque a Nação se dilacerará, e enfraquecida passará das mãos da plebe para as mãos de algum déspota que a devore.

Crês porventura (rainha!) que é belo e generoso assentares-te num trono que a ralé do povo conspurcou de lodo e infâmia? (Herculano, *A Voz do Profeta*.)

E a democracia era lodo, era infâmia. E porque o povo irritado matara um homem, era assassina a doutrina. E esse povo era plebe. E por sobre as ondas da turba desenfreada aparecia ao vidente bíblico, romântico, o espectro de D. Miguel, um tirano democrata:

*Nas orgias de Roma, com teus sócios
Folga, vil opressor!
Folga com os hipócritas iníquos
Morreu teu vencedor...*

*Envolto em maldições, em susto, em crimes,
Fugiste miserável.
Ele, subindo ao Céu, ouviu só queixas
E um choro lamentável.*

(Herculano, *Poesias*, 1.^a ed., D. Pedro.)

E o romantismo desvairava o pensamento do vidente, porque D. Miguel não fugira: fora expulso; porque ao lado do choro lamentável, D. Pedro, se estivesse no Céu, havia de também ouvir ainda o bater das pedradas nos tampos da sua carruagem fugindo a galope de S. Carlos. E as ordens que no Sinai o Deus dava ao profeta não eram cumpridas, porque ninguém se importava já com o homem que morrera em pecado *liberal*.

*Plante-se a acácia — o liberal arbusto
Junto às cinzas do forte:
Ele foi rei e combateu tiranos:
Chorai! chorai-lhe a morte!*

(Ibid.)

E o profeta que, no calor das suas conversas com os deuses, falava a língua de uma poesia sentida e bela, descendo à terra e vendo a desolação dos dilúvios, vestia o manto de um Jeremias, ou a capa de um Diógenes, ou a toga de um Suetónio:

Homens que teriam legado à posterioridade nomes gloriosos e sem mancha e que, mais modestos nas suas ambições materiais seriam vultos heróicos da História, pagaram-se como *condottieri* mercenários; ao passo que outros, depondo as armas e voltando à vida civil, exigiam ser revestidos de cargos públicos, para exercer os quais lhes faltavam todos os predicados. (*Opúsculos*, 1.)

E perguntas ainda, profeta! Quem preparou e fez surgir a revolução? Quem senão a cólera do Senhor, como naquele dia em que mandou o dilúvio? E de toda a humanidade perdida apenas houve dois Noés, que merecessem graça aos olhos do Senhor! E um foi Passos, a quem ele chamou ao seio da eterna sabedoria, embalando risonho a filha sobre os joelhos, já esquecido da Liberdade; outro foi Sá, a quem confiou o comando da Arca sobre as águas do dilúvio. E dentro da Arca havia casais de todas as espécies. E quando o temporal cessou, Noé-Sá abriu a Arca. E havia a Constituição nova de 38, íris de bonança, fruto da cópula das gerações condenadas cujas semelhanças se guardavam na Arca. E era uma espécie diversa do romantismo antigo...

2. A POESIA DAS RUÍNAS

Portugal aparecia, com efeito, como emergindo de um dilúvio que alagara e destruíra tudo: as instituições e os caracteres, a riqueza e os costumes. Mas, por cima de todos os destroços, a imaginação dos poetas e artistas via os dos conventos. Não podia deixar de ser assim, num País que fora um comunismo monástico. Os frades tinham saído a campo a defender-se. Em 31 quase todos os mosteiros ficaram abandonados à guarda de um ou dois leigos, porque as comunidades arregimentavam-se:

*Negros, uns vultos vaguear se viam
A cruz do Salvador na esquerda erguida
Na destra o ferro, preces blasfemando:
Não perdoeis a um só! Feros bradando
Entre as fileiras, rápidos, corriam.*

(Herculano, *Poesias*.)

Já a doutrina os tinha condenado; já Mouzinho na Terceira havia escrito a sentença da sua abolição; e depois, e mais em nome da vingança dos vencedores do que em nome da doutrina, foram exterminados. «Negros, uns vultos vaguear se viam» agora, esmolando miseráveis, ou foragidos pelas serras, homiziados, precitos, caçados e escarnecidos. Herculano, com uma corajosa humanidade, protestava: era «uma das realidades mais torpes, mais ignominiosas, mais brutais, mais estúpida e covardemente cruéis do século presente». (*Os Egressos*, op.). Fora um roubo a expropriação:

Pague-se um juro módico dos valores de que nos apropriámos. Se o fizermos, em lugar de sermos mil vezes uma coisa cujo nome não escreverei aqui, sê-lo-emos só 999; porque teremos restituído a milésima parte do que loucamente havemos desbaratado. (*Ibid.*)

O sentimento de uma justiça absoluta imperava já, no espírito do poeta estoico, por sobre as paixões de uma guerra passada, por sobre o entusiasmo de uma vitória — tão triste! —, por sobre o sistema das opiniões políticas e o conjunto das impressões partidárias. Era um acto de justiça humanitária que nem poderia remir os crimes cometidos. A educa-

ção kantista do poeta fazia-o, como a Mouzinho, ter um culto pela propriedade, expressão social positiva do indivíduo. Mas a teoria era condenada pela política. Se se não tivesse sequestrado no Porto, ter-se-ia morrido; se os bens dos frades se não tivessem confiscado e retalhado, o liberalismo teria caído no dia seguinte ao da vitória.

Não era, porém, só o kantismo que entrava na composição do estado de espírito dos novos românticos. Era a tradição, o amor vago do passado, que os levava à inconsequência de renegar o kantista Mouzinho, reprovador da História nacional. Era a tradição religiosa:

Os tempos são hoje outros: os liberais já conhecem que devem ser tolerantes e que precisam de ser religiosos. A religião de Cristo é a mãe da liberdade, a religião do patriotismo a sua companheira. O que não respeita os templos, os monumentos de uma e outra coisa, é mau inimigo da Liberdade, desonra-a, deixa-a em desamparo, entrega-a à irrisão e ao ódio do povo. (Garrett, *Viagens*.)

Atacando por este lado a tradição radical de Mouzinho, abraçavam por isso os românticos a escola oposta, embora também liberal (sempre e todas, por diversas que sejam, são *liberais*) de Palmela e do primeiro romanstismo? Não. Depois do dilúvio da revolução setembrista ficara no ar uma névoa de indecisões poéticas. Queriam-se nomes, não se queriam coisas: aristocracia, sem pares vitalícios; religião de Estado, mas tolerante e *liberal*; antiguidades, tradições, mas apenas como tema para romances e xácaras. Amava-se com furor a Idade Média, mas no papel. Era a sombra do primeiro romantismo, este de agora. Palmela não tinha querido que os conventos se abolissem: Garrett não os queria restaurar, lamentando, porém, que os frades tivessem desaparecido: davam um tom pitoresco e cor local aos quadros: «Nos campos o efeito era ainda muito maior: caracterizavam a paisagem.» (*Viagens*.) A doutrina dissolvia-se politicamente numa anarquia positiva; e moralmente acabava num desejo vago de artista ou em contraditórias exclamações de poetas. Qual era o novo código da novíssima, da terceira escola liberal? Quem o sabe? Tudo; nada — o nevoeiro que o dilúvio deixara sobre

as terras quando, perante os clamores unânimes dos neo-românticos, o setembrismo acabou.

Não se creia, porém, que homens como Herculano e Garrett, pouco *importantes* na política e por isso mesmo mais livres, homens cheios de talento e estudo, não percebessem o fundo real das coisas. A própria inconsistência, a indeterminação mais ou menos sentida das doutrinas que seguiam, davam-lhes ainda uma facilidade maior para verem a verdade. Nós conhecemos em que termos Herculano apreciava os homens do dia; e Garrett, além dos motivos de artista, via outros para lamentar a queda do passado.

O barão mordeu no frade, devorou-o... e escouceou-nos a nós depois... Mas o frade não nos compreendeu a nós, por isso morreu; e nós não compreendemos o frade, por isso fizemos os barões de que havemos de morrer... E quando vejo os conventos em ruínas, os egressos a pedir esmola e os barões de berlinda, tenho saudades dos frades — não dos frades que foram, mas dos frades que podiam ser. (*Ibid.*)

Não podiam ser, não; não podiam ser outros do que tinham sido, do que ficaram até hoje, onde ficaram, do que serão enquanto existiram. Como poderia o frade, crendo na ordem divina de um mundo formado tal qual por uma vontade absoluta, admitir a doutrina que põe na razão do homem a origem de todas as coisas? Iria adorar, em vez da Trindade, o vosso Arquitecto supremo, ó mações? Nem o frade vos compreendia, nem vós ao frade; e assim devia ser: porque a *broca da análise* não profundara ainda a natureza das vossas doutrinas, varrendo as quimeras das vossas ilusões. O frade vinha ligado a um passado real, e vós aparecíeis pregando uma doutrina de inconsequência, em que esse passado vivo se tornava em miragem poética, e o presente, com as vossas ideias nebulosas, na realidade crua do novo império dos barões.

Tal aristocracia, materialista, brutal, sem lustre nem dignidade, mandava a Natureza que saísse da concorrência livre entre indivíduos soberanos. Ou renegar o individualismo, voltando ao romantismo velho; ou reconhecer no barão um

filho legítimo. Não o fazer, demonstra sem dúvida falta absoluta de senso. Chorar — e ainda bem! — prova que os homens não tinham secado de todo. Mas, em vez de chorar em público, na frente dos barões que se riam digerindo, não era melhor fazer como o democrata condenado: recolher-se a casa baloiçando a filha sobre os joelhos?

Não seria; e já que os escritores, redigindo a doutrina do terceiro ou quarto liberalismo, sentiam a inutilidade das combinações, a vaidade das esperanças e a vitória inevitável dos barões; já que, sem se convencerem, se submetiam, melhor era com efeito que, deixando a política, baloiçassem outra filha querida — a Arte, as Letras. Literato sobretudo é, com efeito, o segundo romantismo, no qual os princípios do primeiro se tornaram temas de poesia. Aos barões que imperavam na sociedade positiva, apesar das fórmulas e dos preceitos da novíssima constituição ordeira, havia que pedir esmola para os frades mendigos, para os estudos abandonados.

Pão para a velhice desgraçada! Pão para metade dos nossos sábios, dos nossos homens virtuosos, do nosso sacerdócio! Pão para os que foram vítimas das crenças, minhas, vossas, do século, e que morrem de fome e frio! (Herculano, *Os Egressos*, op.)

Passos clamara misericórdia para o miguelista, Herculano pedia pão para o frade: nenhum foi ouvido. O primeiro demitiu-se; o segundo abandonou a política pelas letras; e com as ruínas da velha poesia, ele, Garrett e os discípulos de ambos propuseram-se criar a tradição que convinha ao novo regime.

3. RENASCIMENTO

A história nacional, que a nova geração se decidiu a estudar, restaurando a erudição académica e monástica, oferecia tradições várias. A primeira e mais importante, a que distinguia Portugal do comum das nações; a do império de vastos domínios ultramarinos, Holanda do extremo ocidente, que vivera da exploração de regiões extraeuropeias, nação de navegadores e colonizadores — nem foi lembrada. Além de não

estarem em moda os estudos geográficos, primando a tudo a história das instituições; além de ter ficado arruinado completamente o sistema colonial português com a separação do Brasil e com a abolição do tráfico de escravos em África¹: o pensamento económico da escola era o de Mouzinho, e nós sabemos como ele condenou o passado, querendo que a Nação vivesse por si, de si, com o seu trabalho, sobre o chão que tinha na Europa. Apenas Sá da Bandeira instava pela volta à política colonial; mas fazia-o de um modo indiscretamente humanitário, esperando construir um Brasil em África, com o trabalho livre e a concorrência e garantias liberiais. Nisto se mostrava o seu *romantismo*. A sua preocupação colonial passava por mania, e chegava a sê-lo.

Outra das tradições portuguesas, bastante ligada com a anterior, era a do absolutismo ou do imperialismo: a forma orgânica adequada à existência de uma nação, vivendo *contra naturam* da exploração de terras ditantes: a monarquia de D. João II e D. Manuel a D. João V, e por fim a do marquês de Pombal. Como reconheceria o romantismo esta tradição, quando a alma do seu pensamento político era a soberania do indivíduo? É ocioso insistir em demonstrar as causas de antipatia.

A terceira, finalmente, das tradições portuguesas era a católica. O Reino criara-se como feudo do papado; as ordens monásticas tinham sido um dos principais elementos da sua povoação na metade austral²; e por fim, em tempos mais recentes, o jesuitismo invadira o espírito da Nação e os seus domínios ultramarinos. A Companhia foi a educadora e colonizadora, em Portugal, na África e no Brasil³, depois de ser missionária no Oriente, na África e na América. De tais motivos resultara a nação de sacristães, frades e beatos do XVIII século, estonteados no seguinte, quando lhes faltaram as rendas do Brasil. Não fora contra esta que se batalhara por anos? Como havia de continuá-la, a gente que a destruíra? Tradição propriamente aristocrática não existia, porque toda a monarquia de Avis se ocupara com êxito em deprimir a nobreza medieval, e depois a de Bragança teve de acabar

¹ V. *O Brasil e as Colón. Port.*, II, 1, 5.

² V. *Hist. de Port.* (3.^a ed.), I, pp. 123-5.

³ V. *O Brasil e as Colón. Port.* (2.^a ed.), I, 1, 5.

com ela, por castelhana, no tempo de D. João IV, por teimosa, no tempo de Pombal¹.

Que tradição de História invocar, pois, quando a revolução romântica era a negação da História nacional? Iria o liberalismo aclamar os déspotas? Iria defender a escravização das raças africanas e americanas, o individualismo inchado com a noção da soberania do homem abstracto espiritual? Iria o livre-cambista, discípulo de Smith, aplaudir as protecções e monopólios à sombra dos quais se formara a riqueza nacional?

Não. Seria demasiada inconsequência. Inconsequente era o romântico, pretendendo conciliar uma tradição com o seu racionalismo abstracto; inconsequente, contudo, por necessidade, pois ainda «a broca da análise» não patenteara o sistema das leis da evolução, que mostram não haver na realidade absolutos, apenas formas transitórias, relacionadas sempre, deduzindo-se naturalmente, espontaneamente. O romantismo ou escola histórica previa, precedia desta doutrina; mas o espiritualismo racionalista que lhe andava ligado não o deixava avançar e precipitava-o em aventuras singulares.

Uma das mais conspícuas foi decerto a tentativa de criar uma tradição portuguesa, contra os elementos de uma História de cinco séculos, quando a duração total da nossa História não excedia sete. Mas esses dois primeiros afiguravam-se os puros: sendo o resto erros, desvios de genuína tradição. De tal forma se obedecia à moda que lavrava nas nações germânicas; mas nesses países a tradição medieval era viva, estavam ainda de pé as instituições antigas; pois só na França e na Espanha se tinham constituído absolutismos, e, só a Península tinha tido, para além dos territórios europeus, vastos domínios ultramarinos.

Embora dirigidos por um critério errado, os propugnadores do romantismo, a cuja frente se viam Herculano e Garrett, metiam mãos a uma obra em todo o caso necessária. A abolição dos conventos destruíra o sistema dos estudos; e se cumpria aos governos organizar a instrução pública, era a

¹ V. *Hist de Port.* (3.^a ed.), II, pp. 129-30 e 177-8.

obrigação dos escritores novos continuar a obra dos frades. Do valor estético ou científico desses trabalhos literários da geração que nos precedeu não temos que nos ocupar aqui, pois não tratamos da História Literária, aproveitando das Letras apenas como documento histórico da sociedade.

As estâncias do Tasso, retumbando das bocas dos barqueiros nas margens do Brenta e do Adige e os romances de Burger, cantados em sons monódicos à lareira nas longas noites da Germânia, e as trovas de Beranger repetidas por milhões de bocas em todos os ângulos da França, dizem mais a favor da poesia em que transluz a nacionalidade do que largas dissertações metafísicas. (*Journal da Soc. dos Am. das Letras.*)

Herculano escrevia isto em 34, aplaudindo os *Ciúmes do Bardo*, de Castilho, *pastiche* cru, nem português, nem coisa nenhuma. Mau sintoma: porque o crítico confundia o *gênero* em literatura com o renascimento da nacionalidade.

Burger empregou admiravelmente a poesia nas tradições nacionais; e é a ele e a Voss que devemos a renovação deste *gênero* inteiramente extinto na Europa depois do xvi século... A poesia deve ter, além do belo de todos os tempos, de todos os países, um carácter de nacionalidade, sem o qual nenhum povo se pode gabar de ter uma literatura própria. (Herculano, nas *Mem. do Conserv.*)

Mãos, portanto, à obra. A «sociedade dos amigos das letras», dos Castilhos, não vingara. Com Bernardino Gomes, no Porto, já Herculano tinha fundado a «sociedade das ciências médicas e literatura» — duas coisas talvez admiradas de se acharem reunidas. Agora, em Lisboa, o renovador dos estudos, o chefe da nova escola, criava a «sociedade propagadora dos conhecimentos úteis», cujo órgão, o *Panorama*, adquiriria uma circulação extraordinária. Não havia outra coisa para ler, e ler começava a ser moda na sociedade das *luzes* como diziam, em ironia e despeito, os antigos. O *Panorama* trazia bonecos e receitas, além de trazer os estudos iniciadores da tradição nova, assinados «A. H.».

Que eram, que são esses trabalhos? (*Lendas e Narrativas, Monge de Cister, Bobo*, etc.) Sabiamente extraídos das crônicas por um erudito, que relação havia entre eles e as memórias e

lembranças vivas na imaginação popular? Nenhuma. Falasse a literatura ao povo nas aventuras das viagens, nas histórias dos naufrágios, e decerto acharia ainda um eco: mas em D. Fuas ou no célebre Paio Peres Correia? Quem se lembrava de tal? Que sentimentos, que memórias estavam ligados a essas façanhas de tempos breves e sem carácter particularmente português? O *gênero*, porém, impunha estes assuntos, e a educação literária, de mãos dadas com a filosófica e económica, repeliavam os outros, oriundos da positiva História da Nação. O modelo era Walter Scott, traduzido pelo Ramalho. Nas novelas do escocês se achava o tipo das *tradições nacionais*.

Mais perspicaz, Garrett punha em cena o marquês de Pombal (*A Sobrinha do Marquês*), tipo vivo, presente, popular; e se também ia à Idade Média (*Arco de Sant'Ana, Alfageme*), era para explorar a moda, aproveitando os nomes antigos em dramas ou comédias da actualidade. Mais perspicaz, via que no novo português não havia tradições medievais, e que as lendas das crónicas eram objecto de erudição, mas não de literatura ou poesia nacional. Em vão se procuraria aí o renascimento. Cavou mais fundo e foi aos romances e histórias da tradição oral: essa era a poesia da raça, não a poesia histórica ou nacional. O *Romanceiro*, feito com um propósito literário e não etnológico — Garrett não era como os Grimm —, não tinha contudo alcance para o renascimento da nacionalidade, porque em Portugal a Nação provinha de uma História e não de uma raça individualizada. A poesia popular funde as nossas populações no corpo das populações ibéricas.

Em vão, portanto, o romantismo procurava uma tradição. Não a achava, porque as ideias filosófico-económicas condenavam as conhecidas; e não havendo outras a descobrir, os românticos implantavam um *gênero* literário de importação da Escócia, à *Walter Scott*, sem conseguirem acordar no povo lembranças desses dois séculos da Idade Média de que ele não tinha recordações, porque neles a vida da Nação não tivera carácter próprio. Senhorio rebelado, como tantos outros, até o fim do XIII século, é só com a vida marítima então iniciada que principia uma História particularmente portuguesa.

No lugar onde a Inquisição tinha sido, fora o Tesouro que ardera, e ficara — ficou até hoje! — em ruínas. Nesse lugar

histórico se levantou o templo romântico do renascimento da tradição nacional. Pobre Teatro de D. Maria II, que vives da tradução das comédias francesas! Em vez de representarem aí as tragédias portuguesas: a história das viagens, dos naufrágios e aventuras do Ultramar, a história das crueldades da Inquisição e a tortura do judeu, talvez até a história da própria queima do domínio do velho Estado, no lugar onde o Tesouro ardeu — representaram cenas tão horrendas quanto frias; os melodramas românticos, de montantes e couraças, num estilo arrevesado e cheio de «sus! eis! bofés! t'arrene-gos!». À força de lágrimas, adormecia-se, em vez de se acordar para a renascença de uma tradição apagada, tanto mais que nunca existira. Garrett disse-nos como essa tradição se fazia:

Vai-se aos figurinos franceses de Dumas, de Sue, de Vitor Hugo, e recorta a gente de cada um deles as figuras que precisa, gruda-as sobre uma folha de papel da cor da moda, verde, pardo, azul; forma com eles os grupos e situações que lhe parece: não importa que sejam mais ou menos disparatados. Depois vai-se às crônicas, tiram-se uns poucos de nomes de palavrões velhos; com os nomes crismam-se os figurões, com os palavrões *iluminam-se*, etc. (*Viagens*.)

Assim era no Teatro; assim na Imprensa, Herculano, condenando a aristocracia e os seus vínculos, o Estado e a sua autoridade, o Trono e o seu poder; condenando todas as instituições históricas, apenas descobrira uma, única nesses tempos breves, antigos e genuínos, depois dos quais tudo fora erro — o município. (*V. Hist. de Portugal*.) Mas esse município redentor, verdadeira e pura tradição nacional, que era? Ele no-lo diz também (*Pároco de Aldeia, Carta aos Eleitores*, etc.): uma assembleia de cretinos.

A sociedade é materialista; e a Literatura, que é a expressão da sociedade, é toda excessivamente e absurdamente e despropositadamente espiritualista! Sancho, rei de facto! Quixote, rei de direito!... É a Literatura que é uma hipócrita. (Garrett, *Viagens*.)

Hipocrisia? Não: inocência, própria de literatos ou doutrinários. O romantismo ficava sendo um *gênero* e falso; a sociedade seguia o seu caminho. Sancho reinava. O municí-

palismo ficava sendo o que era, o que podia ser, um instrumento administrativo. Dir-se-ia, pois, que tudo eram também ruínas por este lado, e tudo anarquia? Não. Quando os homens valem, as suas obras frutificam, apesar das fórmulas a que obedecem. A Natureza é mais forte do que as doutrinas, a realidade sobrepuja as quimeras. Como obra de homens ficaram os trabalhos de erudição histórica de Herculanó; ficou, para atestar o génio do artista Garrett, uma tragédia em que a tradição realmente o inspirou, o *Frei Luís de Sousa*.

Na sua comovedora simplicidade, o drama representa o fundo íntimo da vida portuguesa, com a mistura de anseios e tristezas, esperanças envenenadas de fortunas aparentes e impossíveis que conduzem a essa devoradora melancolia que se chama saudade. O efeito é tanto mais desolador, quanto a esperança realizada apenas serve para despedaçar os corações. No fim, quando as personagens principais dizem adeus ao mundo para entrar no convento, parece que a Nação inteira pronuncia os votos. (Quinet, *Vacances en Espagne*.)

O *Frei Luís de Sousa* é a tragédia portuguesa, sebastianista¹. O fatalismo e a candura, a energia e a gravidade, a tristeza e a submissão do génio nacional, estão ali. Não é clássico, nem romântico: é trágico, na bela e antiga acepção da palavra: superior às escolas e aos géneros, dando a mão, por sobre Shakespeare e Goethe, a Sófocles. Num momento único de intuição genial, Garrett viu por dentro o homem e sentiu o palpitar das entranhas portuguesas. Que ouviu? Um choro de aflições tristes, uma resignação heroicamente passiva, uma esperança vaga, etérea, na imaginação de uma rapariga tísica e no tresvario de um escudeiro sebastianista.

Quando o génio tinha uma revolução destas, estaria forte, viva, crente numa tradição seguida, ávida por um futuro certo, a Nação entregue aos braços da Liberdade?

Balouçada nos joelhos do tribuno a filhinha sorria, e ele tristemente se consolava, esperando, esperando... mas para longe, quando, tudo acabado, D. Sebastião voltasse em uma manhã de névoa... um D. Sebastião ibérico...

¹ V. *Hist. de Portugal*, I, v, 4.

4. A ORDEM

Por ora, não. O povo inteiro pronunciava os votos cada dia mais formais de uma abstenção decidida. Deixá-los, os políticos fazer sistemas e revoluções, juntas, programas, cortes, leis; deixá-los comer e engordar e devorarem-se: eles cansarão?

Já desanimados, tinham cansado Mouzinho e Passos; mas havia gente nova, para uma terceira investida, um terceiro liberalismo: a Ordem. Mas como pode haver uma ordem nos factos, se as ideias são uma desordem? Como conciliar as instituições e as ideias, quando as primeiras, reconhecendo a aristocracia numa segunda Câmara, a teocracia numa religião de Estado, obedecem ainda ao pensamento do primeiro romantismo, ou da tradição histórica? Quando o segundo fez recuar essa tradição para o campo vago de uma poesia, além de insuficiente para dar consistência ao organismo social, falsa e artificial, obra de literatos, paixão de arqueólogos e eruditos, inacessível ao povo? Como conciliar essas instituições com o princípio da soberania do povo? E com o sistema da concorrência livre, prejudicado pela revolução, também, com o sistema da protecção às indústrias? Essa ordem é um caos, de instituições e ideias. Já não há, é claro, uma anarquia sistemática, tal como a concebera Mouzinho; mas em vez dela há uma mistura de elementos contraditórios, liberais, democráticos, românticos, donde sai a suposta ordem da Constituição de 38.

Assim, também, já não há banidos: os marechais voltaram e juraram; mas sob a paz aparente lavram os germes de novas desordens. A anarquia fora até 36 um sistema. Agora pedia-se ordem; mas a vida antiga ia continuar contra a vontade dos homens já saciados, já desejosos de gozar em paz o fruto dos seus trabalhos. Rodrigo aparecia à frente dos setembristas e cartistas fusionados para o descanso: Rodrigo céptico desde o berço, mas talvez crente em que no cepticismo estivesse a sabedoria, e por isso na Constituição de 38 o porto desejado da vida liberal.

Não, não podia ser: a confusão dos elementos não podia dar a ordem nas instituições. Foi a rainha quem fez de Costa Cabral um instrumento para restaurar a CARTA (1842), codilhar Rodrigo, e os ordeiros fusionados, e os românticos?

Talvez fosse; talvez não fosse: logo o veremos. Mas o facto é que o *statu quo* não era viável, apesar das afirmações em contrário dos vencidos.

Palmela com o seu romantismo aristocrático pugnara pela conservação de uma Câmara de Pares vitalícia, hereditária; mas a revolução veio e destruiu-a. Depois, em 38, o meio termo criou a Câmara dos senadores temporários, electivos. É verdade que, extinta ou protestante por miguelista, a antiga aristocracia não podia preencher os lugares da Câmara; mas não é menos verdade que um Senado temporário e electivo só é viável dentro de um sistema de representação de órgãos e classes da sociedade; sendo uma quimera, um accésório inútil, uma duplicação vã (como agora mesmo se vê em França), quando procede, como a Câmara Baixa, do sufrágio popular, directo ou indirecto.

A antiga aristocracia demitira-se, é verdade; mas a liberdade e a concorrência tinham criado um poder real e novo, uma plutocracia: a classe dos burgueses ricos que não podiam deixar o seu poder, os seus interesses, à mercê dos aca-sos das eleições; que não pactuavam com o individualismo, nem com a democracia, querendo para si o domínio seguro a que de facto lhes dava direito o seu poder estável. Derrubadas todas as autoridades em holocausto, à doutrina, só uma não podiam os doutrinários destruir: o dinheiro. O dinheiro, pois, criou para si uma doutrina nova, que teve por defensor Costa Cabral. Era um quarto, um quinto liberalismo que surgia e vencia todos os anteriores.

Guizot e Luis Filipe tiveram de fazer em França o mesmo que D. Maria II e Cabral fizeram cá. Aos burgueses diziam — enriquecei-vos! E às instituições e garantias reformavam-nas no sentido de criar e consolidar a nova aristocracia dos ricos. Era uma forma de Ordem que escapou às previsões dos românticos: os seus medos e cóleras tinham-se voltado e consumido contra a democracia! O inimigo surgia abruptamente donde o não esperavam, e bateu-os com a máxima fortuna. Restaurou-se a CARTA, sem ser necessário um tiro: é verdade também que da mesma forma caíra em 10 de Setembro. Os românticos sinceros, ingénuos, esperando a acção dos meios morais, esqueciam a força dos elementos positivos: a ordem que tinham fundado era uma bola de sabão. Um sopro desmanchou-a.

E assim devia ser também, perante a natureza das doutrinas. Pois se a única fonte da autoridade moral e política era o indivíduo, pois se a propriedade era a sagração de uma personalidade soberana, onde se havia de ir buscar o mandato, senão à vontade da maioria? Como se havia de desconhecer a importância suprema da riqueza? Por que protestavam, pois, contra os setembristas, chamando *ignaras* às maiorias? E contra os cabralistas chamando nomes aos argentários? Ou o domínio do número, ou o império do dinheiro: eis aí onde a *liberdade* conduzia fatalmente. Onde conduziria, senão à afirmação de uma autoridade cega do número ou das forças brutas, a doutrina que negara a autoridade social em nome da natureza do indivíduo?

Falhara a conclusão democrática; mas ia vencer a aristocracia nova: assim terminavam no *absolutismo ilustrado* os diversos liberalismos.

Desta última ruína qual é o cadáver que surge? Quem é agora o sucessor de Mouzinho ou de Passos? Ninguém; não há, porque não houve tempo bastante para fazer desiludidos. O tempo virá, e daqui por dez ou doze anos veremos como acabam de vez as ilusões de Herculano, o romântico ordeiro. O tempo virá, e na mesma hora veremos Rodrigo, já cabalmente educado, já de todo em todo céptico. Aprendera afinal a conhecer a sua terra, a sua gente, o seu tempo! Singular cegueira fora o que supunha em si perspicácia: «não o codilhariam outra vez».

Agora, ainda o consumado actor não compunha bem o seu sorriso final, satânico, de uma ironia e desprezo universais; ainda tinha despeito e até cólera, vendo a vitória do rival duro e forte. Agora, representava-se o *Frei Luís de Sousa* e as plateias, comovidas, choravam, pensavam tristes. Ruínas, sempre ruínas!... Ergue-se, porém, um homem novo: será um messias? Será D. Sebastião? Mas recordavam-se de o ter ouvido nos Camilos, e estranhavam ao vê-lo agora nos degraus do Trono. Entre dúvidas, esperanças, submissões, desesperos, acabava a anarquia liberal, para dar lugar ao absolutismo novo, erguido sobre a Babel das riquezas obtidas — Deus sabe como! — nos tempos da desordem.

A magnificência de Lisboa é mais triste do que as charnecas de Espanha: ruas sumptuosas, praças imensas, a cabeça de um grande império — e o silêncio, a solidão duma terra, ou duma Gomorra subvertida. Feria-me sobretudo esta melancolia, quando a comparava à embriaguez das cidades de Castela e da Andaluzia. A Espanha dança por sobre as suas ruínas: Portugal agoniza no átrio de um palácio. (Quinet, *Vacances en Espagne*.)

LIVRO QUINTO

(1839-51)

O Cartismo

I

COSTA CABRAL

1. OS ORDEIROS

Rodrigo dissera que a questão inglesa, causa da queda de Sabrosa, «era um saco de ouro», e entrou no Governo, sob a presidência de Bonfim, tendo Costa Cabral por lugar-tenente na Justiça, disposto a dar esse ouro e a passar por cima de tudo, rápido, breve, dissimuladamente untuoso, afável, risinho, cheio lá por dentro de orgulho e império (*Ontem, hoje e amanhã*), sem olhar aos cachopos, navegando para ir dar fundo no porto seguro da Ordem, e ser aí aclamado como o mais hábil dos pilotos. O seu Norte não era um princípio, era um resultado prático. Achava igualmente singulares as preocupações teóricas dos democratas e dos cartistas, e sem partilhar nenhuma delas, mirava apenas a uma paz, para ganhar a qual não hesitava em as atropelar, nem à dignidade, ao decoro, ao brio da Nação. Ele julgava conhecê-la de perto, e de há muitos anos!

Saldanha, que desde a paz constitucional de 38 tinha regressado da sua emigração, era o homem para mandar a Londres amansar Palmerston. O inglês, com efeito, chegara ao desespero perante a nossa resistência passiva e surda: a resistência dos enfermos, semelhante à do Egipto ou da Turquia dos nossos dias. Reclamava o cumprimento do tratado para a abolição do tráfico dos negros, tratado que os nossos negreiros não podiam consentir se executasse a sério¹. Reclamava as despesas da Divisão auxiliar de Clinton em 27 (£ 173 030) e mais os soldos por pagar a Beresford e Wellington (£ 124 255), ao todo uns 1 400 contos. Sá da Bandeira, e

¹ V. *O Brasil e as Colón. Port.*, II, 1.

agora Sabrosa, tinham caído, sem poder resolver a questão. Esperava Rodrigo consegui-lo com as suas artes? Iludia-se. Em Maio, Palmerston mandou ordens positivas ao seu embaixador de Lisboa: Se até 15 (Maio de 1840) não fossem atendidas as reclamações inglesas, expedisse o vapor que tinha em Lisboa para Malta, donde uma esquadra sairia a tomar posse de Goa e Macau; e se se fizesse algum mal aos residentes britânicos em Portugal, outros navios iriam apoderar-se da Madeira. (V. Carnota, *Memoirs*.)

Em tais apuros valia Saldanha, cuja reputação servia ainda perante estranhos de fiador ao nosso descrédito. Howard, em Lisboa, suspendeu a execução das ordens; Saldanha partiu para Londres e obteve-se uma combinação de pagamentos a prazos, apelando para a generosidade dos nossos protectores pela boca do marechal diplomata.

Quando as Câmaras se abriram no princípio do ano, Rodrigo, à frente do Gabinete, ouviu sereno as apóstrofes setembristas: era um laçao de Palmerston e o Governo português uma delegação da Inglaterra. (V. os debates, sessão 40; espec. o disc. de José Estêvão em 6 de Fev., dito do Porto do Pireu.) Ouviu, e convencido de que os inimigos se não convertiam, dissolveu o Parlamento (25 de Fevereiro): necessitava gente sua, necessitava silêncio para poder resolver a questão inglesa. *Fez* novas eleições e, como sempre sucedera e sucederá, venceu-as. O País era unanimemente *ordeiro*. Três meses depois (26 de Maio), reuniu-se a Câmara nova, mas — ó triste sorte dos hábeis! — o que se dissolvia era a maioria. Formou-se uma coligação para a restauração da CARTA pura (Seabra-Magalhães), contra o ecletismo do Governo ordeiro que não dava suficiente ordem.

Com efeito, o setembrismo, expulso da Câmara pela genuinidade dos processos de representação nacional, apelara para a revolta. Foi de então que Rodrigo viu o seu erro, aprendendo a comparar os deputados como se faz às casas, em vez de lhes disputar o ingresso no *templo da Nação*. Desta vez, porém, o mal estava feito: não havia cura. No dia 11 de Agosto uma turba de gente sublevada reuniu-se no Largo da Estrela, descendo a convidar para uma *revolução* a guarda das Cortes, a do Banco e o de Caçadores 2. A tropa não quis; e eles foram então para arrombar o arsenal do exército, no Cais dos Soldados, mas encontrando uma força que os de-

teve, debandaram. Era nada como facto, mas grave como ameaça. O setembrismo, tão liberal, não se convencia, nem se curvava ao juízo de uma Urna! Duas semanas depois do caso de Lisboa, chegou a notícia da revolta das guarnições de Castelo Branco e Marvão (26). O tenente-coronel Miguel Augusto arrastara os soldados: era uma guerra civil. Mandaram-se tropas que facilmente repeliram os pronunciados; e fugindo, os soldados rebeldes mataram na Guarda o tenente-coronel, debandando, emigrando para Espanha, ou submetendo-se. A ordem vencia a *hidra da revolução*, mas não podia vencer a desordem que se formava.

Conhecemos assaz os motivos, isto é, o carácter incoerente das doutrinas da situação ordeira a que o romantismo não podia dar princípios, pela razão breve de os não ter para si. Ele era um *género* literário apenas; e o governo era também um *género* de governo: o género céptico, ainda prematuro. Não há nada que mais exalte as *doutrinas* e exacerbe os ódios do que a fome, e então havia fome entre nós: só quando chegasse uma tal ou qual fartura, acabaria o período dos *sistemas* e das *revoltas*, o reinado da frase e do tiro. Então venceria, sem dúvida, Rodrigo. Por enquanto, o seu cepticismo ofendia os ingénuos, e como não dava o que faltava sobretudo — pão! —, era duas vezes condenado.

O primeiro clamor vinha da turba dos empregados públicos, a que, sobre os pontos e atrasos, se tiravam dez por cento (6 de Novembro de 41). Se no Reino, Rodrigo, ao leme da Urna, levava o barco a salvamento; se Costa Cabral, na Justiça, mostrava o que podia, a pobre Fazenda — coitada! — via succederem-se os médicos (Ferraz, Miranda, Tojal), sem que surgisse um digno sucessor ao velho Law reformado. Não podia durar tampouco, por mais tempo na Presidência, o *plastron* que Rodrigo escolhera; e força foi reorganizar a tripulação do barco *ordeiro* (9 de Junho de 41). Aguiar tomou o lugar de Bonfim; e na Fazenda pôs-se um homem novo, credor de esperanças, que em pesados relatórios tinha mostrado saber as operações. Poderia Ávila descobrir a *operação* mestra de encher o Tesouro? Se o fizesse consolidava a Ordem, porque já decerto, a este tempo, o dinheiro poderia mais do que as doutrinas. Mas não o fez: era impossível! E em vez de

encher, vazou ainda mais os bolsos dos pobres empregados, como já se disse.

Nas Câmaras, o homem novo, de quem se exigia um impossível, sofreu as cóleras de Garrett e os epigramas do conde da Taipa, que reclamava o *ponto* para todas as dívidas, salvo os consolidados. (Ses. de 15 de Julho e 14 de Agosto.) Cá de fora, batiam a *Ordem*, o *Nacional* e o *Constitucional*, os setembristas e os cartistas cisionados. Ferrer e Seabra, ambos coléricos, faziam um tal escândalo que o grave economista Mareca, com o seu tom manso, a custo evitou o pugilato. (Sessão de 14 de Agosto.) O riso de Rodrigo amarelecia, vendo soçobrar o barco da sua dissimulada ambição contra os cachopos da penúria amarga.

«O verdadeiro e único remédio para as finanças de Portugal é uma bancarrota universal, e daí por diante rigorosa economia. Desenganai-vos: este é o específico, tudo o mais são paliativos; e a ele havemos de ir: não sei quando, mas a ele iremos. Se os homens de Setembro tivessem lançado mão dele, os homens de Setembro seriam eternos no poder, porque em Portugal há-de governar inabalável o Governo que tiver o dinheiro de que precisar.» (*Ontem, hoje e amanhã.*) A sabedoria falava pela boca do autor do opúsculo anónimo: o programa da futura Regeneração estava escrito.

Mas nem as condições da Europa nem as de Portugal consentiam ainda que ele se pusesse em prática. Não se tinha acentuado ainda a época industrial-utilitária que a larga aplicação do vapor às manufacturas e à viação veio a abrir; e havia em França e na Espanha, para onde nós olhávamos, uma doutrina vencedora, aclamada, que parecia a fórmula definitiva do liberalismo. Era a aristocracia dos ricos, apoiada a um absolutismo hipócrita no Trono e a uma burocracia no Governo. Guizot, Gonzalez-Bravo, pareciam modelos a seguir; e Costa Cabral sentiu em si força para os imitar, voltando-se desordeiramente contra a Ordem de que era ministro, para organizar a outra, a definitiva ordem liberal.

É já nossa conhecida a pessoa do ministro da Justiça ordeiro. Vimo-lo, rábido, a declamar nos clubes; vimo-lo, depois, a dirigir o braço de Sá da Bandeira para sufocar os tumultos de 38 em Lisboa. Os setembristas começaram desde logo a

odiar o trânsfuga, chamando-lhe ambicioso, como se alguém, sem ambição, alguma coisa conseguisse! A nós cumpre-nos estudar o valor dessa ambição, em vez de condenar puerilmente o sentimento gerador de todos os actos humanos. Esse ambicioso era uma ressurreição de Pombal nas qualidades e nos defeitos. Se tivesse encontrado ainda de pé alguma ordem verdadeira, alguma autoridade fixa, como a que o predecessor achou no absolutismo, teria sido tão grande como ele foi. Caiu, por falta de apoio: assim todos tinham caído, porque nada se mantém de pé quando falta o chão firme de uma doutrina enraizada nos ânimos, consistente e forte. Há um modo de se conservar erecto, no meio do vacilar de todas as coisas, há; e é quando, sem andar, se despendem as atenções e os cuidados inteiros nos equilíbrios necessários à atitude. Parece então que se existe, mas é apenas uma sombra de vida...

Ao tempo em que nos achamos, havia ainda forte desejo de viver; e além disso um mal-estar, uma pobreza, que forçavam ao movimento. Cabral fora demagogo; por cálculo, para gritar tão alto, que pudesse *vencer* na concorrência do leilão político? Por sinceridade e opinião, abandonada depois? Ele o sabe; e a nós importa isso pouco. Na política, os homens são veículos de planos vários: a esses planos, mais do que às virtudes privadas, atende a história. Quando ela encontra um santo, como Passos, abençoa-o; quando encontra um forte, como Cabral, admira-o; quando encontra um hábil, como Rodrigo, aplaude-o. Na arte de governar os homens, a força e a habilidade valeram, valerão sempre mais do que a virtude. Costa Cabral padecia da falta de plasticidade do seu émulo no Reino: era hirto, duro, seco, agressivo, violento, como a *doutrina* que fizera sua. Sendo Portugal, como de facto era, um reflexo da França, acodem aos bicos da penas as aproximações: Cabral era um Guizot, Rodrigo um Thiers.

Qual venceria: a habilidade céptica ou a força doutrinária? Em França, em Portugal, venceu temporariamente a segunda. Foi necessário 48 lá, e cá uma guerra triste e lenta, para destruir a doutrina do argentarismo. Não venceu ele, porém, depois, com a força das coisas, de um modo real? Não foram Thiers-Rodrigo os seus instrumentos definitivos, mas sem consciência, nem força, já, para o defenderem como *sistema*?

Na Administração de Lisboa, Cabral dera em 38 a medida dos seus talentos; no Ministério da Justiça, agora, portanto, durava a ordem provisória, ia-se revelando cada vez mais o seu génio pombalino. Restabelecidas as relações com Roma, que desde 34 estavam suspensas, o ministro reorganizou a máquina eclesiástica, preenchendo as sés, regulando, construindo tudo o que a anarquia derrubara. Outorgando a *Novíssima reforma judiciária*, adaptava a legislação antiga aos princípios novos estabelecidos pela revolução, organizando também o pessoal da Justiça, pondo regra e ordem nesse deplorável caos. Não era um demolidor, a continuar a obra de Mouzinho, não era um filósofo, guiado por princípios absolutos: era um homem prático, laborioso, inteligente, cerzindo, remendando, alinhando os farrapos velhos e novos, os retalhos ainda existentes do passado, com as amostras, breves e já desbotadas, do futuro.

A sua fama crescia, e trabalhando, agora e sempre, conquistava uma influência muito mais sólida do que a do émulo com as suas manhas e ardis. O cepticismo e a ironia, com as artes e os ditos, vencem e por vezes seduzem; mas a impressão é breve, e fica sem raízes. A força ganha uma tenacidade diferente. A força pessoal do homem que vinha subindo era mais uma causa de naufrágio para a ordem aparente das esperanças de Rodrigo. Já o astuto chefe percebia que, em vez de guiar, era dominado; e empregava todas as suas artes para encobrir a derrota. Depois de certa votação, obtida na Câmara pela influência pessoal de Cabral, Rodrigo à saída, numa efusão de agradecimento deu-lhe um beijo. (*Apont. hist. cit.*) Era um beijo de Judas, a denúncia de um condenado, a declaração de uma guerra que apareceu logo?

Esta desordem do Gabinete ordeiro trazia para o Governo a cisão que desde o começo lavrara na direita da Câmara. Uma parte dela seguia Rodrigo e a sua *ordem*; outra queria uma *ordem* melhor — a restauração da CARTA — e punha em Cabral as suas esperanças. Afinal, aparecia um *homem*, capaz de meter ombros à história demorada, dramática e triste da renovação de Portugal. Era baixo, macilento, comum e vulgar de aspecto? (Lichnowsky, *Record.*) E quem pensava ainda no liberalismo palmelista, aristocrático? Pois não vencera decididamente a burguesia de letrados e agiotas? — Tinha no olhar e no sorrir um não sei quê de falso?

(*Costa Cabral em relevo*, anón.) A *esperteza* sempre foi condão de letrados e judeus. A testa era breve, sem nobreza, o cabelo corredio e tudo regular «como se diz nos passaportes»? (*Ibid.*) Assim devia ser, porque o tipo dos democratas byronianos não convinha à gravidade da *doutrina*. Correcto, comum, severo, Cabral, porém, tinha um fraco: era irascível, apaixonado e violento. Diverso temperamento, mais frio e magistral, como o de Guizot, convinha ao papel que tomara para si. Em vez de *expor* sem discutir, como fazia o ministro de Luís Filipe, Costa Cabral perdia-se arrebatado por uma ardência meridional. Brilhavam-lhe os olhos como carbúnculos (Lichnowsky), gesticulava, gritava a ponto de enrouquecer. Era um temporal cada um dos seus discursos: mas para ser inteiramente forte deveria poder encobrir melhor a sua força. A voz soava falsa, sem espontaneidade, nem fluência: era-lhe necessário irritar-se para ser eloquente. Não tinha correcção, nem elegância no dizer, apenas virulência. (*Costa Cabral em relevo*.) Mudara de opiniões, mas a fala, o gesto, a oração eram os próprios do antigo demagogo, e mais naturais dos *Camilos* do que do chefe da *doutrina*. Rodrigo, ao vê-lo, possesso de ira, perder o sangue-frio e o governo, devia esperar que essa fraqueza (*Ontem, hoje e amanhã*) lho viria a entregar rendido, depois de algum combate infeliz. Mas enganava-se. A audácia do tribuno conservador, a força que lhe davam uma opinião e um plano sustentavam-no: cada batalha era uma vitória. Rodrigo descia sempre. «A dedicação por uma convicção política cessa ordinariamente quando periga a segurança individual: nesta terra parece que os homens activos e enérgicos, os que a si próprios se sacrificam, são ainda mais raros do que nos outros países.» (Lichnowsky, *Record*.) Percebe-se ou não, o motivo da ascendência crescente do homem novo?

Esse fraco da irascibilidade, da ardência no ataque, da virulência nas respostas, do plebeísmo da frase; esse fraco, importante em qualquer Câmara, não o era tanto na portuguesa, pouco habituada a obedecer à autoridade moral do saber e ao prestígio do talento. Salvos raros momentos em que o português, como meridional, se deixava embalar pela música de algum orador-poeta; salvos esses momentos breves, apagadas essas impressões mais estéticas do que morais ou intellectuais, o temperamento chão e violento levava a me-

lhor, e a Câmara parecia uma «espelunca de clube revolucionário. Estava-se como na rua, jogando-se com o lodo e as pedras da calçada». (Lichnowsky, *Record*.)

Tal era a ordem dos ordeiros, em toda a parte, no Governo e nos partidos, no Tesouro e no Parlamento. Evidentemente, o liberalismo não marchava; e era indispensável *restaurar* qualquer coisa, erguer qualquer pessoa. Quê, senão a CARTA? Quem, senão Cabral?

2. A RESTAURAÇÃO DA CARTA

O sintoma mais decisivo do completo descrédito do setembrismo foi o facto da eleição da Câmara Municipal do Porto nos primeiros dias de 42. O Porto, baluarte dos irmãos Passos, foco da democracia, jacobina, virado assim! Aclamando a rainha! Sem um viva para a Constituição nova! (2 de Janeiro.) A cidade burguesa, célebre em tumultos desde os tempos feudais, preparar-se para um tumulto conservador?

Cabral já era o homem indicado por todos como um Monk cartista; e ou foi ele que dirigiu as manobras do Porto, ou aprovou-as, e aderiu quando lhe escreveram chamando-o (*Apont. hist.*, cit.)

Era ministro: não podia ir, assim, claramente, rebelar-se contra o Governo de que fazia parte. Pretextou pois negócios domésticos, e partiu: sendo recebido entre palmas e vivas no caminho da igreja da Lapa, onde foi rezar, como os soberanos, quando entravam nas suas terras (19 de Janeiro). Formou-se logo uma JUNTA (27), voltando-se contra o inimigo as armas de que ele usara. A guarnição levada pelo general Santa Maria apoiava inteira esta revolta singular, reprodução das de 23 ou 24, declarando o soberano coacto e propondo-se a libertá-lo.

Tais eram as palavras do ministro aos seus companheiros, tal a opinião corrente do Porto. A rainha, positivamente coacta, elegera Cabral para a libertar; ele vinha com um carácter de enviado do Trono pedir aos povos que lhe acudissem, contra outros povos em cujas mãos se via perdido. Era verdade? Parece que sim; parece que desde 38 a rainha em pessoa, ou as influências diplomáticas estrangeiras que a rodeavam, consideravam Cabral o *seu* homem; parece que o

ministro, além de ir dia a dia demolindo em público o seu émulo Rodrigo, codilhava-se a finura com um cálculo mais seguro: apoiar-se ao Trono, contra a liberdade e suas fórmulas, batendo assim o sistema na raiz, com a única força ainda um tanto positiva: a Monarquia. Se em verdade não foi assim, e a restauração do Porto não procedeu de ordem do Paço, é fora de dúvida que a audácia do restaurador agradou à soberana, conquistando-lhe para sempre uma adesão temerária. Ou Cabral seguia ordens, ou superior ainda aos fiéis que só obedecem, sabia perscrutar os desejos e antecipar os mandatos.

Outros negam que houvesse no Paço o propósito de uma restauração, e fazem de Cabral um traidor que forçou a rainha a aderir a poder de intrigas. (*Costa Cabral em relevo.*) Não é inverosímil esta versão perante a história posterior? Admira tanto que a rainha, conspirando contra a Constituição, hesitasse e temesse? Que ordens podia ele dar em público, senão ordens legais? Coragem não lhe faltava, para amarrar as leis e atirá-las como bolas de papel velho, sujo, à cara dos seus contrários; fizera-o em 36 em Belém, e havia de repeti-lo com melhor fortuna, dez anos depois no mesmo lugar. Porém, agora, se plano havia, o plano era diverso do antigo. A rainha já não carecia de chamar soldados ingleses: tinha os de Santa Maria; nem precisava de um belga, porque achara um português. O seu trono ganhava raízes, à medida que as do setembrista apodreciam.

Em Lisboa, o Governo via-se nulo, impotente. Fugira-lhe a sua única força: restava apenas a manha que mordía os beiços, sentindo-se absolutamente vencida pela audácia do rival temerário. Diziam-se as palavras mais extravagantes: o caso do Porto só era comparável a Alcácer Quibir! Um fim de mundo! E na aflição atordoada escreviam-se proclamações que a rainha assinava, e corria-se a casa do caduco Palmela, como quem apela para a homeopatia, ou água pura da política — salvariam o doente? Às vezes, com efeito, a natureza deixada a si faz mais e melhor do que os médicos: mas a Natureza estava agora do lado da força, e todos hesitavam, todos se sumiam, pressentindo a fatalidade do fim. Rodrigo tomava um ar solene, vendo que teria de recomeçar na oposição o papel de chefe de um partido cartista genuíno, inimigo do *cabralismo*, para no dia da vi-

tória final soltar a sua última risada sobre as ruínas de todos os partidos.

No Porto hesitava-se. Talvez se contasse com uma adesão imediata da rainha; e em vez disso viera a proclamação condenatória e o ajudante Sarmento que teve largas conferências com a JUNTA. Corria que a rainha, pessoalmente, desaprovava, repelindo toda a ideia de cumplicidade. Cabral passava por um impostor (*Costa Cabral em relevo*), e a ser exacta esta versão, achando-se perdido, pedira chorando aos companheiros que o não deitassem ao mar. (*Ibid.*) Conhecedor da restauração tramada, teria querido confiscá-la em proveito próprio, dando-se como confidente e mandatário da rainha? É o que alguns dos restauradores alegam. Santa Maria bruscamente responderia: «O meu fim é restaurar a CARTA e não fazer ministérios: avenham-se lá como puderem.» (*Ibid.*)

Como quer que fosse, o facto é que as tropas saíram do Porto para Coimbra (5 de Fevereiro), indo Cabral na divisão. Se a rainha o não encarregara a ele da empresa, é fora de dúvida que aderira ao movimento. O Ministério perdera as estribeiras, e a rainha, segura de si, vendo a mudez do Reino, a facilidade com que as tropas sublevadas o atravessaram, *constitucionalmente* anuíu a tudo. Cabral era o medo dos de Lisboa; o seu jornal (*Correio Português*) fora suprimido. Ávila, que tanto lhe devera, renegava-o, lançando-se nos braços do inimigo e enchendo as colunas da *Revolução* de diatribes contra ele, e contra Terceira, que, à frente da sua divisão, esperava na capital de braços abertos a divisão de Santa Maria. Os ministros levavam à rainha, e ela assinava, uma carta para Cabral, convidando-o a submeter-se. (*Apont. hist. cit., cit.*)

Era uma comédia? Era. Estava-se no Entrudo. E do Entrudo se chamou ao Ministério novo, em que Ávila ganhara a conservação do lugar à custa dos artigos da *Revolução*. Era de Entrudo o Ministério setembrista-palmelista que durou os três dias (7-9) de farsa, chamando em vão pela Guarda Nacional para o defender, servindo de ridícula passagem da situação ordeira caída em desordem, para a situação cartista proclamada pela tropa. (*Ibid.*)

Cabral e Santa Maria continuavam em Coimbra, esperando o que aconteceu. Na madrugada de 8 uma salva real

do castelo anunciou a Lisboa a restauração da CARTA. Que fez o Ministério do Entrudo? Uma entrudada, uma pseudo-revolução. Abriu os arsenais, mandou desembarcar os marujos e armar o povo, fazer barricadas. Abandonado pela tropa, o Governo apelava para as turbas: mas quem era esse Governo? Palmela, o conservador aristocrático; Sá da Bandeira, que em 38 desarmara, fuzilara no Rossio esse povo para que apelava hoje. Era de facto um entrudo, não só o Governo, como tudo: o sistema, exprimindo-se na voz de falsete das máscaras; os homens, que dia a dia mudavam de dominós e caraças. Palmela descia para a rua; Cabral subia dos *Camilos* para o Paço; Sá da Bandeira ia aos tombos; Passos estava esquecido e só; Rodrigo despeitado contra si próprio. Apenas Terceira, de espada à cinta, conservava o seu papel de condestável do Trono.

Demitiu-se o Entrudo; veio a Quaresma, e — coisa singular! — era Cabral o condenado a jejuar do Governo. O novo Ministério *cartista* (9 de Fevereiro) consistia no condestável com os seus antigos ajudantes-de-campo, Loureiro e Mouzinho. Transição, para não dar na vista? De facto a rainha não queria acusar tão publicamente a sua convivência, por um escrúpulo *constitucional*? Ou não haveria compromissos com o Costa Cabral? Ou havendo-os, achar-se-ia prudente não se entregarem tão completamente nas mãos de um homem audaz e forte?... Rodrigo, observando a exclusão do émulo, teve uma esperança, e propôs a Terceira uma conciliação: a CARTA, mas revista e reformada por Cortes Constituintes. O general voltou-lhe as costas e mandou Fronteira entender-se com as tropas de Coimbra.

Cabral, porém, não concordava: via-se codilhado, e fora ele o autor verdadeiro da vitória. Instava com Santa Maria para marcharem sobre Lisboa. Entrar na capital, vencedor, triunfante, à frente de três ou quatro mil soldados aumentar-lhe-ia muito o prestígio político. Mas o general «que não queria fazer ministros», apenas restaurar a CARTA, recusou-se (*Costa Cabral em relevo*); e o futuro rei de Portugal veio só, desembarcar no Terreiro do Paço (29 de Fevereiro), onde o cartismo lhe preparou, entretanto, uma ovação. Cinco dias depois, Cabral entrava no Ministério do Reino, posto eminentemente para organizar o *seu* partido, instrumento de um sistema novo de liberalismo ao avesso.

Entrava naturalmente, como consequência da empresa? Dizem alguns (*ibid.*) que não; que o não queriam, que força lhe foi, a ele, usar dos elementos já seus e de que no Gabinete ia ser o órgão; dizem que teve de levantar tropeços a Terceira e levar o Banco a pôr a faca aos peitos do Tesouro, como sempre vazio. (*Ibid.*) Comprometia-se a enchê-lo, enriquecer os agiotas, transformar o Reino todo.

Abria-se, pois, uma idade nova. Santa Maria subiu a conde, Melo a visconde. Enchia-se de pares novos e fiéis a Câmara Alta; e novas eleições iam trazer uma Câmara Baixa de empregados públicos dóceis. Seria a sofisticação de todas as fórmulas, com o reinado positivo das forças novas, reconhecidas, defendidas, pela boca do audaz ministro. Abriu-se o Parlamento em Julho (10) e choveram acusações. «Eu rebelei-me? E vós, dizia Cabral, e vós todos?» E como ninguém podia responder, calavam-se, curvavam-se. Levantara-se afinal um tirano no seio da anarquia.

3. A DOUTRINA

Com a restauração da CARTA não subia apenas ao poder supremo um homem novo com a maior de todas as clientelas políticas do liberalismo português: via-se a inauguração de um sistema diverso do Governo. A aristocracia *liberal*, da gente que tinha conseguido enriquecer e *subir*, classe nova formada pela anarquia de 34-38, reclamava o império: era a força mais positiva que se levantara das ruínas da sociedade antiga, e muitos dos homens velhos, ou saciados de liberalismo ou indiferentes a doutrinas, só desejosos de ordem, punham-se ao serviço dessa aristocracia nova, cujo representante, chefe e instrumento, Costa Cabral soubera tornar-se.

Restabelendo a Câmara dos Pares vitalícios e hereditários, a CARTA dava aos novos fidalgos um lugar eminente e seguro para defenderem e zelarem os seus interesses; para satisfazerem a vaidade burguesa, supondo-se herdeiros dos nobres, isentando-se da sujeição humilhante de irem periodicamente esmolar e exigir os votos populares. Palmela reclamara sempre a conservação da Câmara dos Pares, e num sentido contradizia-se não aderindo à restauração; mas as revoluções dos últimos quatro anos, a abstenção de grande

parte da velha nobreza, a ruína das casas vinculadas liberais, faziam com que o restabelecimento da instituição antiga não pudesse já agora ter o papel que o antigo romantismo conservador desejara. A nova Câmara só na forma correspondia à velha, ou *estado da nobreza*: na essência era de todo outra, pois essa nobreza podia dizer-se acabada. Enchiam-se os bancos da Câmara, dominavam nas suas decisões os vencedores da concorrência *liberal*, os homens dinheirosos e os altos funcionários, barões da finança e da secretaria.

Constituída assim no foro legislativo a nova classe dominante, era necessário modificar o sistema das leis orgânicas, podando tudo o que de longe ou de perto trouxesse para o jogo das forças políticas os elementos democráticos, sobre que a revolução de Setembro imaginara fundar o poder e que a reacção ordeira não eliminara, temperara apenas. Uma nova lei eleitoral, um novo código administrativo, eram indispensáveis, e estava indicada a tendência que o novo ministro havia de seguir. Tornar indirectas as eleições, levantando bem alto o censo eleitoral, era o meio de impedir a intervenção das plebes, dando à representação o único, absolutamente único critério que, repelida a *soberania popular*, restava — e resta — ao liberalismo: o dinheiro. Desde que o indivíduo é a fonte da autoridade universal, ou se não-de dar foros políticos a todos os homens, dando à autoridade uma origem individual moral; ou se se lhe der uma origem material, positiva, social, como fazia a nova doutrina, resta apenas a riqueza para metro da representação.

Mas as ideias da nova doutrina e as lições cruéis da anarquia anterior levavam a confiar muito pouco na discrição das massas da classe média a que o censo dava ainda autoridade representativa. Não haja dúvida de que nos desejos dos doutrinários estivesse uma redução ainda maior do país legal, como se dizia em França, porque a tendência do sistema para chegar a definir-se na sua pureza era a constituição de uma tal oligarquia dos ricos. Não a proclamando, os estadistas obedeciam mais ou menos conscientemente à força de uma tradição democrática, recente, mas enraizada, e com a qual tinham de pactuar e transigir.

Podiam, contudo, chegar indirectamente ao mesmo fim: centralizando todas as funções administrativas para mandarem nas eleições, e escolhendo para candidatos a deputa-

dos os próprios funcionários. De tal modo se viciaram os elementos democráticos que era forçoso manter, destruindo todo o resto de influência, não só das plebes, como das classes médias. Tal foi, com efeito, o plano sistemático do código administrativo, que veio a substituir o setembrista. Os municípios existiam sob a tutela dos administradores; o papel das juntas gerais, ou assembleias de distrito, reduzia-se a nada; e os párocos dispunham das juntas de paróquia. Desde a freguesia até o distrito, mantinham-se pró-forma as instituições representativas, mas subordinando-se à discrição dos delegados do Governo, governadores civis, administradores de concelho, párocos e regedores. Se nas leis judiciárias já se tinha suprimido o júri de ratificação de pronúncia, agora transferiram-se para a nomeação régia dos antigos cargos electivos: 400 administradores de concelho, 4 000 regedores, 20 ou 30 000 cabos de polícia. Num sistema de comunismo burocrático, infere-se com facilidade que extraordinária força tais medidas dariam à nova clientela cabralista.

Procedia o ministro apenas pela ambição pessoal de se consolidar, fomentando-a? Não o acreditemos, porque, para além desta consequência, tais factos têm maior alcance. Pois não era verdade, confessada, reconhecida por todos, a incapacidade do *povo*, e o malogro das experiências democráticas e localistas? Que havia pois a fazer, de que recurso lançar mão, senão centralizar o poder, chamar o Governo a uma minoria consistente e forte; deixando de pé, para não agravar questões, todas as fórmulas que podendo ser viciadas não prejudicassem o plano? Encerrado um círculo da sua existência, o liberalismo vinha cair numa oligarquia de facto, revestida de fórmulas e garantias fictícias. Na Espanha, e em França acontecia outro tanto; e lá e cá, depois das reacções que o absolutismo novo *ilustrado* provocou, o liberalismo ce-deu o lugar ao cepticismo político mais ou menos cesarista do império francês e da Regeneração portuguesa.

Conhecemos, pois, nos seus traços, essenciais, o novíssimo sistema, e como não pode haver política sem uma base de elementos e forças positivas a que se apoie, resta-nos saber quais eram as do cabralismo. No decurso do nosso estudo achámos duas já: a aristocracia nova da propriedade e da finança e a burocracia. Mas estes dois elementos, preponderantes e decisivos na paz, não bastavam para resistir à

força material das numerosas plebes agitadas pela democracia setembrista. O Governo, desarmando e dissolvendo as Guardas Nacionais, eliminara a melhor arma de que eles dispunham nas cidades; mas restavam os campos, com os hábitos de guerrilha, enraizados por anos de guerra e anarquia. Contra esses tinha o Governo o exército: porque todos os comandos estavam nas mãos de generais fiéis e a oficialidade fora depurada.

A restauração consumada por uma porção de tropa, tinha, de facto, nos soldados, o mais firme apoio, porque a adesão decidida do Trono valia menos em uma nação a que *per vim* se impusera uma dinastia nova, discutida desde a origem e atacada, escarnecida, humilhada muitas vezes. A rainha era, contudo, o primeiro funcionário da Nação, e não valia mais nem menos do que a burocracia toda, com a qual se inscrevera na nova clientela cabralista. Se lhe não sucedeu como a Luís Filipe, ou a Isabel II, cair com o sistema, foi porque a Espanha, a Inglaterra e a França vieram juntas defendê-la em 47.

Burocracia, riqueza, exército: eis os três pontos de apoio da doutrina; centralização, oligarquia: eis o seu processo; mas nem as formas nem as forças bastam para constituir um sistema: são apenas consequências subsidiárias dele. Que era, no fundo, a ideia? Seria o racionalismo espiritualista do século XVIII que pregava, contra o catolicismo, pela boca da maçonaria, uma religião nova? Não; a doutrina reconhecia o catolicismo, lavrará já a sua concordata com Roma e via nos padres excelentes instrumentos de governo. A maçonaria perdera também as ambições religiosas. Como os casulos do bombice ficam depois que a borboleta voou, assim ficavam as *lojas*, rede de sociedades secretas subsidiárias das sociedades políticas visíveis, a que o segredo e o mistério, porém, sedutores dos simples, aumentavam até certo ponto a força. Costa Cabral afeiçoara também esta máquina ao serviço dos seus desígnios e ambições.

Se ele se propunha defender os ricos para consolidar a ordem, à maneira do religioso Guizot, ou se, menos idealista nas suas vistas, queria a ordem apenas como instrumento de enriquecimento do País, é o que nos não sentimos habilitados

a dizer; pensando, contudo, mais provável a segunda hipótese. Como quer que seja, era por esta que a sociedade opinava, já começada a converter-se ao materialismo, sob a primeira forma com que ele modernamente apareceu; era para o materialismo prático que a sociedade, desiludida das quimeras *liberais*, começava a pender.

Isso a que depois veio a chamar-se *melhoramentos materiais*, isto é, a construção das obras públicas e o fomento da riqueza, eis o que nós vemos como essência do novo cartismo. A do antigo, sabemos-lo bem, fora aristocrática. E, singular energia da realidade! Costa Cabral, o precursor da nova idade portuguesa, veio a ser vítima da *Regeneração* que, por outras palavras e com outros meios, havia de executar-lhe o programa. A antiga educação jurista e *liberal* do ex-tribuno dos *Camilos* comprometia com doutrinas um movimento que, para vingar, exigia apenas cepticismo: assim em França, também acontecia a Guizot, e os *regeneradores* foram o nosso Segundo Império.

Mas, além destes defeitos de educação, o plano de Costa Cabral falhava por outro lado. José da Silva Carvalho antes, Fontes depois, compreenderam que a melhor finança para um país exausto era importar de fora o dinheiro. Costa Cabral, seguindo neste ponto os erros setembristas, pensou que os números, cálculos e operações fantásticas dos agiotas bastavam para inventar uma riqueza que não existia. Daí veio uma bancarrota precipitar a ruína do sistema, batido também por outros inimigos.

Costa Cabral foi o iniciador dos caminhos de ferro, principal instrumento com que depois se operou a restauração da riqueza nacional; e a sua ideia de construir uma linha entre o Porto e Lisboa e outra de Lisboa a Badajoz era considerada pelos políticos da oposição a doidice de um vidente. O conde de Lavradio, na Câmara (Ses. de 3 de Fevereiro 1846), assegurava que entre Lisboa e Porto não haveria, ao ano, mais de seis mil passageiros; e Cabral perguntava-lhe: «E se forem trezentos mil?» «Isso não é possível, porque não há no país viajantes para tanto movimento.» Qual dos dois via mais claro no futuro? Os caminhos de ferro rematariam o sistema de estradas macadamizadas, contratadas com a Companhia das *Obras Públicas*; e regularizada a questão do Tesouro — *hoc opus!* - estaria completo o programa da regeneração económica do País.

O estadista que com tamanha audácia e tão variadas artes pretendia chamar à indústria uma nação que fora desde séculos o empório ou a dependência de um sistema colonial, agora abandonado e caduco na parte que se não perdera, esquecia que no Reino extenuado e doente, acostumado à protecção e à preguiça, não havia os capitais móveis necessários para realizar as obras projectadas. Havia, sim, grossas quantias dispersas e infrutíferas; mas a máxima parte delas, ou a parte de que o Estado podia dispor sem ir atacar a propriedade individual, pertencia ainda às corporações de mão-morta que tinham escapado ao cutelo liberal: às misericórdias e confrarias, instituições religiosas de beneficência, cujos fundos o povo não estava acostumado a ver mobilizar. Fazê-lo, parecia um roubo. E o Governo, atrevendo-se a tanto, e propondo ao mesmo tempo aumentos de impostos, tornava fácil aos seus inimigos um ataque apoiado, em instintos de populações vexadas já por uma administração opressora.

Não está, porém, nisso a causa particular da ruína do edifício cabralista, mas sim na essência do seu plano de restauração da riqueza nacional. Implantando entre nós o sistema seguido lá por fora de enfeudar os serviços públicos a companhias de especuladores, o cabralismo obedecia ao princípio da sua formação: era uma clientela dos ricos. Confiando a aventureiros o encargo de realizar o plano das obras públicas, o Governo chamava em seu auxílio a intervenção da agiotagem. Isto não era original, nem particularmente nosso: também Guizot dizia aos seus: *enrichissez-vous!* Mas uma nação como Portugal, ainda comovida pelos ódios pessoais e partidários, demasiadamente afastada da Europa Central, quer geográfica, quer económica, quer científica e religiosamente, para ter solidariedade com ela, nem podia contar com a paz indispensável às regenerações económicas, nem esperar que os capitais europeus viessem encher os cofres das companhias de agiotas portugueses. Nem a formação de companhias estrangeiras, nem a importação de muito dinheiro por empréstimos sucessivos, eram possíveis ainda, como depois o foram; e sem eles as combinações eram quimeras.

Daí resultou que as companhias, formadas apenas com os recursos de que a Nação dispunha, não viram o ouro a autorizar os números; e mirradas, secas, encastelando algaris-

mos e trapaças, sem conseguirem bater moeda, voltavam-se implorantes para o Governo que as criara com o fim de o auxiliarem a ele. E, entretanto, vencidas por fas ou nefas, as eleições de 45, o Governo aparece como triunfador, patenteando um plano largo e vasto de administração e fomento. (V. *Diário* de 2 de Janeiro, 46.) Três anos de paz e trabalho haviam permitido já desembaraçar o terreno dos obstáculos práticos; e organizados os serviços, cumpria realizar o pensamento. A dívida externa converter-se-ia num tipo único de 4 por cento, equilibrava-se o orçamento e a Companhia das *Obras Públicas* aparecia para restaurar a viação donde viria a fortuna ulterior. Havia esperança e fé. O 5 por cento estava a 70; o 4 a 57; e as companhias (Confiança, Banco, etc.) solidariamente ligadas à situação cartista, viam na conservação do Governo e na vitória do seu sistema futuros de riquezas douradas. Nunca a emissão do Banco fora tão longe: passava de 9000 contos.

Mas a vitória política do Governo dava lugar a uma derrota do sistema, como veremos; a prosperidade do edifício financeiro encobria mal a sua falta de alicerce. Um vento de desordem que soprasse, e ficaria feito em pó. Era uma amálgama de suposições de valores, tendo como realidade única um vazio absoluto. As companhias pediam a protecção do Tesouro; e o Tesouro sacava-lhes todo o dinheiro disponível para com ele poder aparentar abundância. 5000 contos se deviam ao Banco; 6000 à *Confiança*. E como não havia dinheiro e só esperanças; e como as companhias não passavam afinal de agentes do Governo, ao qual iam entregar fielmente o pouco que obtinham; e como o Governo não poderia, ainda que o quisesse, encobrir as fraudes, os roubos, dos agiotas cujo representante era — o sistema aluía-se por todos os lados, quando parecia ter chegado à sua perfeição.

Bastou uma revolução para deitar por terra os castelos de cartas dos Laws cabralistas; mas houve fomes e sangue derramado, porque a doutrina não tinha outra base além do ouro e do ferro. Agiotas e soldados a defendiam; acabou com uma guerra e uma falcatrua.

A sua grande falta, a sua fraqueza invencível eram a ausência de um princípio moral, porque nem a ordem imposta pela força, nem a riqueza criada contra a justiça chegam a ser princípios; nem o é a ideia de que uma nação obedeça ao

pensamento exclusivo de se enriquecer. Quando isto se prega, sucedem casos análogos aos que sucederam aos jesuítas: pervertem-se os ouvintes e logo se corrompem os pregadores. Ou se criam monstros, como as missões do Brasil e do Paraguai¹ e as companhias cabralinas, ou se cai na profunda atonia portuguesa do século XVIII ou na singular chatim *regeneração*.

Enriquecer é bom, indispensável até; mas a riqueza é um meio e não um fim². Errando neste ponto, dando à força bruta um papel excessivo, confiando de mais no entorpecimento do povo e na fraqueza dos inimigos o cabralismo tinha na sua doutrina a causa fatal da sua ruína e o motivo necessário dos erros e do descrédito de chefes que precipitaram a queda inevitável do sistema. Levantavam-se contra homens e sistema elementos de várias ordens: era a repugnância instintiva do *carácter* setembrista pelas trapaças agiotas, eram os ódios pessoais, eram as resistências do povo contra os ataques a restos de instituições históricas e costumes religiosos, era o bandidismo guerrilheiro fervendo por voltar a uma existência de aventuras, era a tradição democrática do setembrismo que se não convertera, eram a resistência e o protesto contra a tirania da administração e as violências das eleições, era finalmente a existência de numerosos oficiais expulsos das fileiras por opiniões políticas.

Eis os elementos positivos da reacção que vamos ver erigirem-se, para condenar a última tentativa de liberalismo doutrinário; para lançar ao ostracismo o seu defensor; para concluir por fim o período propriamente *liberal*, abrindo uma era nova de cepticismo político, em que o velho ídolo da LIBERDADE, apeado, cede o altar ao deus novo: o utilitarismo, prático, positivo, conciliador e *moderno*, ou antes, *actual*.

¹ V. *O Brasil e as Colón. Port.*, I, 4-5.

² V. *O Regime das Riquezas*, introd.

II

A REACÇÃO

1. A COALIZÃO DOS PARTIDOS

No decreto (10 de Fevereiro) em que a rainha declarara aderir à revolta armada dizia-se que a CARTA seria reformada, mas logo que o Gabinete se constituiu, quinze dias depois, com Costa Cabral, viu-se que a promessa ficava em coisa nenhuma: era a CARTA, tal qual existia antes de 1836; pares hereditários, eleições indirectas. Mouzinho de Albuquerque, reconhecendo que apenas passara pelo Governo para preparar a entrada de Costa Cabral, abandonava o seu duque e colocava-se em opposição.

Ia haver eleições, porque o novo sistema não era nem pretendia ser uma ditadura, mas apenas uma maneira de fundar uma legalidade que servisse de escudo a um absolutismo de facto. E na véspera dessas eleições ligaram-se todas as clientelas ou partidos contra o inimigo declaradamente comum. Eram os velhos setembristas da gema, com a geração nova ainda mais radical; eram os *ordeiros*, antigos cartistas, expulsos do poder; eram cartistas não cabralistas, e por fim miguelistas. No seio do constitucionalismo via-se exactamente o mesmo que a Idade Média, com o seu feudalismo, apresentara. A sociedade, dividida em bandos rivais e inimigos unidos em volta de um chefe, existia à mercê dos pactos, alianças e rivalidades dos barões. Contra o feliz, vencedor temporário, eram todos aliados, para se formarem combinações novas, assim que o ramo da vitória passasse a mãos diversas. Nos séculos passados, contudo, não havia as mais das vezes por motivo declarado senão a ambição pessoal, ainda que não fosse raro ver-se, como agora, servirem *princípios* de capa aos despeitos e interesses. Nos séculos passados, os debates eram campanhas, e agora pretendia-se que fossem comícios e

discussões e votos; mas como isso não bastava muitas vezes, logo se apelava para a *ultima ratio*, a revolta.

A coalizão dos partidos preparou a batalha das eleições com um *Manifesto* (30 de Março de 42): «Haverá um simulacro de representação nacional, dizia. A universalidade da Nação portuguesa, *fraccionada pelas diversas opiniões políticas*, verá passar pelo meio dela um bando pequeno de homens compactos e ligados por seus interesses pessoais, e obter um falso triunfo, devido não só à sua força, mas à divisão dos seus contrários.» Mau prenúncio para quem desenhava tão realistamente uma situação que pretendia dominar. Como esperava a coalizão vencer, se o disparatado das ambições congregadas obrigava a declarar a independência dos *credos políticos*, e se a aliança tinha por fim único a batalha? Se ganhasse a vitória, de quem seria o ramo? Novas contendas surgiriam sem dúvida, e com elas o estado anterior de desordem.

Costa Cabral venceu, e devia ser assim. Quem o havia de matar não podia ser a oposição, mas sim a desorganização e o descrédito do seu novo e também efêmero liberalismo. Agora, porém, começava apenas a viagem e tudo eram confianças e esperanças. Havia adesões numerosas, e trabalhava-se. Palmela, convertido depois da sua triste entrudada, dava cerimoniosamente a mão ao Governo, e ia a Inglaterra negociar o novo tratado da congraçaria de novo conosco a nossa protectora, coarctando as temeridades proteccionistas do setembrismo. Publicara-se o Código Administrativo (18 de Março de 42). Reconstituía-se a *ordem*, por dentro e por fora; e confiava-se que tivesse chegado o momento de pensar no futuro. Por isso se legislava sobre a instrução, se levantava o teatro romântico, se projectavam estradas e pontes.

Tinham-se, porém, *liberal*, constitucionalmente, convencido os coligados da adesão do Reino ao seu novo regime? Não, nunca: pois cada qual possuía uma *verdadeira* tradução de LIBERDADE, a questão era para todos radical, e viciosa qualquer legalidade que não fosse a própria. O princípio da anarquia constitucional desvairava, assim, os simples, servindo os programas de capa aos hábeis para esconderem os seus motivos particulares. Batidos na URNA, apelaram para a guerra. Uma luta desabrida de impropérios, na Câmara

em discursos e fora dela nos jornais e folhetos avulso, preparava o terreno para a desejada insurreição em armas.

A coalizão dizia que «Palmela, por mandado do *vil e infame* Governo, fora negociar o tratado de comércio: por patriotismo, os fabricantes deviam fechar durante quinze dias as suas oficinas». (Circular de 9 de Agosto.) Duas semanas sem pão, ociosos nas ruas os operários de Lisboa, repetir-se-iam as cenas de 38 e cairia o Governo. Planeava-se a revolta, a que Passos chamou «bambochata». E, com efeito, era tal a desorganização, que os miguelistas começava já a esperar e por isso a abster-se, «vendo circunstâncias oportunas para se efectuar uma restauração nacional». (Circ. de Saraiva, 24 de Junho de 43.)

A revolta declarada ia precipitar o ministro no campo das repressões violentas, forçando-o a desmascarar a sua legalidade que, no fundo, era de facto a brutalidade da força; levando-o a mostrar com franqueza o génio duro e seco, esse génio que em outros tempos e com outra estabilidade de instituições, teria levado os inimigos ao mesmo cais de Belém, onde Pombal conduziu os que lhe resistiram¹.

Como o ministro de D. José, também o novo Pombal do constitucionalismo era abocanhado e discutido na sua honra. Não era credor, ou afigurava-se a muitos não ser, do respeito com que uma reputação limpa ampara a força. Era temido, mas nem era venerado, nem chegava a ser tomado a sério pelos antigos companheiros que o tinham conhecido humilde, esbaforido, a declamar nos *Camilos*. Vê-lo assim erguido sobre todos, desesperava os que, por lhe não terem ouvido frases pomposas e poéticas, lhe negavam um *talento* que para românticos estava principalmente no estilo e na imaginação. Não era admirado: pelo contrário. E o pior era que a sua honestidade não deixava de ser discutida. Valiam mais e iam mais fundo esses ataques, do que as investidas declamatórias e os protestos contra a *tiranía*. À força de as ouvir, os ouvidos estavam saciados desse género de esgrima; mas quando se dizia que o ministro se vendia, conciliavam-se todas as atenções.

Usar do dinheiro como instrumento *liberal* fê-lo decerto.

¹ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed.), II, 176-8.

«Dêem-me dinheiro e deixem o resto por minha conta», parece que dissera ao entrar no Governo, nas vésperas das eleições de 42. (*Costa Cabral em relevo.*) E os seis contos — ó modéstia espartana! — que recebeu e gastou, foram o ponto de partida para as acusações de venalidade. Vendera um pariato, dizia-se, recebendo como prenda um palacete. Quem do Ultramar queria comenda, mandava o pedido acompanhado por uma ordem de dois contos para um banqueiro. (*Ibid.*) E, sem dúvida, à sombra do ministro que governava com o dinheiro, formara-se um batalhão de gente, especulando com tudo: contratos, empregos e graças. No Norte do Reino parece que havia um íntimo, outrora preso por falsário e ladrão, a quem os pretendentes se dirigiam para resolver as pendências que tinham em Lisboa, discutindo-se, não o direito, mas sim a quantia. (*Ibid.*)

A propagação de tais acusações mostrava o calcanhar do novo Aquiles. Quando todas as fontes de autoridade política se estancam, resta apenas a autoridade pessoal: e nada há melhor, para a destruir, do que o uso da arma acerada que fere um homem com o labéu de venal. O povo crê sempre, porque é pessimista: tinha Portugal motivos para ser outra coisa? E para destruir uma tal crença, não raro ilusória, nem provas bastam. O político é como a mulher de César: além de honrada (quem sabe, até não o sendo?), é mister que o pareça.

O nosso ministro não conseguia parecê-lo, e sofria as consequências do seu plano de governo: «Enriquecei!» era o conselho de Guizot, a quem ninguém taxou de desonesto. Em Portugal, os costumes eram mais soltos, a virulência maior; e se ninguém fora ainda atacado de um modo tão cruel, isso prova que ninguém, tampouco, ainda mostrara uma força e um génio tão superiores. Outro Pombal, repetimos, o novo ministro ficaria tão célebre como o antigo, se achasse ainda de pé uma qualquer autoridade social. Nas ruínas universais não tinha com que construir, e os elementos que iam rebelar-se contra ele obrigá-lo-iam a empregar francamente a força nua como instrumento de conservação.

2. TORRES NOVAS E ALMEIDA

O melhor dessa força era a tropa, mas usar dela na defesa de um governo e de um sistema cuja origem era discutida, tornava logo o exército em instrumento partidário, roubando-lhe esse carácter mudo e passivo, sem o qual vem a ser um perigo permanente. As condições da nossa História, o abatimento caduco do nosso povo, tinham feito com que, desde 20, as revoluções portuguesas - sem excluir a de 32-34 — fossem empresas familiares. Os chefes de partido, Silveiras, Terceira, D. Pedro, Saldanha, Sá da Bandeira, eram invariavelmente generais; e agora, com Costa Cabral, pela primeira vez se via o governo positivo nas mãos de um paisano, mas sob a presidência de Terceira, com a adesão de Saldanha, marechais do exército.

Educado desde largos anos na tradição dos pronunciamentos, o exército era, portanto, como que uma prolação dos partidos: uma parte, armada, das clientelas. Vê-se que desordem isto produziria. A parcialidade vencedora dispunha em proveito próprio do material de guerra: soldados, espingardas, canhões, etc., expulsando os oficiais hostis para o quadro da inactividade, e mantendo, assim, uma como que emigração dentro do Reino, constantemente preocupada de política e tramando a vitória dos seus, a queda dos contrários. Com a exaltação de Costa Cabral, as coisas tinham chegado ao ponto de os coronéis pedirem aos oficiais arregimentados *palavra de honra* de se não bandearem; e os oficiais davam-na e faltavam por dinheiro que recebiam, e quando a não davam eram riscados do efectivo. (*Apont. hist. cit.*)

De tal situação nasceu a revolta de Torres Novas, a que Passos Manuel chamou «bambochata». Comandava aí Cavalaria 4 o coronel César de Vasconcelos (depois feito conde do lugar da façanha), que se pronunciou contra o Governo (4 de Fevereiro de 44), e ao regimento foram juntar-se os militares inactivos. No dia seguinte, Costa Cabral pediu às Câmaras a supressão de garantias e as leis marciais, e obteve-as no meio dos clamores da oposição: Mouzinho de Albuquerque, Aguiar, Gavião e Silva Sanches, Garrett, nos deputados; Lavradio, Taipa, Sá da Bandeira, Fonte Arcada, nos pares. Clamando, os oposicionistas encobriam mal, sob expressões jurídicas, a sua cumplicidade na sedição militar;

apelando em gritos violentos, exclamações dirigidas às galeirias, para um motim popular.

Bonfim, o *ordeiro*, pusera-se à frente da desordem, e a praça de Almeida pronunciara-se também: aí se achavam o coronel Passos e José Estêvão, que deixara a Câmara pelo campo. (Oliveira, *Esboço hist.*) A coalizão dava de si uma revolta militar, e o Governo via os miguelistas a levantar a cabeça no meio da anarquia. Beirão que viera à Câmara, eleito por eles, aliciava os estudantes realistas em Coimbra, recrutando soldados para Almeida, donde lhe escreviam que mandasse o Rebocho, para Minzela, *agitar-se*. (*Disc.* de Cabral, 18 de Outubro de 44.) Para Almeida foram de Torres Novas as tropas, e sem poderem arrastar consigo nenhuma parte do País, acharam-se aí encerradas em Abril. O exército fiel ao Governo cercava-as. Em vão saiu José Estêvão, romântica, aventureiramente, a *revolucionar* Trás-os-Montes, passando a fronteira e indo entrar em Moncorvo; em vão bateu às portas de Chaves, de Bragança e de Murça: ninguém respondeu; mas ninguém tampouco entregou o estouvado romântico, pelo qual Costa Cabral oferecera, ao que se afirma, o prémio de dois contos. (Oliveira, *Esboço hist.*) Almeida capitulou, os vencidos emigraram, o Governo venceu; mas a vitória obrigava-o à crueldade e a derrota exasperava os ânimos dos submetidos à tirania de um homem que desprezavam.

Das ruínas da revolta renasceu mais firme a coalizão, para as eleições de 45. Havia uma guerra declarada contra o Governo, cuja existência era um incessante combate. Todos os chefes e clientes apertavam as mãos, esquecendo ódios antigos no ardor do ódio novo contra o aventureiro que os batia a todos. O calor era tal que o povo como que acordava, interessando-se e intervindo nos debates dos políticos, emitindo opiniões e pareceres. «A mania política tem acometido todos os habitantes da capital, desde o fidalgo e o par do Reino até as fezes da plebe. Apenas os pobres pretos de África que passeiam aos milhares pelas ruas de Lisboa não discutem política.» (Lichnowsky, *Record*.) A rede de sociedades secretas, que minavam o Reino, estabelecia um subsolo à política aparente. Costa Cabral era chefe de uma maçonaria sua, herdando o *malhete* que fora de Silva Carvalho e de Miranda:

o centro cartista. Saldanha perdera o posto supremo da maçonaria oposta, desde que se bandeara em 35, deixando o grão-mestrado a Manuel Passos, que dirigia também outros conventículos: templários, vendas-carbonárias, etc. (Macedo, *Traços*.)

A aliança das oposições já tinha um jornal, a *Coalizão*, que, francamente, acusava tanto o Governo pela sua *tiranía*, como o povo pela sua indolência.

Há no país muito homem que não sabe ler. Há muito homem que sabe ler, mas não lê. Há muito homem que lê, mas não entende. Há muito homem que lê e que entende, mas que tem medo, que é vil como um porco e cobarde como um veado. Há muito homem que vê as desgraças públicas, mas não as quer remediar; ou porque treme de susto, ou porque ganha com a *carrapata*. Aos que vivem da sopa gorda, da olha podrida do orçamento não há que dizer... Folgam com as listas de cor, de carimbo e de tarja, morrem pelas transparentes. Fingem que vão coactos, mas vão contentes. Votam pela comezaina: gostam da boa fatia de pão do nosso compadre Povo. — Ó Costa Cabral! Quantas vezes terás tu dito como Tibério, vendo estes poltrões, estes sancho-panças da liberdade: *o homines ad servitutum paratos!* (*Coalizão*, 10 de Janeiro.)

Mas este tom, de uma sinceridade triste, não era o que convinha na véspera da batalha: «À urna! À urna! Abaixo todos os ladrões e comedores! Empregados, ladrões, falsários e prevaricadores, votai com o Governo: não vos queremos. Tratantes! Pertenceis de corpo e alma ao Ministério.» (*Coalizão*, 15 de Janeiro.)

Costa Cabral ainda confiava, ainda esperava dominar a tormenta que todos os dias crescia. Tinha o exército, tinha a burocracia, via-se apoiado pelas nações aliadas; o balão da finança entumescia-se, e o próprio Tojal, da Fazenda, metera tudo quanto tinha numa operação de fundos, de sociedade com banqueiros de Londres. A rainha entregara-se nas mãos do seu homem novo, no qual via uma coragem e uma força! Ela que, se fosse homem, faria exactamente o mesmo, ou mais ainda por ser monarca.

O ministro plebeu não podia resistir às tentações da vai-

dade palaciana: não via que as honras com que a rainha o exalçava o diminuavam no espírito comum. A sinceridade democrática do povo e a inveja dos ambiciosos juntavam-se para ridicularizar o *parvenu*. A fortuna que juntara no poder, alvo de tantas acusações, permitira-lhe comprar as terras de Tomar, com o velho castelo templário, onde o moderno burguês afidalgado, ocupando as salas históricas povoadas de sombras românticas de cavaleiros, as enchia de festas banais por ocasião da visita da sua liberal soberana:

*Na catedral de Lisboa
Sinto sinos a repicar:
Serão anos de princesa?
Dalgum santo a festejar?
É a rainha que se parte
Té às terras de Tomar.*

*Em vez das armas antigas
Dos nobres valentes País,
Na fachada, sobre o pórtico,
Vêem-se hoje as dos Cabrais
Que em seu campo ensanguentado
Por brasão têm três punhais.*

(Xácara da visita da rainha, etc.)

O romantismo vingava-se, e as fórmulas da nova arte poética mostravam servir para muito. Era um romance à imitação dos da colecção de Garrett e em que a mais desbragada calúnia não perdoava a ninguém. Já não bastava a honra do ministro, exigia-se-lhe a da esposa e a da própria rainha. Os dois casais, o das Necessidades e o de Tomar, viviam numa indecente promiscuidade. A castelã dizia à rainha:

*Mas não venhas tu sozinha
Traz também o teu esposo
Lá das terras da Alemanha
Esse moço tão formoso,
De louros, finos cabelos,
Gentil, nobre, valoroso.*

E o castelão «todo vestido de gala — cinge-lhe a fronte a armadura», ao mesmo tempo que «praticava mui de manso» com a rainha «recostada em mole sofá». Um temporal interrompe as festas e vem o mendigo-povo cantar a lenda que termina:

*E o Senhor decretou
Extermínio à geração
Sobre essa raça maldita!*

Assim, em artigos e trovas, se tirava a desforra de uma revolta sufocada, infiltrando no ânimo do povo um desprezo e um ódio condenadores do ministro e da rainha, do sistema e das pessoas. A cólera política subia de grau e a *liberdade* na imprensa — tão verberada por Passos! — invadia as alcovas principescas, mostrando-as às plebes. Onde conduziria um tal sistema? Não tinham os miguelistas razão para se prepararem e esperar?

Batidos por fim de frente, por um homem superior e forte que lançara mão dos elementos ainda resistentes da sociedade portuguesa, as parcialidades políticas, relativamente tolerantes entre si, não podiam admitir a invasão e o império desse intruso importuno; mas ele próprio, que não se atrevia, nem poderia, nem pensaria em rasgar a CARTA, mandar à fava o liberalismo e voltar ao governo pessoal, puro: que lhe restava senão curvar a cabeça à tirania das fórmulas? E se as influências de todos os chefes políticos, aliados contra ele; se a acção de um ataque incessante à sua pessoa e à sua honra, tinham concitado uma tempestade que o faria ser batido *na urna*: que remédio lhe restava, senão esse expediente da violência sob a capa da legalidade? O processo de mentira descarada, em vez de hipócrita como dantes? Esse processo que o mantinha, desacreditando-o, arruinando-o cada vez mais?

Vencer, por fás ou por nefas, as eleições, nesse ano de 45 da decisiva batalha, era para Costa Cabral o mesmo que viver ou morrer. Lançou, pois, mão de tudo, e foi às do cabo. Três câmaras municipais protestaram, vindo a Lisboa os vereadores implorar à rainha: à de Évora voltou-lhe ela as costas, a de Vila Franca foi presa, e ambas, com a de Faro, dissolvidas. A oposição estava inteira a postos; o programa era o antigo *Manifesto* da coalizão, com o discurso de Manuel Passos, em 18 de Outubro anterior. Em Lisboa reuniam-se Mouzinho de Albuquerque, Aguiar, Sá da Bandeira, Herculano, José Maria Grande, Marreca, Rio Maior, Jervis, Garrett; José Passos tinha o Porto; Bertandos, o Minho; Póvoas, não anuindo à abstenção ordenada por D. Miguel, da Guarda mandava na Beira; o conde de Melo em Portalegre;

Manuel Passos e o barão de Almeirim em Santarém. (Macedo, *Traços*.)

Nenhuma das conhecidas tricas para levar a Urna a dizer o que se deseja — como nos velhos oráculos sagrados! — fora esquecida pelo Governo. Os recenseamentos eram tais que não incluíam nomes como os do marquês de Nisa, do Fonte Arcada, do Felgueiras, juiz no Supremo Tribunal, de Garrett, etc. Incluíam, porém, mendigos e lacaios, aguadeiros e defuntos; incluíam nomes imaginários e soldados e marinheiros. As listas eram marcadas: transparentes, pautadas, carimbadas, tarjadas, numeradas. Os indivíduos influentes e perigosos eram presos arbitrariamente: assim aconteceu a Resende em Aveiro, a Balsemão em Penafiel. Os governadores civis distribuíam aos galopins mandados de captura em branco. E onde as tricas não bastavam, aparecia a força bruta. Em Alvarães e Porto de Mós houve descargas cerradas de fuzilaria. D. João de Azevedo foi espancado no Porto, onde as assembleias se reuniam cercadas de tropa, junto dos quartéis. O visconde da Azenha teve de emigrar de Guimarães; o de Andaluz, em Pernes, bateu a tropa com um bando de gente armada. Para Vila Franca foi maruja e artilharia. No Sardoal a tropa de baioneta calada impediu a entrada dos eleitores na assembleia. Por toda a parte houve prisões, mortes em muitos lugares. A violência vinha rematar o sistema de perseguições fiscais: iniquidade na repartição do imposto, crueldade com os devedores das misericórdias e irmandades, denegações de justiça, etc. (Macedo, *Traços*.) Para forjar um simulacro de Parlamento, para aguentar a sofismação da doutrina, chegava-se à máxima tirania, atacando-se as mais necessárias garantias dos cidadãos.

Costa Cabral venceu: se vitória se pode chamar a empresa que o precipitou numa revolução.

No seio da sua Câmara unânime de clientes e funcionários expôs, então, o vasto plano dos seus projectos; mas na outra Câmara, os pares protestavam clamorosos, erguendo-se acima de todas a voz sibilante de Lavradio e dominando a cena a figura de Palmela que, moderado sempre, inclinava outra vez para o lado da opposição.

Cá por fora os protestos corriam soltos e sem piedade:

Que podemos nós esperar, quando a nossa vida, a nossa fazenda, a nossa liberdade estão à mercê de um punhado de devassos? Se esta nossa terra, se os nossos foros e liberdades são enfi-teuse dos Braganças ou fateusim dos Cabrais? (Souto Maior, *Cartas de Graco e Túlía.*)

Os ministros são «doutores do pinhal da Azambuja», que iludem a Nação com «tretas vis»; são «ladrões cadimos, sal-teadores, assassinos, traficantes, ratoneiros, corsários, bandoleiros»; e o povo não ouve? Não se mexe?

Povo! Mencia três vezes a cabeça, reflecte. Não tens um pulso para a espada, um ombro onde encostes a espingarda, olhos para a pontaria, dedos para o gatilho? (Id., *Últimos adeus*, 44.)

3. A MARIA DA FONTE

Acudiu o povo aos clamores dos que se apresentavam como seus procuradores? Eles disseram que sim: à História parece, contudo, que o povo era indiferente às doutrinas e sistemas da oposição; porque nem elas tornaram completamente a vencer, nem o povo se levantou para as defender, quando a rainha por um acto de absolutismo expulsou do Governo os homens que ali tinham entrado sob pretexto da Maria da Fonte. Como espontâneo movimento das populações, a revolução do Minho tem apenas um carácter negativo. É contra os Cabrais, de quem a propaganda activa fizera uns monstros mais que humanos, que apareciam à imaginação popular como réus de todas as desgraças:

Comem as searas os pardais?
É por culpa dos Cabrais.

É contra os impostos, contra os enterramentos em cemitérios ao ar livre, contra a mobilização dos bens das miserí-córdias, contra o sistema de leis que tendiam a consolidar o novo Portugal, a acabar de arruinar um Portugal antigo que ainda para as populações rurais era o verdadeiro, o ditoso, o bom. Tal carácter se observa no movimento espontâneo das populações, confiscado à nascença pelos setembristas como

se fora seu, e apresentado sempre como um documento da vitalidade e raízes das suas doutrinas no seio da Nação...

Quando na Câmara dos Pares os ataques sibilantes de Lavradio ao conde de Tomar zuniam como o vento nas cordagens do navio ameaçado; quando a eloquência apoplética de José Bernardo se entornava para defender o irmão, ameaçando terra, mar e mundo; quando a batalha parecia decisiva e final — chegou a Lisboa, subitamente, a notícia de motins populares no Minho (15 de Abril). O Governo assustou-se e os inimigos esperaram.

Entre clamores e protestos, votaram-se as leis marciais usadas em tais casos, porque nos momentos de crise o constitucionalismo liberal vê-se forçado a abdicar; tal é a sua consciência positiva. Suspenderam-se os debates para irem começar os tiros. A oposição tinha organizado por todo o Reino a sua máquina eleitoral *coalizada*: os embriões das juntas revolucionárias estavam formados, a postos todo o pessoal dos partidos, para acudir ao levantamento das populações, dirigindo-o, interpretando-o. Por seu lado, o Governo mandou para o Porto José Cabral, a quem o ódio da cidade do Douro chamara o José dos Cónegos, e agora dava por escárnio o título do Rei do Norte. Levava, com efeito, o *Rei* poderes discricionários e a alma cheia de cóleras, a boca vomitando ameaças, o braço levantado para esmagar tudo com a sua força. E assim que desembarcou, passou dos planos às obras, perseguindo, prendendo, ameaçando, aterrorizando, até que o obrigaram a voltar, fugindo para salvar a vida.

E a tropa? Mas que podia a tropa contra uma sublevação de facto popular, levantando a cabeça por toda a parte, oscilando, fugaz e movediça, lavrando e minando, com a vastidão e mobilidade dos fogos-fátuos no vasto cemitério de um Reino? O Governo não tinha cem mil baionetas e tantas ou mais seriam necessárias para pôr guarnição em todas as aldeias, uma sentinela ao lado de cada minhoto. O caso era diverso de 44, quando uns batalhões se tinham pronunciado: outros batalhões mais numerosos foram ter com eles, encerraram-nos em Almeida, obrigando-os a capitular. Que praça ou curral havia, suficientemente grande, para encerrar meia população do Reino e obrigá-la a render-se pela fome? Praça ou curral era o Reino inteiro, e dentro da fortaleza a própria guarnição levantava-se. Que fazer? Onde acudir? A força en-

sarilhava as armas por não achar alvo de pontaria; e do mesmo modo que a tropa reconhecia a sua impotência, via-se em Lisboa a manada dos agiotas correr, sumir-se, apertados uns contra os outros, furando como os bandos de carneiros acossados por um aguaceiro a trotar miudinho. Ai! Bancos estoirados, companhias falidas, papelada esfarrapada! O balão dos cálculos tombava enrodilhado, a Babel de algarismos caía por terra em estilhas! Pobres *fundos* do conde de Tojal, almoedados em Londres! Quem dava por eles um chavo?

No lugar da Fonte, concelho da Póvoa de Lanhoso, no coração do Minho, existia a que foi a Joana d'Arc do setembrismo. No Minho, como em todas as regiões de estirpe céltica¹, a mulher governa a casa e o marido; excede o homem em audácia, em manha, em força; ara o campo e jornada com a carrada do milho à frente dos boizinhos louros. Requestada em moça nos arraiais e romarias pelos rapazes que a namoram, *conversando-a* com as suas caras paradas, basta ver um desses grupos para descobrir onde está a acção e a vida: se no olhar alegre, quase irónico, da moça garrida, luzente de ouro, se na fisionomia mole do rapaz, abordado ao cajado, contemplativo, submisso, como diante de um ídolo. A vida de pequenos proprietários põe na família uma avidez quase avarenta e na educação dos filhos instintos de governo. Quando se casam, as moças conhecem o valor do dote que levam e os casamentos são negócios que elas em pessoa debatem e combinam. Não é uma esposa, quase uma serva, que entra no poder do marido, à moda semita, que se infiltrou nos costumes do Sul do Reino: é uma companheira e associada em que o espírito prático domina sobre a moleza constitucional do homem desprovido de uma inteligência viva. A mulher parece homem; e nos atritos da dura vida de pequenos proprietários, quase mendigos se as colheitas escasseiam, cercados de numerosos filhos, apagam-se as lembranças nebulosamente douradas da luz dos amores da mocidade, e fica do ídolo antigo um rude trabalhador musculoso, com a pele tostada pelos sóis e geadas, os pés e as mãos

¹ V. *As Raças Humanas*, I, pp. 197-213.

coriáceas das ceifas e do andar descalça ou em socos nos caminhos pedregosos, ou sobre a bouça de urzes espinhosas. Não se lhe fale então em coisas mais ou menos poéticas: já nem percebe as cantigas da mocidade no desfolhar dos mi-lhos!

A vida cruel ensinou-a: é prática, positiva, dura. Odeia tudo o que não soa e tine e tem um culto único — o seu *chão*. Vai à igreja e venera o «senhor abade», mas com os idílios da mocidade a sua religião perdeu a poesia: ficou apenas um rosário seco de superstições, fundas, tenazmente arraigadas. Ai de quem lhe bulir ou nos seus interesses ou no culto! Na igreja ou nos chãozinho! Ai daquele que para tanto lhe investir com os filhos, com o marido, que são para ela os seus operários. O sentimento inato da rebeldia (que não deve confundir-se com a independência), essa *vis* íntima dos celtas submissos da Irlanda e da França, existe no Minhoto, com o lastro de presunção e manhas, donde saem os nossos palra-dores do Norte e os astutos emigrantes do Brasil; com a se-gurança que a vida responsável e livre de proprietários, não salarizados, lhes dá.

O sistema cabralino, secamente *beirão*, era em tudo oposto ao temperamento do Norte; e o facto de a CARTA haver sido restaurada no Porto mostra quanto essa empresa foi uma obra de quartel e secretaria, sem raízes no coração do povo.

O Governo, depois, atacou as superstições, mandando que os mortos se não enterrassem nas igrejas; e para que se veja quanto esta ordem judiciosa batia de frente os usos religiosos e quanto eles estavam arraigados, basta dizer que ainda hoje por todo o Minho se encontram vilas, e não aldeias afastadas, vilas como Barcelos, por exemplo, sem cemitério. O Go-verno queria ainda que a *décima* rendesse o que devia; mas o povo que já esquecera o tempo dos dízimos, via no imposto lançado por uma autoridade para ele estranha, desconhe-cida, a extorsão, a *ladroeira*, dos homens de Lisboa, o ataque ao seu ídolo adorado: o chão lavrado de milho ou de linho, a carvalheira toucada de pâmpanos com os acres bagos de um uva ingrata pendentes em cachos negros.

E esses homens, que tanto exigiam, nem falavam em Deus, nem em coisa alguma que os lavradores entendessem. Vi-

nham sobraçando a pasta cheia de papéis, com fraseados singulares, caras desconhecidas, coisas extravagantes; e retorquiam às réplicas com a fuzilaria dos soldados. Esses homens já tinham vindo a pedir-lhes o *boto*, e eles coçando a nuca hesitavam; mas as mulheres, práticas, atendendo ao antigo poder do *senhor fidalgo*, e a submissão ingénita mandando obedecer quando o caso era sem consequência, tinham levado os campônios arregimentados, com o papelinho entre os dedos, até a Urna. Que lhes importava isso? Ideias dos fidalgos! E voltavam ao seu trabalho.

Agora o caso era outro: enterrarem os pobrezinhos dos mortos como cães, num quintal! Levarem o nosso vinho e o nosso milho colhido com tanto suor: isso não! E em apoio desta rebeldia, vinha o fidalgo, vinha o padre (setembrista) com sermões e falas doces, esconjuros e meiguices, incitando-as a resistir a quem lhes queria tanto mal, tão duramente os tratava. O administrador era mais cruel do que o capitão-mor, por ser de fora, e seco, bacharel, plumitivo; o senhor capitão-mor, às vezes, fazia *cada uma* às raparigas! Mas o Minhoto, naturalista, não é susceptível nos pecados de carne: fraquezas humanas! Muitas, muitas raparigas, casam sem ser virgens, e isso, apesar de sabido, não scandaliza.

A Maria da Fonte tornou-se o símbolo dos protestos populares. A imaginação colectiva provou ter ainda plasticidade bastante para criar um mito, uma fada, Joana d'Arc antidoutrinária¹. O herói da revolução minhota devia ser mulher, não um homem; devia ser desconhecido, lendário: antes um nome do que uma pessoa verdadeira. Na Bretanha, os casos de Paris em 48 eram assim explicados: um grande guerreiro *le dru Rolland* (Ledru-Rollin) saíra a campo para libertar a fada La-Martyne (V. Michelet, *Revol. Franc.*). Os Minhotos, afins dos Bretões, criaram um herói feminino — guerreiro temível que iria a Lisboa bater esses tiranos do Sul conhecidos ainda hoje sob o nome de senhor-Governo: um monstro mais ou menos definidamente humano!

Entretanto, parece que de facto houve uma certa Maria da Fonte que soltou o primeiro grito de sedição. A rebeldia, fo-

¹ V. *Sistema dos Mitos Relig.*, XVII.

mentada pela nova legislação, declarou-se perante os excessos dos tiranetes locais, bacharéis enviados para o campo a ganhar jus a um lugar no Parlamento ou nas secretarias. Um desses chegara a ferir com um guarda-sol o pequeno de um lavrador; e o pai foi à torre da igreja e tocou a rebate. Acudiu povo, queimou os arquivos, as *papeletas da ladroeira*, dando «morras» aos dois Cabrais (D. João de Azevedo, *Os Dois dias de Outubro*), e marchou sobre Braga. (Macedo, *Traços*.) Nas vilas e cidades a tropa levava a melhor, porque o número vale aí pouco e muito as armas: eram fuzilados à queima-roupa. Mas nos campos podiam tudo: se a tropa viesse, abafavam-na. Nem tinham espingardas, nem pólvora: só cajados, foices, machados, chuços, e era o bastante. Na Senhora do Alívio reuniram-se mais de dez mil. (*Ibid.*) E os padres e os fidalgos aplaudiam, incitavam: o cónego Montalverne, o padre Casimiro, o padre José da Laje, e os Costas, o Peso da Régua, o Balsemão. Os fuzilamentos, os confiscos, as prisões, toda a pasta draconiana de José Cabral, do Porto, era inútil: via-se a fragilidade da força cabralista.

Do Minho, a sedição lavrou, perdendo o carácter popular, tomando um carácter militar e político. A Maria da Fonte ficava na sua aldeia: apenas o nome, como um eco ou um rótulo, ia de um lado a outro do Reino. Por toda a parte nascem logo *juntas*. Toda a força do Rei do Norte estava na Divisão do Vinhais; e quando o general, bandeado ou como-vido, lhe disse que não bateria no povo, o *Rei* emalou os papéis, fugiu do Porto, abandonando tudo. (*Ibid.*) Do Minho a revolta, galgando o Tâmega, encontrou em Trás-os-Montes o conde de Vila Real para a comandar e os Carvalhais para a fomentar. As autoridades, corridas, foram fechar-se na praça de Chaves, sob a protecção dos Vinhais, que passou para os do povo e lhes entregou a vila. Apareceu um programa: era a voz, o grito, a reclamação da Maria da Fonte? Não; era, apenas, uma combinação de políticos moderados, que nem sequer exigiam a restauração do setembrismo; que apenas reclamavam a dissolução das Cortes, a queda do Ministério, a organização da Guarda Nacional e a revogação da lei do imposto de repartição (19 de Abril de 45), da reforma da magistratura (1 de Agosto de 44) e da lei da saúde (26 de Novembro de 45). (V. Inácio Pizarro, *Memór. de Chaves*.) No Porto governava uma JUNTA, e a Estremadura, sob o comando de

Manuel Passos, tinha em Santarém uma capital *patuleia*. Outro já, com seções e desiludido, o Passos de agora apenas reclamava a demissão dos Cabrais: a sua JUNTA dava vivas a «todo o existente». (V. a *Proclam. da Junta de Santarém*.) De um movimento popular espontâneo formara-se uma sedição política; e a fraqueza doutrinária dos políticos *coalizados* via-se neste momento em que, onnipotentes, reduziam a *grande revolução* à condenação pessoal de um homem. Expulso ele, conservar-lhe-iam as obras, porque nada melhor podiam pôr em seu lugar, caso as suprimissem. Singular revolução, de que os chefes são logo os sufocadores!

Mas em Lisboa, no Paço e no Governo? O destino fatal dos audazes sem apoio, dos que, arrastados pela consistência dos seus planos, imaginam que planos bastam para criar elementos de Governo; dos que embriagados pela força e pela vida própria não observam a inércia alheia que só pede sossego e atonia e por isso é a primeira a renegar as temeridades, as ousadias; o desejo de ser e mover-se; o fatal destino dos audazes numa sociedade caquética, perseguia o temerário ministro. O seu edifício abria fendas por toda a parte. Os que o seguiam por convicção entibiavam; os que iam por interesse, fugiam, renegavam; os fanáticos começavam a descrer, desde que viam soçobrar o homem forte; a clientela dispersava, o exército bandeava-se, a bancarrota batia com a mão descarada à porta dos templos da nova religião do Dinheiro.

Os Cabrais pediram a sua demissão à rainha. Batiam, arrependidos, nos peitos, confessando o erro da sua audácia, os crimes do seu governo excessivo e tirânico? Não. Eles eram ambos feitos de ferro e fórmulas: homens que caem, mas não se curvam. Duros beirões, faltava-lhes a humanidade sincera e bondosa, que se torna em cepticismo no decair da vida — a humanidade de um Passos —, sem terem tampouco as manhas beiroas dos descendentes de Viriato, à maneira de Rodrigo. Caíam, porque o exército faltara; caíam porque houvera um terramoto e abatia-se-lhes o chão debaixo dos pés; caíam porque os derrubavam e não porque descessem. Caíam porque «o presidente do Conselho e ministro de Guerra e como tal comandante em chefe do exército, no momento em que deviam desenvolver-se as forças do dito exér-

cito, declarou não ter força e que o *único meio* de debelar a revolta era a pronta demissão do Ministério». (*Manif. de Cádis*, 27 de Maio de 46.) Para que tinham arrastado o mole, caprichoso, aristocrático duque da Terceira a empresas arriscadas? Ele não tinha opiniões, e por isso não percebia o valor delas para os outros. Achara excelentes os Cabrais, enquanto vira neles penhores de ordem; mas, doutrinários atrevidos, bulhentos, opiniosos? Nunca. Por que não tinham os ministros preferido Saldanha, mais homem, mais denodado, menos escrupuloso, e, por génio, tão amigo das aventuras quanto o colega o era da placidez bem ordenada?

Assim renegados por todos caíram os Cabrais (20 de Maio), fugindo do Reino para Espanha, homiziados como réus. Em tal passo a rainha não via para onde voltar-se. Entregaria o Governo à Maria da Fonte? Mas a lavradeira de Lanhoso não chegara a Lisboa: vieram apenas o nome e os manifestos das JUNTAS. Eram eles o manifesto do *povo*? Não eram. O povo só manifestara horror a enterrar-se nos campos, recusa a pagar a décima e ódio aos tiranetes cabralinos. Mas nada disto podia fazer um plano de governo novo e uma nova experiência de liberalismo. As oposições, coalizando-se, tinham em parte abdicado. O miguelismo ressuscitava, dando as mãos aos radicais no foro dos partidos e pelos confins das províncias. No Norte do Douro, na Beira borbulhavam esperanças; em Évora, «o espírito dos seus habitantes é miguelista ou setembrista», diz o coronel do corpo em ofício para o general da Divisão. (*Corr. autogr. de Resende*.) Que sorte podia ser a da revolução, imagem de Jano, olhando para um passado perdido e para um futuro quimérico? Mas que sorte esperava a rainha depois da ruína dessa corte com que se tornara solidária? Não havia no horizonte político sol novo para adorar; mas havia por detrás do Trono três astros mais ou menos embaciados, porém ainda utilizáveis. Façam-se ministros os três chefes: Saldanha, Terceira, Palmela. Era o expediente mais aceitável; embora o primeiro, que andava por fora, em Bruxelas, não quisesse intervir. (*Carnota, Mem.*)

Porém, as JUNTAS acreditavam que tinham vencido, e o setembrismo chama sua à Maria da Fonte, reclamando os despojos da guerra. Palmela, por seu lado, queria voltar à

ordem de 38, continuando em 46 a história interrompida pelo episódio cabralino: alastrou pois o Gabinete com elementos ordeiros (Mouzinho de Albuquerque, Lavradio, Soure; 26 de Maio). Terceira retirou-se. Restaurada a ordem, o Reino foi dividido em três círculos, cabendo o do Norte ao visconde de Beire, o do Centro a Rodrigo, o do Sul ao ministro Mouzinho. A *Revolução de Setembro*, escarnecendo, chamava a isto a divisão do império romano (7 de Junho); e as JUNTAS, vendo empalmada a que supunham vitória sua, protestavam sem desarmar. Em vão o Governo se cansava, distribuindo calmantes em circulares mansas e sensatas, cheias de unção e esperanças, chamando o povo a decidir dos seus destinos na próxima *urnada* livre. Em vão chamava para casa os emigrados de Torres Novas, fatigando-se a mostrar que todo o mal vinha dos Cabrais, agora expulsos. Os emigrados, recordando 38, com José Estêvão à frente, entraram como em triunfo, desde a fronteira até Lisboa. (Oliveira, *Esboço hist.*) Traziam a paz? Não; a guerra, cantando:

*Se é livre um povo, não tolera, quebra
De Neros as correntes!*

Neros eram os Cabrais, mas não menos o era Palmela, com as suas branduras, impedindo a vitória da democracia. Estava-se outra vez em 38: mas por que motivo se restaurara a CARTA senão porque a *ordem* de Bonfim-Rodrigo era uma desordem insuportável? Estava-se outra vez em 38: mas acaso então a democracia anuíra? Como anuiria pois agora? Os jornais vermelhos protestavam contra a paz; as JUNTAS não desarmavam, por não quererem perder uma vitória que julgavam sua.

Parece que o Governo fez pacto com o diabo e que forceja por conservar nos comandos homens nos quais o povo não confia nem pode confiar. (*Revol. de Set.* 3 de Junho.)

Os militares não querem as demissões? Leve-lhas o Ministério escritas em sangue. O Trono não quer abraçar deveras o povo? Pois retire-se o Ministério do seu lado. E se a Corte vier depois para nos abrir os braços, já temos a resposta pronta — é muito tarde! (*Grito Nacional*, 5 de Junho.)

Vida nova! Começar outra vez! Cortes Constituintes! Eis aí o clamor de toda a esquerda, julgando-se o eco do *povo*, a voz da Maria da Fonte, vencedora contra o Trono, contra os Cabrais, contra a *ordem*. Palmela, oscilando, bolinando, na sua esperança de fundar as coisas sobre o equilíbrio, meteu novo lastro no Governo, lastro mais *setembrista* — Sá da Bandeira, Júlio Gomes e o antigo Aguiar. Estavam satisfeitos?

A muito custo de rogos e promessas se conseguira o desarmamento das JUNTAS. No Porto as autoridades foram de chapéu na mão pedir por favor às forças populares que debandassem; e em Santarém viu-se dificuldade ainda maior, mais graves perigos. Os patuleias, em vez de reconhecer o Governo, queriam marchar sobre Lisboa e levá-la de assalto. O bom Passos levantou-se da cama onde curtia a febre das sezões ribatejanas, teve de montar a cavalo acompanhado pelo Galamba, para cortar o passo às forças que depois de se armarem nos depósitos arrombados, iam já em Vila Franca. (Macedo, *Traços*.) O desiludido tribuno chorou, pediu, rogou, e o seu prestígio antigo salvou Lisboa da invasão. No meado de Junho as JUNTAS estavam dissolvidas; no meado de Julho (19) entravam os setembristas no Gabinete. Equilibraram-se as coisas, renasceu a ordem, selou-se a paz? Não; ninguém o creia. Como pode haver paz quando não há pão? Quando a capital e o Reino ardem numa crise? Quando a agiotagem intriga para se salvar do naufrágio? Decerto se não acertou com a verdadeira estrada: há que voltar ao ponto de partida.

Qual? O radicalismo do *Sacramento* diz que a Maria da Fonte quer *liberdades* e Constituintes. Os conservadores, os agiotas no banco dizem que o Reino e a riqueza querem a CARTA e cabralismo. Qual dos dois levará a melhor? Nenhum; e só depois de terminada a guerra que vai começar, a *liberdade* reinará sobre o vazio das ideias, com o absolutismo dos interesses.

III

A GUERRA CIVIL

1. O 6 DE OUTUBRO

Neste dia, pelas dez da noite, a rainha chamou ao Paço o duque presidente do conselho, e fechando-o por sua própria mão numa sala obrigou-o a lavrar o decreto da sua demissão e o da nomeação de Saldanha. Era uma segunda Belenzada? Era; menos Passos e a Guarda Nacional, menos Van der Weyer e os soldados ingleses. A educação liberal progredira a ponto de criar entre os políticos um partido de absolutismo e de reduzir à impotência a *soberania nacional*. Era outra Belenzada e a desforra de Ruivães; porque aos marechais vencidos em 37 confiava a rainha agora a defesa do seu Trono. Saldanha presidia o Governo, Terceira ia para o Norte sossegar o Porto (8) depois da parada da véspera no Terreiro do Paço, onde a tropa aclamara a CARTA. Estava definitivamente acabada a Maria da Fonte, restaurado o cabralismo, mas sem Cabrais aparentes. Saldanha encarregara-se de lhes obedecer no que mandassem; e de os defender e reabilitar até dar tempo a uma repatriação por enquanto prematura. Desde largos anos, dez ou onze, que o marechal des-cera a não poder servir para mais do que para instrumento da política alheia.

Depois das suas campanhas diplomáticas de Londres e de Madrid (enquanto durou o incidente irritante da navegação do Douro), o marechal, desnecessário e incómodo, tinha sido enviado para Viena em Outubro de 41 a gozar os ócios de uma espectacular embaixada. A rainha e os seus confidentes tinham-no lá de reserva para o momento em que fosse necessário, quando em 42 a restauração da CARTA provocou a cisão do cartismo. Contra os Cabrais, inclinando para o setembrismo com o qual vieram a coligar-se, os ordeiros

(Rodrigo, Palmela, Silva Carvalho, etc.) preparavam com intrigas as desordens que os radicais forjavam em Torres Novas e Almeida. Em Viena, o marechal aplaudira a restauração da CARTA; e sendo embaixador português, era o confidente do Paço que tinha Dietz por órgão: «O país inteiro está tranquilo e detesta — à excepção de alguns velhacos ou doídos — a revolução que vegeta em Almeida (27 de Março). Se as intrigas de Palmela e Silva Carvalho não tivessem vindo naufragar perante a firmeza de S. M. a Rainha e perante o bom senso da Nação, *estariamos* já a caminho de entregar o poder aos setembristas e de ver reinar em breve tempo Bonfim, César e C.» (25 de Agosto de 44. Cartas de Dietz a Saldanha, em Carnota, *Mem.*)

O pobre marechal ia servindo. Em Lisboa receavam que ele voltasse, e que, dando ouvidos, como sempre dava, às tentações da lisonja, viesse complicar mais as questões com o seu génio aventureiro, o seu prestígio militar e uma provada nulidade política que o entregava àquele que melhor o soubesse assoprar. «Fique onde está, escreviam-lhe de Lisboa, porque penso que ainda há-de ter de salvar a rainha de ser posta pela barra fora.» (Carta de Reis e Vasconcelos, 9 de Março de 46, em Carnota, *Ibid.*) A Maria da Fonte rebentou quando Saldanha se achava na Bélgica. Com os anos, as raízes católicas do seu génio reverdeciam e entretinha-se a ouvir sermões em Liège, opinando entre o mérito relativo dos pregadores. (*Ibid.*) Desde Viena que trazia em plano uma grande obra: a concordância das ciências com os mistérios da religião e o alcance do seu espírito vê-se nestas linhas escritas ao futuro cunhado, para Inglaterra: «Peço-lhe que indague aí quais são os melhores autores, antigos e modernos, que têm escrito sobre a existência de Deus e a imortalidade da alma; quais dessas obras se podem obter e seus preços.» (Carta de 31 de Maio de 46, *ap. ibid.*) Já então Portugal ardia em guerra, e Saldanha deixou a ciência pela política: valiam ambas a mesma coisa! Embarcou em Inglaterra, chegando a Portugal a 23 de Julho.

Quem o conquistaria? Palmela com o seu Governo? Os radicais? O Paço? Facto é que todos o queriam, todos o adulavam, todos lhe chamavam salvador da Pátria, homem único, árbitro, etc.; e o marechal, inchado, não era capaz de medir o seu valor, nem de aferir a verdade das adulações. Ao

mesmo tempo que cada qual o queria ganhar a si, todos receavam as tentações alheias, por bem conhecerem com quem tratavam. A rainha dera ordem para que de bordo fosse directamente ao Paço, «sem falar a ninguém antes». (Carnota, *Mem.*) Ele foi, e conta (*Curtíssima exp.*, etc.) que a rainha o advertira dos planos dos cabralistas, dissuadindo-o de tomar a direcção do movimento que se preparava contra os actos de Maio e Junho, passo que, na opinião dela, rainha, aumentaria em vez de diminuir as desgraças da Pátria.

Saldanha principiou, pois, por não ouvir os pedidos dos cabralistas que renegavam os Cabrais por terem fugido (*O d. de Sald. e o c. de Tomar*, anón.). Depois mudou: a rainha mudou também. Agora Leonel e os setembristas queriam seduzi-lo; Palmela chegou a obter dele anuência para a expulsão dos Cabrais do Conselho de Estado; mas, pelo fim de Agosto, já o marechal se entendia com Gonzalez Bravo, *altar ego* de Cabral em Lisboa. O seu amigo Howard, embaixador da Inglaterra, advertia-o particularmente, como a uma criança tonta: *for God's sake, be cautious!* — tenha juízo, pelo amor de Deus! (Carta de 29 de Agosto, em Carnota.) A Inglaterra não aprovava de modo algum a restauração cabralista projectada; e foi o que se viu claramente no decurso da guerra. A preponderância da influência franco-espanhola em Portugal não lhe convinha.

Entre as várias tentações com que o disputavam, levou por fim a melhor o cabralismo. Em 24 de Setembro aceitou a presidência desse partido; e de Madrid, o conde de Tomar confessou-se-lhe obediente soldado. Com a sua fofa basófia, Saldanha, ingenuamente pacífico, propôs a Palmela um Ministério de conciliação. Pois se ele em pessoa, ele, o grande marechal, queria a paz e se lhe sacrificava — ele o árbitro, ele o tudo! Pobre infeliz que não via em si aquele *tronco* de que José Liberato nos falou! Pobre simples, sem talento, de que a anarquia apenas fazia um chefe — como a cortiça que também boia e corre sobre a água revolvida! Palmela recusou; e então o marechal sentiu o passo que dera e como estava obrigado a ir até ao cabo, a representar o papel para que, sem o saber, desde muito a rainha o escolhera: *seu* marechal, dela e do conde de Tomar.

Era indispensável outra Belenzada; e Saldanha que assistia à primeira, receava-o. No Paço estavam ele, a rainha, o

esposo, o padre Marcos e Dietz: nessa conferência, a soberana expôs o seu despeito e o seu plano. Saldanha observou a S. M. que se não fosse bem sucedido e não morresse na empresa, seria inevitavelmente fuzilado, e ela, a rainha, expulsa do Reino. O professor objectara ser nesse caso melhor pôr de parte o projecto, ao que a rainha, voltando-se para o marechal, retorquira: «Deixa-o lá; manda-o para um convento de freiras. Antes quero perder a Coroa do que seguir sendo insultada todos os dias. Se for necessário, também eu sairei, também irei às barricadas.» (Carnota, *Mem.*) Pitoresco esboço de uma cena da Idade Média!

Terceira, porém, não era como Saldanha. Na sua mansidão era grave e sério na sua curta capacidade. Aristocrata por temperamento e educação, estivera em 23 ao lado do rei, contra as Cortes jacobinas; mas desde que mudara em 26, conservou-se o mesmo sempre. Bondoso e pacato, brioso e valente, nada quimérico, amando a boa vida e o cumprimento dos deveres, não era odiado pelos inimigos, embora fosse o apoio mais seguro do Trono liberal. E mais seguro, dizemos, porque a sua adesão não proviera em 26 de uma opinião favorável à doutrina da CARTA: opinião que teria mudado, sem dúvida, como a de tantos outros, a todos, sucedeu.

A sua adesão provinha de uma preferência pessoal por D. Pedro, de quem se sentia o vassalo, o homem-lígio: para onde o imperador fosse, ou a rainha sua filha e herdeira, ia ele. De doutrinas não sabia; tinha só instintos, sentimentos, e esses eram aristocráticos e conservadores; nem podiam ser outra coisa, com a linhagem, o temperamento e a educação do duque. O constitucionalismo, e as suas fórmulas e discursos, eram apenas uma distração e um hábito do seu génio: custar-lhe-ia a viver sem o sistema representativo, porque o entretinham muito os debates da imprensa, as discussões do Parlamento, e não podia passar sem as conversas animadas e às vezes chistosas dos corredores da Câmara. (Macedo, *Traços*.) Cortesão, homem do mundo, era uma personagem das antigas Cortes arrastado para a vida do liberalismo burguês pela fidelidade ao suserano.

Se a demagogia o irritava, provocando nele um ódio desdenhoso, o das Archotadas, o dos tumultos de Lisboa em 35,

etc., a burguesia de petulantes *parvenus* provocava-lhe uma frieza irónica. Assim, repelira os Cabrais do Governo, negando-lhes o exército contra a Maria da Fonte; mas logo se retirou também, por não ter aquele desejo pueril de Palmela de *não ficar de parte*. Não pactuaria com os patuleias como o diplomata pactuava com eles, com todos, com o diabo em pessoa, a ver se conseguia *equilibrar* um Trono, ou um monte de degraus desconjuntados, para sobre ele reinar com a sua moderação e a sua sabedoria. Vendo-o assim descer, inclinar-se para a democracia clamorosa, Terceira naturalmente se arrependeu do acto de abandonar os Cabrais à condenação popular e decerto as combinações que tinham precedido a «revolta dos marechais» (37) se renovaram para uma outra aventura. Mas os conservadores tinham feito dos Cabrais mais do que chefes, uma bandeira, e não viam no seu grémio pessoas que, em talentos, em coragem, em audácia, pudessem medir-se com eles. (Macedo, *Traços*.) Os Cabrais estavam em Espanha, onde também reinava o *cabralismo* da união liberal, e, de acordo com o reino vizinho, podiam sufocar-se de uma vez a demagogia e o miguelismo que ameaçava levantar cabeça. Costa Cabral governaria de fora o barco nesta sua nova derrota, Saldanha ficaria em Lisboa, Terceira iria para o Norte.

E a rainha? Que papel era o seu, nesta segunda aventura, já o vimos. Não só apoiava: instigava, ordenava. Não tremia jogando talvez a cabeça, decerto a Coroa, porque tinha coragem para tanto; porque essa Coroa estava, ou pensava ela estar, em maior perigo, antes do que depois do golpe de Estado. Se se não pusesse cobro à demagogia — e Palmela não queria, não sabia ou não podia fazê-lo! —, a história precipitar-se-ia; e devemos lembrar-nos de que as recordações dos casos de Paris e da sorte de Luís XVI, que por falta de audácia morreu, davam fundamento à resistência. A rainha, por não ter a perfídia de um Luís Filipe, não podia sofismar o sistema: atacava pois de frente, com audácia viril, à portuguesa. Filha de reis, fora educada por mestres que lhe ensinavam o *cabralismo* como a expressão pura do sistema liberal. A sua sinceridade nobre não pretendia o absolutismo antigo, mas queria a doutrina da CARTA de seu pai, repelia com energia os ataques da patuleia réproba, *pé-fresco*, ataques dirigidos ao seu carácter soberano e à sua honra de mulher.

Havia pois uma guerra declarada entre a rainha e o *povo*, assim a patuleia se dizia. O hino da Maria da Fonte cantava-se com uma letra francamente denunciadora do estado dos ânimos:

*Aprende, rainha, aprende
Mede agora o teu poder:
Tu de um lado, o povo doutro,
Qual dos dois há-de vencer!*

Mas esse sentimento propagado da hostilidade da Coroa, sentimento que ganhara raízes com a violência e os crimes do governo cabralista; essa percepção vaga de um direito novo, de facto oposto ao direito sagrado dos monarcas, quando queria transformar-se em opiniões e programas, só produzia as antigas quimeras jacobinas, desacreditadas; e se, por um dos acasos da luta conseguia vencer, era derrotado pela força das coisas (como em Setembro), dessorando-se logo da mão dos medíocres (como em 38 e agora), para se entregar à moderação palmelista. A doutrina *liberal* achara em Cabral um homem; a doutrina democrática não o achava, não o podia achar, porque longos anos, ainda não decorridos, seriam necessários para chegar a definir os princípios orgânicos do direito novo.

Os programas dos democratas em 46 eram uma repetição de Setembro, já renegado pelo seu homem eminente, Passos; e com razão se previa que a ditadura de José Estêvão não seria mais do que a repetição agravada das cenas anárquicas de havia dez anos. Que pediam, do seu clube do Sacramento, José Estêvão, Foz Côa (Campos), Sampaio e os sócios, na véspera das eleições *independentes* anunciadas por Palmela do Governo? Constituinte! A antiga panaceia setembrista; mas — ó, fatal condição das quimeras! — os que exigiam uma Constituição nova, saída da vontade do *povo*, iam ao mesmo tempo dizendo já qual essa vontade havia de ser e o que a Constituição havia de fixar: «Proclamação da soberania nacional como fonte de toda a autoridade; Reforma da Câmara dos Pares; Eleições directas; Liberdade de associação e de imprensa; Aprovação dos contratos pelas Cortes; Reorganização da Guarda Nacional; Economias na despesa até equilíbrio do orçamento; Redução do efectivo do exército; Supressão do Conselho de Estado; Fomento industrial e económico;

Reforma da lei da regência, para que esta não possa recair em estrangeiro, embora naturalizado; Exame dos contratos desde 42 e ab-rogação dos ilegais; Nacionalização do pessoal da casa real; Proibição de os deputados receberem empregos ou mercês.» (V. o *Manif.* da Ass. eleit. setembr., 5 de Out. 46.)

Era um rol de receitas infalíveis: a Pátria seria, sem dúvida alguma, salva. Mas quem analisar, cada uma de per si, as propostas, e todas no seu conjunto, obtém uma impressão singular. Não tornaremos a falar já da contradição orgânica indicada antes; não entraremos no minucioso estudo do papel. Acima de tudo, vemos: Constituintes, eleições directas (mas que o Governo não possa comprar esses soberanos representantes do povo soberano!) e Guarda Nacional, isto é, a volta a 1836. Ora os dez anos decorridos e as confissões do próprio Passos não seriam uma resposta cruel a tribunos tão ardentes, mas tão pouco originais? A precipitação com que as coisas, entregues às mãos já trémulas de Palmela, iam pendendo para o lado da revolução, é um dos motivos da decisão tomada em 6 de Outubro; mas no programa de Sacramento lemos *itens* que obrigam a cismar: Fomento económico? Economia na despesa? Exame dos contratos? Que intervenção é esta da finança nos projectos dos ideólogos, tão mal conceituados fazendistas?

É que a solução violenta de 6 de Outubro foi também determinada pelo crescer da crise. A Maria da Fonte declarara-a; e os ministros nem a sabiam resolver, nem podiam com os agiotas, suseranos do Tesouro, ameaçados de uma ruína total. De Abril a Junho o 5 por cento baixava de 67 a 50 e com ele, na mesma razão, todos os papéis da Bolsa. Três dias depois da queda de Costa Cabral, declarava-se o curso forçado da notas do Banco. (Dec. 23 de Maio.) Houvera uma corrida, e os cofres ficaram vazios: todo o produto da emissão, e mais ainda, estava no Tesouro. De tal forma se tinha mascarado por quatro anos a sua penúria: fora como uma restauração de papel-moeda; e agora, decretado o curso forçado, era de facto outra vez a praga que 34 quase suprimira. Mas se o Banco era credor do Tesouro, e o Tesouro lhe não podia pagar, que havia de fazer o Governo? Importar dinheiro?

Donde? Com quê? Pedi-lo aos agiotas? Eles, em vez de darem, pediam, reclamavam, e obtinham também uma moratória para as *promissórias* da *Confiança*, que de outra forma quebraria. (Dec. 29 de Maio.) Também o dinheiro dela fora todo parar ao insaciável Tesouro português faminto, desde 1820 até hoje, e talvez por todo o sempre condenado à fome.

E a Maria da Fonte, a que reclamava em programas o exame dos contratos, era a própria cujos ministros agravavam a crise, tornando solidários o Banco e a *Confiança*, preparando a ruína já começada da emissão fiduciária portuguesa. E porquê? Porque esses ministros, e todos, eram forçados a obedecer à aristocracia nova criada pela *liberdade*, com a diferença de que uns a reconheciam, e outros, nem por se rebelarem contra ela, eram menos os seus servos. Em 15, o 5 por cento ainda valia 62; depois do decreto de 29 desce a 50. Nos primeiros dias de Agosto as notas rebatem-se a 400 e 480 rs. (V. *Boletins da Bolsa*, nos *Diários*.)

Os financeiros perdiam-se, olhando o Tesouro vazio; e sob o nome de *economias* decretavam uma bancarrota duas vezes má: porque rematava a crise, acabando de arruinar o crédito; e porque cerceava os vencimentos dos empregados, sem ficarem com isso habilitados a pagar o resto dos juros, nem dos ordenados. A dívida interna, já com o desconto de uma décima, recebia segunda, e duas de uma vez a externa. Perdida a esperança de empréstimos estrangeiros, podia-se, com efeito, cortar as unhas aos judeus de fora. Ao mesmo tempo, os empregados sofriam uma dedução de duas décimas. (Dec. de 21 de Agosto.) A Bolsa fecha: não há quem dê um real pelas inscrições (18 Agosto-Setembro); e o rebate das notas cresce, cresce sempre. Já tinham expirado as moratórias e, como expediente, prorrogaram-se por mais quarenta dias. Os tortulhos nasciam da crise: agiotava-se largamente em rebates.

E não se via o meio de sair dos embaraços, porque as declamações contra os Cabrais nada faziam; e a vitória do setembrismo, com as suas quimeras de rectidão, com a sua incapacidade financeira, não conseguiria nas eleições próximas senão queimar tudo... E depois? Depois?... D. Miguel? A Espanha? A cabeça andava-lhes à roda.

Em 1 de Outubro uma medida *rasgada*, acompanhada de

conselhos prudentes e exortações patrióticas, appareceu no *Diário*. As moratórias, o curso forçado das notas prorrogavam-se até o fim do anno. Mas descansem: não haveria mais agiotagem, porque o Governo punha um fiscal seu no Banco, e nesses três meses ia arranjar-se o dinheiro para lhe pagar, e ele então pagar as notas. Com a *Caixa de Amortização*, criada na Junta, solver-se-ia a dívida flutuante, ominoso legado cabralista. Essa caixa havia de encher-se depressa: adjudicavam-se-lhe os bens nacionaes ainda restantes e o que fosse rendendo a cobrança das dívidas activas dos conventos! E os impostos em débito até 41! E os juros de quaisquer inscrições amortizadas! E uma dotação annual de 100 contos sobre o rendimento das Alfândegas. (Dec. de 1 de Outubro.) Os cem contos ao anno não davam para o juro de uma dívida superior a vinte mil: tudo o mais eram palavras ou poeira, a ver se cegavam a vista dos credores.

Baldado empenho, que só deu de si pô-los decididamente do lado da reacção tramada, uma vez que a fraqueza palmelista não era capaz de resolver uma crise, na qual tinham as fortunas arriscadas. Ao lado de Saldanha com a sua espada, estavam eles, pois, com as suas bolsas. Passou o dia 6 de Outubro; ganhou-se a vitória: mas deram todos com inimigos imprevistos. Protestava, insurgia-se o Reino inteiro — e o rebate das notas, subia, subia! Em vez da paz, era a guerra, em vez da fortuna, a ruína total. Saldanha desembainhou a espada; os agiotas mostraram os dentes: multado em 50 a 500 mil réis quem recusar receber notas! (Dec. 14 de Nov.) Mas como impedir a subida dos preços? Mas como usar da espada, se Antas no Porto se bandeou? Os capitalistas apressaram-se a exigir as arras da sua adesão; e a 19 appareceu decretada a fusão do Banco e da *Confiança*; complicada, agravada a crise com um *negócio* em que a agiotagem salvava os seus capitais, abrigando-os à sombra do curso forçado permanente de 5000 contos outorgado ao novo Banco, verdadeiro papel-moeda que valeria para a totalidade dos pagamentos até Junho de 47 e para dois terços até o fim de 48, devendo ir sendo amortizado gradualmente nesse período. (Dec. 19 de Novembro.) As acções da *Confiança* triplicavam de valor, e as notas baixavam sempre. A agiotagem dera o seu golpe de Estado, salvando-se para arruinar a Nação:

mais feliz do que os políticos, a ponto de irem a pique no naufrágio do País.

Saldanha, ou antes Cabral, de quem ele era o homem de ferro, contara com a resistência do Reino e prevenira-se:

Estou persuadido de que a última repentina mudança da administração em Portugal foi em parte levada a efeito por conselhos de Madrid, e que o marechal Saldanha tem estado, sem o saber, servindo de instrumento para pôr em prática os planos do conde de Tomar e de Gonzalez Bravo, nos quais me parece que uma influência espanhola e uma união íntima dos Governos de Madrid e de Lisboa para o futuro se apresentam como causas principais. (Southern a Palmerston, 22 de Out. *Livro Azul*.)

A Espanha, com efeito, representava nesta segunda Belenizada o papel que a Bélgica e a Inglaterra tinham tido na primeira; e o ministro inglês de Lisboa só se enganava supondo Saldanha ignorante dos planos do conde de Tomar, de quem ele era o instrumento. Os acontecimentos precipitaram-se, pondo a claro a verdade e colocando a Inglaterra na posição falsa que durou até o fim, de não tolerar a intervenção da Espanha, sem poder deixar de acudir a sustentar o Trono da rainha, mas sem se convencer tampouco de que esse Trono perigasse com os ataques dos setembristas. Restaurou-se todo o antigo pessoal administrativo e militar cabralista, anulou-se a convocação das Cortes pelas eleições directas, e o rei D. Fernando tomou o comando em chefe do exército, que tinha de entrar em campanha.

O Porto rebelava-se com a divisão de Antas, prendendo o procônsul Terceira aí mandado; mas pedindo apenas, moderadamente, a demissão do Ministério. Porém, ao mesmo tempo, as proclamações circulavam em Lisboa, respondendo à da soberana nestes termos:

Povo português! A revolução do Minho, a revolução mais gloriosa da Nação Portuguesa foi traída pela Soberana! Não a acredites! Olha que ela mente como sempre tem feito!

Povo português! Olha que a rainha, chefe do Estado, que devia ser a primeira a respeitar a opinião dos povos, com palavras de paz

na boca e veneno no coração, saiu para o meio das ruas da capital e pôs-se em guerra declarada com a Nação! Não contente com o sangue e ossos de que é composto o seu trono, ainda continua a fazer mais vítimas, ainda este vampiro quer mais sangue! É a paga que este tigre dá ao povo infeliz que lhe deu um trono!

Povo português! Tu nada lucras em conservares no teu seio esta víbora — ou ela há-de respeitar os teus direitos ou então que tenha a sorte de Luís XVI — este, porém, foi menos culpado.

Povo português! A tua rainha diz que quer paz, mas consente que os janízaros assassinem e roubem, como o estão fazendo.

Povo português! Às armas! Senão serás fuzilado ou deportado! Viva Portugal! Às armas! E seja o novo grito de guerra: Viva D. Pedro V! (ap. *Livro Azul*; corr. 11 Out.)

Em Coimbra, Loulé, governador civil, ao saber do golpe de Estado, rebela-se, proclama, reconstitui o Batalhão Académico. Foi isto a 8; no dia seguinte, Aveiro segue o exemplo. Campos, no *Grito Nacional*, dizia claramente:

Há poucos dias arrojámos dois (traidores *sc.* Cabrais) pela barra fora: podem ir mais alguns. Marche todo o País a Lisboa e esmague a cabeça da hidra (a rainha?) se quanto antes a facção parricida não esconder a sua vergonha nas ondas do oceano.

A guerra estava formalmente declarada: chegava o momento de apelar para as prevenções tomadas. Saldanha, então, oficiou, pedindo a intervenção dos governos de Londres, Paris e Madrid, segundo o tratado de 22 de Abril de 34, alegando que os miguelistas saíam a campo. (*Relat. do min. neg. estr.* em 48.) De Madrid estava certo, e os Espanhóis mandaram logo um corpo de observação para a fronteira (*Ibid.* of. de Isturiz a Rendufe); mas a Inglaterra, não vendo miguelistas, queria impedir a intervenção espanhola e forçar a rainha à paz. Em toda esta história ver-se-á a funesta consequência de uma tal política, protraindo uma guerra desoladora; porque, se a Inglaterra não queria consentir na intervenção da Espanha para dar a vitória à rainha, tampouco intervinha para impor uma conciliação. Nós, em casa, evidentemente não tínhamos força para nos governarmos; e depois de doze anos de liberdade, o Portugal novo achava-se, como o antigo

se achara, dividido em duas fracções sem que nenhuma tivesse poder bastante para submeter a contrária.

Palmerston ordenava para Madrid ao seu delegado que não consentisse na intervenção (*Livro Azul*, P. a Bulwer, 5 Nov.); e para cá mandava-nos um coronel, o Wylde, a fim de negociar uma paz entre os beligerantes. Melancólica situação antiga em que nos achávamos, de que a liberdade nos não tirava... Costa Cabral já era nosso embaixador em Madrid, e a Espanha, de acordo connosco, procedia bizarramente, apesar de sofreda pela Inglaterra. Mandara para a fronteira um exército, e enviava para Lisboa trezentos contos (*Ibid.* Southern a Palmerston, 22-3 de Out.): assim pudesse trazer a Lisboa e ao Porto os seus soldados! — suspirava Cabral em Madrid, e, na capital, Saldanha.

Porque a insurreição lavrava, e para pior, o miguelismo não se pronunciava bastante para justificar a intervenção estrangeira. (*Ibid.*, 22, 23, 29 de Out.) As notícias que lhe iam de Lisboa mantinham Palmerston na sua reserva. «Era uma revolução como outra qualquer: o inverso de 42; a própria JUNTA batia os miguelistas, raros e sem importância.» E tudo ardia! As guerrilhas surgiam de todos os lados. O Galamba e o Batalha com 500 homens corriam o Alentejo; José Estêvão estava em Alcáçovas com 600 (*Ibid.* 22-3); Taipá e Sá da Bandeira no Porto; Aguiar em Coimbra; Mouzinho de Albuquerque e Bonfim tinham desertado de Lisboa; Antas vinha, a caminho da capital, já em Leiria, com 2500 homens, fora guerrilhas, devagar, agregando gente todos os dias. (*Ibid.*, 29.) Que seria de Lisboa, a que o inglês não deixava o espanhol acudir? O Governo, entretanto, preparava-se, lançando mão de tudo. Arregimentavam-se os empregados públicos. Havia rusgas; nas bocas das ruas os cabos de vigia prendiam. Todo o homem de 18 a 50 anos tinha de pegar em armas. Formara-se um batalhão das Obras Públicas, outro do Comércio. Fortificavam-se, artilhavam-se as linhas. O Banco dera 300 contos para acudir às urgências. Prendiam-se os suspeitos nos navios no Tejo: todo o setembrista fugia, e Palmela em pessoa estava homiziado. (*Ibid.* 22-3.) Embargavam-se as cavalgaduras e as pessoas, obrigando-as a trabalhar nas linhas.

Mas apesar de tão grandes esforços e de meios tão violentos, o rei D. Fernando, comandante-chefe do *exército*, não po-

dia passar revista a mais de 3000 homens. (*Ibid.* 29.) Que ia ser da rainha, alvo de todos os tiros? Que resultado, o dessa guerra encetada? Se a Inglaterra não havia de vir a consentir que os vencedores acabassem de vencer, que singular escrúpulo a embarçava? E se os sublevados não fossem afinal agrilhoados pela intervenção, que teriam feito? Depor a rainha? É natural. Proclamar uma república? Provavelmente. Mas nenhum desses dois actos destruiria os males constitucionais do País, causa da sua desgraça: nem a anarquia das doutrinas, nem a penúria universal.

2. A JUNTA DO PORTO

José Passos era o presidente da Câmara do Porto. Já o telégrafo dissera o golpe de Estado em Lisboa, quando em sessão abriu os officios do novo Governo, e o aviso da vinda do duque da Terceira. «Vou fazer a revolução!», exclamou, levantando-se e saindo. (D. João de Azevedo, *Os dois dias de Outubro*, ex. anot. por J. Passos.) Chegava ao mesmo tempo (9) ao Douro o vapor com o duque, Santa Maria, Valongo e Campanhã, um estado-maior para o exército do Norte. José Passos desceu da Casa Pia ao Carmo, esbaforido, mandando tocar a rebate, convocando os patriotas às armas; e feito isto, *pronunciou* a Guarda Municipal e os regimentos 6 e 3. Depois, montou a cavalo, dirigindo-se a Vilar, na margem do rio, a receber condignamente o duque já desembarcado. A cidade estava sublevada, a guarnição por ela, os sinos batiam a rebate, o povo burburinhava nas ruas, pedindo armas, e os gritos nasais da turba destacavam-se no coro do rufar dos socos sobre as lajes das calçadas. Entardecia: Passos era um rei. O sussurro da agitação ondeava até o fundo da gruta de Vilar, a poente da cidade, onde os generais de Lisboa se tinham recolhido na casa do conde de Terena, quando, já pelo escuro da noite, o rei do Porto chegou, seguido e aclamado pela sua turba, perante o lugar-tenente da rainha de Lisboa. A cidade não obedecia, rendesse-se o duque. Ele recusava-se, com firmeza, assegurando que cumpriria a missão a que viera. Fora, o povo aclamava, exigindo o reembarque dos generais para o *Mindelo* que os trouxera. Um certo Navarroz subiu, e em nome do povo prendeu o duque. — «Meia dúzia

de rotos que estão lá em baixo?» — «O bastante para repetir as cenas de Alcântara!» (*Ibid.*). Passos começou então a perceber que o *povo* se excederia, que era capaz de trucidar ali o duque, se ele o abandonasse. Tomou-lhe pois o braço e desceram, assim, até o Ouro, sobre o rio, para embarcar. O duque estava efectivamente preso, e mais enleado do que ele o seu guardião, defendendo-o contra a plebe ameaçadora. Era uma noite negra e espessa de nevoeiro penetrante que sufocava, alagando. Nada se via; apenas do meio do sussurrar da turba já se destacavam, já se repetiam os gritos — mata! mata! Ao longe distinguia-se o rodar breve das segas que fugiam com os timoratos, ouvia-se o rebate desesperado dos sinos; por entre o nevoeiro moviam-se os archotes de lume vermelho, despendindo faíscas e rolos de fumo, pondo manchas de luz fúnebre na massa espessa e húmida do ar. Seguiam pela estrada da Foz: ao lado, no rio negro, flutuavam os revérberos da procissão que parecia um enterro, ou o levar de um réu ao patíbulo. A turba clamava — mata! mata! — e as suas ondas cresciam, ameaçando passar por cima dos que iam adiante. Passos, que levava o duque pelo braço, era corpulento, muito gordo; e o duque, sereno, indiferente ao perigo, quando a onda do povo crescia impelindo-os, dizia-lhe: «O José Passos é uma formidável trincheira!» (Macedo, *Traços*.) Assim chegaram à Cantareira, para embarcar; mas o escaler desaparecera. José Passos, receando que o embarque fosse o sinal da fuzilada, mandara-o embora, projectando já guardar os presos nos castelo para os salvar. (*Disc.* do conde das Antas, ses. de 15 de Fever., 48.)

O barco não aparecia; nada vinha do rio, negro e indiferente. Caía a chuva, roncava o mar próximo nos baixios e cachopos da barra, e a fúria do povo crescia num clamor terrível — mata! mata! O gordo Passos sufocava: o cordão dos que com ele defendiam o duque, o Browne, os Limas, os dois Navarros, Custódio Teixeira e os mais, continham a custo as ondas do povo. E a chuva fria, miudinha, encharcava, deixando distinguir mal a massa negra dos muros do castelo bordados de recifes contra os quais o mar grunhia: só na densa bruma cintilavam as lanternas entre as ameias, como faróis a uma tripulação em navio corrido pelo tempo. Dando a popa ao vendaval, acossados pelas ondas da turba, batidos pelas rajadas de vozes pedindo morte, foram cor-

rendo a entrar no porto de abrigo, dar fundo no castelo. O duque estava salvo, e preso. Passos, sossegado, regressou ao Porto.

No dia seguinte, com a adesão do general da Divisão do Norte, o conde das Antas, definiu-se a atitude do Porto sublevado: os estrangeiros que dirigiam a rainha tinham-na obrigado a mudar o Ministério; S. M. estava coacta e era mister correr às armas para a libertar. — O programa da nova JUNTA repetia ao avesso o da de 42; e as revoluções liberais eram forçadas a usar de expedientes antigos de 23 e 24; os expedientes apostólicos. Nada há de novo à luz do Sol!

Para *libertar* a rainha saiu, então, para o Sul o conde das Antas com o seu exército, a juntar-se em Santarém a Bonfim: reunidos salvariam Lisboa. O Norte do Douro considerava-se seguro e, por isso, na urgência de congregar forças, retiraram-se as guarnições do Minho.

Viana, proclamada a JUNTA, ficara sem tropa: os cartistas aproveitaram. Expulsaram da praça o inimigo e fortificaram-se. Veio em milhares o povo dos campos dar um assalto, e a cidade capitulou: na refrega ficara morto o tenente que a defendia. Os camponeses enfurecidos — eram quatro mil — pediam vingança e mortes, exigindo as chaves do castelo (onde o velho governador reformado prendera também os mais comprometidos), mas o homem prudente perdera as chaves a tempo, enfurecendo ainda mais a turba com o seu ardil. Começavam os tiros, preparavam-se os machados, ia começar o assalto, o arrombamento e a matança inevitável, quando uma piedosa senhora teve uma ideia abençoada.

Viu-se aparecer no meio das ondas do povo em fúria uma procissão de padres de cruz alçada, caminhando solenemente, cantando *Benedictus! Benedictus! Dominus Deus, Israel!* E os Minhotos sobressaltados, paravam, escutavam, como tocados por um milagre. A fúria começava por ceder ao espanto. Que vinham fazer os padres? Que mandaria Deus agora?... À sombra do crucifixo erguido, um sacerdote lho disse; e caíram todos de joelhos, contritos, batendo nos peitos: «Bendito! Bendito e louvado seja!» (D. João de Azevedo, *Os dois dias*, etc.) Era uma cena primitiva e eloquente para nos mostrar até que ponto o povo tomava parte na ressurreição do setembrismo no Norte. Seria José Passos a verdadeira Maria da Fonte?

Não era decerto a encarnação do génio das populações mi-nhotas, superiormente individualizado na poética pessoa do irmão; mas era uma ressurreição do espírito burguês e portuense, de tradicionais arruaças, na Idade Média, contra os bispos, e depois contra os reis. Bacharel também, aprendera em Coimbra as fórmulas benthamistas em que agora se moldava o antigo espírito de rebeldia burguesa. O Porto era um reino seu, porque o génio portuense, em todas as suas várias cambiantes, se achava nele individualizado. Era *prático*, popular, bonacheirão, e no fundo bondoso, com uma ironia rasteira que os *patriotas* não chegavam a perceber e por isso os não ofendia. Era corpulento, quase obeso, e com o seu chapéu alto, sempre na cabeça, os colarinhos antigos que chegavam à raiz dos olhos, a sobrecasaca longa, o cinturão e a espada pendente, esbaforido, comunicativo, abraçando toda a gente nas ruas, satisfeito de si, feliz, na paz da sua consciência e na importância da sua pessoa: José Passos era a imagem dessa burguesia ingénua das cidades de tradições feudais, rebelada contra os irmãos burgueses que o novo sistema levantara à classe de aristocratas.

José Passos reinava no Porto como um pater familias: todos eram filhos, amigos, *patriotas*, irmãos. A rua era uma permanente assembleia e o Governo semelhante ao que a História nos conta das velhas repúblicas da Grécia e das comunas ou concelhos da Idade Média. Resolvia-se tudo familiar, popular, patriarcalmente. Faltava o dinheiro? O Passos ia em pessoa ao Banco (*Comercial*), entrava na tesouraria, dava no balcão um sonoro murro e exclamava: «Arre! Daqui ninguém sai!» E contava, atava o saco e partia. (Macedo, *Traços*.) Assim tirou 67 contos do Banco Comercial e 16 à Companhia dos Vinhos. (*Ibid.*) Ninguém punha em dúvida a sua honradez e o seu espírito de economia burguesa era falado com motivo. *Arranjou* o Governo e a guerra, durante quase um ano, com mil contos, se tanto. Conhecia a fundo todos os pormenores da administração: era um homem do ofício político, prático, sem a sombra de uma ideia, apenas com as fórmulas e rótulos decorados na mocidade. Nisto via-se o contrário do irmão.

A sua bonacheirice, a sua franqueza popular alegravam, incutindo esperanças, dissipando dúvidas, afagando ambições, lisonjeando vaidades. Prometia sempre, tudo. Que pro-

porções viria a ter a Alfândega se lá entrassem todos os que pediam empregos e a quem o tribuno popular os prometia sempre, invariavelmente? A Alfândega era o eldorado dos *patriotas exímios*. Com o chapéu enterrado na cabeça descaída sobre o ombro esquerdo, José Passos descia da Casa Pia, onde era o palácio do Governo, e os grupos de curiosos, ou de assustados, perseguiram-no. Queriam fugir-lhes: não podia. Seguiu apressado, e atrás dele, como um rebanho, furando, às corridas, seguia a cauda dos perguntadores. Que há? — Isto está aqui, está acabado! — E com um tom de mistério, como quem revela altos segredos (já de todos conhecidos), ia de grupo em grupo animando os espíritos, picando as ambições. *Isto* ia bem. O nosso conde (das Antas) era para a *coisa*. E a vaquinha lá de baixo ia rendendo... ia rendendo. Grande gente! — Queria sumir-se; outro grupo acudia: E de Lisboa? — Excelente! Há-de ir tudo pelo pó do gato... salvo o respeito devido à rainha! — Mudando de tom e assunto: É verdade, já sentou praça? Ah, sim? Bom patriota! Assim é que se querem! — Escapava-se: era em vão.

Outro chegava, misteriosamente, segurando-lhe a banda da sobrecasaca, dizendo-lhe ao ouvido: «Há cartistas dentro da Junta!» Ele, virando-se com um ar fino, baixinho, respondia: «Sossegue; bem sabemos; escrevemos direito por linhas tortas. Isto vai bem, vai bem... (baixando mais a voz, ao ouvido), mas é para nós: não espalhe o que lhe estou contando, ouviu?» O outro inchava-se; ele queria prosseguir. Debalde. Um *patriota* chegava com um plano de campanha infalível, seguro... «Dê cá; traz isso escrito? Não? Escreva-mo, escreva-mo, meu general!» A paciência começava a fugir-lhe, quando outro vinha com uma combinação dinástica para substituir D. Maria II e resolver tudo pela raiz. «Pois sim, pois sim, meu patriota. Eu já tenho cinco memoriais para rei. Mande o seu e será atendido na ocasião competente...»

De tal modo conseguia romper, chegar pela Batalha à Águia de Ouro, quartel-general do setembrismo, no meio da confusão da gente congregada. José Passos chamava a isto o *método confuso* (T. de Vasconcelos, *Prato de arroz doce*), e com efeito nenhum outro método podia servir no meio de uma agitação vaga, em que as plebes, em vontade determinada, só com ódio aos Cabrais, seguiam os demagogos presididos

por chefes cujo propósito era moderar a revolução, convencer a rainha a que pactuasse com eles. O *método confuso* era o método natural de uma cidade em confusão, de um reino confundido. Todo o Porto era um ágora e realizava o programa radical da omnicracia — o governo de todos por todos.

Da Batalha e do Postigo do Sol, observando as janelas da Casa Pia, espiando a saída de alguns dos da JUNTA, vinham os magotes enchendo as ruas até a Águia de Ouro e em frente do Estanislau. A Praça Nova e os Loios, a Rua de Santo António e as Hortas, os Clérigos, a Rua das Flores até S. Domingos, e por S. João até a Ribeira: todo o coração do Porto burburinhava de gente, falando, resolvendo, discutindo, ameaçando, com a verbosidade e a suficiência ingénitas nos filhos da cidade da Virgem. Os mercadores estavam às portas sentados nos seus bancos, com a cabeça descoberta, os pés nos socos, trocando os seus pareceres com os transeuntes. Estalavam nas lajes das calçadas as ferraduras de cavalos a galope, vinham ordenanças da Municipal correndo: que seria? Que novidade? O soldado, no seu caminho, atravessava os grupos com o *ofício* de papel branco entalado no peito, e abriam-se as janelas para vir ver: que haveria? Outras vezes eram cavaleiros que chegavam aos grupos, do outro lado do rio, com a banda a tiracolo, a sobrecasaca desabotoada, em vez de barretina um chapéu desabado; uns sem espada, mas na argola do selote um bacamarte de boca de sino; outros à paisana, montando bons cavalos, seguidos por criados de farda à velha moda da província: eram *fidalgos* que vinham juntar-se ao *povo*. A turba aclamava-os, eles paravam, e havia efusões de sentimento, apertos de mão, saúdes, vivas:

Eia avante! Eia avante!
Eia avante! Não temer!
Pela santa liberdade,
Pelejar até morrer!

Não descobre o leitor nesta estrofe o que quer que é de *literário*, pouco espontâneo? Que *santa* é essa *santa* liberdade? Compare o *Rei chegou*, francamente plebeu, nada metafísico; compare o caso de Viana — Bendito! E louvado seja! — francamente católico, também nada doutrinário: e diga se nesse hino que agora o povo canta, há a expressão do que ele sente.

Não irá o povo levado sem saber para onde, nem porquê, apenas impellido por protestos negativos contra os males que o afligem?

São burgueses rebelados, não são o povo em revolução, aqueles que sob a presidência do Passos se reúnem na Casa Pia, o palácio da JUNTA. É uma revolta de comuna à antiga, a do Porto. São os *popolani grassi*, que se levantam contra o *podestà* de Lisboa.

Passos, entendido em políticas, bacharel, plumitivo, não é decerto um Masaniello. O literato Seabra não vem da rua: traduzia Horácio, falara das Câmaras, contara já por alguma coisa na política (V. a biog. por T. de V. na *Rev. Contemp.*); outro tanto Lobo de Ávila, o general; outro tanto o humorístico Almeida e Brito, ouvido nos tribunais, advogando. Na Casa Pia reinavam patriarcal, espartanamente. Passos tinha os Ministérios da Fazenda e dos Estrangeiros, que ambos cabiam numa sala com duas mesas: numa ele, na outra o secretário, oficial maior, amanuenses e tudo, num homem só.

Quando havia conselho, o *peçoal* ia para fora *patulear* com os patriotas que enchiam os corredores, à espera de novidades. Terminada a sessão, Passos abria a porta, de chapéu na cabeça, pena entre os dedos, chamava o *peçoal* (T. de Vasc., *Prato de arroz doce*). Não iluda, porém, tudo isto: a instalação era provisória, porque a definitiva esperava-os em Lisboa. Nada queriam destruir: apenas acabar de expulsar os Cabrais para governarem eles, com as suas opiniões e pessoas, das quais sinceramente julgavam depender a fortuna do povo. O *povo* era um bom instrumento, mas se tudo fossem soldados, melhor ainda. «José, fiquei de cama por causa de uma constipação. Esta gente (os populares) dever servir-nos como exército auxiliar, mas a nossa força real deve consistir nos soldados, ou ao menos em homens que o pareçam.» (Carta de Almeida e Brito a José Passos; em Macedo, *Traços*, etc.)

Esta gente, porém, chamada à revolta sentia pulsar-lhe nas veias o antigo sangue de nómadas barbarescos, de bandidos históricos, serranos guerreiros: não os minhotos, mas os transmontanos, os beirões, os estremenhos, e toda a população transtagana. A sedição lavrava pelo Reino inteiro. A tira-

nia cabralista acirrava o instinto adormecido e as políticas do setembrismo rebelde davam o pretexto para a explosão. Por toda a parte surdiam guerrilhas; de todos os lados o exército se bandeava. José Estêvão e Vasconcelos tinham saído de Lisboa a sublevar Santarém, quartel de Cavalaria 4; e três guerrilhas esperavam, dominando na Estremadura, a chegada do exército que vinha do Porto, com o conde das Antas: Vasconcelos no centro, flanqueado por José Estêvão pela direita e pelo conde da Taipa pela esquerda. A JUNTA nomeara Braamcamp governador civil da capital, *in partibus*, porque Lisboa era do Governo; mas pelo distrito, o governador, com o conde de Vila Real e outros, andavam de terra em terra aliciando sectários, fomentando a revolta. (*Elog. hist. de A. F. Braamcamp*, do a.) Ao Sul, mandava Mantas em Setúbal, o conde de Melo e Galamba no Alentejo; o general Celestino levantara-se no Algarve com a guarnição; Castelo Branco, Elvas e Santarém, onde Manuel Passos criara uma JUNTA (D. João de Azevedo, *Dois dias*, etc.), eram contra o Governo.

A 6 de Novembro saiu de Lisboa Saldanha com o seu exército para se bater com o de Antas. Na capital lavrava um terror verdadeiro, e completa anarquia nos partidos. Presentia-se uma catástrofe, porque os do Governo, vendo a oposição da Inglaterra ao auxílio de Espanha, acreditavam-na aliada da JUNTA e consideravam Wylde um emissário mandado a expulsá-los do poder. Corria que os ingleses davam todo o dinheiro aos rebeldes. E por que fomentariam assim a rebelião? Para minar a ordem reinante em Espanha, criando também lá um partido exaltado que contrariasse a influência francesa, dominante desde o fatal sucesso dos casamentos de Guizot. Assim a Inglaterra era a suposta aliada da JUNTA, e não só ela o inimigo do trono português: também os falsos cartistas, os pérfidos *ordeiros*. «Cartistas! (dizia uma proclamação). O inglês Palmela, o raposa Magalhães, o inglesado Atouguia e outros que tais, tratam com um coronel inglês de nos vender à Inglaterra. Fora com os traidores! Fora com os marotos! Se não querem deixar-nos a bem, saiam a mal: a pau ou a tiro! Fujam ou morrem!» (No *Livro Azul*, 19 de Nov.)

Tal era o estado do Centro e do Sul. No Norte, aquém-Tâmega, obedecia tudo ao Porto; mas em Trás-os-Montes,

Casal, declarando-se pelo Governo de Lisboa, veio descendo, na esperança de combinações cartistas preparadas dentro da cidade da JUNTA. Dois regimentos se bandeariam, indo soltar o duque da Terceira e Casal apoderar-se-ia da cidade. Mas dos oficiais comprados, uns não estavam seguros dos sargentos, outros receavam as consequências do combate: logo que os dois regimentos (3 e 15) se denunciassem, seriam provavelmente esmagados pela população; e a *patuleia* iria à Foz, e a consequência seria o assassinio do duque e seus companheiros. (T. de Vasc., *ibid.*) Em vão, portanto, desceu Casal até Valongo; em vão esperou; e despeitado por ter de recuar, vingou-se trucidando barbaramente as aldeias que fugiam dele para os altos das serras — Agrela, Vilandarelo, Constantim. (D. João de Azevedo, *Dois dias*, etc.) Pobre gente sacrificada às contendas liberais! Era o primeiro sangue que corria em abundância, neste novo episódio da história sangrenta de vinte anos (1831-51)!

Casal retirou sobre Chaves e do Porto saiu Sá da Bandeira com uma divisão para o bater. Encontraram-se em Valpaços (16 de Nov.), onde os dois regimentos do Porto se bandearam para o inimigo, dando-lhe a vitória. Batido, o general regressou pelo Douro ao Porto, onde havia uma desordem tão grande como a da capital. A JUNTA era um caos patriarcal: cada cabeça, cada sentença. Apenas a sedição se declarara, e já os burgueses rebeldes começavam em rixas: que fariam se vencessem! Manuel Passos chegara ao Porto, fugindo do conde da Taipa, de quem os soldados também fugiam, por ele os sustentar a *epigramas*. (Azevedo, *Dois dias*, etc.) Antas não bulia de Santarém, esperando que Saldanha o fosse desafiar, em vez de aproveitar a fraqueza do inimigo. Casal ficara dominado em Trás-os-Montes. A sedição parecia um fogo de palha: tão breve crescera, como ia morrer. Wylde chegara, falara, apresentara as suas propostas, como delegado do Palmerston, que de Londres resolvera conciliar os inimigos; mas era inútil. O burguês é teimoso. No meio de tão graves dificuldades, ocupavam-se os da JUNTA a mascarar-se de fidalgos, distribuindo entre si títulos, comendas, cartas de conselho. (Azevedo, *Dois dias*, etc.) Sempre assim tinham sido as comunas rebeladas contra os barões. A princípio, o Porto só falara em paz: agora que a derrota de Valpaços o ameaçava de morte, a sua voz tinha ameaças. Levant-

tara-se contra o «sistema de sofisma, fraude e corrupção»; houvera «baionetas contra o peito dos eleitores desarmados (45), descargas de fuzilaria: o sangue dos cidadãos correrá». E era um tal Governo que a rainha restaurara em 6 de Outubro! Queria «lançar grilhões ao País?». Não; por força estava coacta. Mas «seu augusto esposo descera da sua elevada posição à de simples empregado de um Ministério protervo. «A Europa (leia-se Wylde-Palmerston) não consentirá que estrangeiros (leia-se espanhóis) venham roubar um país inocente à liberdade!» (*Manif. da Junta do Porto*, 3 de Dezembro.) Que singular insistência no quiproquó! Donde vem o motivo? Do facto de a JUNTA pedir auxílio a um povo cuja soltura receia; de querer os revolucionários sem a revolução; de apelar para as plebes, para ficar burguesa; de proclamar a democracia e ao mesmo tempo um respeito *oficial* à rainha, que injuriava em particular e por vontade quereria ver derubada, necessitando por política mantê-la no trono — a alegada no *Manifesto* e em que ninguém acreditava.

As consequências de uma situação tão singular, quase ridícula, viram-se quando, no fim, vitoriosa, a JUNTA achou que a vitória lhe não servia e lhe era indispensável ser vencida; essas consequências viam-se já na falta de unidade nos planos, na rivalidade dos comandos, deplorável mal que deu de si a morte de muita gente.

A guerra, generalizada a todo o Reino, em bandos, colunas e guerrilhas, tinha, porém, a Estremadura como teatro principal. Antas e Bonfim com o grosso das forças estavam em Santarém, o conde de Vila Real em Ourém. Foi contra este, para o bater, que Saldanha destacou uma brigada sua (4 de Dezembro) ao mesmo tempo que Antas destacava Bonfim para cortar a retirada dessa brigada, coisa que não conseguiu. Em Leiria, porém, uniu-se a Vila Real, e, reforçado com mais tropa mandada de Santarém, Bonfim comandava coisa de 3000 homens, quando foi surpreendido por Saldanha, vendo-se obrigado a recolher-se a Torres Vedras. Dizem que ao começar a batalha (22) o pobre general sempre infeliz se escondera numa igreja, metido num confessionário, com uma bandeira preta cravada no telhado a indicar um hospital de sangue. (Azevedo, *Dois dias*, etc.) Diz-se mais que Antas, do seu quartel-general, ouvia a acção e não quis acudir. (*Ibid.*) Como quer que fosse, Saldanha obteve uma vi-

tória cruel, ficando entre os mortos o ilustre Mouzinho de Albuquerque, merecedor de melhor sorte. O Governo ganhava uma batalha, mas vencer era-lhe impossível. A guerra fervia de todos os lados e de todos os modos. Desde que os litigantes tinham declarado a intransigência, acontecia absolutamente o mesmo que se observara em 32-34: nenhum dos combatentes podia vencer, nenhum ser aniquilado. A guerra crónica é a sorte das nações arruinadas. O Governo não podia vencer, mas podia vingar-se; podia repetir D. Miguel em cuja situação se achava, e fê-lo, perdendo mais com a vingança do que lucrara com a vitória. Os prisioneiros (43) de Torres Vedras, degredados para África no *Audaz* (1 de Fevereiro de 47) agravaram o labéu sanguinário que a afinidade cabralista punha no Governo.

3. O ESPECTRO

Quando Sá da Bandeira, vencido em Valpaços, depois de ter retirado pelo Pinhão e embarcado, descia o Douro para recolher ao Porto, ao passar em frente das Caldas de Aregos, foi incomodado por tiros que partiam das montanhas agrestes da margem. Era o Casal que o perseguia? Não; o Casal retirara também para Chaves. Desembarcou. Era o espectro miguelista: um bando de quase um milhar de homens tendo à frente Macdonell, já nosso conhecido de Santarém em 34... Como espectro, sumiu-se, dissipou-se, mas deixando um negro terror no ânimo de todos.

Quem evocara tão cruel aparição? Qual o réu desse crime de lesa-liberalismo? A JUNTA, diziam os de Lisboa. O partido de Setembro, já desde 34 parcial pelos vencidos, coalizado com eles em 42, em 45, estava agora positivamente aliado para a guerra. Mas não tinham os guerrilheiros do Macdonell feito fogo contra Sá da Bandeira? É que a JUNTA, ao que parece, sem positivamente se aliar, deixava crescer a desordem. Ela apelava para os exércitos da Maria da Fonte, o *povo armado*, e esse povo que em Viana caíra de joelhos ouvindo a homília dos sacerdotes, tinha ainda vivas raízes da velha religião que reverdeciam. A JUNTA, diziam do Porto (*Livro Azul*, cartas do cônsul, 18 de Nov.) «não tem dado atenção às guerrilhas miguelistas e há-de arrepender-se. A

força delas vai todos os dias crescendo. São mais para temer do que pensam (c. de 27). Todo o Minho jura essas bandeiras e há planos positivos. Muita gente dará dinheiro; talvez até a Companhia dos Vinhos, cujos directores na maior parte são miguelistas. D. Miguel tem já sido positivamente aclamado. Há pois três partidos hostis em campo, porque se os miguelistas se têm batido até aqui sob a bandeira da opposição constitucional, agora voltam-se já contra os setembristas, depois do episódio de Aregos». (*Livro Azul*, Southern a Palmerston, 3 de Dezembro.)

No próprio dia em que o ministro inglês mandava dizer isto para Londres, afirmava a JUNTA no seu *Manifesto* que «a facção sanguinária organizou guerrilhas para aclamarem D. Miguel!». Macdonell era para muitos um enigma, e não faltava quem, com efeito, o acreditasse mandado pelo Governo, ou emissário da França para levantar o miguelismo, dando assim motivo à intervenção que esmagaria o setembrismo, forçando a Inglaterra a sair da sua reserva. Se assim foi, o cartismo jogava com fogo; e tanto em Lisboa como no Porto, querendo utilizar em proveito próprio o povo genuíno, corriam o risco de serem sacudidos por ele. Iam acordar ao seu túmulo um cadáver? Iam galvanizar um morto? Queriam conquistar com o poder ou esmagar os rebeldes? Mas o espectro erguia-se, e a sua voz rouca, mas longa e retumbante, acordava as populações da indiferença, falava-lhes uma linguagem sabida de tempos antigos, falava-lhes no Trono e no Altar destruídos.

E a voz do espectro caminhava, convertia. Já Macdonell e Garcia, um espanhol (Azevedo, *Dois dias*, etc.), tinham entrado em Guimarães (25 de Novembro), já ocupavam Braga. Todo o Minho aclamava D. Miguel. Corria que havia de casar com uma filha do marquês de Loulé, fidalgo alistado no setembrismo, partidário da JUNTA, e que nada fazia para coarctar a propagação desta nova e afirmativa *Maria da Fonte*. Em Guimarães havia iluminações e festas (4 de Dezembro); e no Porto acreditava-se que a infanta Isabel Maria estava à frente da restauração. Macdonell em Braga já recusava gente: iam do Porto oferecer-se-lhe em massa, fugindo à tirania burguesa do gordo Passos, às rugas com que se alistava gente em montarias como a lobos (*Livro Azul*, carta do cônsul, 18 de Nov.), iam procurá-lo de todo o Mi-

nho por onde corria um protesto forma contra *esta gente*, Cabrais e não Cabrais. (*Ibid.*, carta do cônsul, 11 de Dezembro.)

E a JUNTA a afirmar que eram obras do Governo para a comprometer! E o Governo a dizer que era um crime da patuleia! Quando era a positiva consequência da *liberdade* e dos seus corifeus, quaisquer que tivessem sido as primitivas origens da sedição: ou o tácito aplauso do Porto, ou as intrigas franco-espanholas de Lisboa, ou ambas simultaneamente. Se fora o plano do Governo, ele devia folgar porque o êxito excedia as esperanças. O povo tomara ao pé da letra as falas insidiosas dos agitadores, e sem curar, sem saber de intrigas, via chegado o momento de liquidar contas antigas. Errantes vogavam pelo Reino as sombras das velhas classes exterminadas, roubadas. E ao mesmo tempo que o espectro miguelista falava pela boca dos frades guerrilheiros, falava pela boca do jornalista Sampaio o *Espectro*, jacobino, setembrista, patuleia. Da direita e da esquerda ouviam-se as mesmas imprecações de cólera, iguais ameaças. O jornal, ocultamente impresso a bordo de um navio no Tejo, aparecia em toda a parte, como espectro que era, condenando em pessoa a rainha, a CARTA, a monarquia, todo o *liberalismo*:

Estão em presença dois princípios, o popular e o pessoal. Mas o governo pessoal não triunfa e o princípio revolucionário vai suplantá-lo. O que fica sendo uma realza vencida? Que prestígio pode ter um rei que desembainha a espada ferrugenta e que depois é obrigado a despir a farda no meio da rua? A realza vilipendiada não é somente inútil, é um mal. O Paço é incorrigível: conspira sempre. Uma rainha que se declara coacta seis meses em cada ano, não é rainha. O Paço é a espelunca de Caco, onde sempre se têm reunido os conspiradores. A púrpura dos reis tem servido para varrer a imundície dos palácios e dos cortesãos mais abjectos. (*Espectro*, O estado da questão.)

Assim vociferava o espectro jacobino, reclamando a abdição da rainha; e às suas vozes respondiam os ecos do espectro miguelista, condenando a nova dinastia, aclamando o rei vencido em 34. E quando, no seu primeiro número, o

Espectro desenrolava o sudário da crise financeira, a restauração do Minho, com uma voz mais verdadeira, não acusava Pedro nem Paulo, Cabrais nem Passos: acusava o liberalismo de ter emprazado o Reino à praça de Londres, recordava D. Miguel, que reinara cinco anos sem tomar dinheiro emprestado ao estrangeiro, e contava as riquezas desbaratadas, da patriarcal e da casa das rainhas e do infantado e dos conventos, vendo-se agora os frades famintos a pedir esmola miseravelmente.

E tomado de um acesso de franqueza e lucidez, o espectro de Lisboa, contra a rainha, confessava o crime jurídico do liberalismo:

O Trono da rainha só pode ser sustentado pelos liberais: a sua Coroa é condicional, segundo a CARTA. A um Trono despótico, o direito de D. Miguel é melhor. (*Espectro*, n.º 2.)

Era o que dizia o espectro minhoto, monárquico e legitimista: o nosso direito é o verdadeiro! O vosso rei um usurpador! O nosso rei é português, o vosso estrangeiro. É uma rainha filha de mãe austríaca, casada com um alemão; alemães são os mestres e os médicos do Paço, o Dietz e o Kessler; ingleses as amas de leite, inglês o cocheiro, francesa a modista. Só há um português, o capelão, um padre indigno, o padre Marcos!

E os frades animavam-se, contando já com a restauração dos conventos, e os cadáveres da Nação morta em 34 erguiam-se dos seus túmulos para ouvir, envolviam-se nos seus lençóis, saíam, caminhavam, em procissão lenta e fúnebre para Braga, onde Macdonell reinava, em nome do rei esperado dia a dia, outra vez adorado nos altares, chamado em preces fervorosas. Mas Casal que, segunda vez, descera de Trás-os-Montes e em volta do Porto andara farejando a ver se achava a combinada brecha (Azevedo, *dois dias*, etc.), de novo teve de retirar desiludido. A sua crueldade vingara-se primeiro sobre as populações das aldeias serranas, agora ia vingar-se na capital miguelista do Minho que atacou (31 de Dezembro). Vencida uma batalha sangrenta, começou pelas ruas a matança desapiedada. Eram tiros, gritos de misericórdia, imprecações de desespero e um matar cruel e duro na gente amontoada pelas ruas. O sonho de uma esperança

morria breve afogado em sangue e os cadáveres com os seus lençóis tintos de vermelho tornavam pesadamente às suas covas. Caía a tarde, escurecia a noite; pelas esquinas das ruas havia montões de mortos e poças de sangue coalhado por entre as pedras. Os que ficavam, abraçados a Deus, varrida a esperança do rei, foram pondo nos lugares da matança nichos sagrados com cruzes lúgubres, alumiadas à noite por lâmpadas, com a triste lenda: Rezai por alma de nossos irmãos que foram mortos nesta rua! (Azevedo, *Dois dias*, etc.)

Então a voz do espectro miguelista sumiu-se num largo pranto.

Mas o espectro jacobino de Lisboa, mundano e sem piedade, rangera os dentes, prorrompera em bramidos ao presenciar a carnagem de Torres Vedras (22 de Dezembro); e a sua cólera não teve limites contra a rainha a quem — ó velhas, mentidas esperanças! — dera em Londres o ceptro de ouro e a CARTA encadernada a primor.

A Corte dançou quando ouviu dizer que houvera muito sangue derramado. O valido e os protectores beberam à saúde das vítimas! A rainha deu beija-mão à criadagem! (*Espectro*, n.º 5.) Quando a rainha soube da morte e aprisionamentos dos bravos, saiu às janelas do palácio e como um bacante gritou para a sua guarda: «Vitória! Vitória!» No dia da chegada dos prisioneiros, saiu a passeio em sinal de regozijo. (*Ibid.* n.º 6.)

E o espectro, lembrando-se da longa e dura guerra de seis anos, do exílio e dos sofrimentos padecidos para exaltar essa rainha, dizia-lhe do fundo da sua recôndita imprensa:

Morremos todos por via de ti! Morrendo te aclamámos, e tu exautoraste-nos e mandaste-nos assassinar! O nosso sangue cairá sobre ti e sobre a tua descendência! (*Ibid.* n.º 6.)

Mas quem observa não acha na voz deste espectro a sinceridade simples, a solenidade épica das vozes espontâneas do povo, «Rezai por alma de nossos irmãos!» A *alma* que aqui gemia era composta de fórmulas doutrinárias, intrigas políticas, ódios e ambições pessoais. O setembrismo falara sempre

em nome do *povo*, mas esse povo era uma fórmula retórica, mais ou menos sincera no ânimo da gente democrática. Mais românticos, menos doutrinários, mais calorosos mas menos audazes e intelectualmente menos fortes, os setembristas eram mais simpáticos e mais quiméricos. O *povo* de que falavam apenas acordara duas vezes: uma para queimar as *papeletas da ladroeira* em Maio, outra para aclamar D. Miguel, para cair, e ficar rezando por alma dos mártires, em Dezembro. Partidos, intrigas, pessoas, ignorava-o.

Por isso a palavra do *Espectro* é contraditória consigo própria; por isso a língua se lhe enrola e as frases saem confusas, baças, desde que, cessando de injuriar a rainha, pretende afirmar as ambições da Nação. «O povo respeita a rainha, respeita o Trono» (n.º 2). Que atroz ironia é esta, depois do *Estado da questão* que assentou o programa do *Espectro*? «Para o rei ser irresponsável é necessário que não faça o mal» (*Ibid.*) Singular aberração, a ideia de um rei irresponsável no bem, responsável no mal! É essa a doutrina *liberal*, genuína, que opunham ao cartismo?

Tais singularidades, que pintam o desnorreamento das cabeças setembristas, poderiam multiplicar-se, se fosse necessário insistir num facto já conhecido e demonstrado por vários modos. A guerra tinha principalmente por alvo o Trono: pois que esse Trono, no meio da incompatibilidade das clientelas políticas, era forçado a optar e optava por uma delas; pois que a fome e a excitação dos ânimos faziam da política uma campanha; pois que, finalmente, a rainha não possuía o carácter astuto para usar das artes de um Luís Filipe, mas sim a força viril para entrar pessoalmente na luta. Declarada a crise, o liberalismo, com efeito, tem de abdicar, e manha ou força são indispensáveis no Trono para iludir ou para rasgar as teias constitucionais. Quando voltam a paz, a indiferença e a fartura, por isso, quando não há *questões*, aparecem então os verdadeiros reis constitucionais, pela razão simples de que a sociedade prescindira perfeitamente de chefe.

A rainha «bate o pé no Paço e diz que se vencer, a maior parte dos seus inimigos há-de sair do Reino. E se não vencer?» (*Espectro*, n.º 6). Pois nem depois de Braga e Torres

Vedras tinha vencido? Não, não tinha; porque as forças odientas das clientelas políticas exprimiam a crise constitucional do País. Não tinha vencido; e para vencer seria mister que viesse de fora uma intervenção apoiar e defender, ao mesmo tempo, o Trono ameaçado pela revolução armada e os próprios chefes dessa revolução que tinham medo da vitória e queriam ser forçados a ficar vencidos.

Clame, clame embora o *Espectro* que «o tratado (34) morreu, apenas se conseguiu o fim especialíssimo para que se contratara; e senão, risquem dos diplomas a frase — rainha pela graça de Deus e da Constituição e substituem: por graça dos aliados e vontade dos estrangeiros»; clame, clame embora o *Espectro*. Essa intervenção, pedida a princípio por Lisboa assustada, é no fim igualmente necessária para o Porto embaraçado e aflito com a quase vitória consumada.

Essa intervenção é igualmente indispensável, porque depois dos morticínios de Braga e de Torres Vedras os setembristas vencidos deram francamente a mão ao miguelismo que, também esmagado num ponto, se levanta em vários outros de um modo já prudente e político, reconhecendo a liberdade patuleia. Manuel Passos mantinha ainda a velha esperança de nacionalizar o liberalismo e fazê-lo equivalia a converter os sectários de D. Miguel. Póvoas, que saíra a campo na Beira, dizia-se convertido; mas repetiria o dito o partido inteiro, se acaso a revolução vencesse?

À maneira que o miguelismo fora crescendo, antes de Torres e Braga, crescera em Madrid a vontade de intervir, pois, além das instâncias do conde de Tomar que os espanhóis queriam para seu descanso ver restaurado ao Governo em Lisboa (*Livro Azul*, Southern a Palm. 28 de Nov.), havia um medo positivo das faladas combinações entre o miguelismo e o carlismo do conde Montemolim (Bulwer a Palm. em Madrid, 13 de Dez.). Assim, no meado de Dezembro, a Espanha sofreada pela Inglaterra e reduzida a observar a fronteira com o seu exército e a abastecer e auxiliar o de Casal em Trás-os-Montes (Southern a Palm. 28 de Nov.), declara terminantemente que intervirá com ou sem o auxílio das potências se o miguelismo continuar a crescer (Bulwer a Palm. Madrid, 13 de Dez.) A França falava pela boca da nação nossa vizinha; e perante o miguelismo, aberta, publicamente aliado aos setembristas depois de Torres, a Inglaterra teve de

ceder. O embaixador em Madrid apenas conseguira que previamente o avisassem antes de os exércitos se porem em marcha. (*Ibid.*) No fim do ano de 46 a intervenção, pedida no último trimestre, já parece o caso decidido que veio a ser no meado de 47.

O pobre *Espectro*, estonteado, inconsequente, enrouquece para proferir palavras de paz. Também ele teme a vitória dos seus: «Para que é incitar o povo a que entre no palácio dos nossos reis e aí pratique acções de canibais? O Paço dos nossos reis é um foco de corrupção política, mas não o é de corrupção moral. Não há rainha mais virtuosa como esposa, nem como mãe de família» (n.º 27). O *Espectro*, cabisbaixo, com a voz que fora eloquente, parece pedir perdão do clamor que levantara outrora, exigindo a abdicação dessa própria rainha e a limpeza da *caverna de Caco*. Por que é uma tal mudança? Foi o inglês (Seymour) que veio (Fevereiro) a ver se conseguia compor os partidos em armas, a ver se evitava ainda a acção da Espanha; e o *Espectro*, e a gente que escolheira para seu órgão a voz de uma sombra, na esperança do poder, moderavam a fúria, mudavam o rumo. Mas como rainha e Governo se recusaram a pactuar com a revolta (Abril), a voz do *Espectro* voltou a vilipendiar aquela que três meses antes era o modelo das virtudes:

A Corte, pela sua parte, toda sibarita, toda gastronómica, entra ainda na luta com intenção doble. Se vence, o sistema absoluto triunfa; se sucumbe, aceita as condições e entrega os cadáveres dos seus amigos em holocausto à nacionalidade ofendida, à moral ultrajada...

E quando, afinal, a Inglaterra teve de anuir cabalmente às exigências da França-Espanha, conseguindo apenas tomar também parte na intervenção; quando as forças estrangeiras chegaram, para que os chefes da revolta, não sabendo que fazer dela, se lhe entregassem, fingindo obedecer à força, o *Espectro*, voltando a achar a eloquência dos primeiros dias, dizia nos últimos:

A Corte, o Ministério, o rei, tudo isso desapareceu. Não caíram às nossas mãos, que no-la ataram; mas sumiram-se na voragem de um protocolo. Isso que aí se chama é um espantinho, os ministros são os

lacaio de lorde Palmerston. Foi a rainha, foram os Cabrais, quem nos vendeu, que nos traiu... (n.º 63, Julho, 3).

Não seria acaso também o conde das Antas, indo meter-se com toda a sua gente na boca do lobo inglês que viam aberta à barra do Douro? Não seria também Sá da Bandeira, por não querer passar de Setúbal a Lisboa? Não seriam também os chefes da revolução armada, políticos, generais, cortesãos em vez de tribunos, com medo da demagogia que passaria por sobre eles, se acaso consumassem a vitória? A intervenção servir-lhes-ia, se a Inglaterra a fizesse a favor do seu partido: como a fez a favor do inimigo, a intervenção era um crime.

Quando este *Espectro* é, com efeito, a imagem sumida da viva personalidade do tribuno Passos em Belém! Dez anos bastaram para mumificar a democracia; nesses dez anos, os seus chefes tinham fechado o *Arsenal*, dissolvido os batalhões, entregando-se nos braços da *ordem*. Dez anos (32-42) tinham bastado também para que o desenvolvimento necessário das premissas postas na legislação liberal aparecesse: a *liberdade* era um absolutismo da nova aristocracia dos ricos nascida da concorrência; e em vez de Mouzinho, um Bentham aparecia imperando um homem duro e prático, o conde de Tomar, imagem óssea de um sistema já consolidado.

Democratas, liberais, eram agora todos as sombras dos que tinham sido. A miséria crua do País reduzia-os à condição de seres famintos, amesquinhando-lhes os caracteres, baixando-lhes a estatura, avolumando só a podridão natural das covas. Que o estrangeiro viesse a este cemitério afastado, mandar cada espectro para a sua tumba, acabar a fúnebre revolta de cadáveres, não admirava ninguém, porque a *liberdade* trouxera-a ele. Estava obrigado a manter o *sistema*. Mas, dez anos havia, o estrangeiro encontrara cá um povo singular, extravagante, um dos sete dormentes da Europa, inacessível às ideias novas, mas vivo, abraçado de joelhos ao trono-altar. Agora, voltando, o estrangeiro só via também o espectro desse povo antigo: sombras errantes falando uma linguagem arcaica tremida nos lábios brancos de frades rotos e senectos; cordões de mulheres ltuosas ajoelhadas perante os nichos alumiados, rezando «por uma alma dos nossos irmãos que foram mortos nesta rua!».

Uns dos mortos voltavam para sempre aos eternos jazigos; outros fugiam do velho cemitério das doutrinas, deitavam fora o lençol da liberdade, e, a correr, batendo os ossos, vestiam as fardas *regeneradoras* lantejouladas, e, mirando-se em trajos de vivos, ficavam crendo ter ressuscitado¹.

4. A PRIMAVERA DE 47

Encetaremos a narrativa dos casos desta segunda e última época da guerra dizendo o que sabemos das relações entre setembristas e miguelistas armados, depois do desbarato de Macdonell em Braga. Fora a 28 de Novembro que o caudilho, levantando abertamente a bandeira da restauração de D. Miguel, entrara na cidade católica, primaz das Espanhas. Com o escocês andavam as guerrilhas do padre Casimiro e do padre Manuel Agra, contando ao todo de dois a três mil homens, dominando no Minho e em parte de Trás-os-Montes, como dissemos. Não lhes faltava dinheiro: davam cinco moedas a cada cavaleiro e uma a cada infante armado, que se apresentassem, pagando o elevado soldo de 240 réis à cavalaria, de 160 réis à infantaria. Casal dispersou e aniquilou, segundo contámos, esse foco miguelista de Braga, quase ao mesmo tempo que Saldanha derrotava em Torres os se-

¹ Duas palavras de despedida a esse homem que desapareceu da cena (13 de Setembro de 1882) em que por trinta anos representou o papel de guardião do Partido Regenerador. Curado também dos romantismos democráticos, ressurgiu em Sampaio a sua primitiva educação fradesca. Era na figura e na bonacheirice um velho português: tinha o ventre nacional e no estilo dos seus artigos lardeados de latim um tom de sermão. Na mocidade chegara a pregá-los (T. de Vasconcelos, *O Sampaio da Revolução*), e as reminiscências não se apagam assim! Varrida a ilusão revolucionária, ficou-lhe a *vis* sarcasticamente plebeia com que atacava os adversários à direita e à esquerda, sem consciência nem fé, só por política, nas questiúnculas pessoais dos partidos. Foi o José Agostinho do liberalismo, com menos talento do que o frade. Via-se-lhe no estilo a tonsura e fêrula do antigo mestre de latim. Uma das muitas arbitrariedades da tirania miguelista lançou-o para o lado dos liberais, abrindo um parêntesis de vinte e três anos (1828-51) no desenvolvimento lógico da sua personalidade. Tornou ao que fora, vestindo a farda depois de ter deixado a sobrepele. Dizem que acabou dizendo assim: «Salvemos a monarquia... Quero ver as *provas*.» Acabou como devia, pensando na Imprensa que o fizera gente.

tembristas; e a crueldade do general do Minho não foi menor, antes excedeu a do Governo de Lisboa. Cento e quarenta pessoas foram trucidadas em Braga pelo vencedor, que não perdoou aos prisioneiros. (*Livro Azul*, Southern a Palm., 5 de Jan.)

Macdonell conseguira fugir, apenas acompanhado pelo seu estado-maior, pondo-se a caminho de Trás-os-Montes, onde um piquete de cavalaria da divisão de Vinhais, acosando-o, o prendeu e matou nos últimos dias de Janeiro. (Azevedo, *Dois dias*, etc.)

Da morte de Macdonell, com o qual acabava a sedição francamente restauradora de D. Miguel, começa uma história nova com o ano de 47. A crueldade de Casal em Braga, a morte do cabecilha, foram o rebote para um levantamento geral, mas menos atrevido, do miguelismo. O padre Casimiro esperava o aparecimento de guerrilhas carlistas do outro lado da fronteira, para organizar as deste; mas, ao mesmo tempo, os antigos generais Póvoas e Guedes eram enviados ao Porto para tratarem com a JUNTA as bases de uma aliança. Diversas foram as versões correntes. Uns falavam da simultânea abdicação de D. Miguel e D. Maria II, o tio e a sobrinha noivos de outro tempo, aclamando-se D. Pedro V com o governo representativo, mas gabinete miguelista. (*Livro Azul*, Southern a Palm., 5 de Jan.) Outros diziam que a JUNTA se dispusera a aclamar D. Miguel em pessoa, e que para tanto já Manuel Passos partira para Londres, o que era falso. (Azevedo, *Dois dias*, etc.)

Era contudo verdade a fuga de D. Miguel, de Roma, e de crer que projectasse vir a Portugal. (Tomar a Bulwer, Madrid, 29 de Dez.) Esta notícia entusiasmava muita gente no Porto, embora os planos em que se falava provocassem descontentamento em alguns corpos. Esses planos dizia-se consistirem na entrada de dois generais miguelistas na JUNTA, no subsídio de 5000 homens, na aclamação de D. Miguel rei constitucional, na sucessão da Coroa à Casa Cadaval. (*Livro Azul*, cartas do cônsul Johnston, 1, 7 e 11 de Janeiro.) Quaisquer, porém, que tivessem sido as verdades traduzidas por esta série de boatos, o facto é que no meado de Janeiro a situação definia-se claramente. Punham-se de parte as combinações, sem se chegar a convénio de espécie alguma. A JUNTA aceitava o auxílio incondicional dos miguelistas,

deixando-lhes os lugares e patentes, caso anuissem às decisões que ela tomasse depois de vencedora. (*Ibid.* Southern a Palm., 30 de Jan.) Era a *coalizão* em armas. E Póvoas saiu logo a campo, da sua casa da Beira, proclamando a religião católica apostólica romana, nação portuguesa e o seu heróico pronunciamento (V. proclam. de 17 de Jan.); deixando, como se vê, em aberto todas as questões políticas e dinásticas. Acaso à sombra do equívoco se vencesse o que não vencera a denodada afirmação.

Nem D. Miguel, nem uma parte do seu partido no Reino, parece que aprovaram este proceder dubio e *político*. A tradição custa a morrer e a tradição legitimista era pela nitidez das afirmações. D. Miguel escapara, com efeito, de Roma disfarçado em criado de um capitão, Bennett, e a polícia inglesa sabia do seu esconderijo de Londres; sabia que pensava partir para Portugal, pôr-se ao lado de Macdonell no Minho. (*Ibid.* Palm. a Bulwer em Madrid; 16 de Fev.) É desde então que o ministro inglês principia a acreditar no miguelismo. Ele espera, contudo, que a derrota de Macdonell, notícia que acabava de chegar, faria mudar de tenção o pretendente (*Ibid.*); e com efeito assim foi, o que leva a crer que o príncipe não aprovasse a política da coalizão, já anteriormente condenada nas circulares de Saraiva.

Coalizado com a JUNTA, o miguelismo perde a individualidade política, sem por isso deixar de ser um risco; porque se a JUNTA chegasse a vencer, teria de começar a debater-se com os seus aliados: os miguelistas à direita, os demagogos à esquerda, uns acordando em pedir D. Miguel, outros D. Pedro v: ambos a queda da rainha, ambos uma revolução que levaria Portugal, ou à restauração do absolutismo, ou à implantação de uma república. Qualquer das hipóteses era antipática à Inglaterra, que desde então reconheceu a necessidade de intervir. Mas essa intervenção desejava ela que fosse um pacto, um acordo entre os partidos constitucionais beligerantes, e não viesse alargar a Portugal a influência da França doutrinária, já exclusiva em Espanha, defendendo a todo o transe o partido cartista e a clientela dos Cabrais.

Depois de Torres Vedras, o conde das Antas evacuou Santarém. A 27 estava em Alcobaça, retirando sobre Coimbra.

Saldanha perseguia-o (*Livro Azul*, Wylde a Palm., 20 de Dez.), sem força para o bater. O resultado da vitória era nenhum porque, passada a primeira impressão, a revolta, generalizada a todo o Reino, em vez de amansar, crescia.

Foi então que Póvoas desceu da serra da Estrela, a ver se podia obrigar o general de Lisboa a não chegar ao Porto. Saldanha parou no Sardão, e Antas entrava na cidade da JUNTA preparando a defesa. (Azevedo, *Dois dias*, etc.) Ia repetir-se um cerco? Ia outra vez haver o que houvera em 32-33? Haveria, se agora, como então, os do Porto pudessem obter de fora soldados, munições, dinheiro. Torres Vedras limpava de inimigos o Centro do Reino; mas, enquanto o Porto se mantinha firme, e, no Minho disputado, Casal e Antas jogavam o xadrez, no Sul do Tejo sucedia aproximadamente o mesmo entre Schwalbach e o conde de Melo, que em vão atacava Estremoz (27 de Fevereiro), sendo obrigado a retirar sobre Marvão (*Ibid.*), esperando. Saldanha, entretanto, avançava até Oliveira de Azeméis; e Antas, abandonando o Minho, recolhia ao Porto, friamente recebido pelos junteiros, que o acusavam de nada ter feito. (*Ibid.*) E Saldanha, que fazia? Nada também, porque lhe faltava tudo. Pedia para Lisboa armas e dinheiro, mas o Governo não os tinha para lho dar. «Se isto continua, o caso pode ser grave.» Já o povo de Braga arrasara a casa onde Casal dormira e a JUNTA fora aclamada logo que o vencedor voltara costas e os ex-grades e fidalgos preparavam uma insurreição medonha. O caso pode ser grave... (*Livro Azul*, Wylde e Palm., 18 de Jan.)

O mês de Janeiro consumiu-o a JUNTA preparando-se para o cerco, lançando contribuições sobre os Bancos, trabalhando activamente na defesa. A 26 estava acabado o primeiro círculo de barricadas e muito adiantado o segundo; mas as deserções continuavam: dez ou doze homens por dia. (*Livro Azul*, *Cartas do cônsul*, 1, 7, 11, 26 de Jan.) E ao mesmo tempo que Antas perdia o tempo no Minho, Casal recebia pela fronteira da Galiza centenas de recrutas espanhóis e material de guerra. (*Ibid.*, Carta de Vigo, 24.) Sem poder intervir directamente, a Espanha fazia agora aos cartistas o que em 26-27 fizera aos apostólicos. Em Vigo fundeavam duas fragatas, armadas, aparelhadas, prontas a sair para o Douro à primeira ordem. (*Ibid.*) A JUNTA ainda se mantinha duvidosa-

mente fiel à rainha, mas ameaçava destroná-la, se Saldanha avançasse do Sardão e o Ministério teimasse em não cair. Os meios não faltavam no Porto, mas já se sentia no Minho uma carestia insuportável: o milho regulava a 520 o alqueire. (*Ibid.*, *Cartas do cônsul*, 21 de Jan. e 17 de Fever.) Saldanha, avançando até Azeméis, obrigara Antas a recolher ao Porto: que ia haver? Um cerco? Naturalmente.

Resolveu-se, pois, repetir a história anterior; e para abreviar os episódios, começar desde logo pela expedição do Algarve confiada a Sá — o Terceira de agora. A divisão, forte de mil homens, embarcou (28 de Março) indo tomar terra em Lagos, atravessando livremente o Alentejo, de correrias célebres, vindo entrar em Setúbal, onde se reuniu às forças do conde de Melo, inactivas desde Fevereiro. Mas para cobrir a capital, já o Governo destacara Vinhais para o Sul, fortificando-se nas colinas de Azeitão que, prolongando a serra da Arrábida, dividem as duas bacias do Tejo e do Sado. No Viso, cômoro das vertentes austrais, às portas de Setúbal, feriu-se uma batalha (1 de Maio), cujo vencedor se duvidou quem fosse. Se a vantagem ficou por alguém, não foi pelo Governo; mas já a esse tempo os ingleses protegiam a rainha, como vamos ver, impedindo o general rebelde de prosseguir. Desejava, pedia ele outra coisa? Queria entrar em Lisboa vencedor, para ter de se voltar, nas suas ruas, contra os que comandava? Para defender o Trono, como em 38? Não, de certo. A ponto de vencer, via-se perdido; e protestando, exultava por achar os ingleses a vedar-lhe o passo, obrigando-o a render-se.

No Porto sucedia o mesmo ao conde das Antas. Felizmente os ingleses tinham bloqueado a barra (27 de Maio): estava chegado o momento de sair da posição em que se colocara. Nem a rainha nem o Ministério cediam e para os chefes a revolta não tinha mais valor do que uma ameaça. Jogando com fogo democrata, miguelista, temiam a labareda que tinham soprado. Quem viria apagá-la, sem os expor ao labéu de traição ou cobardia? Pois não chegava a tempo a intervenção tão necessária a Lisboa como ao Porto, ao Governo como à JUNTA? Abençoada esquadra inglesa! Providencial bloqueio do Douro!

Porque, se não fossem ambos, era forçoso vencer. No dia 20 tinham chegado os vapores de Setúbal para conduzir se-

gunda expedição à última campanha. Os quatro a cinco mil homens das excelentes tropas do conde das Antas deviam desembarcar na Estremadura, cortando a Saldanha a retirada de Lisboa, ao mesmo tempo que Póvoas o acossaria do lado das Beiras. (Azevedo, *Dois dias*, etc.) Esse plano de campanha parecia feito a propósito para terminar tudo conforme convinha. Três dias havia que os ingleses bloqueavam a barra, e sabia-se isso muito bem no Porto — como se ignoraria? — quando a 30 o conde das Antas embarcou a sua divisão e a sua pessoa. Às seis da manhã do dia seguinte, os vapores saíam a barra... para entrar no seio salvador da esquadra inglesa. Prisioneiros, protestando em boas e graves frases, viam-se salvos. Os ingleses foram deixá-los em S. Julião, na barra de Lisboa, presos pró-forma, já amnistiados por uma convenção.

Ao mesmo tempo uma divisão espanhola transpunha a raia do Minho e Trás-os-Montes e Saldanha avançava de Oliveira de Azeméis sobre o Porto. Que restava da revolta? A JUNTA ainda, em agonias.

Mas nada sabemos da capital, nesse primeiro e fúnebre semestre de 47. Vimos o que a gente fez, mas ignoramos o que o Gabinete fazia, e que sorte a guerra dava à miseranda população de Lisboa.

Desde o princípio do ano que as cadeias estavam cheias de setembristas e miguelistas; desde então as emigrações ferviam. (*Livro Azul*, Southern a Palm., 10 de Jan.) O Governo comunicara às potências a decisão de bloquear o Douro, mas isso não passava de uma fórmula, porque a marinha portuguesa acabara de todo, e os poucos vapores que havia tinham caído em poder dos rebeldes, senhores do mar. Mas o mais triste, o mais grave, era o caso das notas do Banco, infernal papelada que, engordando os rebatedores, levava a miséria a toda a parte. Cada moeda já tinha o desconto de mais de três pintos; e apesar das ameaças, só recebia notas quem não podia evitá-las. Papéis, inscrições, não tinham compradores. As acções do Banco tinham baixado de 385 a 300 mil réis; só os homens da *Confiança*, a quem o decreto de 19 de Novembro salvara, viam subir as acções de 15 a 22, à custa do povo arruinado com o sacrifício da emissão do Banco.

O visconde de Algés, no Tesouro, achava-se perdido, porque de fora não vinha dinheiro e em casa não o havia antes quanto mais agora, no calor da sedição. Se nem para Saldaña chegava! Em Madrid estava embaixador o conde de Tomar e para ele se voltavam os olhos, se dirigiam as súplicas e os pedidos de conselhos. Não seria possível arranjar em Madrid um empréstimo? Em Lisboa preparar-se-ia tudo: custava pouco. Suprimiam-se as *décimas* das inscrições, externas, internas (Dec. de 29 de Jan. e de 25 de Fev. revogando o de 21 de Agosto); e para pagar o cupão do 2.º semestre de 46, em dívida, criavam-se *bonds* (600 000 libras) garantidas pelo rendimento das Alfândegas. Quanto às notas, revogavam-se as penas, e o Estado reconhecia-as como suas: um verdadeiro papel-moeda. Não temesse o povo: iam-se *carimbar* e em breve chegaria ouro bastante para as queimar todas! (Dec. 1 de Fev., art. do *Diário*.)

Com efeito, o conde de Tomar em Madrid conseguira alguma coisa. Os banqueiros propunham-se dar três milhões esterlinos a 43 com a comissão de dois e meio. Um ovo por um real. Mas... davam no primeiro ano só um milhão, o resto depois. Um milhão seja: tudo o que vier... Mas «queremos três anos de juros adiantados». O Governo, desanimado, caiu em si. Um pouco mais, e os banqueiros, cobrando adiantados os juros, não dariam nada, ficando credores de muito. O que prometiam emprestar vinha a sair a 25,5 por cento. (Southern a Palm. no *Livro Azul*, 31 Jan.)

O Governo não teve coragem para tanto: o ministro sumiu-se deixando o lugar a Tojal (20 de Fev.). E o rebate das notas a crescer, e gemendo todos com fome, e a bordo do *Audaz* cobertos de feridas os infelizes prisioneiros de Torres, à espera do degredo! E uma rebeldia surda a sussurrar por todos os cantos!... No Governo Civil, o marquês da Fronteira, com seu irmão D. Carlos Mascarenhas à frente da Guarda Municipal, mantinham dificilmente uma ordem semelhante à de Varsóvia. Lisboa parecia um acampamento; tudo estava armado em batalhões de cores e feítios diversos: voluntários, fuzileiros, caçadores da rainha, caçadores da CARTA. Havia exercícios constantes e paradas, e revistas e o comandante-chefe, D. Fernando, que não nascera para empresas belicosas, via-se forçado a arrastar a sua indolência, correndo os quartéis, vivendo num estado penoso de agitação

por coisas que, bem no fundo, lhe eram, ou antipáticas, ou indiferentes. E por entre este burburinhar de tropas mais ou menos grotescas, pululavam os turbulentos, os homens de má nota, empresários de *bernardas*. Aos empregados não se pagava desde Outubro, em Lisboa que é uma cidade-secretária. (V. *Livro Azul*, Southern a Palm., 15 de Fev.). A desordem, a excitação, a fome, traziam à flor do charco social os detritos humanos das cidades; e como nem na revolução, nem na reacção, havia profundos motivos morais, o carácter da crise, em vez de ser trágico, era grotesco; e Lisboa, que já fora em 28 Jerusalém, era em 46 como Bizâncio cercada por um turco — setembrista.

Vendo chegar Tojal, o comércio bateu palmas. (*Ibid.*, 26 de Fev.) O homem valia e trazia consigo boticadas novas: «absurdo esperar dinheiro de fora, quando a exportação, sempre inferior à importação, era agora, com a guerra, nula; o ouro fugia para pagar o que comprávamos fora; a guerra engolia o resto, e não lhe chegava; a desconfiança aferrolhava as economias; havia juros em dívida, e o Tesouro vazio, e o curso forçado das notas expulsava o ouro do mercado. Uma quimera o empréstimo! Arranjássemos-nos com a prata da casa». (V. *Diário*, art. Fev.) Mas que prata? Se havia apenas cobre e falso! A prata eram notas, notas infames com o rebate de metade! (2250, Abril.) Moderar o curso forçado, fazendo entrar só por metade as notas nos pagamentos; dar curso legal às moedas americanas e espanholas de ouro e prata; elevar a 50 contos por mês a amortização das notas; criar um empréstimo *interno* de 2400 contos para abreviar a supressão das notas — eis aí o *récipe* de Tojal. (V. Dec. 10 de Março.) O doente vomitou-o, ou não o quis tomar: o medicamento *interno* não valia mais do que o *externo*. Farejaram-se os armários e veio de lá o Dulcamara com drogas antigas, da velha alquimia: o empréstimo seria uma lotaria, com prémios de *papel* e bilhetes pagos a notas. (Dec. 9 de Abril.) A Fazenda receberia em notas tudo o que lhe deviam fora de Lisboa: isto é, onde o inimigo cobrava os débitos. (Dec. 6 de Abril.) Os títulos do empréstimo *manso* de 27 seriam convertidos em inscrições sob condição de pagamento de um quarto nominal em notas. (Dec. 23 de Abril.) E por fim os papéis andavam tão de rastos, tão rebatidos, que se reduziu a proporção deles a um terço nos pagamentos. (Dec. 15 de Junho.)

Positiva fome lavrava em Lisboa no 2.º trimestre do ano fúnebre de 47. Para lhe acudir distribuíam-se diariamente 2500 pães. (V. as listas e contas no *Diário*.) E o vazio dos estômagos, e exaltação das cabeças, o desespero do Governo ameaçado, batido por toda a parte, fazem dessa época um melodrama, lúgubre nos sofimentos do povo na morte dos soldados, entremeado de fomes e cadáveres, de intrigas e misérias, de sangue e lodo: farrapos de pobreza universal, pobreza de génio e carácter, pobreza de dinheiro e de força. Era verdadeiramente uma luta de espectros.

Como sombras se tinham visto dissipar-se muitas forças do Governo. A coluna que em Alcácer defendia Lisboa da patuleia do Alentejo, fora uma noite aprisionada inteira. A tripulação do *Porto*, vapor mandado a Vigo e a Viana em serviço, prendeu em viagem os oficiais na câmara e levou o barco ao Porto, a entregar-se à JUNTA. (Wylde a Palm. 18, 27 Fevereiro, no *Livro Azul*.) O mês de Março declinava, aproximava-se o Abril terrível. Em Lisboa havia constantes rusgas para arregimentar *voluntários*, e Saldanha, imóvel por impotente, avisava do seu quartel-general que resignaria à presidência do Conselho se não viessem soldados de Espanha ou um acordo com o inimigo. O Gabinete resolveu então decididamente implorar socorro ao reino vizinho, que ardia por que lho pedissem, mordendo o freio posto pela Inglaterra. (*Ibid.* Seymour a Palm, 14, 18 de Março.)

No princípio de Fevereiro, a história diplomática da guerra chegara a um momento decisivo, com o facto da aliança das forças miguelistas às da JUNTA, depois de Torres Vedras. Costa Cabral, nosso ministro em Madrid, conhecedor das resistências de Inglaterra, declarara a Bulwer Litton que se as forças miguelistas engrossassem, ele pediria socorros à Espanha, invocando o tratado de 34 ou da quádrupla aliança (*Ibid.* 30 de Janeiro); e o inglês, ao mesmo tempo que protestava contra, escrevia-o para Londres contando os fundamentos das insistências do português: que a aliança miguelista-setembrista era um facto, um artifício o não se proclamar D. Miguel, positivo o *casus fœderis*; que o irmão de Sá da Bandeira (António Cabral) fora a Londres comprar munições e Passos Manuel a Roma buscar D. Miguel (segundo falsa-

mente corria e convinha ao Governo de Lisboa fazer crer). A Espanha, terminava, decidida a intervir, não o fará, contudo, sem acordo connosco. (*Ibid.* Bulwer a Palm. 5 de Fev.)

O leitor sabe que Palmerston enviara especialmente um legado militar, o coronel Wylde, para obter a paz entre os beligerantes, para «servir de medianeiro entre a JUNTA e o duque de Saldanha». Restabelecer-se-ia a Constituição de 38, convocar-se-iam Cortes, expulsar-se-iam os cabralistas do Governo. (Palm. a Wylde, 5 de Fev.) Não seria bem a vitória da JUNTA, mas sim a do grupo *ordeiro*, vencido em 42. E quando leu os fundamentos da nota do conde de Tomar a Bulwer, o inglês pegou da pena e mandou dizer a Wylde que o tratado de 34 acabara, que fora especial e não permanente, que não só não havia motivo para intervir, mas ainda quando houvesse, não se podia invocar um tratado acabado. (Palm. a Bulwer, 11 de Fev.)

Wylde nada conseguira da JUNTA, nem também do Governo. Via-se impossível a transacção, e, impedida pela Inglaterra a intervenção da Espanha, qual seria a sorte de Portugal? Ficaria abandonado ao resultado de uma revolta, de que os generais temiam os soldados? Venceria o Governo? Venceria a JUNTA, e com ela passariam por sobre as cabeças dos chefes as colunas dos demagogos e as legiões dos miguelistas? Em Março, como o leitor observou, parecia provável a vitória final da revolta. E em tais apuros, Saldanha, vendo que a Inglaterra teimava em não deixar a Espanha intervir, pediu licença ao Governo vizinho para alistar três mil homens. (*Livro Azul*, Seymour a Palm., 19-21 Março.) A Espanha recusa, «mas se isto durar anuirá». (Bulwer a Palm. 24.) Com efeito, o aperto era tão grande que o ministro francês foi às Necessidades oferecer a sua protecção à rainha. (Seymour a Palm. 20.)

Perante uma situação assim, Palmerston começou a hesitar. Com o seu empenho de bater em Portugal o cabralismo, que era o aliado do doutrinarismo espanhol, e ambos a cópia do ministério Guizot, ambos a expressão da influência francesa na Península: com esse empenho, não iria ele, acaso, servir a demagogia ou o absolutismo? Desde Fevereiro, a Espanha e a França estavam de acordo em considerar vigente o tratado de 34 (Bulwer a Palm. 23 de Fevereiro, Madrid), que ele Palmerston insistia em declarar abolido. Não seria um

erro, uma temeridade? Com efeito, a linguagem de Inglaterra muda. «Nem a letra, nem o espírito do tratado de 34 são aplicáveis a Portugal *agora*.» Reconhece pois a existência do tratado, e já chega a admitir a hipótese da intervenção, mas insistindo pelas condições anteriores: amnistia geral e plena, restabelecimento das leis constitucionais, Ministério nem cabralista nem setembrista (Ministério Rodrigo, *ordeiro*), expulsão do Dietzs — instituição portuguesa, ó miséria! Assim que o Governo anuiu, parta Wylde para o Porto a convencer a JUNTA. (Palm. a Wylde, 5 de Abril.)

Ora o Governo não anuiu, e a crise precipitava-se. Tojal desesperava-se, porque os seus amigos Barings de Londres recusavam as trezentas mil libras com que se havia de pagar o dividendo externo: os temerários não sabiam que a vitória da revolução seria um traço, *riscando* a dívida estrangeira! Saldanha, irritado, opunha-se à amnistia. (Seymour a Palm. 26 de Março.) Havia em Lisboa uma grande miséria, uma carestia excessiva de tudo, um doloroso mal-estar, perseguições e recrutamentos, os batalhões sempre em armas, e as notas flutuando como os trapos de neve caindo, cobrindo tudo, nos dias mornos que precedem o desencadear da tormenta.

A procela descia pelo Alentejo com a divisão de Sá da Bandeira, que a 9 de Abril se juntava em Setúbal às tropas do conde de Melo, do Galamba, a todas as guerrilhas do Sul, para virem, reunidos, conquistar Lisboa. Em Setúbal, o lugar-tenente da JUNTA (assim se intitulava Sá da Bandeira) formava uma espécie de governo: Braamcamp era o secretário civil, Mendes Leite tinha a Marinha, José Estêvão dizia-se quartel-mestre-general. (*Elog. hist. de Braamcamp*, do a.) Em Lisboa os ministros, atónitos, correram a Seymour implorando socorro; e ele, de acordo com o ministro espanhol que tinha no Tejo três centenas de homens, prometeu defender a rainha nesse dia 11, apazado para a chegada da patuleia a Almada. (Seymour a Palm. 9 de Abril.) A força das coisas transtornava os planos da Inglaterra; e o setembrismo vencia mais uma vez a *ordem* e as suas combinações; e as potências viam-se obrigadas a fazer uma nova belenzada.

E Sá da Bandeira porque não chegava no dia 11 apazado?

Porque ele, o infeliz homem de bem, achava-se outra vez na triste situação de 37, à frente de uma revolução para a moderar. Porque via perdido todo o seu improbo trabalho de 38. Porque media as consequências da sua entrada em Lisboa. Porque não queria, ele o monárquico leal, o sincero amigo do povo, ser o instrumento da anarquia destruidora do trono, o órgão da plebe aclamada. Porque, finalmente, sabia os planos combinados para lhe facultar a entrada na capital — planos tristes, deploráveis. Haveria tumultos de noite, lançar-se-ia fogo a diversas casas e arrombar-se-iam as cadeias, soltando-se os presos. As prevenções estavam, porém, tomadas: quando o Castelo desse três tiros, as tropas inglesas e espanholas desembarcariam. Não tiveram de o fazer, porque os sediciosos temeram. Apenas no Terreiro do Paço brigaram soldados com oficiais, indo sessenta para o Bugio e um cadáver para a cova.

Almada estava já fortificada e D. Fernando, generalíssimo, arrastava melancolicamente a sua espada de Lisboa para a Outra Banda, aborrecido, descontente do seu emprego de rei em uma nação tão pouco ajuizada, tão mesquinha e miserável. Dias depois houve um tumulto em Sintra, mas já Vinhais do Sul do rio guardava a capital; e se não fosse batido, o perigo imediato estaria conjurado, a não ser o perigo constante do espírito sedicioso de Lisboa. Contra a cidade, contra o caso da vitória de Sá da Bandeira, para o salvar a ele e à rainha, havia, porém, sempre, o último recurso: as tropas anglo-espanholas fundeadas no Tejo. (Seymour a Palm. 14-16 de Abril.)

Mas, no acume da crise, abandonava-se o plano dos socorros espanhóis? Sossegava o conde de Tomar em Madrid, esquecendo os delegados que tinha em Lisboa? Não. Insistia cada vez mais, patenteava o horror das consequências, e obtinha por fim a ordem de marcha de um exército de doze mil homens para a fronteira, pronto a transpô-la para embargar a marcha da patuleia sobre Lisboa. E que fazia o delegado de Palmerston? Desde que a Inglaterra reconheceria a existência do tratado de 34 e o princípio da intervenção — embora não reconhecesse a oportunidade —, a força das coisas obrigava-a a seguir a Espanha, só lhe consentia moderar-lhe os ímpetos. Foi isso o que fez. Bulwer em Madrid conseguiu que a Espanha enviasse um emissário a Sá da Bandeira com um

ultimatum e que se esperasse o resultado dessa tentativa para proceder ou não à intervenção armada. Com o marquês de Espanha, enviado, veio da embaixada inglesa, Fitch, por parte do seu governo com instruções de que «folgaria que a sua linguagem fosse mais para aconselhar do que para ameaçar: porém, até a ameaça pode ser empregada com delicadeza». (Bulwer a Palm. 19.)

Entretanto, o embaixador inglês, de Lisboa, procurava fazer aceitar as bases de conciliação propostas por Palmerston, mas batia em vão na teima do Governo. (Seymour a Palm. 16.) Corajosamente, o cabralismo debatia-se contra a guerra civil, contra a protecção falsa dos ingleses, prontos a defender a rainha, sob condição de condenar o sistema e os seus defensores. Restava, porém, a estes a Espanha — e a rainha em pessoa, que não queria ser defendida, sendo ao mesmo tempo humilhada; restava-lhes a capacidade do chefe, a coesão dos partidários, a timidez de inimigos temerosos de vencer e o pânico de uma perspectiva de restauração miguelista ou de desordens setembristas.

No dia 29, Lisboa presenciou um ensaio dessas cenas previstas: era o plano forjado para 11 e que fora adiado. Ao cair da tarde, pelas cinco e meia abriram-se as portas do Limoeiro e os presos saíram em coluna, com populares, direitos ao Castelo, para o tomarem. Eram seiscentos, e vendo-se recebidos a tiro, fugiram. Repelidos do Castelo, bandidos, vadios e políticos espalharam-se em grupos por toda a cidade. Houve durante uma hora combates nas ruas. As casas fechavam-se, os habitantes recolhiam-se; fortes patrulhas circulavam e D. Fernando, arrastando a sua espada, era apupado. A bordo dos seus navios, o almirante Parker tinha já as guarnições formadas, prontas a desembarcar. Viera a noite, a fuzilaria continuava, não já em combates, mas na caça dos presos fugidos, dos quais trezentos (sobre um total de 1014) conseguiram evadir-se para os arrabaldes, sumindo-se. E deste belo ensaio de revolução *democrática* ficavam mortas oitenta pessoas, diz para Londres o ministro inglês; oito ou dez, acusa o *Espectro*.

Qual acerta? Pouco importa. O grave é que Sá da Bandeira decerto não podia querer vencer para ser vencido pelos

bandidos ou por quem os soltava. Por isso, embora jamais o confessasse, é mais do que seguro acreditar que a chegada dos emissários da Espanha e da Inglaterra lhe tirou um grande peso de cima do coração. Perdeu 500 homens na acção do Alto do Viso o general setembrista, mas o *veto* que os emissários puseram à sua marcha valia para ele muito mais. Já entre Fitch, o marquês de Espanha e o Governo de Lisboa (que mudara de pessoal, sem mudar de política) se assinara o protocolo de 28 de Abril, estatuinto a amnistia como condição de paz e impondo um armistício.

A campanha diplomática do conde de Tomar em Madrid conseguia uma vitória, porque, embora cedesse a amnistia, ganhava o essencial, que era a CARTA, obrigando a Inglaterra a desistir das suas pretensões *ordeiras*. O doutrinarmismo vencia, depois de intrincadas complicações; e o partido de 38, com o seu chefe Rodrigo, via perdidas as esperanças de herdar o Governo, batendo com a Inglaterra cartistas e setembristas, Lisboa e Porto, a Coroa e a JUNTA.

Esta, porém, onde os elementos democráticos dominavam, recusou-se a aceitar as condições do convénio; disposta a ceder, sim, mas sem mentir às patentes que distribuía a miguelistas e patuleias, às medidas fiscais que tomara. O seu exército estava de pé, não fora batido: mas queria o outro general, Antas, levá-lo à guerra? Era isso o que as cabeças exaltadas reclamavam — uma loucura. Ainda antes de ter chegado a acta do protocolo finalmente assinado em Londres (21 de Maio) para a intervenção combinada das potências signatárias do tratado de 34, já em Lisboa Seymour e Ayllon, de mãos dadas, tinham resolvido mandar para o Porto navios, a fim de impedir um derramamento inútil de sangue.

Porém, os navios anglo-espanhóis não impediam o general do Porto de levar a expedição por terra, se acaso ele também não desejasse sobretudo ver terminada a arriscada empresa em que se metera. Por isso embarcou para ser aprisionado, conforme contámos. De que valiam, depois, as reclamações e os protestos, senão para mascarar a queda com uma certa dignidade aparente e manter no ânimo dos ingénuos a ideia de que se obedecera à fatalidade da força? Senão para conservar de pé a acusação de estrangeira, contra uma Corte que, vencida em Belém, realizava agora o seu plano, *escravizando o povo* com as forças inglesas e espanholas? Tais pala-

vas serviriam para as campanhas ulteriores da política, mas não têm valor para a história. Caíndo, a JUNTA sabia muito bem o motivo porque caía, e não se lhe dava de acabar assim. Que estimaria mais as primeiras condições inglesas, é fora de dúvida; mas que preferisse à intervenção a guerra e a própria vitória, é o que não é lícito acreditar perante o procedimento dos seus chefes. Os ingleses ocuparam a Foz, os espanhóis o Porto, e a 24 de Julho estava tudo acabado pela convenção do Gramido.

Da JUNTA dissolvida nada restava. Saldanha e os cabralistas continuavam a governar com a CARTA. O Porto vira nos dois irmãos Passos as duas faces da fisionomia espontânea e popular da revolução: em um a poesia minhota, em outro o génio burguês antigo. O poeta voltava para casa, chorando: chorando assistia à entrada de Concha. O burguês, pomposamente, declarava ser necessário morrer! E morreu, veio a acabar, mas demente, dezasseis anos mais tarde. O leitor não carece de que se lhe explique, nem as razões das lágrimas, nem a recusa da demência. Viu como as folhas caíram (1842): depois desse Outono chegou o Inverno frio e morto...

IV

OS IMPENITENTES

1. O CADÁVER DA NAÇÃO

Voltara a paz, e para que o leitor não proteste contra as cores fúnebres com que pintámos a guerra, seja-nos lícito transcrever aqui a opinião contemporânea de um dos nossos mais levantados espíritos:

Hoje (1849) nos achamos entre um passado impassível (depois das leis de Mouzinho), entre um futuro tremendo, porque é obscuro, insondável e de nenhum modo preparado, e com um presente tão absurdo, tão desconexo, tão incongruente, tão quimérico, tão ridículo, enfim, que se a perspectiva não viesse, como vem, tão cheia de lágrimas, seria para rir e tripudiar de gosto, ver como vivemos, como nos tributamos, como nos administramos, como somos enfim um Povo, uma Nação, um Reino! (Garrett, *Mouzinho da Silveira*.)

Voltara a paz, dissemos. Era chegado o momento de encarar de frente a situação do enfermo, que parecia mais incurável nas vésperas da morte, porque o seu existir já não se podia chamar vida. As nações, como os indivíduos, também podem arrastar-se vegetando sem propriamente viverem. A guerra acabara, não há dúvida, mas faltava ainda liquidar a crise, e como a paz não significava abundância, mas sim a continuação da miséria, continuava a mesma indecisão das medidas, ora dirigidas a manter o crédito das notas, ora a sacrificá-las às necessidades do Tesouro. O Ministério nomeado depois da paz reage contra as resoluções tomadas neste último sentido, e restabelece a proporção de metade apenas em dinheiro nos pagamentos do Estado. A causa do ágio, diz, fora a guerra e a excessiva procura de moeda me-

tática para o exército; mudaram as circunstâncias e o aumento na relação das notas nos pagamentos concorrerá para diminuir o rebate. (Dec. de 11 de Setembro.) Mas o problema era mais complicado, as causas mais profundas, e três meses bastam para que esta doce ilusão se dissipe. A lotaria das suas esperanças ficava em papel; e nem por se ter acabado a guerra podia aparecer dinheiro, porque o não havia em casa, nem de fora ninguém o daria, quando os juros da dívida estavam por pagar. Três meses bastam, dizemos, para convencer de que o único meio de resolver a questão é suprimi-la, por meio de bancarrota declarada. Tire-se às notas o carácter de papel-moeda; negue-lhes, por uma vez, o Estado a sua garantia; declare que as considera um papel comercial, cotável, e já não fará mais do que reconhecer o facto nas relações privadas, aumentando as receitas públicas insuportavelmente amesquinhas pelo rebate daquela parte, o terço ou metade, realizada em notas. Os decretos de 9 e 14 de Dezembro fizeram com efeito isto. Largas considerações, meritórias por serem sensatas, francas e verdadeiras, justificavam a medida que abolia o curso forçado, retirava a garantia do Tesouro e o carácter de moeda a umas notas que o Banco já não podia ser compelido a converter à vista, o que seria obrigá-lo a falir, por isso que a sua amortização fora anteriormente pactuada por meios e formas várias. A contar de 20 de Dezembro as notas poderiam entrar por metade nos pagamentos do Tesouro, mas não pelo valor nominal, só pelo valor real, segundo as cotações da Bolsa.

Esta bancarrota positiva, mas oportuna e inevitável, vinha consumir a ruína da circulação fiduciária portuguesa, aumentando os embaraços de uma nação desprovida de capitais circulantes e por isso mais necessitada de inventar um instrumento artificial de circulação que pudesse substituir a moeda escassa. Mas para que os artifícios sirvam, é sobretudo mister juízo, prudência e paz, coisas que nós desconhecíamos.

A revolução e a guerra, deitando por terra o castelo de cartas da agiotagem, tinham arruinado consigo, na queda, a circulação fiduciária portuguesa. Era mais um passo andado no caminho de uma decadência económica, declarada desde o princípio do século, e que até agora o liberalismo não con-

seguira corrigir. As estatísticas do comércio (V. *Mapas gerais*, 1848) demonstram-no de um modo eloquente:

	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>	<i>Soma</i>
1801 (contos de réis)	25 104	19 337	44 441
1816 (contos de réis)	16 178	17 870	34 048
1830 (contos de réis)	10 468	12 955	23 423
1844 (contos de réis)	6 580	9 826	16 406
1848 (contos de réis)	8 543	10 806	19 349

Depois da primeira data, vem a invasão francesa e a franquia do Brasil ao comércio estrangeiro; depois da segunda, a separação e a independência da nossa colônia; depois da terceira as revoluções liberais e a anarquia constitucional: eis as causas sucessivas do empobrecimento. Agora começava a soprar uma aragem, prenúncio de melhores tempos: viria uma regeneração? Ainda era cedo para o crer, tanto mais que a França, infelizmente mestra dos nossos homens, ia lançar-se numa aventura democrática, fazer a sua revolução de Setembro (em Fevereiro), proclamando a República. Não faltava entre nós quem suspirasse por ensaiar esta última definição verdadeira, absoluta do liberalismo, depois de desacreditadas as anteriores e sucessivas.

Não crescia, caía todos os dias o comércio externo, metro seguro da prosperidade de um povo culto. Mas aumentava sempre, assustadoramente, a dívida contraída para ensaiar, com intrigas e revoltas, essas várias formas de doutrina. E a dívida crescia porque os ensaios, arruinando internamente a Nação, não consentiam que os seus réditos aumentassem. O imposto não dava:

		<i>Fábricas</i>	<i>Décima industrial</i>	<i>Décima predial</i>	<i>Directo em geral</i>
1838-39	(mil réis)	4 733	210 251	976 274	1 347 547
1841-42	(mil réis)	3 803	234 331	937 216	1 416 338
1846-47	(mil réis)	3 556	214 669	945 853	1 378 990
1849	(mil réis)	3 816	214 409	945 391	1 377 536
1850	(mil réis)	3 771	225 146	958 709	1 411 437

Já apareciam as observações retrospectivas e confissões sinceras dos males acumulados. Eram reconhecidamente muitos: os erros administrativos e financeiros, as eleições corruptoras ou bárbaras, as sociedades secretas, a licença da Imprensa, os excessos da tribuna, e sobretudo a mendicidade

dos empregos, «as guerras dos empregos públicos». (*Autópsia dos partidos políticos*, op. anón.) São, nem podiam ser outra coisa, porque o comunismo burocrático substituíra o monástico no regime de uma nação caquética.

Nesta Babel em que vivemos, tudo passa inapercebido, no meio da confusão de todo o pensar e sentir. Esta é a terra clássica da ingratidão regada pelo Letes do Desmazelo e do Não-se-me-dá, da mais estupenda caducidade em que pode cair um povo. (Garrett, *Mouzinho*.)

Não-se-me-dá é a expressão natural dos pobres que nada têm a perder, e por isso a ninguém se lhe dava que as coisas caminhassem para uma bancarrota, já desde 38 considerada inevitável, e útil pelos que propunham o *ponto geral*. Não se descobria, com efeito, o modo de solver encargos progressivamente crescentes, perante recursos, ou paralisados, ou decadentes. O Governo confessava o deplorável estado das coisas (V. o relatório notável do min. Falcão, Março de 48), e os observadores comparavam e apertavam a cabeça com as mãos, vendo a perdição irremediável. (V. *Autópsia*, etc.)

Em Junho de 33 a dívida era de	16 868 contos
e pelo orçamento de 45-7, acrescentada pela emissão recente de inscrições, de	87 579 contos
Aumentara em 13 anos, à razão de quase 5 500 por ano	70 711 contos

Quintuplicara, e para quê? Para ensaiar sistemas, matar gente com revoltas e pauperizar cada vez mais o Reino. E além dessa dívida, havia a mais a flutuante, em mais de dez mil contos que dariam o dobro, expressos em títulos *fundados*. E não se contava a dívida *mansa*; e os bens nacionais vendidos tinham ainda assim produzido cerca de vinte mil contos e às classes activas devia-se mais de um ano, às inactivas quase dois, apesar das décimas, das capitalizações e dos pontos anteriores sucessivos. (*Autópsia*, etc.)

Como se havia de existir, com uma fome assim? Londres renegara-nos. Os tempos dourados de Mendizábal-Carvalho não tornavam. O Paço dos judeus ingleses, o Stock Ex-

change, dera-nos com as portas na cara, não nos julgando credores da honra de sermos apresentados e cotados. Valíamos nada.

Seria interessante saber se no meio da penúria, da anarquia e da guerra a população crescia. Não espantaria que crescesse, pois a indigência é prolífica, pois a legislação reduzira o número dos celibatários, pois as guerras eram mais vergonhosas do que propriamente mortíferas. Mas os subsídios faltam e os poucos existentes merecem pequeno crédito. (V. Luís Mouzinho, na ref. admin. 1836; C. Adriano da Costa, *Rev. de Recens.* 1838; *Relat.* do minist. do Reino, 1849 e 50.)

	1836 (fogos)	1838 (habit.)	1849 (habit.)	1850 (habit.)
Minho	204	803	850	856
Trás-os-Montes	76	297	308	309
Beira Alta	208	1 067	1 138	1 131
Beira Baixa	24			
Estremadura	177	668	748	748
Alentejo	70	264	290	285
Algarve	30	125	139	142
Milhares	789	3 224	3 474	3 471

A dar autoridade a estes números, conclui-se que a população crescera duzentos mil habitantes em catorze anos, ou à razão de 6,5 por mil ao ano. A comparação dos recenseamentos de 1826 (no *Almanaque de Lisboa*) e de 1838 apresenta um progresso quase igual (3013-3224, aum. 210), mas a estatística desses dois anos contradiria o resultado observado acima no período posterior ao segundo (V. *Quadro*, no *Diário*, 21 de Abril de 40),

	Nascimentos	Óbitos	Casamentos
1826	102 037	66 410	21 433
1838	99 097	67 541	23 598

porque, ao passo que em 26 há uma sobra de (102-66) 36, em 38 essa sobra é de (99-67) 32 apenas: a mortalidade seria no primeiro caso de menos de 66 p. 100 da natalidade e no segundo de quase 67.

Mas seria perdermos o tempo architectar hipóteses sobre alicerces tão frágeis e grosseiros. Chama-nos a conclusão

desse balanço económico do País para um cálculo interessante do custo da sua última revolução. (V. *Diário* de 8 de Junho de 47.)

Perdas de crédito

Fundo de 5 p. 100: 19 361 c. de 74 a 50	contos	4 646	
Fundo de 4 p. 100: 13 335 c. de 60 a 40	contos	2 671	
Acções do Banco, 10 000 de 820 a 230 000	contos	5 400	
Depósitos, um terço de 700 c.	contos	233	
Acções da <i>Confiança</i>	contos	3 248	
Promissórias idem, reembolso em notas	contos	412	
Acções da <i>União</i> , de 112 a 55	contos	570	
40 p. c. do valor das notas	contos	1 600	
Depreciação do crédito externo	contos	?	18 780

Perdas do Tesouro

Despesas do exército e marinha	contos	1 500	
Descontos de notas	contos	700	
Três quartos da receita de nove meses	contos	7 500	9 700

Perdas gerais

Roubos, contribuições forçadas, etc.	contos	900	
25 a 30 mil braços sem trabalho produtivo:			
9 meses a 20 dias a 200 rs.	contos	1 620	
Incêndios, ruínas, etc.	contos	?	
Capital humano: mortos e feridos	contos	?	2 520

Total determinado contos 31 000

As verbas indeterminadas calcule-as quem puder e achará que a revolução e a guerra deram uma última sangria não inferior a 50 mil contos ao corpo já quase exangue da Nação. Que admira, pois, a caquexia universal? «Recordei-me com amargura e desconsolação dos tremendos sacrifícios a que foi condenada esta geração — Deus sabe para quê — Deus sabe se para expiar as faltas dos nossos passados, se para comprar a felicidade dos nossos vindouros.» (Garrett, *Viagens*.) Assim, poeticamente, se exprimia Garrett, memorando casos transactos; e o que sucedia depois não autorizava a crer que tivesse comprado então a felicidade dos vindouros. Expiar-se-iam as faltas passadas? Expiavam-se, expiavam-se decerto as consequências de uma deplorável educação histórica; mas também se sofria o resultado natural de uma ilusão efémera criada por uma filosofia errónea. Como nós, a Espanha saía das mãos do iluminismo jesuíta para cair nas mãos do espiri-

tualismo liberal, e a história da Espanha era a mesma que a nossa. Mas a França, que toda a Europa seguia, sem ter tido essa educação mortífera, sofria como nós as consequências do romantismo político, do doutrinismo individualista e da anarquia positiva: do Governo imoral, além de tirano, da burguesia rica, império formado espontaneamente sobre as ruínas do velho Estado monárquico.

2. O CONDE DE TOMAR

O setembrismo morrera depois de terem desempenhado o seu triste papel os chefes tímidos que por suas mãos tinham abafado a revolução. Mas teria a história dos últimos dois anos convertido os cabralistas, cuja tirania brutal, cuja avidez desonesta, aliadas à energia no mando e à audácia no pensamento, provocaram o desespero e a revolta do povo? Viu-se que não. Consideraram-se vencedores; e se o estrangeiro lhes não permitiu vingarem-se, e se o desmoronamento da máquina agiota não consentia voltar-se aos dourados tempos, os cabralistas seguiam, mais modestos, mais moderados, governando o Reino como coisa sua.

Como rasto de um terramoto, a segunda metade de 47, depois de Gramido e da vitória do Governo, agitada com o burburinho das eleições próximas, arrastou-se com um cortejo de vinganças e desordens. A soldadesca desenfreadamente espancava nas cidades, especialmente no Porto — agora tão odiado como antes o fora no tempo de D. Miguel. Artilharia 3 era apontada como exímia em arruaças cabralistas. Os vidros das casas patuleias, do José Passos e doutros, voavam em estilhas com pedradas. O *Nacional*, o *Eco Popular*, órgãos dos vencidos, eram colhidos das mãos dos distribuidores e rasgados aos centos. Por todo o Reino havia roubos, espancamentos, assassínios. Só em Évora, nos três meses depois de Gramido, houvera doze atentados em público pela soldadesca. (*Rev. de Setembro*, 8 de Set. de 47.) O *Nacional*, cuja tipografia fora assaltada, e a comissão oposicionista para as eleições, pediam protecção às potências aliadas, reclamando a amnistia prometida. Era um reflexo pálido do que sucedera em 34 ao miguelismo, também amnistiado depois de Évora Monte.

As eleições de 48 trouxeram o conde de Tomar à Câmara.

Chegava triunfante, depois de um desterro, já transformado em uma embaixada, donde guiara o seu lugar-tenente Saldanha, donde urdida a trama da intervenção espanhola que afinal arrastara a Inglaterra, congregando os elementos da vitória. Os vencidos, vendo-o regressar ao seu posto, à Câmara, primeiro degrau de um segundo trono, foram-se às armas, pegaram nas munições, prepararam-se desde logo para uma nova campanha. Costa Cabral, o conde de Tomar, era mais do que um homem: era um sistema e um fantasma. No ódio com que o recebiam mostravam-lhe quanto ele valia, pelo medo que lhe tinham.

A cadeira de deputado foi, com efeito, a breve transição da Embaixada para o Governo, onde substituiu Saldanha (18 de Junho de 49). Essa restauração teria tido lugar muito antes, se a guerra não tivesse respondido ao golpe de Estado de 6 de Outubro, no qual Saldanha era apenas a força bruta do exército destinada a preparar a volta do estadista banido em Maio.

Eis, portanto, de novo as coisas no estado em que a Primavera de 46 as achara; eis perdido o tempo, e o dinheiro, e as vidas, e dois anos de revolução e guerra. Congregaram-se outra vez as guerrilhas? Agita-se de novo o povo? Não. A Maria da Fonte morreu; Macdonell morreu; os camponeses voltaram para suas casas batidos por uma saraivada de desesperanças, decididos a não querer saber mais do Governo; os miguelistas resolutamente se fecharam nas suas covas. Nenhum espectro surgia...

Apenas a Imprensa desvairada dos políticos batia sem piedade o homem a quem se costumara a cobrir de lama. E a velha calúnia da lenda do castelo de Tomar levantava a cabeça, não poupando a reputação pessoal da rainha a quem, confundindo a política e a modéstia, equivocadamente chamava tolerada. Acusavam de seu amante o ministro, e ele, o homem forte, cometeu a maior das fraquezas, mandando processar em Londres o *Morning Post*, que repetiu as infâmias das folhas de Lisboa. É que também caía, também descia, o antigo tribuno dos *Camilos*, o cansado tirano de Lisboa.

Só não cansava a Imprensa, no seu desalmado ataque. A *Nação*, na capital, imprimia um requerimento à rainha:

«Senhora! O vosso ministro é acusado de receber um caleche e dar por ele uma comenda. Senhora! O vosso ministro pedia-vos uma comenda para pagar os caleches com que o peitavam.» E o *Nacional*, no Porto, publicava uma cena dramática, entre burlesca e trágica, amorosa e torpe, em que o coro exclamava — ó ladrão! larga o caleche! (ass. C. Castelo Branco, 19 de Dezembro, 1849). O *Suplemento Burlesco*, em litografias toscas e caricaturas grosseiras, insultava diariamente os Cabrais e a sua gente, mostrando que o antigo génio soez da sátira portuguesa não se extinguiu. Aqui vinha o *Triunfo do Chibo*: um bode (o conde de Tomar) com um saco aos ombros e o letreiro *roubo*; o chibo sobre um andor que é um cofre, o Tesouro, levado por Saldanha e por José Cabral, o dos cônegos, de vestes talares (n.º 39, Dez. 23 de 47.) Além é o *Chibo de Algodres*, um grande bode com a face do conde de Tomar, de pé, tendo uma vara ao ombro e pendentes, à laia de saco, os palácios famosos: Tomar, a Estrela; o rabo do bicho está enlaçado com folhas tendo escritos os nomes das companhias do tempo (n.º 28, Nov. 15). Noutro aparece o famoso padre Marcos, o *Arcebispo do Cartaxo, Porto e Chamusca*: é uma botija, tendo na boca a cabeça do padre mitrada e nas asas, ou mãos, o báculo de um lado, o copo de outro (n.º 32, Nov. 29). O *José dos Cônegos* também é chibo com o trajo talar arregaçado, pistolas ao cinto, na mão a *Arte de furtar* (n.º 42, Jan. 3 de 48). Vêm também os empregados públicos, aranhas, esqueletos, mirrados e secos, e no centro da folha o conde de Tomar com um ventre inchado, monstruoso, «cheio como um ovo» (n.º 29, Nov. 18 de 47). Não faltava o Saldanha na *Árvore das caras*, em que os ramos, os rebentos, os tortulhos do chão, tudo são *caras* diversas do versátil, regadas pelo jardineiro de Tomar com dinheiro em vez de água (n.º 41, Dez. 30). E assim por diante, os pasquins pintados coadjuvavam as diatribes escritas. Veio a *lei das rolhas*, e Casal Ribeiro, bem moço ainda, mas ensopado no vírus político, cheio de talento e entusiasmo, homem de uma geração nova que mal fazia em se envolver nas questões da antiga, declamava num estilo obeso:

Conde de Tomar, sois um concussionário porque entrastes para o poder pobre e tendes adquirido uma fortuna imensa por meios torpes e vergonhosos. Conde de Tomar, sois um traidor, porque ven-

destes ao Paço a causa do povo em 1840; porque vos revoltastes contra a Constituição que servíeis em 1842; porque arrastais agora o Trono e a Nação a um precipício certo e talvez à invasão estrangeira. Conde de Tomar, sois um déspota ignóbil porque calcais a decência, as leis, a Constituição, e governais só pela bitola do vosso capricho. Conde de Tomar, sois um imbecil, porque a vossa habili-dade cifra-se na intriga e o vosso poder depende só do favoritismo. Conde de Tomar, sois um miserável, porque vos servis, como meio político, da honra de uma senhora, de uma rainha; porque a sacrificais imprudentemente aos vossos nefandos fins. (Casal Ribeiro, *A Imprensa e o conde de Tomar*, 1850.)

E a decadência dos caracteres era — e continuou a ser — tal e tanta, que os inimigos trocavam entre si as máximas injúrias, sem logo se apunhalarem, ou se baterem a tiro, a três passos. Não! Era *política*. Dias depois sorriam lado a lado, sentados juntos na mesma Câmara. Era *política*! Não se está sentindo a necessidade de uma *regeneração*? Não se percebe que o momento da vitória final da raposa se aproxima? De gritar estão fartos, de nódoas todos sujos, de gritar todos surdos: abracemo-nos todos! Vinte anos escassos de uma história que o conde de Tomar, como um dormente, protraía de mais, levavam a esse abraço fatídico.

De um e de outro lado já se encontram nomes novos: Casal e Latino na oposição; Corvo, pelo Governo, mostrando aos adversários a inconsequência de atacar o Gabinete por se apoiar no exército, quando tinham por chefe um general (Antas), patenteando o vazio dos seus desejos, o indeterminado dos seus programas. (Corvo, *Falou a oposição!*, op.) E dos velhos jacobinos, dispersos, aborrecidos, desiludidos, apenas um restava para condenar não só o Governo, como o soberano; não só a rainha, como a dinastia inteira dos Braganças:

De quantas dinastias senhoreiam hoje a Europa, é a de Bragança, que nos governa, a mais ominosa de todas, como quem teve princípio em crimes e traições abomináveis. (D. Afonso matara o conde D. Pedro em Alfarrobeira; e o neto fora degolado por D. João II em Évora.) Dessa família não se pode contar nenhum rei que fosse patriota; e se não fossem os estrangeiros (em 47) ter-se-ia dado o espectáculo novo de um rei expulso pelo governo português. — Por

Deus, senhora D. Maria II! Veja V. M. o paradeiro que teve em palácio, à vista da rainha D. Leonor Teles, o conde Andeiro! (J. B. Rocha, *Rev. de Portugal*, 52.)

O «conde Andeiro» ria sarcasticamente. Chamavam-lhe estafador, concussionário, ladrão público; e ele mordia-se de cólera, se é que o hábito lhe não dera já impassibilidade. Sabia demasiado o modo de não irritar o povo: deixar-se de inovações perigosas, deixar seguir o barco da conservação na maré da bancarrota. Seguro o exército, conhecido o modo de *fazer* as eleições, legalizado o sistema, que lhe importava o ladrar dos inimigos? Mas é que esses ataques passavam por sobre ele, iam direitos ao soberano: «Protege V. M. os homens sabedores? Favorece os artistas? Acode à pobreza desvalida? Nada disso: só deu a Costa Cabral o Alfeite.» (*Ibid.*) E os periodistas e foliculários já não se pejavam de propagar, clara, abertamente, a urgência da abdicação da rainha.

Tão longe já iam os pares na sua Câmara, mas nenhuma voz era mais cruelmente desapiedada do que a voz sibilante do terrível Lavrado. O ministro rira até então, mas quando Saldanha, fosse pelo que fosse, passou para a opposição, tornou-se sério, e nas vésperas de acabar viu-se ainda o homem antigo. O marechal, passando-se, via o exército inteiro a bandear-se: imagine-se com que abraços a opposição o não receberia! Quem se lembra já de Torres Vedras, e das injúrias, e dos degredos! Política! Mas Costa Cabral propôs-se demonstrar que Saldanha era nada: um homem de ferro, como o de S. Jorge na procissão de *Corpus*; no que se não enganava inteiramente, como 51 o demonstrou e veremos. O marechal foi demitido do Paço, e logo pediu a demissão de todas as suas honras e cargos. Deu-se-lhe; e o ministro, outra vez temerário, não se lembrou de que um antigo Cid, um *condottiere*, patrono de tão considerável clientela, não se mata por metades. Ou se fuzila, ou se compra. O povo sempre disse: «Quem o seu inimigo poupa, nas mãos lhe morre.»

Vários sintomas indicavam a morte próxima do cabralismo; mas, assim como os doentes nas vésperas de acabar têm às vezes como um clarão de saúde, assim é necessário, antes de apreciarmos as causas directas da queda próxima

d o conde de Tomar, contar o seu último dia, quando a antiga força pareceu reviver e o sangue todo circular com energia antes de o coração parar.

Saldanha renegara-o; os pares da oposição (Taipa, Lavradio, Loulé, etc.) tinham pedido à rainha a demissão do ministro odiado, acusado de crimes torpes que manchavam de lodo o Governo e até o Trono. Abertas as Câmaras no princípio de 50, os debates pareciam audiências e o ministro um réu. As galerias dos Pares, cheias de povo, estavam com a acusação: o conde de Tomar era, como Guizot e os doutrinários em geral, antipático. O povo não ama a segura e a rigidez das fórmulas pedantes; o povo está pronto a crer sempre na criminalidade dos que o governam, desde que o princípio da rebeldia constitucional contra o Estado apareceu e venceu; desde que se pôs no direito público um dualismo orgânico entre a *liberdade* e a *autoridade*, suposta antinomia. O conde de Tomar era antipático e não tinha para contrariar esta consequência de índole da sua política, nem os créditos de íntegro, nem os de sábio, que escudavam o seu modelo Guizot.

«Eu não posso ser considerado como obnoxio à Nação que sendo chamada à urna me favorece sempre com a sua opinião quase geral.» (Disc. de 12 de Jan.) Em vez de atacar, defendia-se, o ministro: evidente prova de fraqueza; e a defesa era triste, mole. A quem pretendia enganar, ou convencer? Pois sala e galerias, pares e povo, não sabiam todos o que eram eleições e urna? Tanto sabiam, que estrepitosos risos acolheram a saída do Diógenes burocrático: fraco cinismo, se provoca o riso!

Mas essas gargalhadas esporeavam-no. Pulou. Torcia-se-lhe a face, luziam-lhe os olhos e ressuscitava o homem de 42. Então, depois da aventura do Porto, olhando a desafiar os inimigos, dissera-lhes: «Conspirei? Também vós! Conspirá-mos todos.» Agora a acusação era outra, mas o processo idêntico: Roubei? Também vós! Roubámos todos.

E sarcástico, odiento, inverteram-se os papéis. O réu passou para o banco da acusação. Tinha diante de si um maço de jornais impressos, e, abrindo-os, via-se cada folha tremer com a convulsão do pulso do ministro: Acusam-me de ladrão? E quem? Saldanha não saberia que a própria *Revolução de Setembro* lhe dissera o mesmo a ele? Por que não a proces-

sou e quer que a processe agora eu? — E abria o papel, lia o que ocorrera em certa arrematação das Sete Casas: «A praça estava aberta, as condições foram umas e a arrematação foi feita por outras. Não é isto uma burla?» Que motivos houvera? «Estavam já *calçadas as luvas*. Vencedor de Torres! Não cores; tudo se sabe.» (*Rev. de Set.*, 10 de Jan. 48.)

Nem a sala, nem as galerias riam já. O carácter não era ainda uma ficção, como a Urna. O ministro feria com acerto, e, ávida de escândalo, a assembleia, muda, obedecia-lhe. Quereis mais? Ouvi: «Mais vergonhosa ainda é aquela história do retrato. O retratista recebeu 180\$00 rs. para ele; para 400, vão 220 que faltam. Onde se sumiram, duque de Saldanha?» Outro artigo: «Miséria, Sr. Ministro, é o roubo de 220 mil réis; miséria é V. Ex.^a considerar uma miséria a acusação por esse roubo... Quem recebeu mais de sete contos por um emprego que nunca exerceu, não admira que considere 220 mil réis uma miséria.» (*Rev. de Set.*, 18 de Jan.)

O bote estava dado em cheio no refalsado peito do marechal que o atraíçoa, depois de por tanto tempo o servir. Mudando o tom e a voz, com uma gravidade de secretaria, o ministro observava, dobrando os jornais, que «era o primeiro a fazer justiça à honra e probidade do digno par», mas que se achava na obrigação de defender-se. Todos os homens de Estado deste País tinham sido acusados de ladrões pelos jornais difamadores, e todos os tinham desprezado, nenhum os chamara ao júri: ele faria outro tanto, seguiria tão bons exemplos. E admirava-se de que fosse o marechal quem se voltasse contra ele; o marechal que, ao sair da Presidência do Conselho, declarara ser com ele, ministro, «uma e a mesma coisa»; o marechal que em Dezembro de 47 o mandara embaixador para Paris; o marechal, etc. (*Disc.* de 12 de Jan. de 50.)

Fustigado, bem moído, este primeiro e novo inimigo, o conde de Tomar voltou-se para os antigos. A oposição, no seu manifesto, reclamava a demissão dele sob pena de uma revolução terrível ou do domínio espanhol; e o ministro, firmando bem os pés no chão, num acesso de fúria, respondeu-lhe sufocado, roxo: «Não sairei daqui!» Dominou-se, porém, logo, a contar como as coisas se dispunham na Câmara para o atacar. «Havia pelotões para dar apoiados.» (A sala inteira riu francamente.) Observara-se como certos dignos pares

que nunca falavam se agrupavam no cumprimento desse dever. Fazim bem: para nada serviam! (*Ibid.*)

Com este sarcasmo voltara a acusar. O conde da Taipa dissera que o «Presidente do Conselho era objecto do ódio geral», e quando repetia estas palavras, o conde de Tomar exprimia aquele orgulho quase voluptuoso que os homens da sua ténpera sentem ao perceber, no ódio, a importância que têm e o medo que inspiram. Era objecto de ódio geral, dizia o conde: logo falariam; mas ele, ministro, buscava as demonstrações legais, e dizia que nos governos representativos a Urna era toda a legalidade — resvalando outra vez o doutrinário para a perigosa selva das fórmulas. Havia rumor, sussurro, na sala e nas galerias, sempre que se falava na Urna.

«Se a guerra é contra mim, tenham coragem de me acusar em forma: se o não fizerem hão-de permitir que lhes diga que são hipócritas.» A voz tremia-lhe, e agitando-se, crescendo-lhe o ódio, chegava à eloquência verdadeira e forte. Com a audácia de um vencedor, encarando de frente os inimigos, ensinava-lhes como haviam de formar o libelo. Digam, vamos: 1.º O Presidente do Conselho cometeu o crime de peita, dando uma comenda e recebendo por ela um caleche. Sigam: 2.º Tem palácios, tem quintas, tem castelos, tem ricas tapeçarias e um luxo asiático... — A Câmara, pasmada, vergava: era um monstro de cinismo? Ele aproveitava a emoção, continuando: 3.º Tem um tinteiro de ouro! — E vencía, arrancando aos ouvintes uma gargalhada uníssona. — Não parem: 4.º Quando a rainha o honrou, visitando-o no seu palácio de Tomar, ele apresentou-lhe um serviço de ouro tão rico que a soberana disse: «É mais rico do que o meu!» Mais ainda: 5.º Está edificando uma sumptuosa sala de baile, aproveitando-se dos mármore e madeiras do Palácio da Ajuda. Outra: 6.º Empalmou uma letra de mais de mil libras, mandada do Brasil por um português para as urgências do Estado. Mais: 7.º O *Mindelo* veio carregado de espelhos para o seu palácio. Mais: 8.º Recebeu por peita um cavalo. «Havia mais? Dizia a Imprensa alguma outra coisa? Juntassem, somassem; mas tivessem a coragem de o acusar, ali, publicamente.»

Até aí o seu discurso galopava, esmagando tudo, mas quando ao parar regressou, perdeu-se. Não teve habilidade para acabar, e quis defender-se. Guizot vencía pedagogica-

mente leccionando; não respondia a ataques. Costa Cabral vencia também à peninsular, investindo: por que se deixava bater, discutindo? Algum motivo inconsciente o impelia a explicar casos que não seriam inteiramente calúnias? Se assim era, provava a sua fraqueza; do contrário, a sua simplicidade. O discurso continua embrulhado, pastoso, monótono. As explicações podem satisfazer, mas com o ódio, com as paixões, não se debate. Seria mister que ao período dos sarcasmos se seguisse uma destas provas teatrais, dramáticas, capazes de impressionar a imaginação, embora não convençam a razão fria que é sempre o dote do menor número. Era isso o que faltava ao ministro, a imaginação; era isto o que sobrava ao outro homem que a História põe diante dele, Passos. Daí vinha a um o ser odiado, adorado o outro: apesar de o segundo ser muito superior, como força e verdadeiro talento. E Passos era virtuoso, podendo deixar de o ser sem perder por isso a popularidade; e Cabral passava pelo não ser, sem que pudesse ganhar simpatias, ainda que o fosse.

O povo, como massa, tem um modo de sentir e de se decidir, para o qual não colhem as formas simplesmente lógicas da argumentação. Foi o que o conde de Tomar e toda a escola doutrinária jamais perceberam, teimando em convencer as massas com raciocínios e fórmulas e oprimindo ou burlando quando viam não serem compreendidos. Nenhum sistema político se presta mais à tirania e à burla do que o sistema aritmético do governo das maiorias.

Inorgânico, ou se perde na confusão da anarquia, ou cai na paz da indiferença apática, ou numa corrupção sistemática, num processo de burlas e sofismas. O leitor viu a primeira conclusão, verá dentro em pouco a segunda: a terceira é a de agora. E a fraqueza do Guizot português estava no acanhamento do seu espírito seco, tomando as fórmulas escolarmente a sério. Hirto, duro, era um aríete para bater; mas sem plasticidade, sem o que quer que é de comunicativo e sedutor que arrasta o povo, em qualquer sentido. Era a Antipatia personalizada. Vencia, mas não convertia. O advogado argumentava, depois que o tribuno agredira; e o povo, impressionado pela violência, ficava indiferente às argúcias. Não as compreendia, e repugnavam-lhe. O conde de Tomar era a personalização, como que o símbolo da antiga história de delapidações: o povo espontaneamente o apedre-

java, como vítima expiatória. Pagava os crimes de muitos. Não era o sangue, eram os roubos de uma geração que lhe caíam sobre a cabeça. Para se salvar de uma tal situação, seriam mister qualidades, génio, imaginação, frases, que não tinha. O clamor acusava-o de roubos: era necessário mostrar-se modesto e desvalido. De que servia saber-se que a rainha lhe arrendara o Alfeite? Nos governos de publicidade o rei é nada. Quando a *opinião* governa, é necessário que fique, ou pareça ficar, pobre aquele que para o Governo não entrou rico. Ai dos que enriquecem, embora lisa, honestamente. O político é como a mulher de César; e na psicologia da *opinião* entra sempre e por muito a inveja. O marquês de Pombal podia ter *águas-furtadas*, porque estava na índole do velho regime monárquico-aristocrático o enriquecimento dos ministros, validos dum rei, *dono* ainda da Nação. Mas agora o rei já não era senhor, nem amo, nem coisa alguma: deslocara-se a noção da origem do poder e com ela o critério da moralidade na política.

Estas considerações fizemo-las, enquanto o ministro, do seu lugar, alinhavou pastosamente, como um advogado, a sua defesa. Não valia a pena ouvi-lo. Mas agora, transposta a parte mole do seu discurso; agora que o agressor volta, e a voz se lhe aquece e o olhar se lhe aviva, é indispensável observar a conclusão da batalha.

Não apela para o júri, repete, porque despreza as calúnias. Segue o exemplo dos acusadores. Começara por Saldanha; era a vez do conde da Taipa, agora. — Um par houve acusado de ladrão e até de espião pago! — Taipa: E quem é esse par? — V. Ex.^a Eu leio; — e voltou a desenrolar o jornal, já antigo, amarelo do tempo, como um espectro evocado do túmulo: «Ao Gago ladrão, o *Raio*», assim começava o artigo. Esse gago era um desprezível saltimbanco sem honra e sem virtudes. Respondeu em Conselho de Guerra por ladrão da Fazenda Pública. Mancha a sociedade com o seu hálito imundo. Era devasso, vivia em orgias dissolutas, recebendo 3200 por dia para ser instrumento do Marinho: as suas denúncias atulharam as prisões. (*Raio*, 21 de Maio de 36.) Era o ladrão da caixa militar do regimento de Cavalaria 7, o espião dos 3200, o urco de 1823 ainda empoeirado com a viagem de Vila Franca, o militar cobarde fugindo sem se saber porquê (*Raio*, 9 de Agosto de 36), etc.

Tudo isto dissera o *Raio*, e o digno par não apelara para o júri!

O ódio crescia na Câmara indignada contra o temerário que, para se defender, ia revolver assim, em público, sujas águas corridas, levantando lodos que manchavam os legisladores. E era urgente olvidar o passado e as suas campanhas. Todos se sentiam ansiosos de esquecimento. Rodrigo começava a abrir os seus braços para o amplexo final, fraterno... Fora o importuno, o impenitente, que aos seus crimes junta o crime de acusar o próximo!

Fatigada estava a Câmara, extenuado o orador: todos ansiavam pelo fim, por uma *regeneração*. A voz do ministro extinguia-se e o corpo pedia-lhe uma pausa. «Para ganhar tempo e não ouvir a resposta?», perguntou Taipa. Esporeado, o conde saiu ainda: «Não é, não: ficarei até às dez da noite, se preciso for.» — Taipa: «Eu não necessito estudar!» — Tomar: «Preciso eu; mas para responder ao digno par — nunca!»

O resto foi um distúrbio parlamentar, que os gritos de «ordem!» a custo dominavam. Acabava a cena em uma desordem: que era tudo se não anarquia, desde os princípios e doutrinas, até os caracteres e a moral?

Assim foi o último dia do conde de Tomar. Dera o que tinha. Durante nove anos (42-51) contivera a maré do cepticismo pacífico, lançando a Pátria nas aventuras de um *liberalismo* novo. Agora, o padrão dessa doutrina, o padrão francês de Guizot, já fora despedaçado em Paris pela revolução (Fevereiro de 48); os tempos mudavam e a atmosfera adequada ao temperamento do ministro desaparecera. A força das coisas ordenava-lhe a abdicação, mas o génio rebelava-se-lhe. Como o toiro que o matador só consegue abater depois de sucessivas estocadas, mas que tem na espada o instrumento de uma morte fatal, assim o ministro ainda marrou, erguendo-se, investindo, apelando ainda para a tribuna, para as *bernardas*, mas perdendo sempre sangue, esvaindo-se até se rojar vencido na fria arena das embaixadas.

É mais um dos sucessivos mortos do liberalismo, este duro beirão de Algodres. Mas que morte a sua, tão diversa do sacrifício espontâneo do minhoto, poético Passos, caminhando para o altar coroado de flores, alegre, pacífico, resignado; confessando os seus erros antigos, o dissipar das suas

ilusões, negando a verdade dos sistemas, a força dos homens, a vitalidade da Pátria! É que para dentro de tudo isso o poeta sentia esperanças novas, para além desses dias fugidos, auro-ras vagas: ao passo que o político, uma vez rasgadas as fórmulas, achava-se perdido num vácuo.

LIVRO SEXTO

(1851-68)

A regeneração

I

ALEXANDRE HERCULANO

1. A ÚLTIMA REVOLTA

O homem que em 1826 iniciou a história liberal é o próprio que agora vai desembainhar a espada para encerrar com uma sedição militar a série de *pronunciamentos* a que temos assistido. As sucessivas fisionomias políticas de Saldanha são o traço eminente do seu retrato e do dos tempos em que existiu. Homem sem ideias, os partidos e programas são para ele ocasiões, e nada mais; e como esses programas e partidos nasciam, cresciam, desfaziam-se constantemente, na atmosfera duplamente movediça de um país arruinado e de uma doutrina inconsistente, o marechal encontrava-se, ao decair da vida, tão carregado de anos como de opiniões diversas, sem que os anos abatessem a sua rija constituição, nem as contradições pudessem afligir um espírito que, a sério, bem no fundo da alma, só tinha uma crença enraizada: o catolicismo português, *beato*, quase fetichista.

Em 1822, vira-se Saldanha aplaudir a Constituição jacobina; em 23 recuar, com Terceira e muitos mais, até Vila Franca, na jornada da *poeira*, e aplaudir a supressão das Cortes. Em 1826 aparece-nos proclamando a CARTA, seu ministro, e elevado a conde. É então e por alguns anos o chefe da oposição ao regente, e isso o afasta da campanha começada em 32. Nos apuros do Porto vem de Paris; e sucessivamente general de um exército, marquês, dotado com 100 contos de bens nacionais, vai pouco a pouco inclinando para a direita, até que em 1835 preside um Ministério carlista. A Coroa conquistou-o. E desde então começou a pôr às ordens dela a sua influência e a sua espada. Conspira em Belém contra os setembristas; subleva-se no ano seguinte. A Constituição de 38 trá-lo da emigração ao Reino, e até 46 não

bolé. No 6 de Outubro é, porém, ele a espada com que a rainha expulsa os setembristas do Governo; e por mais de dois anos, até o meado de Junho de 49, é o Presidente do Conselho cabralista, embora em Dezembro de 47 queira impedir a volta ao Reino do eminente chefe do seu partido. Cedendo-lhe em 49 o Governo, virou-se logo contra ele, e daí começou a guerra declarada que veio a acabar na Regeneração.

Mas que podia regenerar quem, depois de tantas aventuras, devia achar-se dorido e mais ou menos enlameado depois de tão largas viagens?

É vaidoso e cheio de si. Demasiado abatido na má fortuna, enfunado e boiante na prosperidade e pouco agradecido aos amigos do infortúnio. É mudável e contraditório. Está muito velho e ruço, e como sinais de idade temos notado nele um pendor e turno decidido para a mística, onde parece que acabará como todos os borbons, nos braços de uma supersticiosa devoção; e também pensamos que se hoje houvesse frades iria, por imitação do grande condestável, vestir a roupeta do Carmelo. Montalembert e Valdegamas converteram-no em Paris. Estuda Teologia. (Rocha, *Rev. de Port.*, 1851.)

O retratista perspicaz, que tão a propósito notava a fisionomia de Saldanha, esboçando-o como um tipo medieval, entre barão e monge, não esquecia, porém, um traço que é comum aos heróis da Idade Média, aos modernos e aos de todos os tempos: a necessidade de dinheiro. «Alega que não pode passar sem vinte contos por ano» (*Ibid.*) e as coisas tinham-no forçado a demitir-se de todos os seus rendosos cargos. Como viveria sem os vinte contos? Não foi Saldanha o primeiro dos barões rebelados por dinheiro; mas em caracteres tais, de si confusos, sem lucidez nos planos e desígnios, não se pode dizer que o dinheiro seja o estímulo imediato e directo, como é nos génios frios, políticos, em que a habili-dade predomina.

Com efeito, erraria quem supusesse o marechal avarento ou sibarita. Pelo contrário: no fundo tinha uma bondade ingénua e simples que, misturada com o orgulho balofo, lhe impedia de ver a realidade das coisas. Se nem quando o compravam o percebia! Se ingenuamente o confessava! Oíçamos as suas próprias palavras:

Sou pobre de fortuna, mas rico de amigos. Em Dezembro de 49, o conde de Tomar declarou-me guerra de morte, e dois meses depois era eu demitido de todos os meus cargos. Alguns dias passados, procuraram-me os Srs. Ferrão e Tavares de Almeida dizendo-me que o segundo estava encarregado por alguns amigos de me pagar mensalmente o equivalente dos meus vencimentos. Uma condição havia nesta generosa oferta a que eu me submeti com relutância. Era que eu não indagaria os nomes de quem tão nobremente contribuía. Desde então no primeiro de cada mês recebo oitenta e duas libras. (Disc. 26 de Março de 51.)

Esta simplicidade, esta ingenuidade, esta sinceridade, espantam-nos. Orgulhava-se de ser pobre, de ter amigos: mas não é verdade que só se pede para pão? E que, por grande que fosse a clientela de Saldanha, nunca o pão importaria em tanto? Ele não o percebia: por isso o confessava; e se a uma compra hábil se chamava amizade, continuava a supor-se árbitro, quando era cada vez mais aquele *tronco* em que falara José Liberato. Satisfeito, simples, bom, irresponsável como uma criança, esfregando as mãos de contente, ou quebrando os brinquedos, militares, políticos, nos seus despeitos infantis, o marechal, entrado na velhice, ia, com a sua espectacular espontaneidade, seduzir um grupo de homens ainda não desiludidos.

A sua vida tinha sido já tão longa e cheia de aventuras e descréditos que eram raros os que não tinham tido ocasião de o ver e avaliar por dentro.

Os antigos *ordeiros*, com Rodrigo à frente, estavam prontos a segui-lo para confiscar a vitória, fazendo do vencedor a única coisa para que servia: um rótulo brilhante de bordaduras e crachás, um pseudochefe de parada, à sombra do qual viveriam, lisonjeando-o e pagando-lhe bem. Mas teriam os ordeiros, por si sós, força bastante para mover o País contra o tirano que rematara a sua obra amordaçando a imprensa? Seria mister aceitar as ofertas dos velhos companheiros de Paris, a quem Saldanha voltara as costas desde 35, contra quem combatera: esses setembristas em cujo seio a influência de José Estêvão criava um grupo novo, filho da velha guarda dos Passos, neto da quase extinta geração dos *vintistas*? Por que não? Saldanha confundia o seu despeito com o interesse público, da mesma maneira que confundia o seu orgulho com a sua falta de meios.

Tendo-se recusado a aceitar a embaixada de Paris, com que em 49 Tomar pretendia evitá-lo (como Rodrigo o evitava em 40, mandando-o para Viena), Saldanha, que num breve intervalo de ócio se ocupara, em Sintra, da criação das vacas de leite (Carnota, *Mem.*), depois de em Viena se ter ocupado da existência de Deus e da imortalidade da alma: Saldanha desmascarou breve as suas baterias, pedindo à rainha a queda do Ministério. Reconheceria ela agora o seu erro de 46? Lembrar-se-ia dos conselhos de Howard: *be cautious*? Veria o papel de janízaro que desempenhara? Talvez. Arrependia-se, pois; e voltava-se contra o partido de que fora a espada. Não se tornava, porém, um chefe da democracia como até 34, embora tivesse feito as pazes com os seus inimigos da Maria da Fonte. Antas visitava-o; mas quando lhe propôs o plano de uma sedição *setembrista*, o marechal, afavelmente, rindo, senhor de si, respondeu que não. Também ele tinha a sua revolução, uma boa, afortunada revolução a fazer: veria! (Carnota, *Mem.*)

Que esperanças novas eram essas?

Conquistar um grupo de homens, mais pensadores do que políticos, liberais sem serem democratas, cartistas sem serem cabralistas, homens como Ferrer, Soure, Pestana, no meio dos quais se destacava o talento já consagrado de Herculano, com um pensamento de pura liberdade doutrinária.

Herculano emigrara, e ouvimo-lo chorar na solidão do exílio. Enquanto, porém, a sua musa lírica lhe inspirava poesias seladas com um profundo cunho de sinceridade e beleza, o poeta, homem vigoroso no temperamento intelectual, português de lei, afirmativo e duro, o inverso do artista Garrett: o poeta aprendia na mocidade, como Mouzinho já quase na velhice, os dogmas e princípios da crença liberal. A crítica de Kant mostrava-lhe no Indivíduo um rei, na Consciência um deus; ao mesmo tempo que os sábios, com a nova direcção dos seus estudos, lhe mostravam na tradição e na história as raízes das sociedades deploravelmente abaladas pelo jacobinismo. As contradições que produziu esta dupla concepção, individualista e social, nunca em Portugal se manifestaram tanto como no espírito do homem eminente que, talvez único, media o valor das doutrinas.

As tendências eruditas e literárias do seu génio filosófico fizeram-no meter mãos à obra do renascimento das Letras

portuguesas, assim que no Porto houve lugar para pôr de lado a espingarda. Assistira, combatera em todo o cerco; e, terminado ele, entrou como bibliotecário da livraria municipal. Num país revolucionado, a política é absorvente, e por isso Herculano, ao mesmo tempo que iniciava os seus trabalhos históricos, acompanhava a agitação dos partidos. Setembro, isto é, a aclamação do jacobinismo que o filósofo supunha para sempre refutado e condenado, provocou-lhe uma ira portuguesa que se vazou nos trenos bíblicos da *Voz do Profeta*. Demitiu-se em 37 para não jurar a Constituição de 20; mas dois anos depois, apaziguada a procela, retirado Passos, restaurada a *ordem*, reconhece a Constituição de 38 e abraça a fusão. Em 40 vai deputado às Câmaras, confiado em que o *liberalismo* tal como ele o concebia ia afinal enraizar-se; mas breve se desenganou e sumiu-se. Foi então que o rei D. Fernando o convidou para bibliotecário da Ajuda, e daí afastado, vivendo com os documentos da História, entregue aos estudos com uma energia ardente, conquistava a passo e passo o primeiro lugar entre os escritores nacionais do nosso século, ao mesmo tempo que lá por fora seguia, desorientada e ferina, a procissão das revoltas e o desvario dos Governos.

Em tal estado o veio encontrar Saldanha, convidando-o a prestar a autoridade do seu nome e do seu conselho à empresa em que ia lançar-se¹. Herculano, como todos os que lidam mais com ideias do que com homens, era quase infantilmente ingénuo. Inteligência formalista, não era tampouco dotado da perspicácia que adivinha os caracteres, deslindando as confusões da inconsciência alheia e definindo com clareza as situações. A sua imaginação poética viu no marechal um penitente de antigos erros, a sua nobreza ingénita viu uma dedicação nobre; e o seu patriotismo e a sua doutrina viram também chegado o momento da paz, da ordem, da organização definitiva do liberalismo. Entregou-se todo, de corpo e alma, e abriu as portas da sua casa da Ajuda às reuniões dos conjurados. Ali se pactuaram as reformas urgentes que o marechal realizaria assim que tornasse vencedor: as eleições directas, a abolição da hereditariedade nos pares, a dos vín-

¹ O que se conta, sempre que a origem se não cita, provém da narrativa que há cinco ou seis anos o seu chorado mestre e amigo fez verbalmente ao autor.

culos gradualmente convertidos em pequena propriedade enfiteutica. Herculano exigia que tudo se fizesse com gente *nova*, excluindo os velhos todos, «de outra forma seria o mesmo que dantes»; exigindo para si que o não fizessem ministro. Trabalharia, ajudaria com o seu conselho, mas para governar «não tinha queda». Saldanha, provavelmente sincero, aplaudia, entusiasmava-se, obedecia, prometia.

No dia 7 de Abril de 51 saiu Saldanha para *fazer a revolução* no Porto. Mas o Governo, sem força para o prender, seguiu-lhe os passos e maquinações. A *revolução*, como invariavelmente sucedia, devia ser o pronunciamento da tropa; porém, Saldanha viu com mágoa quanto havia descido, pois nem os comandantes nem os oficiais se prestavam a acompanhá-lo. Os progressistas do Porto consideravam tudo perdido e o marechal fugia tristemente para Espanha, indo parar a Lobios aquele que para aí mandara em 28 o seu exército. Já estavam presos na Relação os oficiais conjurados, e Vitorino Damásio, antigo soldado da JUNTA, engenheiro empreendedor que ficara no Porto criando fábricas; Damásio, apelando para os sargentos, e vendo que o Governo também os prendia, apelou para os cabos: apelaria para o seu regimento de operários, em última instância! Não foi necessário, porque com chaves falsas forjadas no Bolhão, introduziu Salvador da França no quartel de Santo Ovídio, e os cabos e soldados do 18 proclamaram a *Revolução*. (Delgado, *Elog. hist. de J. V. Damásio*.) Saldanha regressou, e, com a tropa atrás de si, foi sobre Coimbra.

De Lisboa para Coimbra também saíra o generalíssimo D. Fernando com tropa atrás; mas quando tinha de atravessar a ponte do Mondego, achou uma tranca passada de lado a lado e os estudantes que lhe seguraram as rédeas do cavalo, mandando-lhe tirar o chapéu e dar vivas ao Saldanha. O rei, que era a urbanidade em pessoa, não podia recusar-se, e fê-lo; retirando logo para Lisboa a contar a tranca da ponte e a reclamar a queda do Ministério. Ministérios e partidos valiam acaso o trabalho de partir por meio um madeiro? Não valiam; ninguém já tinha força para coisa alguma. Derreados e desiludidos, todos, no aborrecimento universal, admitiam tudo, e tinham razão para isso. O maior crime do conde de

Tomar era desconhecer o tempo de agora, querendo usar da força contra uma resistência pastosa e mole. Raivoso e desesperado, quando viu chegar D. Fernando no seu cavalo a passo, e opinar pela queda do Ministério com a voz fanhosa e arrastada com que dera os vivas ao Saldanha; raivoso, «a gente do Paço dizia que o conde de Tomar chorara grossas lágrimas e com as suas mãos labregas se agarrara ao puro manto da rainha: “Valha-me, senhora! Proteja o seu fiel ministro!”» (Rocha, *Rev. do Port.*) Não é natural que a rainha costumasse andar por casa de *puro manto*, embora seja de crer que o ministro apelasse para aquela que tanto lhe devia, que chorasse de raiva observando as deserções rápidas dos homens que ele tirara do nada. Se até o próprio irmão, o José dos Cónegos, se voltou contra ele no dia em que Saldanha se bandeara!

Teve de fugir outra vez, e o duque da Terceira ocupou-lhe o posto (26 de Abril) conservando o Ministério decapitado. Era a esperança de manter o partido, sacrificando o chefe? Ou o conde de Tomar pensava em ir repetir a campanha diplomática de 46 e pedir aos seus amigos de fora que o viessem restaurar? Esses amigos, porém, tinham caído. O doutrinário morrera com Guizot em Fevereiro de 48 e já não havia miguelistas. Tais fortunas não se repetem na vida: desta vez a queda era para sempre. O doutrinário, dissemos, morrera em 48, e a França vivia ao tempo sob o governo republicano: iria pois haver uma república entre nós? Não faltava quem o desejasse: Sampaio e José Estêvão, Casal, Braamcamp, Nazaré — os homens novos do velho setembrismo. Portugal, porém, caminhara mais depressa do que a França: a república de 48 tivera-a em 36 e o império de 52 vinha sendo reclamado desde 49: era a tradução real da palavra nova, REGENERAÇÃO. Rodrigo era um Morny, beirão e burguês. Que motivo havia para este nosso adiantamento? Um motivo evidente e simples: a superior consistência social da França, a nossa extrema miséria, a nossa fraqueza singular. O princípio do individualismo anárquico e liberal, destruidor do passado e da tradição, criador de uma nova classe de ricos saídos da concorrência, tinha de acabar num cepticismo sistemático e numa confissão formal da idolatria da Utilidade, depois de ter percorrido o círculo de experiências e ensaios possíveis dentro das fórmulas e depois de ter

demonstrado o vazio de todas elas. Num país caduco, essa evolução fazia-se muito mais rapidamente: por isso era já impossível sair do doutrinário para o idealismo republicano, como em França; por isso os moços republicanos como José Estêvão aderiram à *regeneração*, proclamando a necessidade de *melhoramentos materiais* (Oliveira, *Esb. hist.*); por isso Rodrigo, um precursor, batido por um intruso em 42, ia vencer definitivamente em 51.

2. O FIM DO ROMANTISMO

Na capital havia uma ansiedade singular pela volta do triunfador. Tinham-lhe mandado vapores, para ele com a sua gente vir do Porto, e cada qual fazia o possível para o conquistar para si. Choviam as cartas. Os ordeiros pediam-lhe prudência, Antas pedia-lhe audácia: «Ponha de parte todos os obstáculos: coloque-se na situação de um chefe revolucionário.» (Carta de 5 de Maio; em Carnota, *Mem.*) No Paço, D. Fernando chorava — porquê — e a rainha ansiosa entrevia a possibilidade de uma abdicação forçada. Que faria Saldanha? Deixar-se-ia seduzir pelas aclamações de regente que a turba lhe ia dar ao desembarque? Outros temiam uma traição palaciana para o abafar, matá-lo — quem sabe? A rainha em pessoa era forçada a escrever-lhe, protestando a sua lealdade. (V. a carta em 8 de Maio; em Carnota, *ibid.*) Uns aconselhavam-lhe que não desembarcasse no Terreiro do Paço, que fosse à Pampulha — os vivos eram perigosos! Outros aconselhavam-lhe Cascais: havia máquinas armadas para o matar! Este via a esquadra francesa apresentando os vapores da costa, aquele os navios ingleses apresando-os no Tejo: venha por terra! E o próprio Herculano, assustado, lhe escrevia: «Marechal! Marechal! Lembre-se de que a sua vida, a sua salvação, a sua liberdade, são a vida, a salvação e a liberdade do País!» (V. a carta, *ibid.*)

A entrada de Saldanha em Lisboa (15 de Maio) foi um triunfo. Tomou posse do Governo e o rei entregou-lhe o bastão do comandante-chefe. Contente, radiante, Saldanha despicara-se. A rainha em pessoa, no teatro, teve de aclamar, de pé na sua tribuna, o — mais uma vez — rei de Portugal. Chamavam-lhe de novo D. João VII. E o bom do marechal

acreditava-se ingenuamente um Augusto, vencedor do Lépido Cabral e de António Passos, dos cartistas e dos setembristas, fundador do novo império *regenerado*. Em vão Terceira e José Cabral, no clube da Rua dos Mouros, Palácio do Galvão, projectavam restaurar a CARTA pura de cabralismo, tentando sublevar a guarnição de Lisboa (18 de Maio).

Saldanha tinha-se comprometido a abandonar ao seu descrédito os homens velhos, a consolidar com gente nova a paz dos partidos; e no primeiro momento, afogado com a sinceridade satisfeita de vencer, implorava de Herculano que aceitasse a pasta do Reino, ao que o escritor terminantemente se opôs, ficando de fora como um conselheiro dedicado, leal e convicto. Soure e Pestana de um lado, Atouguia pelos ordeiros, Franzini *preenchendo* as Finanças pelos cartistas, e Loulé por parte do setembrismo: eis o Ministério que havia de regenerar a Nação, convocando uma Câmara que fosse a *legítima* representante da vontade do País.

Mas, na comissão da lei eleitoral debatia-se um problema grave: teriam, não teriam voto os guardas do tabaco? Continuaria, não continuaria a ser o *contrato* (inteiramente afecto ao *ordeiro* Rodrigo, ainda de fora) um poder do Estado, um patrono da URNA? Fontes, homem novo, de instintos imperiais, amanhados por seu mestre e protector Rodrigo, era pelos guardas, a que se não podia negar o direito de cidadão, etc. — discursos e frases que irritavam Herculano e o levavam a protestar desabridamente contra a falta de brio da mocidade. O ingénuo filósofo apelava ingenuamente para Saldanha, agradecido ao favor de amigo, com que, em confidências íntimas, o marechal lhe contava os embaraços da sua bolsa. «E se metêssemos o Rodrigo?», dizia Saldanha; e Herculano respondia que sairia ele, pois seria continuar a vida antiga, quando o seu propósito era criar uma vida nova de liberdade, sinceridade, honra, brio e nobreza moral. O marechal aplaudia, abraçava-o; e no dia seguinte voltava: «E se metêssemos o Rodrigo?» — contando mais uma vez os apuros em que se achava e os embaraços crescentes cada dia.

Herculano começou a reparar, a meditar, e descobriu por fim a razão das confidências e perguntas insistentes. Era um Portugal regenerado, era, mas havia modos vários de conceber a regeneração; e Saldanha debatia-se entre o modo de

Herculano que inspirava o Ministério e o modo de Rodrigo, modo prático e político, que se propunha substituí-lo e o havia de conseguir. Estavam pelo seu lado a fraqueza podre de todas as clientelas, a anemia da Nação exausta por uma série de catástrofes, a começar da primeira, a vinda dos franceses. Chegara o dia da vitória, do cepticismo antigo, e do utilitarismo moderno. Rodrigo e Fontes, um velho e um moço, duas faces de um só pensamento, mestre e discípulo, o antigo letrado *rábula* e o novo engenheiro hábil, janota e prático, são as figuras eminentes da definitiva regeneração. (Min. de 7 de Julho.)

O breve intervalo de uma esperança de reforma moral terminava. Saldanha voltava à realidade. «A sua bondade levou-o a crer na santidade dos homens e na possibilidade de formar um governo de anjos», dizia Algés (V. Carnota, *Mem.*), que não era nenhum anjo, aplaudindo a isenção com que o marechal sacudira a tirania. Levado pela mão de Rodrigo, respirava bem, porque só o adulavam, não o importunando com exigências estoicas. A Regeneração foi o último acto de Saldanha, porque o seu 19 de Maio (1870), *saldanhada* por excelência, é um episódio da senectude, só próprio para demonstrar a caquexia política da Nação. Já ocioso no Governo, o marechal pôde mostrar que também se *regenerara*, quando caiu do poder em 56. Entregou-se a outras batalhas: e o que fora bandeira de revoluções passou a ser o rótulo de companhias (*Luso-Espanhola*, *Guano Químico*, *Minas de Leiria*). Boiara sempre à mercê dos acontecimentos: eram eles que o levavam para o campo das contendias. Assim como sonhara sempre com a pompa clamorosa e balofa, assim agora, acabando, sonhava fortunas, dividendos, riqueza para toda a sua família de pedintes: «Não haverá parentes pobres!» (Carnota, *Mem.*) O bom marechal não era cobiçoso: era apenas simples. Simples no Gabinete, simples no escritório das empresas, simples na carteira de escritor depois da Fé, entregara os ócios à Pecuária; e por fim acabou na Homeopatia, vencedor do Dr. Bernardino (1858). Castilho, com a sua lição irónica de literato, escrevia-lhe: «Adeus, meu caro Aquiles; guerreiro, médico e escritor a um tempo: porém Aquiles banhado na preciosa água da vida desde a cabeça até o calcanhar — inclusivamente.» (V. carta; *ibid.*) Ingénuo, o marechal tomava-se sempre a sério. Não é triste ver

assim escarnecida a figura de um como que herói pela gargalhada pérfida do literato?

Saldanha acabou. Voltemos à Regeneração.

Publicado o Acto Adicional, não se buliu mais na Constituição; ficaram em paz os pares, os vínculos, o Contrato. Já em 32 tinham escapado, sem se saber como, à fúria de Mouzinho: salvavam-se agora milagrosamente das ameaças de Herculano.

O excêntrico, sem ambições, voltou aos seus estudos. Ainda em 56 o vemos inscrito no centro eleitoral progressista, mas as suas esperanças poéticas morreram. Como não chegara a governar, como não vira desmanchar-se-lhe nas mãos a sua quimera liberal, ficou pensando que a liberdade era excelente, apenas detestáveis os seus sacerdotes. Como vinha depois do cartismo e do setembrismo, como aprendera com a queda de Guizot e com os desvarios da II República Francesa, a sua inteligência descobrira-lhe respostas e emendas a todos os erros, pois a doutrina que chegou a conceber e formular trazia raízes de várias origens. Era radical como kantista, era municipalista como erudito, sem ser democrata, mas tendo laivos de socialismo prático: era sobretudo a concepção de uma sociedade de estóicos, à imagem do carácter do que a formara. Era a condenação desse movimento em que entrara, por não ter a perspicácia bastante para ver que a Nação pedia exactamente o inverso do que ele queria dar-lhe. Portugal já não tinha nervos para ser nem virtuoso nem doutrinário de espécie alguma.

E o filósofo, voltando aos seus estudos, levou a ciência deste facto, que mais ainda o empedernia no fanatismo da sua opinião. Sem o temperamento poético e doce de um Passos, a sua descrença não se traduzia em perdões humanitários, formulava-se em sentenças terríveis; e mais forte, inteligente e sábio do que o democrata, o desmanchar das suas esperanças não destruía a sua convicção no valor dos sistemas e ideias. A singular fisionomia de um homem que fora da vida pública tanta influência exerceu sobre ela, há-de obrigar-nos a estudá-lo no seu exílio voluntário.

Escarmentado pela maneira por que fora iludido, a sua cólera rompeu nos dias imediatos à verdadeira Regeneração:

A história política é uma série de desconchavos, de torpezas, de inépcias, de incoerências, ligadas por um pensamento constante — o de se enriquecerem os chefes de partido. Ideias, não se encontram em toda essa história, senão as que esses homens beberam nos livros franceses mais vulgares e banais. Hoje achá-los-eis progressistas, amanhã reaccionários; hoje conservadores, amanhã reformadores: olhai, porém, com atenção e encontrá-los-eis sempre nulos. (*País*, 29 de Outubro.)

Esta condenação formal dos homens, de todos os homens, exprime a misantropia do que não entende nem obedece à corrente fatal que arrasta a sociedade:

O erro deplorável dos adeptos de certa escola é desprezarem a distinção entre o progresso que influi no melhoramento moral e social dos povos e aquele que só melhora a sua condição física. (*Os Vínculos*.)

Era essa escola que o vencia e batia; e Herculano, sem reconhecer que, como conclusão natural da anarquia *liberal* se chegava ao cepticismo; sem reconhecer que para isso concorriam as novas forças organizadas com os capitais móveis e a terra livre, a tendência industrial fomentada pelas descobertas científicas; sem ver que tais fenómenos eram comuns a toda a Europa: Herculano atribuía tudo à perversidade dos seus conterrâneos e à mesquinhez da sua Pátria.

Em civilização — dizia, e era verdade — estamos dois furos abaixo da Turquia e outros tantos acima dos hotentotes. Agitamo-nos no círculo estreito das revoluções incessantes e estéreis; a legalidade tornou-se impossível, a acção governativa um problema insolúvel. (*País*, 24 de Julho.)

Rodrigo era ministro havia dias e ia desmenti-lo. Desmentiu-o, com efeito, dando à Nação o Governo que ela pedia, e ao tempo aquela legalidade aparente, aquele sistema de bur-las, indispensável ao funcionar da máquina constitucional.

E tanto Rodrigo tinha razão, tanto o estoicismo nobre de Herculano vinha fora do tempo, que toda a gente aclamou vencedora a raposa ordeira, com a sua cria, brunida, sécia e petulante. Toda a gente apedrejava o conde de Tomar — um

importuno! Todos, Passos — um louco! Todos, Herculano — um caturra de génio azedo! O próprio Garrett, ajanotado, com os cabelos pintados, espartilho e coletes mirabolantes, artista que, obedecendo à moda romântica, chamara ao mundo «uma vasta Barataria em que domina el-rei Sancho» (*Viagens*), ordeiro que assim condenava o cabralismo precursor:

Plantai batatas, ó geração do vapor e do pó-de-pedra; macadami-zai estradas; fazei caminhos de ferro, construí passarolas de Ícaro, para andar a qual mais depressa estas horas de uma vida toda material, massuda e grossa, como tendes feito esta que Deus nos deu tão diferente do que a vivemos hoje. Andai, ganha-pães, andai; reduzi tudo a cifras, todas as considerações deste mundo a equações de interesse corporal, comprai, vendei, agiotai. — No fim de tudo isto, que lucrou a espécie humana? Que há mais umas poucas de dúzias de homens ricos. E eu pergunto aos economistas-políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância, à desgraça invencível, à penúria absoluta para produzir um rico? (*Viagens*.)

o inconsequente artista, com todas as fraquezas próprias desse tipo de homens, brunido, pintado, postiço, encobrimdo a idade depois de ter inventado o nome para se afidalgar (V. Amorim, *Garrett*), também consagra a vitória da geração do vapor, sentando-se (4 de Março de 52) no Ministério, entre Rodrigo e Fontes. A sua vaidade pueril exigia-lhe esse prazer; mas a sua intuição maravilhosa descobrira o carácter da idade nova: o fim do romantismo e da *liberdade*, sua filha legítima; o começo de uma história que, principiando pelo império anárquico da aristocracia dos ricos, pelo governo imoral da corrupção íntima de todas as coisas, pela adoração do bezerro de ouro, havia de, por tal preço, reconstituir primeiro as forças económicas das sociedades abaladas por longas crises doutrinárias, para depois voltar à moral e ao direito, reconstituindo os órgãos e funções sociais. Entre o romantismo liberal e a democracia futura está a *regeneração* (nome português do *capitalismo*), um período triste, mas indispensável como consequência do antecedente e preparação do ulterior.

A nova esperança de Herculano apareceu como episódio fortuito no meio da evolução natural; e a corrente das coisas fatais envolveu-a, rolou-a, deixando-se à margem, abandonada como objecto singular e anacrónico.

Vidente, espécie de Jeremias, sobre as ruínas do Templo, ficou o filósofo, a quem a política — tirania fatal das nações minúsculas! — interrompia, perturbava, levava a abandonar os seus estudos sábios. Os tempos foram correndo e a miséria nacional crescendo. Veio um rei, espécie de D. Sebastião liberal, também anacrónico, e Herculano acaso teve ainda alguma esperança. Amou-o. «Se eu tivesse um filho e me morresse, não me custava mais a morte dele do que me custou a daquele pobre rapaz!» Mas D. Pedro v acabou cedo, moço: foi-se como uma aparição, levado numa onda de lágrimas; e o filósofo preparou-se para morrer, enterrando-se num exílio voluntário. Aí, essa imagem viva de outros homens, deu calor, vida, lição e amizade a muitos homens novos que aprenderam com ele a condenar o presente, embora o fizessem com ideias e princípios que lhe irritavam a inteligência, sem diminuir a amizade do antigo e inconvertível romântico.

A sua hora chegou ao fim, e, ao senti-la vir, afogou-a. Olhava em roda e dizia consigo: «Isto dá vontade da gente morrer!» (Pato, *Últimos mom. de A. H.*) Isto deviam ser muitas coisas: a Liberdade naufragada, a vida vivida em vão, a Pátria miserável, os homens cada vez mais rasos! Ele foi o último dos que possuíam alma bastante para protestar, para acusar. Depois dele, as gerações convertidas ao optimismo, cómodo para a inteligência que assim descansa e para o corpo que assim engorda, acharam que vivíamos no melhor dos mundos possíveis; que Portugal é pequeno «mas um torrão de açúcar», como dizia a Link o corregedor de Viseu. Os Pancrácios ou Falstaffs achavam afinal a verdadeira liberdade: consumara-se a revolução definitiva, morria afinal o último e importuno Jeremias.

«Portugal é uma vasta Barataria em que reina (liberalmente) el-rei Sancho.»

3. O SOLITÁRIO DE VALE DE LOBOS

A cova do cemitério de Azoia onde baixou o cadáver de Herculano no Verão de 77 é, no seu isolamento, o símbolo da insensibilidade com que Portugal o sepultou. Os camponeses arrancavam das oliveiras de Vale de Lobos tristes ramos dessas pardas árvores melancólicas, em memória do que vivera entre eles: sejam também estas palavras, esboçadas pouco depois da morte de Herculano¹ e agora de novo escritas: sejam também como um ramo de saudades deposto por mão fielmente amiga sobre a pedra do sepulcro.

Os camponeses celebravam, poética, ruralmente, um saimento que deixava indiferentes os grandes homens de Lisboa; e assim devia ser, porque o morto fora em vida um açoite para os poderosos, e um pai, um protector, um amigo, para esses humildes em cuja sociedade vivia. Como um Voltaire no seu retiro, Herculano era uma espécie de patrono dos camponeses, defendendo-os contra os casos arbitrários de uma justiça, de uma política, muitas vezes cruel. O mesmo que já reclamara uma esmola para as pobres freiras de Lorvão, era o que salvava do degredo um condenado da Azoia, vítima de um erro judiciário, sem poder evitar que a cadeia o matasse com as doenças ali ganhas. Herculano, procurador do infeliz, vinha a Lisboa, pedia, batia de porta em porta, subia às casas dos conselheiros — e com que ironia contava a sorte a que se via reduzido! — para alcançar o perdão da vítima injustamente condenada em todas as instâncias. Sob uma descrença convicta nos homens, ele, afinal, tinha no coração uma ingenuidade feminina, e sob o aspecto rude de uma quase afectada dureza, uma verdadeira meiguice, uma caridade doce, uma candura diáfana.

O seu génio produzia o seu pensamento. Era uma inteligência lúcida enquistada em fórmulas duras, e um coração bondoso e meigo, encoberto pela educação, sob um exterior rígido e aparentemente hostil. Quem o ouvia, depois de o ter lido, irritava-se muitas vezes; quem o tratava não podia deixar de o amar. Ingénuo como uma criança, mais de uma vez foi visto dando o braço, nas suas palestras peripatéticas do

¹ V. *Os dois mundos*, Out. de 77.

Chiado, a algum janota a quem expunha a teoria de Savigny sobre os municípios da Idade Média: o janota ouvia, orgulhoso, mostrando-se — porque não era moda, como alguém disse, «trazer o Herculano ao peito». Se o advertiam, ele, sem se ofender, ao contrário, respondia com uma fala arrastada e séria: oh, di.a.bo!

Era a candura própria dos bons; mas o singular génio de Herculano estava na força de uma convicção que, em vez de religiosa, era cívica, e que, portanto, em lugar de se afirmar condenando abstractamente o mundo como um místico, afirmava-se condenando individualmente os homens, pelos seus nomes, como um Juvenal ou um Suetónio. Ninguém lhe falasse no Saldanha, no Rodrigo! E esta direcção que o seu estoicismo tomara levado pela vida de Portugal, fazia com que, para muita gente, Herculano pagasse por um ser duro, áspero, intratável, construído apenas com orgulhos e ódios.

Mas, se no fundo do seu coração havia notas doces de meiguice e uma candidez ingénua, não foi sem dúvida este o traço dominante do seu carácter. Ao lado da humanidade tinha Herculano a dureza e a força lusitana; e por cima da espontaneidade, abafando muitas vezes o coração, dando sempre uma forma inteligível à força, viera a educação racionalista dar uma unidade, mais ou menos consistente, aos seus pensamentos e aos seus sentimentos. Assim, a palavra que o retrata é o Carácter, porque nele a vida moral e intelectual eram uma e única: o contrário do céptico, não raro santo, o próprio do estóico, não raro obtuso.

Dizemos pois Carácter no sentido e valor que a palavra teve na Antiguidade, e não na vaga acepção moderna. Não é a vida intemerata, não é o desprezo dos bens mundanos, o ódio à ostentação vã, a recusa desabrida de títulos, de honras, de lugares, que em si constituem o Carácter: embora a repugnância pelas coisas mesquinhas seja consequência indispensável desse modo de existir, que consiste essencialmente na afinação perfeita das regras da moral e dos princípios da inteligência, da vida do cidadão e da existência do filósofo. O tipo do carácter à antiga é o estóico, e este é o nome que propriamente define a fisionomia de Herculano; este é o tipo que passo a passo veio crescendo até dominar nos últimos anos, quando as lições sucessivas do mundo, nunca estóico e muito menos do que nunca nos nossos dias, e

muito menos do que em parte alguma em Portugal: quando os desenganos do mundo o degredaram para o exílio, não como um mártir, mas como um homem que, protestando sempre, se não converte, nem se corrompe.

Por isso o estóico é por natureza austero e duro; e na pessoa de Herculano esse género agravava-se com efeito por vários motivos: já pelo seu temperamento lusitano, já pela deplorável baixaza do nível moral da sociedade portuguesa, já pelo saber considerável sistematizado pelo filósofo e sem dúvida alguma desproporcionado para a ilustração média do país em que vivia. Olhando para as misérias alheias e para a alheia ignorância, por modesto que fosse — e não o era — via-se muito acima, como homem e como sabedor. Isto, e não a corte dos aduladores ineptos a que não dava importância, embora a sua bondade os não fustigasse, fazia-o inconscientemente orgulhoso, porque nenhum orgulho nem pedantismo tinha para com todos os que via credores de atenção e respeito.

Do acordo da inteligência e da moral vem ao estóico um pensamento bem diverso e até oposto ao dos santos, que do antagonismo sentido partem para as soluções místicas. Esse pensamento é o individualismo, cujo traço fundamental consiste na ideia de que o homem é em si um ser completo e a única verdadeira realidade social; a ideia de que a razão humana é a fonte do conhecimento certo e absoluto, a consciência a origem da moral imperativa, e a liberdade, portanto, a fórmula da existência social. Deste modo de ver as coisas nasce aquilo a que podemos chamar o orgulho transcendente, isso que os antigos estóicos disseram *Carácter*, quando pela primeira vez uma tal forma de pensamento apareceu sistematizada em doutrina.

Se na mocidade, pois, ao ver terminada a iniciação dolorosa que as suas poesias nos contam, Herculano, ainda impellido por ilusões generosas, ainda incerto do destino fatal do seu génio, entrou na batalha da vida como soldado, esperando chegar a ver realizadas as normas esboçadas em seu espírito, esse entusiasmo caiu depressa; e já no ardor com que escreveu a *Voz do Profeta*, para condenar a democracia, antiliberal em seu conceito, se vê esboçada fugitivamente a condenação futura dos partidos todos sob a forma artificial de um estilo profético, à Lamennais. O momento de se con-

vencer das razões de uma tal sentença chegou em 1851, quando fugiu corrido de vergonha e tédio perante uma corrupção que se lhe afigurava excepcional e única. Passou à condição de caturra para os homens práticos, de orgulhoso para os simples e de protesto simbólico contra a decadência portuguesa e contra o abatimento universal da Europa, utilitária e *imperialista*, para os que, de fora do mundo, como críticos, observam e classificam os fenómenos. Tornou-se o remorso vivo de uma nação degenerada. É neste momento que as coisas levam o génio de Herculano a definir-se na sua pureza; e é por isso que ao extinguir-se-lhe as ilusões políticas, principia a tornar-se um tipo característico da nossa vida contemporânea. Pode dizer-se que ao morrer para o mundo nasce para a História. O lugar que lhe compete, na galeria dos nossos homens modernos, é este. Embora já antes o seu nome tivesse andado nos programas e polémicas, a sua individualidade não se destacava ainda senão pelo valor adicional de reputação literária conquistada.

No revolver da vida agitada em que se achara, iam pouco a pouco reunindo-se, como que cristalizando, os elementos da individualidade futura, distinta e típica. A nobreza e a rectidão ideal do seu espírito tinham na sua profundidade o motivo de uma cegueira sistemática para pesar e medir as coisas reais com a imparcialidade fria de um crítico ou com a caridade de um santo. Com o seu metro absoluto e íntegro, Herculano, na agitação do mundo, corria atrás da quimera de achar aqueles homens que o seu estoicismo concebia, aqueles raros, dos quais ele era em Portugal um e único. O crítico, se é político, manobra com os homens como um general com um exército, auscultando as vontades e os caprichos, dirigindo as forças direito a um fim, sem atenção pelos instrumentos dele. Perante os homens, o santo tem na piedade uma força íntima: a coragem que não abrandar; tem o entusiasmo que o move e a caridade que lhe explica e lhe faz compreender, em Deus, as fraquezas e as misérias da terra. Combate, pois, sem recuar, levando nos lábios a palavra da unção e o sorriso de uma ironia boa, ao mesmo tempo cauterio e bálsamo. O estóico, porém, ferido, pára. O mundo era ele e nada além da sua razão, da sua consciência, da sua liberdade. E quando as feridas, as perseguições, os ataques, os ultrajes são profundos e agudos como os que expulsaram

da política — e também das letras — Alexandre Herculano, o estóico, repetindo a frase histórica do Africano, suicida-se. É então que vivamente nasce, pois só então o carácter aparece em toda a sua pureza.

Não o mata o cepticismo, mata-o o excesso de uma doutrina imperfeita. Não descrê, e é por cada vez mais acreditar em si que foge a um mundo rebelde a ouvir a verdade. A morte não é, pois, um acto de desespero, é um acto de fé. Só a diferença dos tempos fez que no suicídio de Herculano não entrasse o ferro, como entrou nos suicídios estóicos da Antiguidade. A vida assim coroada, o homem assim transfigurado num tipo e a sua palavra e o seu exemplo num protesto, superior ao mundo e às fraquezas, ficam aureolados com o forte clarão dos heróis, lume que aos navegantes, errando no mar escuro da vida, guia a derrota e indica o porto.

O racionalismo kantista foi o molde onde se vazaram em sistema as tendências naturais do espírito de Herculano, um D. João de Castro da burguesia e do século XIX. O antigo estoicismo português era católico e monárquico; o estóico de agora foi romântico e individualista, exprimindo a reacção contra a religião dos Jesuítas e contra a doutrina da Razão de Estado que, depois de ter feito as monarquias absolutas, fizera a Convenção e Napoleão.

O kantismo como filosofia, o individualismo como política, o livre-câmbio como economia, eis aí as três fases da doutrina que, por ser um filósofo, Herculano media em todo o seu alcance.

Eu, meu caro democrata e republicano, nunca fui muito para as ideias que mais voga têm hoje entre os moços e que *prouavelmente virão a predominar* por algum tempo no século XX, domínio que as não tornará nem piores nem melhores do que são. A liberdade humana sei o que é: uma verdade da consciência, como Deus. Por ela chego facilmente ao direito absoluto; por ela sei apreciar as instituições sociais. Sei que a esfera dos meus actos livres só tem por limites naturais a esfera dos actos livres dos outros e por limites factícios restrições a que me convém submeter-me para a sociedade existir e para eu achar nela a garantia do exercício das minhas outras liberdades. Todas as instituições que não respeitarem estas ideias serão

pelo menos viciosas. Absolutamente falando, o complexo das questões sociais e políticas contém-se na questão da liberdade individual. Por mais remotas que pareçam, lá vão filiar-se. Mantenham-me esta, que pouco me incomoda que outrem se assente num tronco, numa poltrona ou numa tripeça. Que as leis se afirmem pelos princípios eternos do bom e do justo, e não perguntarei se estão acordes ou não com a vontade de maiorias ignoras. (Ext. da corresp. com o A. carta de 10 de Dez. de 1870.)

Herculano é o legítimo discípulo de Mouzinho, que tanto admirava; e, depois do que dissemos acerca da teoria individualista, ao estudar o primeiro defensor dela entre nós, parece-nos desnecessário entrar em repetições. Já avalíamos o merecimento, já também vimos as consequências práticas de uma ideia que, suprimindo toda a espécie de autoridade colectiva, resumindo na consciência individual a origem do Direito, funda a sociedade sobre uma nova espécie do antigo *pacto* dos juristas. Renegando o direito divino dos monarcas, expressão tradicional, renega a soberania popular da democracia, expressão ainda com efeito por definir, ensaio rude, aritmético, tirania brutal do número, império de *maiorias ignoras*; mas expressão embrionária da futura autoridade orgânica do Estado.

Tomando a nuvem por Juno, o individualismo não distinguia o que necessariamente tem de grosseiro e rude um primeiro ensaio. Ainda então as ciências naturais não tinham caracterizado definitivamente o movimento das ideias do século, nem a verdadeira natureza orgânica das sociedades humanas, outra espécie de colmeias ou formigueiros¹; ainda o espiritualismo fazia do homem um milagre e das suas sociedades actos voluntários, pactuais. Mas, inconsequente, o individualismo não propõe afinal outra fórmula senão a do governo dos números brutos, das maiorias ignoras: que há-de propor, senão essa forma inexpressiva de uma força positiva indispensável à coesão social, desde que não há nas ideias um princípio orgânico?

Para quem tem estas crenças, a questão das monarquias e das repúblicas é uma questão secundária. Se entende que a monarquia

¹ V. *Elem. de Antropol.* (2.^a ed.), pp. 195-7; e *Inst. Primit.*, V-VII.

corresponde melhor aos fins, prefere-a; prefere a república, se entende o contrário. Tão ilegítimo acha o *direito divino* da soberania régia, como o *direito divino* da soberania popular. Para ele, a soberania não é direito, é facto; *facto imperterível* para a realização da *lei psicológica e até fisiológica* da sociabilidade; *mas em vigor, negação*, porque é restrição, nos seus efeitos, do direito absoluto, e cujas condições são portanto determinadas só por motivos de *conveniência prática*, e dentro dos limites precisos da necessidade. Fora disto, toda a soberania é ilegítima e monstruosa. Que a tirania de dez milhões se exerça sobre um indivíduo, que a de um indivíduo se exerça sobre dez milhões deles, é sempre a tirania, é sempre uma coisa abominável. (*Ibid.*)

Este período, eloquente, é revelador da energia que as ideias adquirem quando se tornam o sangue do nosso sangue, chegando a desorientar a rectidão ingênita da nossa inteligência. Herculano, cujo bom senso, cujo saber lhe não consentiam ir até onde logicamente manda a doutrina, isto é, até a anarquia sistemática, negação de toda e qualquer sociedade, apoteose do estado selvagem de quase puro individualismo: Herculano que não é Rousseau, vê-se obrigado a chamar conveniência prática, ao que linhas antes dissera lei psicológica e até fisiológica do homem — a sociedade.

É que, com efeito, não basta o princípio individualista para nos explicar a fisionomia intelectual de Herculano. Várias causas concorriam para o temperar, ou desviar das suas conclusões lógicas. O saber é uma dessas, mas a principal é o seu temperamento estóico. Para Herculano, e em geral para o estoicismo, uma doutrina não é um produto da inteligência pura, que pode ser, ou não, amado e *vivido*. O estóico *vive* com o que pensa, o seu pensamento está no seu coração: é a carne da sua carne, o sangue do seu sangue; é uma fé, não apenas uma opinião. Eminentemente forte, é por isso mesmo positivo e prático. As doutrinas são para ele realidades, não são abstracções; e nada valem quando nada representam na esfera da consciência e da moral, quando nada valham na do Direito e da Economia. Por isso as conclusões extremas do individualismo, irrealizáveis, praticamente absurdas, imorais até, repugnantes para o próprio instinto, contraditadas pelo saber mais mesquinho: essas conclusões, delícia de espíritos secos, de filósofos abstrusos, de ignorantes

ingênuos, não podia Herculano, sábio e estóico, abraçá-las. Parava, pois, a fim de conciliar a sua opinião com o seu sentimento, e se em resultado saíam inconsequências, elas não fazem senão demonstrar a verdadeira nobreza da sua alma e a têmpera rija da sua inteligência.

Lado nenhum das ideias mostra isso mais do que o económico. Tão livre-cambista como individualista, ou ainda mais, porque sentia e temia o socialismo, vendo nele um positivo e declarado inimigo e o problema vivo do futuro: ou ainda mais, dizemos, porque não parava, nem limitava as conclusões últimas, Herculano era radical no *free trade*, pois acreditava firmemente nele como uma panaceia. Estóico sempre, a doutrina da concorrência aparecia-lhe principalmente por um lado secundário para os economistas. O livre-câmbio, proclamado como a melhor receita para criar a riqueza, era para Herculano sobretudo a melhor forma de a distribuir. Queria que as leis pulverizassem o solo, no qual não reconhecia outro valor senão o que o trabalho consolidara nele; e esperava que a concorrência, desembaraçada de todas as peias, criasse uma sociedade proudhoniana, em que todos fossem capitalistas e proprietários. Como estóico, era um socialista; mas o seu socialismo realizar-se-ia pela liberdade, pela concorrência. E quando se lhe contavam os casos repetidos, actuais, do sem-número de monopólios de facto, nascidos, não das leis, mas sim da guerra natural económica, ele parava, cismava e não respondia.

Via-se que lá dentro lutavam a doutrina e a lucidez; e, sem se convencer, sem mudar, aparecia o moralista invectivando os vencedores dessa luta donde ele esperava a justiça, e donde apenas saía o dolo. Ninguém o excedia então; e ao ouvi-lo, dir-se-ia algum fugido de Paris, dos tempos da Comuna, pois nos referimos agora aos seus últimos anos, às vésperas da sua morte, quando a agiotagem *livre* de Lisboa e Porto provocou uma crise bancária. Quis então o Governo coibir a liberdade de emissão, mas não pôde.

Do folheto do meu amigo¹ o que infiro é que esses banquistas daí

¹ *A Reorgan. do Banco de Port.*

são uma alcateia de tratantes e que o Governo quer o monopólio da coisa para uns amigos seus de Lisboa que vão tratando da vida, mas com quem o Governo se acha nos apertos trazidos por despesas tantas vezes, posto que nem sempre, irreflectidas e insensatas. As façanhas e cavalarias dos banqueiros do Porto resultam claramente do seu folheto: as do Governo são inferências que dele tira a minha danada má-fé. — O Governo que faça a sua obrigação; que tenha bem azeitados os gonzos e fechaduras das células e bem safas as escotilhas dos navios da carreira de África. Por indulgência com a imbecilidade humana (sejamos indulgentes) quando a tratantada fosse de algum Banco, bastaria dissolvê-lo e filar a direcção. (*Ibid.* c. de Fev. de 77.)

Pobre Governo que caiu! Pobre Estado, sem força para bater-se com os novíssimos Senhorios criados pela liberdade que o filósofo pregava! Porque até perante um claro exemplo das consequências da concorrência, como que ferido por um remorso, por uma vaga dúvida, Herculano insiste, defendendo a sua opinião arraigada:

Preto velho não aprende língua. A questão única de doutrina que me parece haver em toda essa embrulhada é a emissão de notas: se há-de ser livre, se restrita, se monopolizada. Liberdadeiro empedernido no pecado, adopta a primeira solução em toda a sua amplitude. O meu amigo vai para o monopólio; também isso é natural. O socialista vê no indivíduo a coisa da sociedade: o liberal vê na sociedade a coisa do indivíduo. *Fim* para o socialista, ela não é para o liberal senão um *meio*; criação do indivíduo que a precedeu, que lhe estampou o seu selo; porque, faça ela o que fizer, nunca poderá manifestar a sua existência e a sua acção senão por actos individuais, unidos ou separados. O colectivo nessas manifestações não passa de uma concepção subjectiva; não existe no mundo real. (*Ibid.*)

Mas, se essa liberdade expressa na concorrência económica — a franca emissão de notas, no caso especial tomado para exemplo, mas se essa liberdade conduz a tais resultados, sendo em si excelente, força é que haja um vício no mecanismo das instituições. E há, há sem dúvida, diz Herculano, é o anonimato.

Na essência, a *banknote* é a expressão do crédito que o indivíduo atribui a si. Que se reúnam 7, 70 ou 700 indivíduos para somarem essas avaliações; que se chamem Banco e que expressem colectivamente o total, isso não muda a essência da coisa. Suprimia todas as responsabilidades *limitadas*. A responsabilidade é de sua natureza ilimitada até onde chegam os recursos e a pessoa do responsável. *Non habet in posse, dicat in corpore*, é máxima que se não devia desprezar nesta questão do abuso do crédito. Note que eu desejaria suprimidas *todas* as responsabilidades limitadas, tácitas ou expressas, manifestas ou disfarçadas. (*Ibid.*)

Vimos antes como o espírito do historiador erudito corrigia em certo ponto a doutrina individualista; vemos aqui o jurista a corrigir o livre-câmbio; vamos ver o canonista a corrigir para a direita o ultramontanismo, para a esquerda o ateísmo. A educação do homem temperava os princípios do filósofo, e essas correcções eram-lhe indispensáveis para que os seus pensamentos se mantivessem de acordo com os seus rectos instintos, com as suas belas aspirações: eram-lhe indispensáveis, porque o estóico não admite divergência entre a inteligência e a moral, entre o mundo das ideias e o das realidades.

Mas, se há pouco notámos a inconsequência, não é verdade que a opinião de abolir o anonimato é paradoxal — fora do socialismo que reconhece a instituição anónima por excelência, o Estado? Sem anonimato, como levareis a cabo as obras colossais, a que nenhuma responsabilidade individual basta? Ou condenareis a realidade fatal em nome dos princípios? Como Herculano claramente o via, o anonimato, isto é, a fragmentação do Estado em senhorios económicos, uma espécie nova de feudalismo, consequência necessária de todas as anarquias: o anonimato é a refutação do individualismo na economia social. Destruindo toda a propriedade colectiva, roubando ao Estado toda a força real, resta apenas à lei um prestígio abstracto que é logo vencido pelas influências anárquicas ou *feudais* do capitalismo individualista. Liberdade quer dizer responsabilidade; e se uma é um princípio absoluto, a outra há-de também ser absoluta. Esta é a regra; e neste ponto não era Herculano, era a fatalidade a origem da inconsequência. Por cima das teorias galgam e vencem sempre os factos necessários.

Assim, no direito público, o processo das maiorias apesar de *ignaras*; assim na economia o anonimato, apesar de juridicamente infundado, passam por cima do indivíduo, da liberdade, da responsabilidade. E os que vêem com outros olhos os fenómenos sociais, encontram nestes factos os primeiros esboços do futuro Estado, que se reconstruirá depois de terminada a evolução natural dos princípios liberais-individualistas. Das maiorias, organicamente representadas, sairá a representação da vontade colectiva; das companhias, oportunamente transformadas, sairá a unificação do Poder Público. O voto universal e o anonimato são o esboço rude da constituição económica de sociedades em que o liberalismo destruiu as instituições de protecção e o direito monárquico.

Com fundado motivo dizia Herculano que perante os princípios — liberal e socialista, ou individualista e colectivista — era indiferente a questão das formas do governo: «Pouco me incomoda que outrem se sente num trono, numa poltrona ou numa tripeça.» E essa questão da república ou monarquia é para ele um problema não só histórico, mas também religioso.

São na essência o mesmo calvinismo e puritanismo, e o calvinismo penetrou tão profundamente na vida moral dos Suíços como o puritanismo nas antigas colónias inglesas emancipadas. Mas o calvinismo e o puritanismo que são, senão a democracia republicana na sociedade espiritual? A vida política das duas sociedades foi, digamos assim, uma prolação da sua vida moral. Quando as instituições e as ideias políticas de um povo derivam das suas crenças e instituições religiosas, a manutenção tenaz das primeiras nada tem de extraordinário. (*Ibid.* c. de 15 de Nov. de 72.)

Pondo de parte, pois, a questão da oportunidade no momento de uma crise, a república não parecia a Herculano adequada «à velha Europa, sobretudo a estas sociedades meio-germânicas na índole e celto-romanas na raça¹ que es-

¹ *Hist. da Civil. Ibér.*, introd. — *Hist. de Portugal*, 1, I, 3.

tanceiam ao Ocidente... educadas pelo catolicismo que, na pureza da sua índole, é o tipo da monarquia representativa». (*Ibid.*)

A tradição religiosa, ou antes aquela pseudotradição de um catolicismo liberal inventada pelo romantismo, servia, pois, ao filósofo para temperar o seu individualismo, conciliando-o com um resto de autoridade social consagrada nas prerrogativas do trono representativo. De tal modo se combinava o racionalismo com o romantismo, e este traço é o que dá a Herculano, ou antes à sua doutrina, um carácter de individualidade original, depois do ensino racionalista de Mouzinho da Silveira.

Também o temperamento entrava, ao lado da educação, para acabar de afeiçoar a fisionomia religiosa de Herculano. O mecanismo do frio Deus kantista não bastava à sua índole peninsular. A imaginação pedia-lhe a antiga História tradicional; o sentimento reclamava o que quer que é de afectuoso e meigo — a doce caridade católica — e o bom senso exigia o culto e pompa que impressionam as massas. O protestantismo, alvo das suas acerbas sátiras, não satisfazia a sua alma, nem as suas exigências de canonista. Nada propenso ao misticismo, e até rebelde a compreendê-lo fora da caridade prática, via, porém, na religião principalmente a Igreja — instituição e disciplina. Roma e a política ultramontana, nisto se resumia para ele a história do catolicismo a partir de certo concílio em que pela primeira vez se infringiram certos cânones. Por este lado, o seu pensamento, aliás tão grave, aproxima-se mais do espírito superficial e em demasia negativo do século XVIII do que do espírito plácido e compreensivo do século em que vivemos. Fazendo da questão religiosa uma questão de datas e leis, marcava a era em que a Igreja começara a mentir ao seu papel, e aos que lhe falavam em nome do Espírito, respondia com a História: a morte veio achá-lo ocupado na empresa vã de converter um rapaz místico e católico. Tinha ódios ao papado, e a paixão do sectário, quando se erguia contra os desvarios dos seus contemporâneos, cegava-o até o ponto de desconhecer o passado e de aplicar as fórmulas da nossa era a todas as idades. Assim, para ele, a solução da questão religiosa estava no regresso ao puro espírito do catolicismo *representativo*, religião que concebia como canonista e não como filósofo. Punha Döllinger

muito acima de Lutero; Hegel, Feuerbach ou Strauss mereciam-lhe apenas um sorriso desdenhoso.

Esta maneira, evidentemente incompleta, de compreender a religião levava-o a considerá-la, por um lado, como coisa puramente individual, e neste sentido apoiava a célebre fórmula: «Igreja livre no Estado livre»; enquanto, por outro, olhando-a como instituição positiva, a julgava simples matéria administrativa. O publicista liberal assustado pela força da reacção, cujo verdadeiro carácter não percebia, erguia-se, pois, para debelar com leis o que só a pregação moral pode encaminhar e dirigir, jamais vencer: a irresistível tendência do espírito colectivo para afirmar religiosamente a sua unidade.

A Liberdade, suposto princípio que para ele resumia a essência de um espírito racional e absolutamente consciente, era afinal o seu verdadeiro e íntimo deus. É essa a religião do estóico; e o deus da *Harpa do Crente* é um ser eminentemente livre que por um acto de vontade absoluta criou tudo o que existe: o deus do estóico é a divinização da personalidade. E, como todos sabem por quanto esta antiga filosofia entrou na formação do cristianismo, é desnecessário mostrar, desenvolvidamente, como e até que ponto Deus era para Herculanho o Deus cristão.

Duas palavras agora acerca do escritor: duas palavras apenas, porque não tratamos da história literária, mas temos de nos ocupar de literatura, sempre que ela influi, como neste caso, na vida geral ou total da sociedade.

Obras de três naturezas diversas nos revelam pelo estilo três fisionomias distintas. A primeira, oficial e grave, são os seus trabalhos históricos, onde o período redondo e clássico, mas sem afectação quinhentista, se desenvolve alimentado pelos *caldos de Vieira* que nos receitava, a nós os moços, para educar a mão. A segunda são os seus romances e escritos humorísticos, onde, mal ataviado o período jesuítico, às vezes combinado com formas e *tours* estrangeirados, transparece sempre o *gout du terroir*, o cunho de portuguesismo duro e pesado, mais agressivo do que engraçado. Na terceira, finalmente, em nossa opinião a mais bela: nos escritos de polemista, a frase rotunda é quente, a agressão é viva, as palavras

têm calor, e a dureza do génio lusitano acha nos sentimentos expressos em orações duras, uma convicção, uma independência que a enobrecem. Ouve-se a voz do estóico, e há uma harmonia perfeita entre o pensamento profundo, grave e forte, e o estilo redondo, sóbrio e nobre. A retórica clássica é o molde próprio do clássico pensamento estóico. Mas entre estas obras há uma, uma única (*Cartas à Academia das Ciências*), onde o homem íntimo, sensível, caridoso e simples, esse homem que nós esboçamos fugitivamente, porque a vida, a educação, o temperamento, de mãos dadas concorriam para o subalternizar ao homem estóico, há uma, dizemos, em que as palavras não falam apenas, choram e vociferam, têm lágrimas e imprecações e ironias. Ferido no vivo coração da sua existência, o homem pôs no papel o melhor do seu sangue. O que o génio do artista obtém com a intuição, consegue-o o poeta com emoção. A *Carta à Academia* é tão bela como as melhores das poesias íntimas de Herculano.

Para ele que, como lusitano, nada tinha de artista (prova os seus romances), a literatura era uma missão e não um diletantismo. O Universo, a História, a sociedade não se lhe apresentavam como assunto de estudos subtis e curiosos, de observações finas ou profundas, de quadros brilhantes, vivos ou comóventes; mas sim como objecto de afirmações ou negações, inspiradas pela convicção estóica. Nos seus livros pode seguir-se ao mesmo tempo o desenvolvimento do seu pensamento e a história da sua consciência. São o retrato da alma do autor, ora apaixonada, ora melancólica; quase sempre triste, mas sempre convicta, enérgica e franca.

As *Poesias* e o *Eurico* revelam-nos o crente na providente liberdade de um Deus poderoso e justo, a alma rijamente temperada contra o acaso funesto, o coração aberto às emoções da Natureza que se lhe manifestam com o carácter de uma fatalidade cruel e de um desabrimento cego. Deus, a Natureza, o Homem, são, nessas obras, personagens de uma tragédia bíblica, tendo a tempestade rouca por música e por fundos de cena vulcões de nuvens negras a velar o azul do céu.

Vêm depois as obras polémicas, vasta e riquíssima colecção (reunida nos *Opúsculos*, I-IV e segs. em via de publ.) que patenteia a omnímoda actividade do pensamento de Herculano, e lhe dá o carácter de um filósofo, cujo pensamento,

em vez de se manifestar em tratados, se exprime em controvérsias. Profissionalmente, era historiador. A *História de Portugal* e os trabalhos que com ela formam o corpo dos estudos do erudito (a *Hist. da Origem e Est. da Inquisição*; os opúsculos sobre a batalha de Ourique; o *Do estado das classes servas*; os diversos ensaios no *Panorama*; o inéd. sobre o feudalismo em resp. a Cardenas; as edições da *Crón. de D. Sebastião*, de Bernardo da Cruz, dos *Anais de D. João III*, de Fr. Luís de Sousa, do *Roteiro de Vasco da Gama*; a colecção dos *Portugalliae Monumenta Historica*, etc.)¹ são a obra mais importante do escritor e o sólido fundamento do seu nome imorredouro na história literária portuguesa. Reunindo a um saber geral vasto e forte a paciência do erudito e o escrúpulo do crítico, esses trabalhos não respiram a secura pedante do especialismo; e se não constituem nem podem constituir uma história nacional, fizeram com que os problemas das origens sociais e políticas da nação portuguesa fossem por uma vez resolvidos. A historiografia peninsular tem em Herculano o seu mais ilustre nome: um nome que se conservará ao lado do de Mommsen ou de Guizot, cujos golpes de vista compreensivos partilhava; e do de Thierry, a quem acompanhava na faculdade de representar vivas, nos seus hábitos, costumes e leis (senão em sua alma, como um Michelet) as passadas gerações; avantejando-se a ambos na coragem com que arcou com o trabalho improbo de coligir, coordenar, traduzir, interpretar os monumentos históricos de um povo que não tivera beneditinos eruditos. Robinson de nova espécie, Herculano achou-se como num país deserto e teve de descobrir os materiais antes que pudesse pôr mãos à obra.

Prodígio de trabalho, de saber, de paciência, de talento, a *História de Portugal* é um monumento; entretanto, devemos dizê-lo, se quisermos ser inteiramente justos, mais de uma coisa lhe falta, para poder ser considerada um tipo, e o seu autor um grande historiador, como um Ranke. Falta-lhe ar na contextura sobrecarregada de discussões eruditas; falta-lhe, sobretudo, aquela alta e serena imparcialidade, aquelas vistas rigorosamente objectivas, aquela isenção crítica impassível perante as escolas, os sistemas, os partidos, sem a

¹ V. *Hist. de Portugal*; ap. III.

qual a História deixa de o ser. Herculano pecava, com toda a escola romântica, Guizot à frente, porque a opinião e a política de mãos dadas o levavam a fazer da História da Idade Média uma apologia do sistema representativo. Como Guizot, também estóico, Herculano era demasiado convicto e apaixonado para poder prescindir de si, das suas crenças, das suas opiniões. Levava, pois, para o estudo do passado as preocupações do presente, porque essas preocupações eram a essência da sua vida moral. O romântico de 30, o liberal ardente, o soldado da CARTA, enfatuado com as suas teorias constitucionais e municipalistas, tinha de condenar *in limite* a centralização monárquica dos séculos XVI e XVII, consequência indiscutivelmente necessária, consequência europeia da Idade Média e preparação dos tempos modernos.

Além disto, há uma falta de nexo na *História de Portugal*, resultado do modo como primeiro foi concebida. «Eu comecei por imaginar apenas uma história do povo e das suas instituições, alguma coisa no género da *Histoire du tiers état*, de Thierry, mas mais desenvolvida», dizia-nos Herculano, «porém, tendo coligido materiais para a primeira época, vi que possuía neles tudo o que era necessário para a história política: daí veio a resolução de escrever uma *História de Portugal*.» É por isso que as duas faces do livro se não ligam; é por isso que os homens e os seus actos nos aparecem como um apêndice, subalterno, indiferente, dando a impressão de que se tivessem sido outros e diversos, nem por isso a vida anónima da sociedade poderia ter seguido rumo diferente. E se não vemos a acção dos elementos voluntário-individuais ou fortuitos sobre os elementos sociais, nem a inversa, perdendo assim a história o seu carácter eminente de realidade, justapondo artificialmente, a uma crónica verídica, desinçada dos erros e das invenções fradescas, uma dissertação erudita sobre o desenvolvimento das instituições: sucede também que a apreciação dos elementos morais, crenças individuais, fenómenos de psicologia colectiva, é feita à luz de doutrinas quase voltairianas; e, no avaliar das lendas religiosas e da acção do clero, o historiador prescinde de profundar os motivos morais, ou cede a palavra ao sectário que nos bispos e em Roma não vê outra coisa mais do que sacerdotes da astúcia e uma Babilónia de perversão.

Tal foi a *História de Portugal* que o romantismo concebeu; e

demorámo-nos tanto sobre ela porque vimos aí um sintoma característico para apreciar o valor dessa forma de Liberdade que teve em Herculano o seu derradeiro e mais ilustre sectário. Para o romantismo, a renovação social era uma volta a tradições cindidas pela monarquia absoluta: já o dissemos, e não é, portanto, necessário repeti-lo. E essas tradições que deviam ser — ó singular confusão da inteligência! — o alicerce de uma liberdade racionalista, inspiravam a Garrett o *Frei Luís de Sousa*, elegia mística, e a Herculano um fragmento de *História* para uso dos sábios, apenas popular por ter sido mais um ataque ao catolicismo tradicional português.

O clero pagou com guerra o ódio que o historiador lhe dispensava nos seus livros agressivos. Conjuraram-se os padres e Portugal assistiu a mais um protesto do espírito antigo, inconvertível, impenitente. Em vez de congregar o povo na comunhão de um pensamento nacional, a *História* saía como uma arma de combate. As tradições vivas, possíveis, eram todas inaceitáveis, como o leitor já sabe. As guerrilhas do Minho em 46 foram trucidadas em Braga, mas o enraizado espírito católico não se podia vencer nem com armas, nem com livros: só acabaria com os caminhos de ferro, com as pontes e estradas, com a Regeneração utilitária, materialista e prática.

Herculano, vendo-se isolado, vendo no púlpito o padre excomungando-o, no Governo «o bom homem que, nas horas vagas de certas funções elevadas, espirecia os tédios da vida revolvendo com o bico da bota a velha coroa de D. João I numa selha de lodo que viera do Tibre»; Herculano, clamando, sem ser ouvido, a Sá da Bandeira: «Acorda, moderno Bayard, que te matam!» (*A Reacção Ultramontana*, 1857) abdicou e homiziou-se, levando para a sua tebaida a crença na ruína fatal. Os antigos não se convertiam, os novos entregavam-se de corpo e alma à Regeneração: ele, só, chorava as desgraças da Pátria que saía da sacristia para entrar na trolagem, trocando a Igreja pela Bolsa e os bentinhos e os rosários pelos arrebiques dos peralvilhos e pelas tabuadas de financeiros: o Breviário pelos Melhoramentos. E o Evangelho? Oh, gente perdida! E a justiça? E a moral? E a liber-

dade? E a poesia? A turba não podia mais ouvi-lo: com a liberdade fora-se a religião; com o romantismo salvador, a perdida nação jesuíta! Velhos e novos, de mãos dadas, adoravam o deus novo — Regeneração! —, cujo sacerdote era Rodrigo, Fontes o diácono e Saldanha o ídolo bem fardado.

Herculano abdicou, pois. Durante o período que medeou entre a sua abdicação e a sua morte, o espírito europeu, abandonando a vereda romântica de um subjectivismo que desde 89 assolava o mundo com revoltas, restauradas as sociedades latinas pelo utilitarismo imperialista que as enriqueceu outra vez: o espírito europeu, dizemos, retemperou-se na tradição naturalista, constituindo um corpo inteiro de conhecimentos novos, transformando os métodos das ciências, esboçando filosofias originais. O antigo estóico, o kantista de 30, com as suas ideias exclusivas, com o seu racionalismo frio, com o seu método subjectivo, com a sua compreensão formal das coisas, com o seu deus mecânico, e a sua liberdade dogmática: homem como que abstracto, vendo os homens fora do Mundo e da evolução, como um milagre divino: esse homem, solitário em Vale de Lobos, adorado por quantos o conheciam, estudado como um monumento da História por muitos dos que o tratavam, não podia mais dirigir a educação da gente nova.

Nem o conhecimento íntimo da Natureza viva obtido pela ciência, nem o sentimento ideal do Universo, profundado pelas filosofias alemãs (concepções até agora opostas, mas que o tempo aproxima todos os dias e virá a combinar afinal); nenhuma das aquisições fecundas do espírito humano nos últimos quarenta anos puderam destruir no pensamento de Herculano o sistema granítico das suas ideias. O maravilhoso corpo de ciências filológicas que a Alemanha construíra e que são como que a embriogenia das sociedades e suas ideias políticas, jurídicas e religiosas, revelando uma biologia social tão positiva e verdadeira como a zoológica, mostrando-nos a sociedade como realmente é — um organismo vivo: esse mundo novo do saber que destruía o individualismo e apeava do seu trono a Liberdade, não só era desconhecido para o solitário estóico, mas era objecto das suas ironias melancólicas — «os desvios das simbólicas, das estéticas, das sintéticas, das dogmáticas, das heróicas, das harmónicas,

etc.» (Corr. com o a. *carta de 1869*) em que «lhe faria pena ver perdido» qualquer escritor moço.

E quando, ele que observara impenitente o velho Portugal, abandonados ao lodo utilitário os seus coevos, via também a mocidade mediocrementemente respeitosa por essa religião do indivíduo que era a sua; quando via as tendências centralistas e socialistas — confessas ou inconscientes — dominarem nos governos e oposições, nos partidos conservadores e nos revolucionários, ele chorava, outro Isaías, sobre as ruínas do templo abatido, sem reconhecer que as pedras desse edifício derrubado já começavam a formar um novo monumento.

Meu amigo: provavelmente não tardará muito que eu vá dar um passeio ao outro mundo sem tenção de voltar. Passado um século, é muito possível que o liberalismo tenha desaparecido. As gerações precisam às vezes retemperar-se nas lutas da anarquia ou nas dores da servidão: concentram-se para a explosão calcadas sob o pé férreo da força brutal. Deixe-me levar, para me entreter a ruminá-la pelo caminho, a convicção de que, entalada entre duas betas negras — a tirania em nome do Céu e a tirania em nome do algarismo — surgirá como um foco de luz, nas páginas da História, a época em que se proclamavam os direitos individuais absolutos e imprescritíveis, embora as paixões humanas nem sempre os respeitassem. (*Ibid.* carta de Fev. de 77.)

Meses depois morria; mas esse foco de luz não se extinguia, porque entre os vários sintomas da vida orgânica de uma sociedade está o respeito e a admiração pelos seus grandes homens. Esse foco de luz não se extinguia também — ainda hoje o dos estóicos da Antiguidade nos alumia! —, porque os direitos individuais são funções imprescritíveis do organismo social, embora não sejam a expressão sumária da sociedade; porque as duas betas negras, se têm essa cor quando o desvaireamento dos homens ou a fatalidade das coisas dão lugar à tirania, têm realmente cor diversa, uma cor viva e pura! São a própria existência do organismo colectivo, destruído sempre que deixar, porém, de ter uma unidade moral e económica, uma autoridade positiva, eminente, real e poderosa. Assim é nos centros nervosos do animal que, recebendo as impressões externas, as unificam, as sintetizam, e daí imprimem a acção, a vontade e o pensamento ao homem,

que é, também, dizem-no os naturalistas, uma sociedade de indivíduos fisiológicos.

No declinar da vida, teria fraquejado a convicção do estóico? Batido por tantas e tão variadas tendências, umas que odiava sectariamente, outras que justamente condenava, outras finalmente que a sua alma nobre e bondosa instintivamente respeitava; contrariado pelo passado católico, pelo presente *regenerador* e por um futuro que reconhecia conquistado para o socialismo — não hesitaria? Quem sabe? Não houve alguém que em palavras espontâneas, irreflectidas, lhe descortinasse ou um sintoma de dúvida íntima ou um vislumbre de conversão? Talvez houvesse. Como, porém, morreu sem confessar, a pedra do túmulo guarda esse segredo. Antes de expirar disse apenas: «Isto dá vontade de morrer!» Traduza cada qual o enigma ao sabor da sua opinião.

II

A LIQUIDAÇÃO DO PASSADO

1. A RAPOSA E SUAS MANHAS

Enxutas as lágrimas devidas à memória do último dos liberais, passemos a tratar dos vivos, *regenerados*. Como um Saturno devorador dos filhos, assim a Liberdade tragara os melhores dos seus: Mouzinho, Passos, Cabral, Herculano — tudo vítimas! Dos antigos, para herdar os restos, ficam apenas dois bastardos: Saldanha e Rodrigo, o céptico, nem liberal, nem coisa alguma, sem doutrinas, sem ilusões, com o instinto negativo apurado pelos anos, e a dura lição de 42 presente.

Figura pérfida, sulcada pelas rugas da idade e pelos antigos despeitos reprimidos, é a imagem do Portugal velho católico e liberal, da Nação que tudo abandona, de tudo descrê com um riso de ironia amarga. A face é a do Beirão, quadrada, cheia e forte; mas os lábios finos não exprimem cólera senão desdém, e nos olhos vivos há largas revelações de intrigas miseráveis, de podridões sabidas, há dardos que atravessam o recalcitrante, dizendo-lhe: Vi-te em tal dia, conheci-te em tal hora: se te sei podre, por que vens falar-me em honra? Sem o dizer com a boca, insinuava-o com o olhar; e depois de submeter o hipócrita que lhe falava, apertava-lhe as mãos ambas, com sorrisos e palavras meigas, confessando a sua amizade.

De tal modo imperava sobre todos; e como, sem preconceitos doutrinários, dizia sempre que sim, cortando uma situação difícil com um dito, quando não era possível um emprego, todos rodeavam o rei novo, aclamado pela mesquinhez universal. Ele era a única das velhas árvores altas que o tufão liberal deixara de pé; e, vendo sobranceiro as cabeças rasteiras que o vento não dobrara, porque a insignificância é resis-

tente, tinha com a sua ironia desdenhosa o contrário das cóleras: uma compaixão protectora pela sua corte reles. Costa Cabral fora a imagem da Antipatia; Rodrigo era a máscara do Desprezo. Já idoso quando a vitória o coroava, como acompanhara a Liberdade desde 26, assistindo-lhe à nascença e à vida, conhecia-a bem por dentro, sabia como era feita. Auscultara muito a Urna. Tomara o pulso à Opinião. E, médico perspicaz, vendo que a moléstia era orgânica, só receitava *pro forma*, para satisfação da família, certo de que todos os medicamentos eram vãos. No decurso da vida de antigo boticário político, experimentara já o efeito de todas as tisanas simplices: também tivera nos Brandões os seus bandidos, também *fizera* eleições como os mais. Mas levava um codilho do Costa Cabral — o atrevido! —, levava um codilho, ele o homem de outra geração. A Liberdade pedia, sem dúvida, tratamento diverso. Diz-se que preferiu comprar os deputados como as casas: depois de feitos.

A sua astúcia tornava-o popular, as suas manhas célebre. O povo chamava-lhe raposa. Raros o odiavam — só algum *caturra* como Herculano: ele, também, encolhia os ombros, sorria. Lá por dentro é natural que respeitasse; e quem sabe se o mundo em 51 fosse outro, se ele também não seria diverso? Os homens, o tempo, a doutrina, de mãos dadas, porém, concorriam para tornar oportuna a eflorescência do cepticismo, o reinado da ironia, a vitória de um cesarismo que em uma nação de empregados só podia ser burocrático. Rodrigo era um Morny de secretaria, e no *império* português, Saldanha, o Saint-Arnaud, tinha um papel secundário, de parada apenas.

Valia muito pouco; estava já velho e em demasia desacreditado, o marechal, para poder alguma coisa: vivia à sombra da autoridade consolidada do político. E Rodrigo tinha de pessoalmente representar cenas de comédia para lhe acudir, porque esse *vulto* era indispensável aos seus planos: ele bem sabia que a nebulosa Liberdade era uma ilusão fugaz, que o culto da quimera exigia sombras por sacerdotes e que o mais conveniente e prático para marear o barco português era fazer do Governo uma peça de teatro. O povo ouviria os actores gravemente mascarados dizer os seus papéis, olharia o cenário: bastava. A sinceridade estava condenada por vinte ou trinta anos de tentativas várias e diversas, qual delas mais

infeliz. Rodrigo era o melhor actor do seu tempo. A idade, o traje antigo, o aspecto desembargatório não o deixavam confundir com os peralvilhos moços. O povo como que via nessa face barbeada, com os colarinhos desafiando as orelhas, um colete grande e antigo, a sobrecasaca de amplas abas pendentes, as calças de ganga amarela clássica, uma imagem de outros tempos, chorados sempre, apesar de tudo! Os infortúnios dão por via de regra aos povos, e principalmente ao português apático, miragens douradas do passado, dos bons dias fugidos! Violento, o português não tem o temperamento revolucionário, nem conservador: tem o génio donde saiu o sebastianismo.

O aspecto *antigo* do ministro era mais um motivo de êxito para o actor perante o seu público. As galerias ouviam-no; e a sua gravidade, a sua mansidão, seduziam. Nos seus bancos, os pares, os deputados como comparsas nos bastidores, sublinhavam as frases do exímio actor, confessando o talento, aplaudindo a arte irresistível. Assim os ódios se fundiam em risos, assim o riso como uma esponja lavava as nódoas, assim esquecidos os crimes tão benignamente perdoados, os réus passavam a sentir-se outros, puros, e uma vida nova saía dos lábios irónicos, nunca abertos para o sarcasmo nem para a acusação.

Por isso, quando o conde de Tomar, o velho rival outrora (42) vencedor, agora vencido para sempre, tornou à Câmara como um dos sete dormentes acordado, e quis ainda entrar no combate, com as suas antigas armas já embotadas, repantando o marechal, expondo o sudário das suas traições: Rodrigo com a bonomia mansa e a gravidade afectada próprias do palco, levantou-se para defender o homem, presidente que fardava a situação, mas sem o exaltar, para o não perder. «Para se enriquecer, Saldanha!», dizia com lágrimas sentimentais na voz; Saldanha tão boa pessoa! «E entre todos os incentivos que imperam no coração do homem, só o digno par achou esse da mais indigna vileza, para o atribuir ao seu adversário?» Pausa: com ar concentradamente triste, soltava logo o dardo: «E quem deste modo argui, como poderá ser julgado?» (Disc. de 14 de Fev. 1854.) O ferro tinha dois gumes: um feria em cheio o indiciado de roubos; o outro abria no coração de todos a porta da contrição, demonstrando a urgência de pôr ponto a um sistema de recriminações cruéis

que os desacreditavam a todos perante as plateias. As roupas sujas lavam-se em família: não é preciso fazê-lo à vista do público. Decoro, senhores! Tape-se a boca a esse vilão impertinente que desconhece as regras da boa sociedade e nos compromete. Cada qual sabe de si e Deus de todos: para que o há-de, também, saber o povo? Esperais que depois disso nos respeitará mais e se deixará governar melhor?

Tais eram as conversas dos bastidores que se exprimiam na cena em estilo mais solene. O ministro afligira-se muito, ao ouvir o digno par (com uma cortesia) dizer que o duque de Saldanha havia descido ao campo da revolta porque tinha fome e queria enriquecer-se. — Que temeridade, meu Deus! Pois seria crível tão grande infâmia? Para enriquecer-se o duque de Saldanha! — Pausa: que ao mesmo tempo desacreditava o próprio duque, e o defendia. E depois, num tom importante e grave de homem de Estado: «Esta frase proferida pelo digno par afigurava-se-me de grande impropriedade, filha de notável alucinação, e que pode ter consequências péssimas», perfidamente sublinhadas. (Disc. de 14 e 16 de Fev. de 1854.)

Chegara a Rodrigo a hora de desferrar o antigo beijo de 40 na face do seu émulo de então. Os tempos, afinal, tinham trabalhado, preparando pouco a pouco ao vencedor, por uma dissolução evolutiva das fórmulas sucessivas de Liberdade, o trono de cinismo sobre que reinava. A sinceridade batalhara com armas, depois com impropérios, sem conseguir vencer, conseguindo apenas matar na vida, na fé, no juízo, ou no carácter, os vários combatentes. A arena estava cheia de mortos, e os espectadores saciados de espectáculo. Depois de tragédias de sangue, houvera melodramas de frases: agora vinha o entremez final. Depois do terramoto de 34 que havia de restaurar a Nação, as guerras e os debates, a Espanha e a Urna de mãos dadas tinham consumado a ruína. Todos choravam frio e fome. A penúria é má conselheira. Uma nação exangue pode ter cóleras epilépticas — tivéramo-las em 28 —, mas não é capaz de força. Por isso a Liberdade acaba entre nós numa Regeneração, em vez de acabar, à francesa, num Império. Mas, cá e lá, o que vence é um cesarismo militar ou burocrático, segundo as condições dos países; um cesarismo que além nega e aqui apenas sofisma as instituições; um cesarismo que além oprime e corrompe e

aqui intriga corrompendo também; um cesarismo que em ambas as nações vence, porque a ambas dá, em vez de fórmulas, pão.

Rodrigo era um Morny, já se disse; Saldanha um Saint-Arnaud, peninsular e católico; o moço Fontes, iniciado como Rouher, viria a ser o futuro vice-monarca. Mas Napoleão, rei, imperador, César, quem era? D. Maria II? Não; a nobre, infeliz senhora chegava oportunamente ao fim (15 de Nov. de 53) da sua vida atribulada. A sua coragem viril, o seu levantado carácter, as suas virtudes, a sua inteligência forte e recta faziam dela o contrário dos Césares, por necessidade cépticos. A rainha era a sinceridade viva. Também concebera de certo modo o liberalismo; e como tinha no temperamento a virilidade, no coração a virtude, na imaginação as lições aprendidas num berço coroado, empenhou-se na luta, lançou mais de uma vez a Coroa na balança — lançaria a espada se pudesse usá-la! — para fazer vingar o *seu* liberalismo. E se não tivesse sido tão pessoalmente virtuosa, é de crer que, apesar do auxílio repetido dos estrangeiros que depois de a sentarem no trono mais de uma vez a sustentaram nele, é de crer, dizemos, que tivesse tido uma sorte diversa.

D. Maria II, pois, não tinha o temperamento cesáreo. Talvez que também a idade e as lições do tempo a viessem a converter à apatia, mas essa prova foi desnecessária porque morreu a propósito, deixando o trono ao nosso Napoleão III — D. Fernando: humano *viveur*, céptico, artista, cheio de inteligência e de *humour*, vazio de fórmulas, vazio de crenças, *moderno*, e bom. Como um César, desceu do Paço e affectando um aristocrático plebeísmo, passeava a pé fumando o seu charuto...

Não era uma positiva regeneração, ó manes de D. João VI chocalhado no seu coche dourado, com a escolta de cavalaria chouteando? Eis a *verdadeira* liberdade! Eis o reinado da paz e da fortuna!

2. A CONVERSÃO DA DÍVIDA

Este é o eufemismo liberal com que se denomina a última bancarrota portuguesa — urgente, inadiável, já desde anos reconhecida por muitos como a única solução, não só para

sair do círculo vicioso das agitações, como para entrar no caminho da pontualidade financeira indispensável à regeneração económica do País, exclusivo propósito actual da política cesáreo-burocrática portuguesa. Se nós em 36 já tínhamos tido o nosso 48, também tivemos com vinte anos de antecedência um oportuno Salaverria. (Voltará ele, daqui por tempos? É natural; parece inevitável.)¹

O Acto Adicional à CARTA proclamado ditatorialmente, evitando as Constituintes, era afinal a bancarrota de vinte anos de revoluções: um mínimo de reformas políticas suficientes para pacificar os partidos que já não pediam senão paz. A conversão foi o Acto Adicional da Dívida, que era o duro comentário do código de 26. As duas medidas, iniciando uma idade nova, completavam-se: eram a liquidação do passado financeiro e político e o prólogo da idade presente.

Entre as várias causas das desordens sucessivas dos tempos anteriores, a mendicidade do Tesouro de uma nação mendiga, foi como temos dito, a principal. Casa onde não há pão... E das revoltas e crises resultava uma agravação sempre crescente da ruína pública. A dívida, com a sua história acidentada, retratava esta situação. Como o leitor sabe, a CARTA comprara-se com uma guerra paga a empréstimos em Londres. Ganha a vitória sobre um país inimigo e confiscados os bens das instituições abolidas, nem se lhes pudera aplicar o valor para amortizações, por ser necessário para retribuir os serviços e criar partido; nem se pudera pedir à Nação exausta o necessário para os gastos ordinários, porque era conveniente fazer crer que a CARTA suprimia o imposto. Talvez assim o camponês se convertesse.

Quando o setembrismo venceu, a situação apareceu outra. Condenado o princípio de viver de empréstimos, os democratas acharam no protecçãoismo fabril uma arma duplamente útil: os direitos pautais, fomentando a criação de fábricas, criavam batalhões de operários democratas e davam ao Tesouro uma receita importante. Mas, por engenhosa que fosse a combinação, nem o setembrismo tinha um Pombal nem, sobretudo, teve em Passos um fazendista. Continuou-se a pe-

¹ Voltou em 1892; e coube ao A. a triste sorte de proceder à execução (3.^a ed.).

dir emprestado: e à maneira que as coisas inclinavam para a *Ordem*, iam também inclinando para o *Ponto*. De 37 a 40 havia sete semestres de juros por pagar.

Com os credores nacionais bem íamos, porque, sabendo-se que o Reino não tinha que emprestar ao Tesouro, o descrédito não prejudicava a economia da dívida. Eram mais pensionistas em atraso. Mas com os credores londrinos o caso mudava, porque, depois de quatro ou cinco anos de tentativas estéreis, era mister confessar que José da Silva Carvalho tinha razão, e que só do dinheiro estrangeiro se podia esperar a regeneração económica do Reino. Ora como nos emprestaria dinheiro quem reclamava o juro e não o conseguia? A dívida externa era, pois, duas vezes grave como problema: já por isto, já pela sua importância absoluta. (V. Bulhões, *Dívida Port.*) Em 38 chegava a 53 mil contos, ou quase doze milhões esterlinos, sendo quatro e meio de 5 e o resto de 3 por cento. E no fim de 40, agravada com os *cupões* por pagar, atingia a soma de £ 12 358 000.

Não perguntemos agora que valor real de dinheiro efectivamente importado representam estes números. Um terço? Muito menos. Lembremo-nos de que os empréstimos ulteriores tiveram em grande parte por fim pagar os encargos dos anteriores; e talvez não erremos supondo que de 12 milhões só 2, quando muito, se teriam visto em Portugal. E isto, convém dizê-lo, para salariar tropas, salvo o que serviu à amortização do papel-moeda. Não nos demoremos, porém, agora em cálculos. O facto era dever-se. Fora o dinheiro mal comprado e pior aplicado? É evidente que o credor nada tinha que ver com isso. A nossa ingenuidade não nos consentia especular com a própria ruína, e quando o pensássemos fazer, erraríamos; não só porque a Inglaterra credora mandava no Governo ordeiro, como porque sempre tinha de curvar a cabeça quem não meditava senão em obter novos empréstimos.

De tal situação nasceu o decreto de 2 de Novembro de 40, primeira tentativa da Regeneração. Era ao tempo em que Costa Cabral já, decerto, planeava a sua restauração da CARTA; e com ela e com a escala ascendente, com a ordem na política e na finança, esperava iniciar o utilitarismo, fazendo do velho Portugal sebastianista uma Bélgica. O leitor sabe já porque e como este plano falhou com o doutri-

narismo. Por detrás da Liberdade, cujos sistemas eram como as nuvens rotas que muitas vezes flutuam ao nascer do dia, levantava-se o sol vencedor, o sol utilitário que as dissiparia todas. O leitor sabe como foi a crise, mas não lhe dissemos ainda os termos da combinação em que vivia, sossegada, a dívida externa.

O decreto citado consolidava os *cupões* em atraso e convertia ao tipo de 5 p. 100 toda a parte da dívida de 3, dando aos credores como indemnização, prémio, ou o que quer que fosse, a quinta parte mais do que se lhes devia. Assim

100 £ de 5% eram representadas pelos novos títulos em 120
100 £ de 3% convertidas em 60 de 5, eram etc. em 72

Desta combinação resulta que, havendo		
5 milhões de 5 passava a haver 6	}	títulos novos
6 milhões de 3 passava a haver 5,4		

o nominal da dívida ficava aproximadamente o mesmo, mas o juro subia proximamente de 4, em média, a 5. Era, pois, o prémio de 1 por cento ou 540 contos ao ano? Era; ou antes seria, se a combinação pudesse ir até o fim; porque os juros diferiam-se, por meio de uma escala ascendente:

De 1841 a	4	pagar-se-iam	2,5	p. 100	
De	45 a	8	pagar-se-iam	3	p. 100
De	40 a	52	pagar-se-iam	4	p. 100
De	53 a	60	pagar-se-iam	5	p. 100
Depois de	60	pagar-se-iam	6	p. 100	até amortização do

que nos anteriores períodos se pagara menos do que 5.

Durante o prazo de 20 anos a ordem política e financeira permitiria fazer estradas e vias férreas, a agricultura progrediria, etc. Sabemos de que forma o cabralismo pensou realizar este plano, com a ordem doutrinária e com a Babel das companhias de agiotas.

Em 41 (9 de Novembro) o moço financeiro Ávila, ainda não duque mas já importante, entregou a administração da dívida à Junta do Crédito Público, impondo ao mesmo tempo aos credores da interna a dedução do décimo dos

juros. Tivessem paciência esses pensionistas do Estado: também os funcionários a tinham!

Com os credores londrinos é que se não podia bulir: era indispensável consolidar o sistema da escala ascendente a ver se se conformavam com ele e nos contavam no seu Stock Exchange. Só depois disso se conseguiria algum novo empréstimo! Costa Cabral concebendo uma *ordem* diversa da ordeira, uma ordem cartista, concebeu outra quimera: a de obter recursos internos, para com a riqueza da Nação — exausta! — suprir o que o estrangeiro nos não dava. De um tal plano era órgão o legado cabralista no Tesouro, o conde de Tojal.

Mas os embaraços cresciam, o dinheiro faltava. Os títulos externos estavam recebendo a 3 p. 100 em 45, quando para ver se se obtinha uma paz, o Governo resolveu (lei de 19 de Abril) reconvertê-los para 4, comprometendo-se à uma amortização anual de £ 25 000. Ainda se não reconhecera esta verdade elementar: que pedir emprestado para amortizar é uma ilusão ruínosa. Erro, ilusão era, porém, tudo, e a Maria da Fonte veio demonstrá-lo. Mas não era mais sensato, nem mais prático o seu Governo que lançava a redução de 20 por 100 aos juros das duas dívidas, juros que ele não podia pagar, e assim, lucrando nada, desacreditava-se por dois caminhos. Abolidos esses descontos impensados, voltou-se ao estado anterior da décima única na dívida interna, capitalizando-se os dividendos por se não poderem pagar.

Tojal saíra por uma vez, como quem para nada prestava já (22 de Agosto de 47). Havia paz durante o reinado de Saldanha, Monk de Costa Cabral (18 de Junho de 49), que pôs, na Fazenda, Ávila, esperanças da Pátria. O segundo Ministério cabralista não foi melhor na finança do que na política. Apesar de moço, Ávila sempre fora velho no pensar: jurava pela amortização! E jurando, as coisas iam indo de mal a pior: e se Costa Cabral caíra em 46 precipitado do alto de uma torre de papéis, agora ia pouco a pouco enterrando-se num olheiro de penúria. Desde Julho de 48 que se suprimira o sistema de capitalizar os juros em dívida: para se pagarem? Sim, menos a quarta parte; mas nem isso, coisa nenhuma se deu, nem a nacionais, nem a estrangeiros.

Não se está a ver a urgência de *regenerar* as coisas?

Com um espírito novo a Regeneração veio proclamar o contrário do que até então se dissera e estava desacreditado. Como intróito, para simplificar, capitalizou em fundo de 4 p. 100 todos os dividendos por pagar desde 50 (Dec. de 7 de Julho de 51). E como afirmação de princípios suprimiu o da amortização (Dec. de 3 de Dezembro). Fontes era moço, na idade e no espírito. Não vinha de Coimbra: estava limpo das doutrinas clássicas e caducas. Amortizar, o quê? Para quê? Amortizar, pedindo emprestado, nós que temos de nos endividar para solver os encargos anuais ordinários, é agravar as consequências do juro composto que tal situação nos impõe. Amortizar, o quê? A dívida? Não, que deve ser *fundada*, permanente, eterna, como caixa de economias, instrumento de distribuição de riqueza, de capitalização de migalhas. Outra dissera-se ser necessário pagar o que se deve. Doutrinas fósseis! Um Estado não é um particular. Quanto mais uma nação dever, mais rica será!

O sancionismo infiltrara-se nos pensamentos da geração nova, com os seus dogmas crematísticos e comunistas. Pregando a religião da riqueza, e o culto do capital como meio de a criar, era natural que trouxesse teorias novas para o problema das dívidas nacionais. O Tesouro, com as *rendas* anualmente distribuídas, era uma função normal do Estado, cuja dívida adquiria um carácter social, perdendo a natureza comum às dívidas particulares. Por outro lado, que melhor modo de desenvolver a riqueza do País do que derramar sobre ele uma chuva de ouro estrangeiro? Custaria caro? Muito? Seria nada: os réditos do Tesouro cresceriam numa progressão superior à progressão dos encargos da dívida.

Tais opiniões, gerais no tempo, e convictamente abraçadas pelo financeiro regenerador, entraram com ele no Tesouro português. Aparte o valor da doutrina, aparte as consequências dela — com que nos achamos hoje, dizem uns que embaraçados, dizem outros que afortunados —, é mister ver na finança regeneradora a continuação do antigo pensamento de José da Silva Carvalho. Uma nação exausta só poderia renascer regada por chuviscos de libras esterlinas. Quando, batidos os doutrinários financeiros, os Campos e os Passos, os Tojal e os Ávilas, voltou o espírito prático, a Regeneração encaminhou para cá os capitalistas de fora. Os milhões dos antigos empréstimos serviram, no todo, para as guerras; os milhões dos novos serviram

numa parte para estradas e caminhos de ferro; daí a reconstituição da economia rural da Nação.

Abolido o princípio da amortização, substituída a *renda* ou dívida *fundada* ao sistema de empréstimos temporários, faltava unificar essa renda adoptando um padrão único. É evidente que se uma conversão se faz de um juro menor para um juro maior, o nominal dos títulos baixa; e se existe o princípio da amortização, esse facto ou o inverso podem importar muito. Mas se o princípio das emissões é o da *renda*, fundada em vez de amortizável, permanente e não temporária, pouco importa que a conversão se faça de um juro maior para menor e que cresça correlativamente o nominal dos títulos, pois que esse valor não é reembolsável. Os números por que se exprime o capital da dívida pública significam nada, e tudo encargo anual, ou renda que o Tesouro tem de servir aos portadores dela.

O decreto de 18 de Dezembro de 52 é a inauguração da nova idade financeira em Portugal; e se o leitor tem presente como em uma nação, qual a nossa vinha sendo desde 1808, o Tesouro e a sua dívida têm um papel eminente: o leitor não recusará o justo aplauso ao estadista que teve a inteligência e a coragem de pôr o ponto final na história anterior, reconhecendo e liquidando com uma bancarrota o sistema dos *pontos* e bancarrotas precedentes. Esse decreto foi simples e breve como convém às leis. Criou, para substituir os antigos títulos, um tipo único de dívida fundada de 3 p. 100, mantendo, porém, a distinção apenas formal de dívida externa e interna. Tomou para tipo da conversão o 5 p. 100 externo, criado em Novembro de 41, reduzindo-lhe o juro a 3; e subordinou a conversão da dívida interna a uma razão correspondente: 100 de 4 p. 100 = 80, de 6 p. 100 = 120 do novo tipo de 3. Era uma positiva bancarrota, pois não só a conversão era forçada e não facultativa, como o juro efectivo se reduzia de 5 a 3 p. 100 (embora em 48 já o tivessem reduzido a 3,57), sem ao menos se diferir a indemnização, como se projectara fazer em 41. *Diferida*, isto é, só com direito a juro a contar de 63, ficava a dívida dada em pagamentos dos dividendos de 48 a 52.

Eis aqui um quadro desenvolvido da dívida interna em Junho de 51, quando o novo regime político se instalou: (V. L. J. Ribeiro, *Est. da div. inter.*):

		Antes de 33	Depois de 33
Apólices de 1823,	cons. do papel moeda	1 334	
» 1826	» dívidas da Ajuda	70	
» 1827	» » fornec. 14-19	255	
Inscrições 1837	(Passos) conversão de Padrões de 6 p. 100	2 503	
» 1835	(Carvalho) conv. Títulos de 6%	4 010	
» 1837	(Passos) pagamento à C. dos Vinhos		797
» 1836	(id.) emissão		2 119
» 1835	(Carvalho) id.		499
» 1848	(Falcão) conversão de Padrões 5 p. 100	204	
		8 376	3 415
	do juro de 4 p.100	11 791	
Apólices,	consol. letras do commissariado 21	745	
» 1820-2	de dívida pública	1 025	
» 1823	idem	800	
» 1827	idem	2 186	
» 1833	idem		391
» 1839	idem		4 050
» 1840	idem		1 483
» 1841	idem		5 142
» 1843	idem		2 874
» 1845	idem		2 598
» 1848	idem		373
		4 765	16 911
	do juro de 5 p.100	21 676	
Inscrições de 3 p. 100,	capit. dos juros de 47-8		450
» dos Açores, etc.			459
	Totais	13 141	21 325
	Totais gerais	34 466	
ao juro médio anual, liquido da dedução de 25 p. 100			
(de Agosto 48) de 3,5 p. 100			
			1 203

Para além desta soma de dívida ficava ainda a chamada *mansa*, títulos azuis, indemnizações, etc. (V. Bulhões, *Dívid. Port.*), que com o papel-moeda por amortizar subia à soma de 11 887 contos. Os números que expusemos acima, referidos ao meado de 41, tinham crescido no fim do ano seguinte;

e o decreto de 18 de Dezembro operou sobre estes valores (*Ibid.*):

Dívida interna, contos	38 827	juro	1 166
Dívida externa, contos	46 913	juro	1 407
	85 740		2 573

Se adicionarmos a dívida mansa, e compararmos o total com a dívida de 28, veremos que a Liberdade e os seus ensaios custaram ao Tesouro 58 500 contos, afora os bens nacionais vendidos ou queimados, sem com isso melhorar a situação económica do Reino, segundo já deixámos patente.

A conversão propunha-se regularizar um estado provadamente intolerável. Abolindo as verbas de amortização e reduzindo as de juro, que no meado de 52 atingiam somadas 3491 contos (*Ibid.*), limitava os encargos à soma acima indicada. Aliviado assim o Tesouro, seria fiel aos seus compromissos? Eis o que se não acreditava. Tinha-se assistido a tantos *pontos*, a tantas capitalizações sucessivas e todas apregoadas como decisivas e finais, que os credores, decerto bem dispostos a receber menos, mas sequer alguma coisa, não viam com bons olhos o ministro moço e audaz. Choravam-se as vítimas de mais uma espoliação: eram 9511 particulares e 519 corporações, os portadores da dívida interna. (Ribeiro, *Dívida*.) Aos que defendiam os actos do Governo, recordavam os credores a famosa instituição do Crédito Nacional, de 1841, para «se porem os pagamentos em dia»; as *décimas* lançadas nos juros; as *metades*, a que tinham sido reduzidas as classes inactivas em 1844; toda a série de miseráveis bancarrotas que desde 35 se tinham repetido com uma constância invencível.

Enganavam-se, porém, os acusadores. Os tempos tinham mudado, em Portugal e em toda a parte. Chegara a saciedade de liberalismo e as atenções voltavam-se para um norte diferente das antigas quimeras doutrinárias. Reconhecia-se conquistada a Liberdade no seio do ceticismo. Custara muito? Ao Reino, é impossível dizer quanto; ao Tesouro, cinquenta, sessenta, oitenta mil contos? Ponto sobre essa his-

tória antiga! De joelhos, perante o deus Fomento! Com esse culto novo podia gastar-se à larga, à farta, porque à maneira do verdadeiro Deus (ainda por hábito ou hipocrisia se era cristão, mas *liberal*), o Deus novo pagaria com muitos mil os empréstimos que se lhe faziam. Caminhos de ferro! Caminhos de ferro! Circulação, liberdade respiratória para o corpo económico! Vida nova! E assim o moço ministro engenheiro, introduzido na cena pelo seu patrono Rodrigo, entrava pela mão do cepticismo velho pregando a religião nova. Patrono e cliente, mestre e discípulo, pai e filho, eram o mesmo em dois corpos, um representando a negação do passado, o outro as afirmações do presente.

Reformaram-se as pautas setembristas num sentido mais livre; começava a picareta a abrir as trincheiras do caminho de ferro; fundia-se o histórico Terreiro com as Sete Casas, estabelecendo-se um *octroi*; reformavam-se os correios, adoptando-se a estampilha, símbolo da mobilização universal idealizada no comboio correndo como o vento: um comboio que era apenas sonho e um desejo! Em vez de uma sociedade agitada por partidos e doutrinas, aspirava-se para uma agitação de gozo, de riqueza, de utilidade positiva.

Em 49 houvera uma exposição de indústria em Lisboa, mas não era o fabrico o enlevo da ideia nova: era o movimento. O pombalismo acabara com os setembristas, e as tendências económicas eram levadas agora num caminho diverso. Já as nações se não olhavam como organismos autónomos, porque o cosmopolitismo infiltrara-se nas doutrinas. O cabralismo fora um precursor da idade nova, mas errava imaginando ainda, à antiga, que para a realizar fosse necessária a reconstituição de uma classe aristocrática. Assim acontecera em França a Luís Filipe. Mas o socialismo também reagira contra o governo dos ricos, e o segundo império francês e a Regeneração portuguesa, igualmente democratas, realizavam por outras formas, com outros meios, o pensamento capital dos regimes precedentes. O imposto de repartição, motivo da queda dos Cabrais em 46, servia agora para recompor esse lado da máquina administrativa.

Cheias as velas com um vento de esperanças aladas, o barco da Regeneração vogava, com Fontes, pimpão, moço e janota, ao leme; Rodrigo, perspicaz, de gajeiro, à proa; Saldanha na Câmara, fardado, solene, falando às visitas. Nem

uma nuvem no horizonte? Nada, apenas o sapatear da água no costado, as ondas pequenas, mansas, dos credores da casa, agiotas e pensionistas, clamando contra a *conversão*. Deixar: larga! Mas, viajando, acossou-os a vaga mais temível dos credores de Londres. Escarmentados pela conversão de 40, depois pela de 45, não acreditavam na de 52. O caso era grave, porque sem dinheiro londrino para que serviria o ministério criado às Obras Públicas? (30 de Agosto de 52.) Com a falência aberta, riscados da sociedade das nações de bem inscritas na bíblia do Stock Exchange, de que valiam os talentos e desejos dos estadistas novos? Inúteis as cartas, Fontes preparou a mala e saiu para Londres em Dezembro de 55, embaixador perante o congresso soberano do capitalismo londrino.

Vinte anos Palmela implorava em favor da Liberdade a protecção dos verdadeiros monarcas. Agora ia Fontes confessar as culpas, protestar o arrependimento, pedir o perdão e prometer um abandono formal de teorias tão funestas. O filho pródigo emendar-se-ia; tinham sido verduras da infância!

A França de Napoleão III fizera pazes com a Inglaterra, agora sua aliada para a guerra (da Crimeia), para a exploração bancária das nações pupilas. Em Londres, Fontes achou Thornton, Fould em Paris, prontos a anuir à *conversão* de 52, a restituir o crédito a Portugal, a dar-lhe os dezasseis mil contos que pedia, mas sob condições em verdade onerosas, e mais graves porque hipotecavam o futuro. Fontes anuiu, anuiu a tudo. Querem que se lhe dê em títulos diferidos o que a conversão lhes tira? Não há dúvida. Querem os banqueiros (Thornton, Fould) o direito de preferência em todos os empréstimos futuros? De acordo. Querem os engenheiros (do Credit, Mobilier, de Morny-Pereire, sob a protecção de Napoleão) a preferência nos contratos de construção de obras, e desde já estudos rendosos? Também vo-la dou; mas cotelme os fundos, dêem-me dezasseis mil contos! (V. Roma, *Reflex. sobre a questão financ.*) É necessário hipotecar o futuro para liquidar o passado? Faça-se. Faça-se tudo, aceite-se tudo, mas haja dinheiro e caminhos de ferro.

Regressado de Londres, os farrapos dos velhos partidos caíram sobre o homem na sessão de 56. As antigas denominações tinham acabado e havia contra os regeneradores o amálgama que se chamou *histórico*, e que com efeito o era, sombra

histórica sem vida, presidido por um grave, rudo, impassível: Loulé. Os restos do cartismo acabado protestavam também: Roma no *Jornal do Comércio*, Ávila e Carlos Bento na Câmara. Na Imprensa defendiam o ministro Lobo de Ávila e José Estêvão na *Revolução*; na Câmara defendia-se ele a si próprio, com a verbosidade que parecia eloquência por ser nova a retórica empregada: melhoramentos, fomento, etc., em vez de princípios, abóbadas da sala (que é envidraçada), etc. Eram vivos o ataque e a defesa; e tamanha a temeridade do ministro Esaú que cedera tudo por um empréstimo, tamanha a precipitação juvenil com que nos arrastava, à velocidade dum expresso, na estrada do fomento, que a apatia portuguesa *histórica* derrubou (6 de Junho de 1856). Caiu um Ministério; mas a Regeneração não caiu, nem podia, porque estava na necessidade das coisas. Como um moderador passivo apenas, levanta-se perante o grupo dos audazes, o grupo dos históricos presidido por Loulé; mas nem já o *setembrismo*, nem política alguma *sui generis* o inspirava.

3. OS HISTÓRICOS

O novo Governo, sucessor da Regeneração em 6 de Junho de 56, vinha, como dissemos, fadado para ser apenas um moderador do entusiasmo, da precipitação, da largueza de mãos dos predecessores. Já despidas as togas democráticas pelos restantes do antigo setembrismo, já trocado o nome de progressistas pelo nome inconscientemente eloquente de históricos, a nova gente nada significava como afirmação no poder. A sua inconsistência prova-se na constante mudança do pessoal governativo, durante os três anos escassos da sua gerência. Eram todos homens bons, ronceiros, pacatos, *liberais* sempre, ainda que isto nada já quisesse dizer. Como que sombras de outras eras, vinham presididos por uma sombra ambulante, muda e nobre...

D. Pedro v tomara posse do Governo (16 de Setembro de 55) e o temperamento melancólico e pessimista do novo rei preferia esta gente antiga aos regeneradores modernos e moços, cujo materialismo não agradava à metafísica régia. Sonâmbulos, rei e ministro, ambos alheios à índole dos tempos novos, ambos sem pensamento nem força para os conde-

narem, iam caminhando, ou antes, deixando a nau do Estado seguir à mercê da direcção da corrente. Mas desde que o estabelecimento do império em França restaurara aí as influências ultramontanas, depois de as desilusões de 48 terem convertido Pio IX ao jesuitismo, a esperança de reconquistar para o catolicismo puro todas as nações latinas abaladas pela Liberdade ímpia, inspirou uma política activa. Habilmente sentiam os novos apóstolos que não eram missionários nem sermões o meio adequado à novíssima propaganda. As gerações passadas ou actuais tinham-se perdido ou eram inconvertíveis: restava apelar para a educação da infância. E de que modo? Repetindo o que no século XVI se fizera?¹ Não; seria temerário. Não se podendo pretender desde logo ao monopólio da instrução official, o caminho indicado era o da caridade e o da liberdade.

As irmãs de S. Vicente de Paulo, soldados piedosos e humildes do exército apostólico; as irmãs da caridade que a guerra da Crimeia vira nos hospitais e campos de batalha, tão corajosas como delicadas, eram quem devia vir a Portugal ensinar a infância desvalida nos asilos criados pelas senhoras ricas da fidalguia. O ultramontanismo é nos nossos tempos eminentemente aristocrático. Rodrigo, perspicaz e céptico, jamais anuiu à vinda; mas agora o rei católico e neo-romântico, amante de uma esposa beata, e o ministro com o seu génio principesco e mole, que mal podiam achar na introdução dessas mulheres piedosas, tão celebradas na sua caridade, tão simples na sua humildade obscura? Pois não valia mais que as crianças tivessem um amparo protector? Por toda a parte as fidalgas cantavam o elogio das pobres irmãs da caridade, tão boas, tão santas, tão *bonitas* nos seus hábitos negros, com a alva touca de linho de abas soltas como asas de pombas! Este renascimento de piedade religiosa nada tinha, porém, de comum com a antiga religião vencida em 34. Era aristocrático, a outra fora plebeia, e a mesma plebe ainda nas procissões, nas semanas santas, no Senhor dos Passos da Graça, conservava um resto de culto pela religião antiga: era essa mesma plebe de Lisboa que apedrejava as irmãs da caridade, missionárias da religião nova, aristocrática, afrancesada.

¹ V. *Hist. de Port.*, I. V.

Loulé consentira a entrada das irmãs (9 de Fevereiro de 57) quase ao mesmo tempo que pela primeira vez a locomotiva assobiava conduzindo os convidados à inauguração da primeira secção do caminho de ferro (28 de Outubro de 56). Tudo se modernizava nesta nação que, feudatária da Inglaterra, era a cópia da França — em 33, em 42 — e agora, depois de 51, a cópia do 2.º Império. Agradecia-nos ela a fidelidade com que aprendíamos? Não, e brutalmente no-lo provou com o deplorável episódio de *Charles et George*, que derrotou por fim o Ministério histórico, batido com veemência pela voz de José Estêvão.

Foi na Primavera de 59 que Loulé caiu, arrastando consigo Ávila, da Fazenda. A Regeneração abriu-nos de novo as portas do santuário do crédito; Ávila, senão convertido, aderindo às ideias novas, deixava-se ir na corrente. A possibilidade de *emitir* era uma tentação irresistível para nós que, desde 20 até hoje, nunca pudemos prescindir de empréstimos para pagar as despesas correntes. Mas desde 51, a parte que se empregava no Fomento servia de pretexto plausível para encobrir a parte maior com que se preenchiam os *deficits*. Assim, a dívida que a Regeneração deixara em 96 mil contos com o juro de 2900 deixavam-na os históricos em 120 com o juro de 3600 — três anos, a 233 ao ano, *ratio* que subirá sempre daqui para o futuro.

Depois de três anos (56-9) históricos, viu-se um intermédio regenerador (16 de Março de 59 a 4 de Julho de 60) apenas importante quanto ao pessoal político. Como presidente, isto é, pendão e aparato, Terceira sucede a Saldanha, para deixar por morte o lugar a Aguiar. Fontes substitui o falecido Rodrigo na direcção do partido; e ao lado do chefe vêem-se os homens novos: Casal, Serpa, Martens, que com Sampaio e Corvo formarão a guarda política, o pessoal de governo no futuro reinado de D. Luís. Era uma geração nova, já educada no liberalismo novíssimo. Todos os antigos se somem nas casas ou nas covas, à maneira do que sucedera em 35, quando morreu D. Pedro. Cabral exilado é o D. Miguel de agora; e, se o quixotesco imperador acabou vomitando sangue e abraçando ainda os seus soldados, Rodrigo, suma e síntese de trinta anos de misérias, Rodrigo a imagem do des-

prezo, dizem que se finara murmurando assim: «Nascer entre brutos, viver entre brutos e morrer entre brutos, é triste!» O desprezo, eis a transição da era das doutrinas para a idade das conveniências...

A segunda Regeneração nada regenerou. Fizera-se, da primeira vez, tudo o que havia a fazer; e, como partido de homens práticos, clientela de gente rica, inimiga de reformas, doutrinas e movimentos, não podia consumir o que ainda faltava para completar entre nós a revolução liberal.

Podia-o Loulé, que voltou? (Julho 4, de 60.) Não ele, mas sim o homem novo, espécie de ressurreição cabralista, tão duro, tão enérgico, tão ambicioso, como o conde de Tomar — Lobo de Ávila, depois também conde de Valbom. Falecido D. Pedro v, Braamcamp, o novo ministro do Reino (1862), pôde acabar com o incómodo espinho das irmãs da caridade, expulsando-as (Junho 9, de 62) e subscrever a lei de abolição dos vínculos (Maio 19, de 63) (*Elog. hist. de Ans. J. Braamcamp*, do a.), complemento da obra destruidora de Mouzinho da Silveira, porventura temerariamente promulgado num país que a História não deixara acabar de construir rural e demograficamente. (*Proj. de lei de fom. rural*, do a.) Tinham-se, porém, abolido finalmente os morgados, tinha-se instituído o crédito predial, franqueada a barra do Douro, extinguido o contrato do tabaco, reformado as alfândegas, e por fim o primeiro comboio corria assobiando, desde Lisboa até Badajoz (Maio 30, de 63). À maneira que, porém, crescia a influência de Lobo de Ávila, o homem novo, caía o chefe aparente do Governo, o duque de Loulé. Na Câmara ouvia-se o Serpa, acusando fria e desapiedadamente de burlão o da *unha preta*; ouviam-se outros crivando de epigramas o rei de Sião, duque, ministro sonâmbulo. Por ora, nas ruas, eram grandes lanternas de papel pintado com uma cruz negra, e os garotos apregoando a história de um assassinio e de um roubo. (V. *A Cruz de Soutulho*, op. 1865.) Lobo de Ávila via-se precipitado do Governo, antes de ter realizado a sua hégira do Porto; e o Bonfim de agora, se não conseguia vencer, conseguia pelo menos esmagar o rival importuno e anti-pático.

Se Costa Cabral com a sua doutrina viera pôr um termo às sucessivas definições da Liberdade, desacreditando-a, semelhante destino tinha a aventura de Lobo de Ávila para com

as clientelas políticas formadas depois de 51. A sua queda era o fim dos históricos. Em vão Loulé se apresentou à Câmara com um Gabinete singular (Março 5, de 65) e um financeiro jovem, lavado em lágrimas. Houve um riso universal, e ambas as *unhas* caíram tristemente na vala dos mortos.

E como tudo estava safado, mole, roto, podre, fundiu-se tudo. A *Fusão* (Setembro 4, de 65) era, porém, o modo grave de o partido histórico se sumir. Sombra evocada de um passado extinto, guiada por um fidalgo sonâmbulo, querido de um rei excêntrico e misantropo, devia ter-se dissipado quando o rei morreu. Trouxe-lhe um ar de vida a força de um ministro moço, mas a fisionomia antipática dessa força enodou-lhe os actos. Se lhe prolongou a duração, foi para lhe preparar um fim mais triste ainda: a cruz negra de um assassínio, as lágrimas ingênuas de um financeiro, a gargalhada uníssona da plateia popular.

E era triste, triste ver acabar assim um homem simpático na sua moleza aristocrática, um belo tipo da raça apurada portuguesa, um impassível: é tão rara a distinção! O duque de Loulé, velho Mendoça, procedia da estirpe dos senhores de Biscaia, em tudo reis menos no nome. Os Mendoças tinham-se ligado ao Vale de Reis, vindo a ligar-se aos Rolim, da descendência do flamengo a quem Afonso Henriques dera o senhorio de Azambuja.

Singular extravagância da História que fizera de um tão nobre senhor o membro e mais tarde o chefe do partido que primeiro foi e depois se dizia ainda mais democrata! É que a sua vida principiara no meio de condições próprias a desorientar a educação. Seu pai, condenado à morte por ter sido um dos que invadiram Portugal com os franceses de Massena, perdoado em 21 por D. João VI, morrera assassinado em Salvaterra, três anos depois, às mãos do partido apostólico. Seria o espectro do pai a causa da inclinação política do filho? Entretanto, em moço não abandonou a Corte e era o mais belo e sedutor dos fidalgos de então. A infanta, perdendo a cabeça, casou-se com ele; e os noivos tiveram de fugir, porque D. Miguel vinha irritado por esse escândalo cortesão. Assim o belo marquês emigrou; assim se encontrou, descendente dos Mendoças de Biscaia, ma-

rido de uma infanta portuguesa, envolvido no partido revolucionário.

O seu lugar natural seria ao lado de Palmela, na Corte da futura monarquia representativa; mas preferia o lado oposto, e foi setembrista, foi patuleia, foi pé-fresco. Era outro *Egalité*? Outro louco? Um mau? Um ambicioso? Nada disso era; apenas um discípulo do romantismo, que à sua inteligência, limitada mas nobre, aparecia democraticamente poético, em vez de liberalmente jurista. Afastá-lo-iam também da corte representativa as repugnâncias pelo feitio antipático e menos limpo, nada nobre, dos conservadores? É também natural em quem teve uma existência imaculada.

A transição da honradez e virtude, constante no partido dos Passos, do Sá da Bandeira, deve contar-se por uma das forças mais enérgicas com que o setembrismo bateu em 36 os cartistas e dez anos depois os cabralistas. E essa tradição, ainda viva depois da Regeneração, era também ainda uma das melhores, senão a melhor arma do partido histórico, personalizado no seu chefe, o duque de pedra, frio, mudo, impassível, mas sem uma nódoa, e com um ar de superioridade soberana que vencia os próprios sabedores do pouco valor desse aspecto.

O duque não tinha decerto o olhar profundo, escrutinador das leis a que obedecem as sociedades, nem a audácia, instrumento da vitória em épocas da natureza daquela em que vivera. Era medíocre, mas não como carácter. O papel eminente que lhe distribuíram depois de 51 acaso o devia mais à tradição aristocrática do seu nome, à amizade pessoal do rei — histórico também! — do que ao mérito próprio. Mas a educação fidalga, o temperamento frio, a serenidade de uma consciência limpa, a facilidade de uma vida opulenta, deram-lhe sempre uma indiferença altiva, proverbial e característica, que por vezes se tornou, em certos episódios turbulentos, numa placidez quase heróica. Foi entre nós o tipo mais perfeito, senão o único, desses fidalgos democratas ingleses, que amam o *povo* abstractamente, mas não dão o braço à gente, porque desceriam. Como um peninsular, porém, era benigno e afável, embora reservado sempre e mais do que discreto. Todos se lembram ainda de o ver, impassível e frio, quase ou inteiramente indiferente, responder em secos monossílabos aos discursos veementes dos tribunos das oposi-

ções. Ele passava, impávido e mudo, pelo meio das tempestades parlamentares; pisava a Câmara como a Sala do Trono e a política implacável e plebeia, irritada e cheia de despeito, pôs-lhe por nome o Rei de Sião.

Não via incompatibilidade alguma em ser estribeiro de el-rei e ao mesmo tempo chefe de um partido que fora, e se dizia ainda, nas suas folhas, democrata. Em pé, descoberta e curvada a cabeça, abria, com uma servidão fidalga, a portinhola do coche real, para em seguida ir colocar-se à frente dos ministros; e esta posição dupla, inconsequente, mais de uma vez lhe trouxe dissabores. Um grande fidalgo não pode hoje entrar na política senão para a escravizar a ela e para impor a sua vontade aos reis: só assim remirá, perante o seu povo, o vício de origem. É mister ser-se Wellington, de quem tremeu Jorge IV, e a rainha Vitória foi pupila; Saldanha, a quem deu vivas D. Maria II; ou Bismarck, o que levou pelo beijo o imperador Guilherme. De outra forma, o povo vê sempre o cortesão, e raro o político. Por isso Loulé jamais foi popular, apesar de sério, fiel, honrado e bom. Humano e caridoso à antiga, quase perdulário por desdém, não por luxo, que vivia pobremente, era adorado pelos seus clientes privados; mas os seus clientes e adversários políticos, saídos da massa do povo avaro, *parvenus* mais ou menos petulantes, não lhe perdoavam a sua fidalguia. E a indolência invencível do duque dava-lhes frequentes motivos para o acusarem com fundamento. Diz-se que o vergonhoso resultado da questão *Charles et George* proveio de uma nota francesa que o ministro meteu no bolso e a que jamais se lembrou de responder.

Ferveram sobre ele as calúnias, e por vezes estiveram para ferver as pedradas da plebe amotinada. Chegaram a acusá-lo de envenenador da família real, para suceder ao trono; mas às calúnias não respondia: não responde quem se preza; e uma vez que o povo clamoroso rodeava a carruagem, ameaçando-o, mandou parar, abriu a porta, desceu e disse: «Que me querem? Deixem-me. Vão para casa e sosseguem.» Disse-o placidamente, sem erguer a voz, e o povo rendeu-se. Sem *pose*, tinha uma coragem fria, verdadeira. Ardia-lhe a casa, de noite: vieram os criados aflitos, chamá-lo; e ele, ouvindo-os, disse-lhes que quando o fogo chegasse ao quarto imediato o avisassem. Assim deixava arder a sua casa, porque era *histórico* e nada tinha do ávido temperamento burguês, im-

perante nas companhias, nas bolsas, nos caminhos de ferro. Era um D. João vi já velho. *Histórico* por descendência fidalga e política, duas ilusões o acompanharam ao túmulo: a do sangue e a da LIBERDADE. Uma das suas ambições era a de «fazer umas eleições proibindo seriamente a intervenção às autoridades administrativas». Morreu sem ver realizado esse desejo, confissão plena da genuidade da representação, proferida por quem de perto conhecia as coisas; e ao mesmo tempo documento da sinceridade com que os homens são capazes de acreditar em quimeras.

Confrange — é verdade! —, entristece, o lembrarmo-nos da soma de rectidão, de lealdade, de quase heroísmo gastos por nossos pais em levantar um edifício aéreo que nem sequer lhes foi lícito deixarem de ir vendo cair, pedaço a pedaço, hora a hora, até à final subversão no riso céptico, regenerador!

Em 51 fora uma parte do setembrismo mais rubro (Sampaio, José Estêvão) que se convertera; em 65, na *Fusão*, converteu-se a parte *branca* do partido histórico. A *unha preta*, cauda democrática de um partido forçado a ser conservador; a *unha preta*, menos o seu chefe (também convertido), restaurou as declamações setembristas proferidas na tribuna por Santos Silva, na Imprensa pelos Tanas do *Português*. Por outro lado, José Estêvão desquitara-se da segunda Regeneração (59-60), Ministério adicto às irmãs da caridade, e teimava ainda em criar uma democracia com *elementos novos*. Morreu na faina (Nov. 4, de 62) o tribuno peninsular, e as duas caudas dos dois partidos extinguíram-se pouco a pouco, sumindo-se pelas covas, ou pelos empregos — da Alfândega, principalmente. A unha negra do fado condenava-os todos a uma sorte comum.

Outra garra, branca como o hálito da locomotiva, novo ídolo do tempo, chamava à conservação política no seio da revolução económica, a gente *séria* de todos os lados, fusionada, abraçada num liberalismo prático sem doutrinas, num catolicismo também prático sem exageros, numa religião de sala, perfumada, afrancesada, burguêsmente aristocrática, numa moral fácil, numa vida cómoda, já que de todo não podia ser regalada.

E porquê? Porque, apesar de quase vinte anos de *regeneração*, o Tesouro teimava em se não encher, e era indispensável moderar a fúria com que pedíamos emprestado. O povo «podia e devia pagar mais». Mas quando a *Fusão*, já inteiramente regeneradora desde 66 (9 de Maio), reclamou impostos de consumo, os negociantes do Porto fizeram a *Janeirinha* de 1868. Houve a sombra de uma revolução, houve um terror palaciano, muitas frases, ondas de coisas ridículas, e por fim, como órgão da novíssima democracia, o duque de Ávila primeiro, o bispo de Viseu depois. A Regeneração acabava; a nova era abria-se entre um báculo e um brasão.

III

AS GERAÇÕES NOVAS

1. A INICIAÇÃO PELO FOMENTO

Mas, enquanto todo o alto pessoal dos partidos pouco a pouco se ia fundindo desde 51, até depois de 68 se constituir sob o nome antigo de Regeneração num partido conservador, é mister estudarmos o desenvolvimento obscuro, desordenado mas grave, das ideias que vieram substituindo a da liberdade no espírito das gerações novas e nos projectos dos homens destacados dos partidos antigos, como José Estêvão, sempre moço até a morte.

O primeiro em data dos homens novos, órgãos dos pensamentos modernos, é, sem dúvida alguma, Fontes, cuja fisionomia procurámos já esboçar. Imperialista por temperamento, engenheiro por educação, aliteratado por um resto de romantismo, e por índole portuguesa; de resto sem malícia, prosaicamente crente na limitada capacidade ideal das sociedades, por não ter génio e por obedecer às correntes da época; convicadamente sectário da opinião dos economistas ex-são-simonianos, como Chevalier, que viam na produção da riqueza o segredo da fortuna dos Estados e nas associações capitalistas, nisso a que chamou com razão feudalismo novo, o instrumento adequado do progresso: Fontes tinha na palavra juvenil um calor quase poético, um entusiasmo tão ardente que seduzia o temperamento de José Estêvão, em frases de que, ao tempo, só os velhos se riam, e que hoje não é possível deixarem de acirrar a ironia dos moços.

Eu já era fanático pelas vias de comunicação, Sr. Presidente; e, se fosse possível passar uma lei para que a Nação Portuguesa viajasse por meses, estávamos salvos. (Disc. de 2 de Abril de 56.)

Isto seria ridículo, se não fosse sentido. Sendo-o, prova apenas a natureza do *gênero* novo da política e a capacidade do cérebro do estadista. O caminho de ferro é para ele verdadeiramente, não um símbolo, mas a realidade do progresso. Correr a vapor, ganhar, trocar, gozar, que outra coisa é a vida?

Ceci tuera cela, dizia: porque Hugo substituíra Cícero, da mesma forma que os jacobinos tinham substituído os Profetas pelos Romanos.

Se a imprensa pôde matar a arquitectura, como meio de traduzir o pensamento de um indivíduo ou de uma época — porque não há-de o caminho de ferro matar a estrada, como elemento da vida das nações e como última forma da civilização moderna? (Vozes: — Muito bem! — Disc. de 18 de Abril de 56.)

Este novo Antony da viação a vapor, perfumado, bem vestido, leão da moda, tinha expresso no rosto o retrato do novíssimo romantismo. A poesia baixara de inspiração, de motivo, de estilo: era banal e vulgar como um empreiteiro endomingado nas salas aristocráticas invadidas. Parece que D. Pedro v lhe pôs por alcunha o D. Magnífico! A palavra do moço orador, *passe-par-tout* fácil, verbosa, fluente, sem cunho de personalidade, já antes da importância conservadora lhe impor a reserva calculada, afinava-se por todos os tons, possuía todos os dotes, sem se elevar em nenhum deles:

Tem um pouco do fantástico do Sr. José Estêvão; do positivo e escolástico do Sr. Ávila; do sarcástico do Sr. Cunha; e até no nebuloso do Sr. Carlos Bento. Sabe retorquir ao Sr. Ávila com algarismos: ao Sr. António da Cunha com ditos picantes; ao Sr. Carlos Bento com algumas frases túmidas e bombásticas, sobre a teoria transcendental do crédito, ou sobre a filosofia hipercrítica dos carros de ferro. (*Apont. s. os oradores parlam. 53.*)

Assim o avaliavam, não sem maliciosa ironia, os contemporâneos. E nós que ainda o somos, também lhe temos ouvido essa linguagem difusa, sonora, longa, redonda, e banal, por custoso que seja dizê-lo de um vivo. Nem uma imaginação colorida (como a José Estêvão), nem um talento verdadeiro (como a Casal Ribeiro), nem uma veia sarcástica

(como a Souto Maior), nem finalmente o saber especial e suficiente acerca do que se trata (como a Serpa ou Corvo), apenas a habilidade verbosa o distinguia. Subiu levantado num castelo de palavras. Mantém-se num trapézio de embustes.

E à medida que a idade crescia, como lhe faltara sempre a paciência e o tempo para estudar, o seu estilo baixava sem diminuir a sua facúndia. Adicto sempre a esse velho culto, tradição e até certo ponto glória da sua vida, a retórica levava-o a proferir frases que, sem comentários, soariam ao futuro com excentricidades de um burocrata maníaco:

E não ando todos os dias em caminho de ferro porque não posso; porque as minhas ocupações públicas mo impedem: aliás, era *tou-riste* dos nossos caminhos de ferro. Isto compreende-se da minha parte porque propugnei por estas ideias; padeci muito por elas! Muito... e nem eu quero dizer! (Disc. de 18 de Jan. de 65.)

Melhor era com efeito calar tão cruéis agonias, depois de obtido o efeito retórico; e, se pudesse ter suprimido a antí-fona, não teria sido muito melhor ainda?

Acima do cavalo da diligência está o trâmuei, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso! (*Ibid.*)

Parece inventado, e não é.

É que se chocavam singularmente os moldes da retórica antiga com os motivos da vida moderna. Hinos, antífonas, aclamações, apóstrofes, madeixas desgrenhadas, olhos em alvo, palmadas sobre o coração, diziam com a antiga ideologia liberal ou democrata: diziam melhor ou pior, mas não chocavam; avaliava-se o talento, a *lógica natural*, avaliava-se também a sinceridade. Mas cantar o caminho de ferro em discursos retóricos ricos pareceu sempre tão ridículo como pôr em verso as *máquinas fabris*. Fontes introduziu na política este género de literatura, romantismo bastardo paralelo ao do socialista Castilho que vinha ressuscitar Dellile, Gessner ou Saint-Pierre para presidirem às Letras nacionais. A Regeneração era moralmente, intelectualmente, um *rifacimento*.

Era-se ainda romântico, por se não poder ser outra coisa; mas de um romantismo literato apenas, exterior, janota: romantismo de sala, que não entrava na inteligência, conquistada já pelo utilitarismo. Todos os literatos deste tempo acabaram mais ou menos na Alfândega, ou no Ministério da Fazenda. Assim foi Serpa, o autor de madrigais; assim Sant'Ana; assim muitos, assim todos. A liberdade não era uma deusa, era uma menina que se namora:

*Poeta da liberdade
Fiz desta nova deidade
A dama do meu pensar
Prostrei-me aos pés da donzela
Hei-de com ela e por ela
A minha terra cantar!*

(Palmeirim, *Poesias*.)

O chefe deste neo-romantismo, entre burocrático e piegas, artificial, sem raízes no coração de uma gente prosaica ou devassa; o chefe desse romantismo, cujos derradeiros foram Chagas e Tomás Ribeiro, «cristão, português e bacharel formado» (*Prol. do D. Jaime*, 2.^a ed.); o chefe de uma escola arrebitada e pedante, foi Castilho, um velho Fontes da poesia!

Ao seu temperamento feminino ou infantil agradavam as ternuras doces dos Byrons do Terreiro do Paço; e, se lá no fundo tinha uma ironia aguda para os crivar de epigramas antigos, vingando-se, não podia deixar de os lisonjear, de os acolher, de os encher de louvores e mimos, chamando isto a um, aquilo a outro: um congresso de génios! A hipocrisia natural em sociedades que, tombando na chateza do utilitarismo, não querem confessar, por um resto de pudor estético, o *americanismo* dos seus sentimentos e motivos; esse estado de desacordo da inteligência moral, da estética e da prática, reclamava o governo político de um homem como Fontes, e o governo literário de outro homem também vazio de ideias, repleto de *sábia* poética, um árcade como Castilho.

E se o primeiro cantava em discurso a «locomotiva, e sobre a locomotiva o progresso!», se o primeiro obedecia à corrente do capitalismo moderno, o segundo, cantando a *Felicidade pela agricultura*, o *Hino do trabalho*, obedecia à corrente do furrerismo; e ambos recebiam e davam a iniciação própria da idade do fomento, nas suas duas faces.

Capitalismo, socialismo, eis aí, com efeito, o que se achava no fundo da Regeneração; sem que os nossos regeneradores tivessem uma consciência nítida do que faziam e do que eram. Sucede quase sempre assim aos homens, e muito mais sucedia então, quando tudo aparecia ainda confuso, indeterminado, num crepúsculo de liberdade ainda confessada, numa combinação ainda vaga dos elementos futuros das questões sociais. Fourier, Saint-Simon, Owen, Cabet: capitalistas ou socialistas? As duas coisas a um tempo. Era o socialismo pelo capital: também na política era a liberdade pela riqueza. E por cima da vasta confusão de ideias e preconceitos, de frases ingênuas e astúcias calculadas, havia apenas na sociedade portuguesa um desejo ardente de paz, riqueza e gozo. Os jovens políticos aprendiam corajosamente o câncã com as francesas do *Jardim Mitológico*.

Esta consequência imediata da iniciação do fomento, após a longa história das duras campanhas liberais, levava a mocidade regeneradora a não pressentir as inconsequências das suas opiniões, nem o carácter às vezes infantil das suas distrações. Emigrados da miséria, no dia da abastança não se fartavam de gozar; e no seio da paz, assim como as *letras* eram uma distração amena de homens graves, assim o era a política. Lisboa teve o quer que é de rococó burocrático e literato, nesses tempos dourados da mocidade regeneradora, em que — como crianças perante um brinquedo, a locomotiva — se via no Salamanca e na coorte dos *hommes d'affaires* que desciam da Europa a *faire-le-Portugal*, uma aurora do futuro, sarjada de *rails*, com auréolas de clarões de fornalhas entre nuvens de um forte cheiro a sebo queimado.

Se Castilho tinha os seus saraus, onde os poetas de fartas melenas iam recitar peças líricas ou hinos trabalhadores, os políticos pisavam tapetes em salões célebres que recebiam de portas abertas uma plêidade de estadistas novos — os filhos da liberdade! Os nomes conhecemo-los todos; mas talvez já não lembrem algumas das diversões interessantes das noites de *comadres*. Cada cavalheiro tirava à sorte a comadre, na quinta-feira própria; e cada comadre, uma dama, tinha uma divisa: liberdade. Democracia, Joana d'Arc, Corday, a Pa-deira? Não: imagens de agora, vivas. Uma era a Prosperidade Pública, e *saiu* a Fontes; outra a Câmara dos Deputados, e *saiu* a José Estêvão; outra a Fazenda Nacional, e *saiu* a

Casal Ribeiro; outra a Imprensa Periódica, e *saiu* a Sampaio; etc. (*Rev. Penins.* Crón. Fev. de 56). Não tivemos razão de chamar à Regeneração um cesarismo de secretaria?

Quase vinte anos levou a dissipar-se (51-68) esse neo-romantismo da geração em que primeiro se enxertaram as ideias sociais modernas, pelos modos e formas que esboçámos rapidamente. Outros modos, formas diversas: um neo-setembrismo, um socialismo platónico, a Ibéria, a República, vieram entretanto invadindo os cérebros de outras camadas, e forçando as anteriores a congregarem-se definitivamente em partido conservador. Foi o que já vimos, faltando-nos ainda estudar as novas influências do período da Regeneração.

Depois de 68 nada há que regenerar, ou todos regeneram de um modo igual. Depois desta época, e consumada uma tal ou qual restauração da riqueza nacional, todos aparecem convertidos ao oportunismo prático. Não há mais distinções de partidos, há apenas grupos diversos. Não há mais programas, porque há a liberdade bastante e toda a ideologia liberal morreu. Os bandos políticos já não têm rótulos, basta-lhes o nome dos chefes: é o deste, o daqueloutro. E uns sucedem-se aos outros, até que... Ponto. Não precipitemos o discurso.

2. O IBERISMO

O leitor sabe que nos últimos reinados da dinastia de Avis a política de fusão dos dois Estados, já ao tempo únicos da Península, inspirou por mais de uma vez a corte portuguesa¹. Sabe também a deplorável história da anexação de Portugal, e a da ocupação castelhana, mais deplorável ainda. Em 1640 uma conspiração palaciana, com a protecção dos Jesuítas e da França, restaura a independência portuguesa, levantando a dinastia de Bragança. No meado do xvii século acontecia o que sucedera no século xii e no fim do xiv; as três dinastias portuguesas foram, nos seus primeiros períodos, o símbolo da independência nacional.

À maneira, porém, que com o tempo se obliterava a lem-

¹ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed), II, págs. 42-5.

brança das crises sucessivas, renascia, com as complicações dinásticas, o pensamento natural da união. Assim aconteceu no tempo de D. Fernando; assim desde D. Afonso v. até 1580. E quando foi a crise peninsular, determinada pela invasão francesa, D. João vi, do Rio, onde se achava, viu despontar a perspectiva da união e a corte voltou a ser ibérica. O duque de Palmela estava então enviado junto à Regência de Cádiz (1808-10) e dizia-se do Brasil que se o trono viesse a pertencer a Carlota Joaquina, uma esquadra iria levá-la a Espanha, e essa solução teria «as vantagens de preparar e facilitar a reunião das duas monarquias». (Of. no *Conimbricense*, n.º 3664.) Depois, na crise dinástica, determinada em Portugal pela morte de D. João vi, voltavam os planos ibéricos.

A ambos os pretendentes se atribui o pensamento de resolver, por meio do iberismo, o problema em que se viam aflitos. (*Port., seus gov. e din.*, op.)

Logo que a volta de D. Miguel em 28 levou Saldanha a emigrar, o Cid português escrevia de Londres para o Rio a D. Pedro excitando-o, acenando-lhe com planos ibéricos, conforme já vimos. (Liv. prim., I, 3.) Em 31, regressado D. Pedro à Europa, e enquanto não havia ainda decisão assente sobre a marcha a seguir, Saldanha de acordo com o general Mina foi a Londres convidar o príncipe para a empresa, a que Palmerston se teria oposto. (Carnota, *Mem.*)

Pensaria D. Pedro num império mais ou menos napoleonicamente liberal, herdando Fernando vii e expulsando D. Miguel? Deste, diz-se, como já vimos, que no mais desesperado momento da guerra teria pensado em correr sobre Madrid, ao tempo quase desguarnecida, tomá-la, e fazer causa comum com D. Carlos, então a ponto de vencer.

Qualquer que seja o grau de verdade destas alegações, é facto que, resolvida a questão dinástica em Portugal, vencedor o liberalismo, a sua história deplorável arraigou em muitos a opinião unionista. Palmela toda a sua vida dizem ter afirmado que «Portugal, depois da separação do Brasil, não tinha mais remédio do que unir-se à Espanha». Do lado oposto, vimos Passos confessar na tribuna que o futuro nacional estava na união. A opinião do duque de Palmela firmava-se naturalmente na história do País que vivera por quatro séculos da exploração de territórios ultramarinos e

que desde 20 se achava reduzido ao *canapé* europeu de D. João VI, porque o resto das suas colónias, armazém de escravos apenas, de nada valia desde que o tráfico dos negros era proibido. As finanças nacionais, exprimindo a ruína económica portuguesa, eram o comentário eloquente da doutrina e a causa imediata mais grave das agitações da política.

Chegaram as ideias de união a inspirar os actos das cortes de Lisboa e de Madrid? Querem alguns que sim: o futuro o dirá, quando se puderem ver os tombos das Embaixadas e Ministérios. Como se sabe, Portugal, aliado à Espanha pelo tratado de 34, que expulsara D. Miguel, tinha mandado uma divisão com o conde das Antas auxiliar Isabel II a expulsar D. Carlos. No teatro de guerra, diz-se, o conde e o general Córdoba teriam projectado combinações, que dos seus gabinetes faziam também parte Mendizábal e o primeiro marido de D. Maria II. Este príncipe morreu breve, mas a nossa rainha casou-se logo, e em 38 já tinha os seus dois primeiros filhos. Por casar ainda em 44 a rainha de Espanha, acrescenta-se que adquirira grande aceitação a ideia de um duplo enlace de Isabel II com o herdeiro de Portugal, e de D. Luís com a infanta espanhola. (Borrego, *Hist. de uma ideia*, ap. Rios, *Mision*, etc.) O doutrinário vingou, porém, em Espanha; Guizot casou a rainha em 46, de modo a tornar possível a sucessão de Montpensier ao trono; esteve a ponto de haver uma guerra; e, dissipada a esperança de enlaces dinásticos, veio a intervenção espanhola de 47 em Portugal terminar completamente este episódio da história moderna do iberismo. (Rios, *Mision*.)

Os emigrados que, às centenas, o doutrinário espanhol expulsava para Paris eram ibéricos; e enquanto no exílio os progressistas do reino vizinho punham a união no seu programa, em um canto afastado do Mundo, em Macau, estava, cônsul pela Espanha na China, D. Sinibaldo de Más, que converteu ao liberalismo o bispo português. (*Ibid.*) Fora isto em 50; e no ano seguinte deu-se a Regeneração, cuja fisionomia moderna o leitor conhece.

O escasso ou nenhum valor que o utilitarismo dá às ideias, a importância exclusiva ligada ao fomento material estavam dizendo que a união encontraria adeptos entre os moços. Não seria a visão de um império poderoso, como o que D. João II planeava, como o que enchia democraticamente os

sonhos de Passos. Era a demonstração rigorosa e exacta de quanto havia a *ganhar*, apagando as linhas raianas, unificando a economia, subordinando a rede da viação a vapor à geografia comercial da Península, em vez de a torturar por motivos políticos. «Fraternidade, Igualdade, União, entre portugueses e espanhóis», trazia como epígrafe o livro de D. Sinibaldo, traduzido em português e prefaciado pelo jovem Latino Coelho. (*A Ibéria*, por D. Sin. de Más, tr. Lisboa 1853.)

Os embaraços, com que então se lutava entre nós para levar a cabo o caminho de ferro de Leste, eram o motivo imediato para declarar urgente a união que agora procedia de razões económicas, como se vê, sem se ligar a quimeras políticas, no génio de homens que tinham o espírito afinado pelo tempo. D. Sinibaldo dizia que se nós queríamos o caminho de ferro, aderíssemos à união. Como? De um modo prático e simples: casando o rei português com a herdeira espanhola, D. Pedro v com a princesa das Astúrias, «construir-se-á o caminho de ferro a Badajoz». (*Ibéria*.) Fontes passava por partidário desta combinação (Rios, *Mision*); e um dos publicistas mais graves e entendidos escrevia assim: «O país menor tem um varão reinante, o país maior tem uma princesa por sucessor ao trono.» (Cl. Ad. da Costa, *Mem. sobre Portugal e Espanha*.) Enquanto D. Sinibaldo se fixava mais sobre as condições de política internacional, sobre as opiniões da geração nova, sobre as considerações de geografia comercial e política, determinando já a capital — Santarém — ao mesmo tempo que desenhava a futura bandeira ibérica quadricolor: Costa, o estatístico, alinhava os algarismos, multiplicava os cálculos para demonstrar as riquezas que nos viriam da união. Era um iberismo positivo, prático, regenerador.

Mas com este novo espírito português tinha-se também insinuado em Portugal um corpo de sentimentos modernos, ainda mal definido em ideias, misto de socialismo humanitário e republicanismo cosmopolita, federalista: a atmosfera necessária de idealismo que alimentava o espírito dos moços, formando a vanguarda dos partidos revolucionários portugueses de 51 a 68, forçando os regeneradores a tornarem o Fomento solidário da Conservação. Concede-se facilmente como a semente do iberismo devia germinar em um solo bem

preparado pelas ideias cosmopolitas e humanitárias, pois que estas ideias, em vez de penderem para o lado dos antigos liberalismos, se aliavam à doutrina do fomento económico eivado de socialismo, democrático e não cesarista. Além disto, o fenómeno singular do pessimismo português, oriundo do carácter apático do povo, justificado pela história, corroborado com eloquência pelas misérias presentes, conduziam a vanguarda da geração nova a ver na solução ibérica a conclusão natural da história pátria.

Latino, publicista imaginoso, artista nas ideias, no temperamento, no estilo, apresentava no seu prólogo à *Ibéria* as opiniões vagas e nebulosas da gente que, ligada partidariamente à Regeneração, como José Estêvão se achava ainda, se não satisfazia já com o mutismo político regenerador. Latino via auras para além do *zollverein* peninsular. Não via Fontes «sobre a locomotiva o progresso»? Mas o progresso do ministro era a riqueza apenas; e as auras do publicista eram a Humanidade, uma República europeia, a Paz universal! «Se a federação europeia não é tão cedo possível, não será mesquinho o nosso desejo, se aspirarmos à diminuição progressiva do número dos Estados independentes. A Península Ibérica que já formou uma só nação pela conquista, poderá, deverá ser um só país pela fusão espontânea.» (Prol. da *Ibéria*, anon.) Era também a opinião de Casal Ribeiro, que aclamava a Ibéria, sob a forma de uma república federativa. (*Rev. Lusit.*, Maio 53.) Era também a opinião do moço, malogrado Nogueira (*Fed. Ibérica*, 54; ap. T. Braga, *Sol. pos. da pol. port.*), que chorava sentidamente a nossa dolorosa situação: «Minha pobre Pátria! Escuta a voz do último e mais obscuro dos teus filhos. Sacode essa nuvem de harpias que especulam com a tua passada grandeza, para se nutrirem em teu corpo extenuado! Quando volverem dias mais auspiciosos, lança-te resolutamente na vanguarda do movimento peninsular, onde tu e os teus briosos companheiros tens tudo a ganhar e nada a perder» (ap. *Ibéria*, tr. port.). Também o prólogo da *Ibéria* dizia: «Portugal, só, como está, desajudado, moribundo, que poderá jamais tentar? Exauriu-se de forças na luta: precisa que lhe injectem sangue novo. É, depois da Turquia, o povo mais atrasado.»

Podia este pessimismo agradar à Regeneração, gloriosa, magnífica? Podia agradar-lhe a Ibéria, quando o pensamento da união, democratizando-se, passava do segredo das secretarias para a publicidade dos papéis? Quando, em vez de combinação de gabinetes e arranjo dinástico, se tornava a expressão de ambições revolucionárias, mais vagas, mais nebulosas, mais graves do que nunca? O fomento pugnava pró, mas não pugnaria contra a conservação indispensável ao progresso da riqueza? E, se tudo isto era assim, não valia mais recuar, abandonando as esperanças dos caminhos de ferro vastos e geométricos, da futura Lisboa — outra Londres — para conservar a nossa pobreza e a nossa monarquia? Em Espanha pensava-se outro tanto, antepondo-se à união a conservação, por medo das revoluções. E desde que, acordes nesta política (Rios, *Mision*), os conservadores dos dois países abandonavam os planos de enlaces dinásticos, o melhor partido que os regeneradores podiam tirar do iberismo era o de usar dele como arma para condenarem os revolucionários novos, aos quais afinal o tinham ensinado.

Daí veio para nós uma situação que mais de uma vez se tornou grotesca e sempre ridícula. Daí veio inventar-se o 1.º de Dezembro, festa patriótica em que anualmente arremetemos contra os vizinhos com bombas, foguetes, filarmónicas, e — pior ainda! — com discursos apoplécticos de uma retórica plebeia. Daí veio o ter-se assistido à queda de sucessivos Gabinetes por esse labéu de iberismo explorado pelos partidos, lançado como uma péla de um a outro lado, fazendo crer que no meio de um ódio universal à Ibéria todos em Portugal são ibéricos! Daí veio o acender-se no coração do povo passivo, e em proveito da intriga política, um ódio arcaico, absurdo, talvez responsável de futuro sangue inocente derramado, se um dia os vaivéns do equilíbrio europeu fizerem com que a Espanha nos conquiste. Daí veio o ridículo de uma nação fraca, mal governada, sem marinha, com um exército indisciplinado, nem instruído, nem aguerrido, nem numeroso, com as fronteiras abertas, as costas por defender: de uma nação que não poderia resistir à mais pequena das invasões, dar ao mundo — se o mundo olhasse para nós! — o espectáculo ridículo da fanfarronice mais disparatada. «Rrre... benn... too de fo.o.rça!» diz numa comédia espanhola um português, inchando-se, com as faces rubras;

e os Espanhóis vingam-se não nos ouvindo e chamando-nos amavelmente *portuguecitos*.

Tal foi a situação criada pela iniciação ibérica de 53, depois agravada quando a revolução de 68 fez da sucessão de Espanha um problema. Renasceram, é natural, as combinações dinásticas; mas o iberismo, já ao tempo declaradamente federalista, era a revolução: não se repetia, pois, a história anterior? Não eram forçados os conservadores a coibir quaisquer ambições que tivessem, para defender a monarquia, para se defenderem a si, para esmagarem os contrários, explorando o patriotismo em proveito próprio, condenando em nome dele a revolução que afirmava ser urgente *renegar a nacionalidade?* (Quental, *Port. per. a revol. de Esp.*)

Mas antes que este segundo momento aparecesse para criar definitivamente a situação que desenhámos há pouco e a de hoje; antes, entre as duas crises, que atitude era a da Espanha? Também na corte de Madrid se sabia que a Ibéria seria a revolução e a queda dos Bourbons: como poderia haver planos de anexação? Os partidos conservadores, nos dois países (regeneradores, *unionistas*), tinham chegado àquele triste ponto de nada, absolutamente nada, poderem fazer no sentido de melhorar a sorte do povo, pela razão de que toda e qualquer ideia fecunda era, e é — a situação conserva-se a mesma —, confiscada, apropriada a si pela opinião revolucionária, atmosfera hostil que rodeia e paralisa. Se, portanto, em Espanha existia um medo, não de uma invasão portuguesa, mas do iberismo como arma revolucionária, em Portugal havia-se já insinuado, generalizado no povo um ódio a Castela, que aos conservadores convinha que houvesse, para com essa irritação, cuja falta de fundamento eles mais do que ninguém deviam conhecer, obterem a protecção decidida do Paço e uma arma de parada para baterem as oposições.

Mas os conservadores portugueses, excitando assim um sentimento anárquico para se servirem a si e à monarquia, foram réus de graves desvarios. Logo à morte de D. Pedro v o povo de Lisboa, choroso e comovido, misturou o iberismo no corpo de protestos com que exprimia a condenação constante, ora tácita, ora expressa, pela ordem das coisas. Há, sem dúvida, uma patologia colectiva sem o estudo da qual o historiador jamais poderá iniciar-se no íntimo dos sentimentos de um povo. As doenças místicas do catolicismo do xvii

século constituem um corpo de sintomas eminentes; e Portugal cujo organismo raros momentos gozou de uma saúde perfeita; Portugal cujo último ataque de febre monárquico-católica nós estudámos em 26-33; Portugal que desde a implantação do liberalismo, ou em colapso, não se movia, ou passava da inacção a alguma fúria: Portugal apresenta um sintoma curioso para diagnóstico ao médico político. Todos os seus reis envenenados, todos os seus estadistas burlões, eis a genuína opinião do povo, que qualquer pode obter interrogando-o. Envenenado D. João VI, D. Pedro sem dúvida alguma envenenado, D. Maria II — quem o ignora? E depois de tudo isto, morriam D. Pedro V e os infantes (D. Fernando, D. João) envenenados também.

Envenenados morreram, com efeito, mas com os miasmas do charco de Vila Viçosa. «Qual charco!» dizia o povo: um charco sim, mas o dos políticos: o de Loulé que quer ser rei, acudiam uns; e outros diziam que não, afirmando terem sido o Salamanca e os sócios para nos *venderem à Espanha*. Assim, lavrando na imaginação popular, a semente do iberismo lançada pela iniciação do Fomento, tornava-se agora contra os que por interesse eram os adversários da união ibérica.

Nos tumultos do Inverno de 61, por ocasião das mortes na corte, o protesto espontâneo do povo rebentou de um modo sintomático, declamando absurdos, exigindo crueldades: querendo a cabeça de Loulé, que para a guardar teve de fugir pelos telhados das secretarias; propondo-se saquear a casa de Salamanca, o que envenenara no almoço de Santarém a família real na volta de Vila Viçosa! (Nota de Valência, 11 de Nov., ap. Rios, *Mision*). Quem denunciava estes criminosos? Ninguém; todos. De quem é a voz que nas tempestades fala em trovões reboando pelas quebradas das serras? A turba, como as massas da electricidade, tem uma fala cujas expressões a ninguém pertencem.

Mas assim como a trovoadas não vem sem causa, assim os clamores populares, embora absurdos nas palavras, têm um motivo íntimo e grave. Já na história houvera delírios, e sempre, no fundo da loucura, apareceram verdades. Também os alucinados no seu tresvario vêem longe muitas vezes. Ninguém envenenara os príncipes, ninguém projectara vender-nos a Espanha. Loulé, em vez de burlão, era um homem de bem. Mas que importa? Alguém há-de ser o réu, alguém o

objecto da nossa cólera, do nosso mal-estar, da vaga consciência da nossa miséria, e quem, senão quem nos governa?

Se o organismo português tivesse ainda energia para se rebelar, o fim de 61 teria provavelmente assistido a uma revolução: mas não sabemos nós, acaso, que depois da Maria da Fonte a guerra de 46-47 foi já um combate de espectros? E depois desse episódio fúnebre, não viera a Regeneração medicar-nos com tisanas de cepticismo e caldos substanciais de *melhoramentos*? Se o enfermo levantava a cabeça, não podia ser ainda para pensar: era apenas a convalescença em que o organismo pouco a pouco se robustecia com a transfusão de sangue de libras inglesas, por empréstimos sucessivos.

Quando chegou o dia do rei D. Luís se casar, e a Espanha que, mais viva, estava próxima a ajustar contas com o *liberalismo* de Isabel II, viu que a noiva era a filha do piemontês já rei da Itália unida, temeu-se em Madrid que a tradição da família saboiana, o exemplo da outra península meridional, fizessem de Portugal um Piemonte espanhol. Quanto injusto favor nos concediam! Que temerários planos atribuíam ao modesto rei, aos nossos estadistas tímidos, medíocres! O embaixador que a Espanha tinha em Lisboa apressou-se a dissipar os sustos palacianos:

O rei D. Luís é um jovem sem experiência, de curto alcance e pouco a propósito para dirigir um negócio de tanta consequência. (Desp. do m. de la Ribera.) Se me perguntasse qual eu creio que seja o carácter distintivo desta sociedade, diria que é o de uma profunda prostração. Não temo que, no curso da política, qualquer que ela seja, Portugal possa influir nos destinos da Espanha. Não há aqui nenhum dos elementos que se reuniram no Piemonte; não vejo partido bastante enérgico e poderoso para ter uma política externa de verdadeira iniciativa; nem distingo em nenhum homem público um verdadeiro homem de Estado. (Desp. de Coello y Quesada, 5 de Set. 64, ap. Rios, *Mision*.)

Dissipadas as sombras de sustos, apertaram-se outra vez as mãos entre Madrid e Lisboa, contentes, esperançados, os Bourbons e os Braganças, os regeneradores e os *unionistas*, em que o espectro revolucionário da Ibéria ficasse para todo o sempre mudo. De repente, porém, surge em Espanha uma revolução (3 de Outubro de 1868) que num instante expulsa

a rainha, aclama Prim e fica à espera de saber que destino há-de dar à nação. República? Monarquia? Ibéria? Centralização? Federalismo?... Depois a guerra assolou a França, abatendo o 2.º Império. As duas grandes nações latinas acharam-se desprovidas de governo, entregues aos vaivéns das opiniões partidárias, abertas a toda a espécie de experiências, como navios desgarrados de uma esquadra açoitada pelo tempo. Faltava a unidade de direcção almirante, e dentro de cada nau o comando flutuava à mercê do acaso ou da fatalidade. A Espanha tentou uma monarquia e várias formas de república. A França, gemendo, não se decidira a dar à luz forma alguma conhecida do governo. Mas em Espanha e França o socialismo apareceu sob a forma de deploráveis revoltas comunais, eivado de preocupações federalistas e demagógicas, cruel, rudemente esboçado em Paris e em Cartagena. Não eram, porém, mais nem menos violentas, sangüinárias e ridículas do que as da Idade Média, raízes de um liberalismo burguês hoje aclamado por ser vencedor. Em França e Espanha, portanto, a revolução, denunciada sob o seu novíssimo aspecto, levou as classes médias a congregarem-se para se defenderem. Daí nasceram, nos dois países, governos análogos, igualmente *oportunos*, embora diversos como forma: a monárquica para aquém, a republicana para além dos Pirinéus.

Com a revolução espanhola de 68, o iberismo acordou por vários modos. Em Outubro liam-se nas esquinas de Lisboa pasquins dizendo:

Viva a união ibérica! Viva o Sr. D. Luís I, chefe dos dois países unidos! — Ponhamos de parte estúpidos preconceitos; portugueses e espanhóis são irmãos pela religião, pelos costumes, pelo idioma, e sobretudo pelo seu decidido amor à liberdade. Não percamos, portugueses, a ocasião que a Providência nos oferece para nos engrandecermos, constituindo uma nação que será invejada de todas as nações do Mundo, podendo dar leis a todas, sem de nenhum as receber. Viva a união ibérica!

Esta proclamação, suposta portuguesa, era provavelmente espanhola: forjada pelos emissários que Prim, ao tempo, sa-

bidamente tinha em Portugal. Se o general relesse os despachos de Quesada, quatro anos atrás, se tivesse génio para auscultar bem o temperamento do Paço, do Governo e do povo, reconheceria mais cedo como perdia o tempo. D. Luís nunca foi Vítor Manuel, nem Carlos Alberto, nem Guilherme IV; Fontes não era evidentemente um Cavour, nem um Bismarck: menos o era ainda o duque de Ávila, presidente da Janeirinha.

Por outro lado, Prim, nem tinha audácia nem força para fazer de nós o que Bismarck fez dos ducados do Elba. Mas a Espanha necessitava um rei! Ainda a guerra alemã não destruíra o império em França: uma república seria um escândalo. «Um rei! Pelo amor de Deus, um rei», diziam aflitos de Madrid. E bem perto, em Lisboa, havia um, em inactividade temporária, nos casos de servir. Mas casado! Dariam à Espanha a condessa de Edla como rainha? Por aí a negociação falhou. (V. Rios, *Mision*.) E também porque, embora alemão, embora já com filhos o rei português, os conservadores viam na afinidade das dinastias um longínquo receio do iberismo. Apareciam graves folhetos sombrios (Corvo, *Perigos*; *Dois palavras*, etc.) pintando com sinceridade, ou sem ela, as ameaças iminentes. E acordar no povo o ódio a Castela foi ainda, como sempre fora, um meio de fazer *oposição*. Os regeneradores tinham agora a conquistar o poder ao *reformismo* da Janeirinha, e para tanto, o melhor meio era chamar-lhe ibérico e encher de sustos a cabeça do bom rei.

E entretanto, nem o Bispo, nem Latino, nem ninguém era ibérico; embora o *reformismo* tivesse laivos de republicano, embora Latino tivesse prefaciado o livro de D. Sinibaldo. Ilusões também passadas! A iniciação do fomento convertera as gerações novas, e os ideólogos de 54 eram oportunistas em 70. Também os federalistas platónicos desses tempos passados eram conservadores de agora, como Casal. O federalismo ibérico, mais ou menos eivado de socialismo demagógico, era já em Portugal apenas o credo de uma minoria mínima, sem valor político de espécie alguma. E passada a crise, restaurada a monarquia em Espanha, a situação voltou a ser, com os partidos novos, o que fora com os antigos. Conservadores de ambos os lados da raia: conservadores regeneradores, conservadores canovistas, conservadores progressistas, etc., oportunistas todos.

3. O SOCIALISMO

Esta doutrina saía mais directamente do que a ideia precedente estudada do progresso material defendido pela Regeneração. Os regeneradores não estavam de todo limpos da mancha socialista, como vimos. Chevalier, o mestre economista do partido, trouxera da igreja de Menilmontant para o mundo as máximas da economia são-simonista.

Mais do que ao iberismo ainda, porém, acontecia ao socialismo o que antes vimos suceder: abraçarem os revolucionários a ideia, fazerem-na sua, obrigando os regeneradores a renegá-la, recuando cada vez mais, acentuando todos os dias o seu carácter conservador. O individualismo das antigas escolas e partidos finara-se, porém, como letra morta; e quer cesarista, conservadora ou imperialisticamente, quer democrática e revolucionariamente, «o melhoramento da sorte dos desvalidos da fortuna» era uma preocupação tão dominante dos espíritos como noutro tempo o fora «a garantia dos direitos soberanos do indivíduo». Os socialistas franceses eram geralmente lidos. Os moços chegaram a ensaiar falanstérios. A classe dos engenheiros, nova em Portugal, com a sua educação matemática, seguia os exemplos dos discípulos da Escola Politécnica de Paris. Comungavam num são-simonismo, mais ou menos acentuado, Carlos Ribeiro e Rola, Garcia, Betamio, Delgado, e Brandão, autor da *Economia Social* (8.º 1857), com epígrafe: *Unicuique secundum opera ejus*. Fourier aparecia como um precursor, Proudhon como um apóstolo. Para além do presente entrevia-se um futuro dourado de fortunas.

Por acreditar na imperfeição e na perfectibilidade da raça humana, ninguém peca por fourierista ou proudhoniário. A poesia romântica tem, não há dúvida, muito de socialista, mas anuncia um socialismo mais sabido que ainda está por vir. A poesia é toda inspiração e vaticínio. A magia existiu antes dos caminhos de ferro, do gás e do magnetismo. Dante viu as estrelas do hemisfério austral antes que este se descobrisse; Séneca vaticinou a descoberta da América; Ésquilo no *Prometeu* a redenção; e Virgílio adivinhou alguma coisa da moral cristã e até o progresso civilizador da Europa, estendendo por todo o Mundo os seus costumes, o seu poder, a sua religião, a sua ciência. (*Rev. Peninsular*, 55.)

Isto era escrito comentando Espronceda, o autor do *Pirata* e do *Mendigo*, o poeta neo-romântico que pusera nos seus versos todo o desespero, todas as ironias, todo o *satânico* de uma alma já sem obediência a nenhuma espécie de autoridade moral, mas cheia de ímpetos e aspirações democráticas e socialistas.

Com efeito, a revolução das ideias aproximara estas duas opiniões; e se já não havia jacobinos, também ainda o socialismo não ganhara a expressão exclusiva, odienta, de uma guerra de classes, como partido de *populani* magros ressuscitado da velha história das repúblicas italianas. Uma atmosfera nebulosa de humanitarismo cheio de esperanças filantrópicas envolvia as doutrinas revolucionárias: choravam-se as desgraças dos italianos, dos polacos escravizados; e a liberdade que para os passados fora um critério racional e a base de um sistema de ideias, era agora invocada com um carácter mais de política autonómica das nações, do que de soberania constitucional dos indivíduos. A república seria a paz universal! Pouco importava, a ninguém ofendia que as efémeras repúblicas de 48 fossem tiranas com laivos de comunismo. Tudo isso era liberdade! Aos homens, educados pelo espírito jurista e pela crítica de Kant, sucediam os discípulos de Louis Blanc e de Lamartine.

Na Câmara portuguesa — como as ideias correm, como as nações mudam rapidamente, neste século revolucionário! —, na Câmara portuguesa, na sessão de 49, Souto Maior, sem ser expulso nem apupado, defende «a nobre, santa e justa causa em que se acha empenhada a Itália inteira para constituir a sua liberdade, firmar a sua independência e estabelecer a sua unidade». E o seu jornal, *Estandarte*, o orador escrevia do Papa: «Resumo de uma grande história morta, pode ainda ser o símbolo de um grande povo vivo.» A *Carbonária* italiana, dirigida pelo místico republicano Mazzini, alargando os seus ramos por toda a Europa, para fundar a república universal e redentora, infiltrara-se entre nós também com a sua *alta-venda* ou *choça-mãe*, donde dependiam as vendas ou choças filiais e as *barracas*. Em Coimbra havia a choça de Kossuth, o húngaro. (M. Carvalho, *Hist. Contemp.*) Nesta maçonaria novíssima alistavam-se os moços, e daí saía a direcção política, republicana e democrática.

Neste estado veio a Regeneração encontrar os elementos

desordenados e fracos dos revolucionários portugueses; e os laivos do socialismo, que neles havia fizeram com que ela em grande parte absorvesse a cauda moça do partido setembrista, já também eivada de doutrinas ou sentimentos cosmopolitas e filantrópicos. Das vendas carbonárias passou então o foco da agitação revolucionária para as sociedades operárias. Fundou-se em Lisboa o *Centro Promotor*. «As ideias societárias que desde 48 tinham ido calando no coração dos desvalidos da fortuna» inspiravam ao mesmo tempo os tipógrafos que se faziam literatos-políticos (Vieira da Silva, Albuquerque, etc.), os engenheiros mais ou menos socialistas (Rola, Latino, Brandão) e os antigos setembristas que viam a urgência de infiltrar ideias e sangue novo no partido. Ao teatro romântico de Mendes Leal, heróis pantafaçudos, homens de ferro com uma linguagem de medos, substituiu-se um outro género: eram os homens ou as mulheres de *mármore*, dramas satânicos mostrando ao povo a corrupção dos ricos; eram as *peças* operárias, inspiradas pelas obras de Sand e Eugénio Sue, em que o homem de trabalho aparecia herói, lutando com energia e talento contra os crimes e preconceitos de uma sociedade madrastra.

Desgarrados, sem coesão nem consistência todos estes elementos revolucionários, a Regeneração tendia a inclinar todos os dias mais no sentido revolucionário, à imagem do que sucedia por toda a Europa latina.

Rodrigo, que a princípio se apoiara no grupo setembrista da *Revolução*, foi pouco a pouco bolinando tanto no sentido oposto, que a presidência oficial do partido passou de Saldanha para Terceira (no Gabinete de 59). Já em 54 D. João de Azevedo escrevia de Lisboa a José Passos: «Conte que antes de pouco tempo muitas notabilidades do partido cabralista hão-de obter graças e mercês, *porque a estratégia de Rodrigo está hoje posta nisso*.» (Carta, na corr. autogr. dos Passos.) Assim tinha de ser. Que era a Regeneração, senão o utilitarismo cabralista sem doutrina? Que fora o cabralismo, senão uma Regeneração sem dinheiro nem cepticismo, só com doutrina e violências? 48 levantara uma labareda, mas o incêndio apagou-se rápido. A Polónia, a Itália, a Hungria ficaram quais se achavam antes; a França restaurou o Papa em Roma e tolerou em Milão o austríaco. Depois dos dias de Junho, em que o socialismo de Paris foi

esmagado, viera Napoleão III pôr um freio às temeridades revolucionárias.

O romantismo político, a que nós estudámos as duas faces sucessivas (1826-1838, Palmela, Herculano), finara-se de todo com uma revolução em que já entravam elementos de diversa origem.

O que caracteriza esse período é a grandeza das aspirações, combinada com a indeterminação das ideias, um vago idealismo, ou antes sentimentalismo, que envolve e abraça, sem dar por isso, as maiores contradições práticas e se lança no caminho das mais perigosas aventuras com um sorriso de confiança ingénua e quase infantil. Este fenómeno de uma revolução sem pensamento explica-se pelas condições particulares do meio em que se desenvolveu.

Era em primeiro lugar um individualismo sentimental, ao mesmo tempo cheio de reivindicações e de efusões e que pretendia corrigir o egoísmo das reclamações do direito individual com os preceitos morais e poéticos da fraternidade. Em segundo lugar, a atitude determinadamente hostil das monarquias constitucionais dominadas pela alta burguesia ávida e agiota, tornava-lhes iminente a queda sem que se pudesse dizer que essa queda implicava uma verdadeira revolução, porque as classes contra elas insurgidas não tinham principalmente em vista destruir, no seu princípio, o regime existente, mas, pelo contrário, entrar nele, apossar-se dele, alargando-o (pelo sufrágio) até às proporções da nova democracia. Em terceiro lugar, finalmente, a atitude das classes operárias vinha lançar no meio desta confusão intelectual e política mais um elemento de perturbação, e o mais formidável de todos. O Socialismo, tão mal compreendido pelos seus adversários, como mal definido pelos seus partidários, foi transformado num monstro, o famoso *espectro vermelho*; e o terror abria caminho a uma reacção tão geral e irresistível que arrastou consigo não só o Socialismo, não só a República, mas ainda o próprio regime liberal e todas as garantias legais tão custosamente conquistadas.

O drama romântico veio a dar por toda a parte numa conclusão trágica. A Hungria foi esmagada, esmagadas a Itália, a Roménia, a Polónia. Na Alemanha, na Áustria, o cesarismo dissolve os Parlamientos nacionais, rasga as constituições que o susto lhe fizera jurar no primeiro momento de surpresa e estabelece solidamente e por muitos anos o regime militar. Em França, donde partira o impulso revolucionário, o Socialismo, tornado a execração de todos os parti-

dos, cai exangue nas barricadas de Junho, e o movimento reaccionário, uma vez lançado, não pára sem ter destruído a república, as garantias liberais constitucionais, humilhado a democracia, e sobre todas estas ruínas estabelecido o império conservador, ao mesmo tempo rural, militar, bancário e clerical.

Tais foram os resultados da evolução romântica. Mas a geração que a preparou e a consumou podia prever tais resultados. A sua confiança era tão longa, como vastas as suas aparições: e se aquela era infundada, estas eram generosas e alevantadas. Talvez nunca a história registasse uma tão completa catástrofe, saída de um tal curso de belos sentimentos, de elevados intuitos, de personalidades brilhantes e heróicas. Os promotores e fautores daquele movimento, os Lamartine, Ledru Rollin, Arago, Luís Blanc, Proudhon, Raspail, Mazzini, Garibaldi, Manin, Gagern, Rosetti, Bem, Kossuth, e todos os que indirectamente o prepararam, oradores, pensadores, poetas, Lamennais, Michelet, Quinet, Hugo, Sand, Sue, Leroux, Mickiewicz, Gioberti, Manzoni, Cantu, Mamiani, Feuerbach, Heine, formam uma plêiade incomparável pelo talento e pelo carácter; e não admira que apesar do vago e do incoerente das suas doutrinas, dominassem tão completamente o espírito da geração que atrás deles se lançou fanatizada no caminho de inevitável desastre. (A. de Quental, «Lopes de Mendonça», no *Operário*.)

Em Portugal, várias causas concorriam para que a revolução de 48 não chegasse a nascer. Era o cansaço dos partidos, era a miséria da Nação, era a influência de Rodrigo, epílogo céptico da história liberal. Era também a circunstância de que dos dois motivos do 48 europeu, o democrático já entre nós fora ensaiado e ficara desacreditado em 36; e o socialista não tinha classes operárias fabris bastante numerosas para o fazerem vingar. Em vez de uma revolução, tivemos uma Regeneração, a que os revolucionários como José Estêvão, Lopes de Mendonça, etc., aderiram, conforme sabemos. Mas quando todos esses viram o partido novo tornar-se cada dia mais velho; quando assistiram ao acordo de Regeneradores e Históricos a favor das irmãs da caridade, que era a questão ardente, separaram-se, para fundar o *Futuro*, jornal, partido das aspirações vagas de um romantismo serôdio, cujo chefe era José Estêvão. A ausência de numerosas classes operárias principalmente impedira antes a revolução, e impedira agora o novo partido de ganhar estabilidade. E como não chegou a

haver luta, não houve motivo para repressões; e como uma das causas da paz era a fraqueza, manteve-se a liberdade por não haver interesses nem motivos fortes em conflito.

Oportunamente morreu o tribuno (Nov. 4, de 62) que durante a vida não cessara de praticar nobres actos inoportunos. Como tipo e símbolo de uma geração que nunca chegou a ter voz, passou para o túmulo deixando os companheiros dispersos, entregues à desilusão, absorvidos pelos seus trabalhos profissionais. Ao *Futuro* sucedeu ainda a *Política Liberal*; à *Patriótica*, o clube do Pátio do Salema, donde saiu ainda a força bastante para em Janeiro de 68 derrubar os conservadores do Governo.

Veio logo a revolução de Espanha complicar a situação com esperanças republicanas e intrigas ibéricas; veio depois a guerra do Paraguai secar a fonte dos ingressos de dinheiro do Brasil: tudo isto declarou em crise o resto das antigas esperanças.

Debandaram todos, cada qual para seu lado. Os excêntricos ficaram esperando pela república dourada; os práticos, ou se aliaram aos conservadores, ou se congregaram em reformismo oportunista. E as velhas ideias societárias? Também a iniciação do fomento influiu sobre elas; mas a dureza do regime capitalista da burguesia, em vez de lhes fazer como a política *realista* fazia aos românticos, em vez de as reduzir a um pó de quimeras, obrigou-as a declararem-se em partido dos pobres contra os ricos, numa guerra de classes, anacrónica, decerto, mas ameaçadora. A Espanha teve Cartagena, a França teve ainda a Comuna de 71: nós tivemos umas greves apenas, por não possuímos suficiente indústria fabril.

Tal foi o carácter que o socialismo tomou, sob o influxo do utilitarismo, sem que se veja ainda que outro e melhor o espera. Dissipadas as quimeras, conquistadas as garantias individuais, conferida ao povo uma soberania negada ao trono: crê alguém que tudo está feito? Espera alguém que esse povo, soberano e mendigo ao mesmo tempo, não reclamará uma revisão da legislação económica? Perigosa teima será negá-lo, porque as revoluções inevitáveis, se se não consumarem de cima para baixo, far-se-ão ao inverso, de baixo para cima — como a labareda que sobe crepitante!

4. D. PEDRO V

Esquecemos, nestes sucessivos relances, o trono. E, entretanto, em Portugal nunca deixou de haver monarca. Depois de D. Maria II, matrona antiga coroada, veio o rei-artista, César sem amor à guerra; depois D. Pedro V; por fim o rei actual. O seu finado irmão era um romântico póstumo. Contava dezoito anos quando subiu ao trono (n.º 16 de Set. de 37; r. 55) e com um temperamento observador, grave, desde criança o foram impressionando os episódios deploráveis da história desse tempo. Tem o leitor presente a memória de D. Duarte, o infeliz rei, tão sábio, tão bom, tão cheio de terrores e de escrúpulos? Foi como ele D. Pedro V, «esse pobre rapaz», que o destino condenara a ser príncipe. Já não estava nos usos consultar bruxas e adivinhos, mas o rei tinha em si o feitio de espírito que pede milagres. Considerava-se predestinado, ao inverso de D. Sebastião, para um fim breve e fúnebre; via-se coberto de terra, metido numa cova, imagem viva da morte, fatalidade ambulante, movido por uma sina triste. Era uma saudade, a sua alma; e o coração, batendo, parecia-lhe um dobre de finados! Saudade de uma honra esquecida, dobres pela morte de um povo desditoso? Símbolo de uma nação cadáver, considerava-se, ele rei, minado por todas as pestes. Roía-o um remorso inconsciente que o fazia aparecer bisonho e triste, com um sorriso doentio na face, a mudez nos lábios, no olhar o quer que é de sonâmbulo. Interpretando os acasos com o seu fado, explicando tudo pela sua sina, achava em si a causa de muitas desgraças. Quando o patriarca voltava de o baptizar, partiram-se-lhe as rodas da carruagem e caiu... Aso dez anos, já o príncipe tinha pesadelos que o faziam cismar: uma grande águia negra tomava-o nas garras, levantava-o ao ar, deixando-o cair e despedaçar-se... A águia tornava a subir levando para os ares o mano Luís... Tinha então dez anos e contava os terrores ao seu mestre. (Bastos, *Mem. biog. de D. Pedro V.*) Depois chegou a crer que matava o que tocasse. O general Loureiro morreria de apoplexia? Porque ele o afligira com certos ditos. D. Carlos de Mascarenhas morreria? Porque ele o obrigara a um passeio excessivo. E o *Curso Superior*, o filho do seu amor às Letras, era baptizado com o cadáver de D. José de Almada, com a loucura de Lopes de Mendonça! (Andrade Ferreira, *Vida*, etc.) Trágica fi-

gura de um rei que se acredita a má sina do seu povo! Não seria ele o sumário de uma história miserável, o símbolo de uma nação pobre, o espectro de um povo caduco? Não viria como resultado de trinta anos de miséria, lentamente cristalizados num cérebro impressionável, definir com o seu génio a época?

Se às superstições fúnebres se pode achar esta razão de psicologia histórica, não é mister apelar para tão longe quando se observa o outro lado do seu carácter. Com olhos de pessimista, e esses eram os bons olhos para ver Portugal, tinha em tanta conta os que o rodeavam, cria tanto neles, que mandou pôr à porta do seu palácio uma caixa verde, cuja chave guardava, para que o seu povo pudesse falar-lhe com franqueza, queixar-se, acusar os crimes dos governantes. Singular modo de conceber o seu papel de rei de uma nação *livre*, parlamentar! Os ministros que não escarneciam dele, principiavam a temê-lo; outros a odiá-lo. O povo começava a amar a bondade e a justiça de um rei tão triste. Já corria de boca em boca a lenda do novo monarca: um infeliz! E o amor não era feito de esperanças, mas de pressentimentos fúnebres e de uma consciência certa da fatalidade comum do povo e do rei. «Se ele pudesse!» Mas entre ele e o povo simples havia de permeio os políticos. — «Como o rei é justo, bom e nobre! Nem quer que lhe beijem a mão, nem que dobrem o joelho, nem quer matar um só criminoso, o santo! Se não fossem os políticos!» E esta corrente de intimidade entre o povo e o rei cresceu a ponto de se chegarem a formular votos pelo absolutismo. (T. Braga, *Hist. do Rom.*). A alma espontânea dos povos latinos, idealistas, sem os cálculos, as reservas, os planos de outras raças, só aclama os factos simples: é inacessível às fórmulas. Quem no meio-dia quiser ser grande, seja forte, seja *rei*: Pombal, D. Miguel, Saldanha ainda, ou sejam, um bom pai, um bom protector do povo!

Como o seria, porém, D. Pedro v, se se acreditava marcado por uma estrela funesta; se, fumando como um estudante o seu cigarro, ouvia a lição do seu mestre Herculano, lição em que às fórmulas liberais-românticas se juntava o ensino de uma reprovação universal — dos políticos, um bando; do povo, um desgraçado? As fórmulas sábias murchariam a flor da ambição, se ela viesse a desabrochar, porque as jeremiadas do profeta enraizavam na alma do rei o

seu pessimismo. Como que abdicava, instruindo-se; e, em vez de se entregar ao ofício próprio do seu posto, velava as noites a estudar, os dias passava-os aferindo a realidade por uma história vista com óculos de metafísicas nebulosas, de idealismos místicos. Parecia um monge sonâmbulo; mas a mocidade, a virtude estampada no seu rosto, ganhavam um encanto de melancolia com essa perda das noites veladas. O dia, a luz do Sol, a realidade, os homens, tudo então se lhe afigurava um sonho: pesadelo triste, a sua má sina! Quando não era fúnebre, era irónico, epigramático: o seu reino parecia-lhe o pior da Europa. Lera o livro de About *La Grèce contemporaine*, e anotando-o, pôs no título: *La Grèce — et Portugal*.

Ora Portugal já por forma alguma era como a Grécia contemporânea. Fora-o, sem dúvida, mas desde que o espírito prático vencera em 51, conquistando a si o primeiro dos palácios portugueses, Saldanha, todas as ambições nacionais estavam tornadas para uma Beócia antiga, farta de searas. O génio do rei não chegava a conceber um ideal tão mesquinho; e só via o passado com os olhos cegos para o futuro iniciado. Ele era o fim de uma história, o epílogo sumário de um tomo, inserido por erro depois das primeiras páginas do livro seguinte. Por isso lhe chamaríamos póstumo. Considerava-se a si um nuncio da morte e via moribundo o seu povo. Estimaria que o caminho de ferro se fizesse com ingleses «para meter sangue novo nas veias desta raça atrofiada». Como se sabe, os operários cruzam com as camponesas e o caminho de ferro ia atravessar o Reino em dois sentidos. Singulares, dramáticas, deviam ter sido as conversas entre o místico príncipe e o Salamanca, o aventureiro audaz das novíssimas empresas que se propusera regenerar Portugal. O embaixador que as ouviu, apresentando ao rei *antigo* o moderno barão da indústria e do banco, dizia que para descrever bem a cena «seria necessario la pluma de un Cervantes». Salamanca, *socarron*, afectando gravidade na sua face castelhana, como um Gil Blaz, ouvia D. Pedro que queria *lucir-se*. O *pícaro* confessava a sua ignorância: nem era filósofo, nem sábio! Um homem de negócio, senhor! E D. Pedro v contava-lhe a nossa pobreza, a incapacidade de sustentarmos caminhos de ferro, filiando estas opiniões tristes no quadro lúgubre da decadência das raças latinas. Saindo, o empresário sagaz, que estudando um doente vira um homem, disse para o embaixador

companheiro: «Deus nos livre de que este rei tivesse os meios e o valor das suas convicções.»

De casa do filho, foram ambos a casa do pai. Que dança! Também Salamanca era *artista*, também apaixonado pelo *bric-à-brac*, derradeira poesia dos cépticos; também si-barita, *viveur* aristocrático, distinto, palaciano. «Parecian hechos el uno para el otro.» Viram os museus, comentaram as faianças, os charões, as porcelanas, os quadros, rindo como gréculos. O pensamento de ambos, inconscientemente, nadava na expressão clássica do Papa da Renascença: *Quod commoda da Deus nobis hæc otia, Christi!* «Quedaran encantados.» E para rematar a amizade, o rei D. Fernando fazia indirectamente a apologia dos povos latinos, confessando o seu desamor pelos ingleses que maltratava. (V. Desp. de Pastor Dias, 10 Dez. 59, ap. Rios, *Mision*.) Triste engano do acaso, que invertera o lugar próprio das pessoas. O pai devia ser o rei; o filho o príncipe, que, sem os cuidados do trono, acaso teria tido, no Portugal novíssimo, o papel de D. Henrique no de Avis — o papel de um iniciador na ciência!

Quem se não lembra de ter visto o rei, atento como um discípulo, a ouvir nas salas do seu *Curso* as lições dos professores, com o aspecto grave, a mão coíando o pequeno bigode, denunciando a actividade do seu cérebro? Por que lhe não concedia a sorte de viver a vida para onde o seu génio o chamava? Porque a sua sina era perdida e uma estrela má o condenava a ele a reinar, e ao Reino a padecer as consequências de um destino cruel. A bofetada que a França nos deu, vindo buscar armada ao Tejo o negreiro apresado em África, arrouxeou-lhe a face, e o rei chorou aflito. Veio uma epidemia de cólera em 56; outra de febre-amarela em 57; veio a irritação cruel das irmãs da caridade. As desgraças, os embarços, teciam a rede de malhas cerradas em que se lhe afogava a existência; sem lhe ocultar, mostrando-lhe sempre, fatídica, a estrela má do seu destino.

Quando um céptico tem superstições — contradição só aparente, e de resto vulgar, do espírito humano — não reage, obedece; não resiste, cai. Quando elas atacam um místico, fortalecem-no com uma coragem transcendente. Daí vêm os monges heróicos, estilistas e outros. A alma de um santo que

havia em D. Pedro v, retemperada pelo estoicismo aprendido nas lições de sua nobre mãe, mostrou-se quando Lisboa dizimada o via passar nas ruas, visitando os enfermos, caminhando para os focos do contágio como um Isaac para o sacrifício bíblico. O amor do povo tornou-se então uma paixão; e corriam as anedotas com que a imaginação popular cristaliza os heróis. Mandara a um médico medroso descalçar a luva para tomar o pulso ao enfermo. E se Portugal já tivera em D. Sebastião um rei Artur, não é verdade que se formava uma lenda, diversa sem ser menos bela: a lenda da santa rainha da Hungria, ou do rei santo de França? Nas pestes milanesas, o Borromeu ganhou a canonização; nas de Lisboa, D. Pedro v foi canonizado pelo povo. E quando, quatro anos depois, morreu, na auréola da caridade, o povo engastou palmas de martírio.

Nas angústias desses dias aflitivos, o moço, infeliz rei, achar-se-ia bem, sem o crer, sem o pensar, sem o sentir. Assim a cevadilha só floresce nos terrenos da malária. Assim os maus só crescem no seio da pravidade. Também os temperamentos fúnebres, com o espírito feito de presságios, se prazem no seio das desgraças. Elas vêm como confirmação dos presságios. E nada aflige mais o homem do que a dúvida, quando o que o rodeia não obedece ao que pensa, ou ao que sente. Como não viria a peste, se a estrela do rei era mortal? Cumpria-se o fado da sua existência. Os presságios não mentiam; o seu coração falava verdade. E esta afirmação externa do seu sentimento íntimo, afogava-o mais, cada vez mais, nas suas superstições funestas, no seu pessimismo ingénito.

Em tais momentos, os temperamentos como o de D. Pedro v raras vezes caem: quase involuntariamente requintam. Formula-se então em doutrina o que era apreensão. O acaso, segredo ou mistério do Universo, torna-se Providência; e, quando se é cristão, por via de regra, entra-se nos moldes conhecidos, que tantos místicos formularam, desde Alexandre até Manreza. A religião arde como chama a que se dá, em novo combustível, a soma de apreensões coordenadas. Era D. Pedro v cristão? Ou apenas deísta à moda romântica, isto é, reconhecendo no cristianismo a mais pura forma de deísmo até hoje concebida? Não sei. As lições de Herculano, os livros modernos da sua leitura deviam ter abalado a sua ortodoxia; mas os espíritos românticos, na inconsistência das

doutrinas, na poesia dos sentimentos, conservavam sempre aberta a porta para o arrependimento. E tantos foram os que, penitentes, se curvaram beijando a terra: tantos, tão dignos, tão nobres, obedecendo tão espontânea e sinceramente, que hesitamos em dizer se o rei teria ou não sido um desses.

A ocasião levava a um tal fim a vida moral de D. Pedro v, quando o casamento (18 de Maio de 58) trouxe para o seu lado uma rainha piedosa, cândida, pura, como anjo que vinha, entoando os cânticos da Igreja, acompanhá-lo a bem morrer, ou mostrar-lhe, aparição fugitiva, vaporosa Beatriz de religioso encanto, o paraíso que o esperava depois da selva escura da existência terrestre. Tinha vinte e um anos D. Estefânia (n. 15 Julho 37) quando casou com o rei que contava idade igual. Eram duas crianças? Não; apesar dos anos. Porque a ele a imaginação tinha-lhe feito viver já uma longa existência de pensamentos, presságios e angústias; e a rainha desde criança vazara toda a sua bondade angélica nos moldes da devoção católica. Apesar dos anos, pois, eram ambos, em moços, como se já fossem velhos; e a idade juntava ao encanto desse par tão nobre, tão cheio de simpatia. Ela tinha retratada a candura da sua alma na suave expressão de um rosto meigo; e o rei, no aspecto carregado, mostrava a força do seu carácter, a tristeza do seu espírito. Um pressentimento trágico assaltava quem os via passar nas ruas da cidade: nenhum dos dois parecia bem deste mundo — ele uma vítima expiatória, ela um anjo custódio!

A devoção da rainha e a superstição do rei davam de si uma autoridade espontânea à primeira no espírito do segundo. Era então o tempo em que a questão das irmãs da caridade, complicada com a política, se tornara um espinho irritante; e a rainha devota e o rei fúnebre começavam a ser acusados de clericalis e ultramontanos. Com efeito, nenhum dos dois fora feito para o trono. Tinham demasiada virtude, ambos, para reinar em qualquer das nações latinas, sobretudo em Portugal. A sua sinceridade não era compreendida, e arriscava-os a sofrer as consequências de uma política desalmada.

D. Estefânia morreu a tempo (Julho de 59), antes que se desmanchasse às mãos duras de quem não tinha coração para a amar, a cristalização poética formada no espírito do

povo sensível com a sua formosura angélica, com a sua devoção ingénua, com a sua caridade fervente. Morreu, e ainda bem! É como quando no meio da charneca desolada e seca, fatigado, o viandante depara um puro arroio cristalino, e bebe: assim nos acontece a nós deparando um tipo de candura e poesia na vasta charneca de urzes desta história. Que importa morrer? Mais vale que o arroio logo se perca, sorvido por alguma fenda... Se corresse e seguisse através do chão empoeirado, não é verdade que as suas águas se haviam de sujar, misturando-se com as gredas do solo e as folhas podres das urzes?

Mas o pobre rei, mais a sua sina fatal, quando se viu só, depois dos breves meses de casado, mais se enraizou ainda nos seus presságios. Era a morte, ele que matava tudo o que tocava. Via-se já nos ares arrebatado pela águia negra dos seus pesadelos. Sentia sobre si o peso de muitas vidas ceifadas; e, chorando, lamentava o seu triste isolamento. Não estaria cumprido ainda o seu fado? Que novas desgraças havia de causar? Quando lhe seria dado terminar o seu desterro deste mundo, para ir num céu, visto em sonhos, sentar-se ao lado do anjo que para lá fugira? Como uma pomba branca voando breve no horizonte da sua vida, tocando-lhe com a asa a face a despertá-lo dos seus sonhos tristes, assim desaparecera no seu voo. De longe, acenava-lhe agora. Era a Beatriz dos seus pensamentos místicos: não uma Laura de amores humanos.

Assim um novo motivo de tristeza se juntava aos anteriores; assim tudo ganhava um carácter fatídico para o espírito do rei. A fatalidade estava nele, e não nas coisas. Quando um relâmpago azulado ilumina a noite, tudo nos aparece azul. Caía triste o Outono de 61: havia dois anos que D. Estefânia morrera, quando o rei e os príncipes foram a Vila Viçosa caçar, e voltaram de lá envenenados pelos miasmas de um charco dos jardins. Eloquentes símbolos, porque os miasmas do charco português eram o veneno que o rei tragara no berço e lhe fizera da vida uma enfermidade crónica.

As mortes galoparam rápidas como na balada de Burger. Caiu primeiro o jovem infante D. Fernando, e o rei tinha a certeza de morrer também. Já no leito ardia com febre deli-

rante. Em frente do palácio, fundeada no rio, a corveta *Estefânia*, de espaço a espaço soltava um tiro — como o bater do relógio lúgubre da morte. E esses tiros ouvia-os o rei, chamavam-no, excitavam-no, davam-lhe os desejos de acabar por uma vez com a vida miserável, para ir abraçar no céu a Beatriz do seu delírio. Se a voz dos anjos pudesse ser o troar dos canhões, não era ela que o chamava? Talvez; porque os tiros chegavam à câmara do rei, já brandos, como um eco, um murmúrio, e vinham do navio que tivera o nome dela — Estefânia! Seguidos, constantes, infalíveis como um destino, repetiam-se; e o delírio do rei interpretava-os: eram vozes! A sua vista conturbada já perdera a noção da realidade; e vivo ainda, já se julgava transportado às regiões sonhadas numa longa existência de vinte anos...

Dizem que na agonia murmurava os trenos de Dante:

Per me si vá nella citá dolente...
Per me si va n'ell' eterno dolore...

No largo do palácio o povo espesso, na sua aflição, dividia-se entre as lágrimas e as cóleras. Era um espectáculo antigo, como quando outrora, nos seus pequenos reinos, os reis eram pais, protectores, quase ídolos. A um povo desgraçado, a desgraça do rei aparecia como símbolo dos próprios infortúnios; e a crueldade de uma estrela funesta tinha o condão de ferir ainda a alma de uma gente já descrente e cepticamente regenerada; tinha uma virtude que decerto não teria tido o talento, a audácia, a ambição de um rei herói. A morte no Paço era simbólica, e a turba obedecia inconscientemente a um desses movimentos de psicologia colectiva, tão misteriosos ainda. A morte no Paço era o símbolo da morte no Reino, e por isso, repetimos, na sua aflição, o povo dividia-se entre as lágrimas e a cólera. Os olhos choravam a sorte do rei, a sorte de todos! E o sangue pulava nas veias contra os réus do assassinio — do rei, da Nação? Envenenadores, salteadores, burlões, homicidas!

Quando finalmente se soube que D. Pedro v tinha expirado (11 de Novembro de 1861), o clamor das cóleras reunidas soltou-se, extravagante, absurdo, cruel, mas inconscientemente justo, como é sempre o povo em massa. O símbolo do Juízo de Deus, grosseira expressão de um mistério de electri-

cidade popular, via-se no calor com que pelas ruas, nessas noites atribuladas, a turba corria proclamando a sentença final de uma história miserável. Partiam às pedradas as vidraças dos palácios dos *grandes*, pediam as vidas dos ministros, tombavam da sua carruagem e deixavam por morto na estrada o tipo dos amoucos do palácio. Todos eram réus.

Tinham envenenado o rei! Tinham envenenado tudo! Tinham roubado, tinham vendido, tinham retalhado o povo, o Reino, a Fazenda e a nossa miséria era a consequência dos seus crimes. Agora este queria para si a Coroa, aquele queria vender-nos a Castela: queriam todos a desgraça do povo. Havia aí partidos? Não; esse clamor provocado pela morte do rei mártir era uma condenação total, universal, espontânea! Era um último adeus ao último dos reis amados, um dissolver da monarquia, em lágrimas tristes, soluçadas!

Objectarão os homens secos que umas companhias de tropa bastaram para emudecer as vozes desvairadas da turba. É verdade. Nem de outro modo podia ser. As revoluções não saem dos túmulos. As covas provocam lágrimas e arrancar de cabelos. Mas o que à História importa agora, não é a força dessas turbas aflitas, pois sabemos todos por que vias a Nação chegara a sentir cravada em si a estrela fatídica do rei; pois sabemos todos que pessimismo íntimo, que desesperança absoluta, que vaga tristeza, que anemia orgânica, a história do meio século nos trouxera. Não é pois uma força que todos sabemos extinta, é o carácter do protesto, é a natureza dos clamores condenando a Corte e o Governo na sua totalidade, os partidos, os estadistas e a História: é esse carácter singular que tem para nós uma gravidade reveladora...

As companhias de tropa acalmaram a turba; e quando se fez o enterro, só já se ouvia o sussurro lânguido dos soluços. Cem mil pessoas estavam nas ruas. Também o azul do céu de Lisboa entristecera, também se cobrira de dó nesse dia nublado e triste; também chorava lágrimas, enegrecendo com a chuva o basalto das calçadas. «Deus mandou a chuva, para até as pedras vestir de luto!», diziam as mulheres carpindo. E todos ouviam os soluços murmurar, como se ouve o bater das asas quando passa nos ares um bando. Eram esperanças, aladas, brancas, fugindo também, voando!

IV

CONCLUSÕES

1. AS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS

Com o finado rei desapareceram as irmãs da caridade. O sucessor expulsou-as, liberalmente — sempre em nome da liberdade! —, e secas as lágrimas, esquecido o passado, rasgados os crepes, também o trono se entregou nos braços da Regeneração. Na corte onde reinara o misticismo devoto, reinava agora catolicamente ao lado do monarca, por esposa, a filha do rei excomungado da Itália: sempre fiéis à religião! Num sistema de fórmulas, mais do que nunca vazias da realidade, liberalismo, catolicismo, que são? Hipocrisias inconscientes de quem não tem na alma a força, nem na mente a capacidade de conceber e defender ideias. Velhos bordões retóricos, políticos, ou como escoras de madeira carunchosa, pintada para iludir, aguentando o edifício desconjuntado.

Em 68, como já vimos, houve a sombra de uma revolução contra a sombra de uma tirania. Embuçada logo ao nascer pelo duque de Ávila, veio com o tempo achar no bispo de Viseu o seu definidor. Singular povo! Singular revolução! Já se pensou bem no valor psicológico desse movimento? Que reclamava, que prometia, que aplaudia? Negação tudo.

Nem uma só palavra afirmativa. «Moralidade, economias!» Esse programa patenteava o vazio, porque nenhum partido jamais pregou a corrupção nem o desperdício. Mas praticavam-nos ambos, os regeneradores? Era pois uma questão de homens, nada mais.

Não paremos, contudo, aqui. O pessimismo constitucional do carácter português via, também, no Bispo outra coisa: um bota-abaixo. Os derrocadores foram os únicos homens aclamados pelo povo, desde que em 1820 se declarou a crise: por esta razão simples de o povo ter a consciência da podridão

universal. Além destas negações, que havia? No Porto, uns merceeiros lesados pelo imposto do consumo, que se cotizaram para fazer arruaças; em Lisboa, uns conspiradores platónicos que, apesar de terem distribuído entre si os cargos da república, se declararam satisfeitos com a queda da Regeneração. O duque de Ávila preenchia bem o lugar de porta-voz da revolução! Nesta era nova iniciada, o duque tornou-se a bomba de choque para amortecer a violência das transições.

Veio a revolução de Espanha complicar as coisas de um modo súbito; veio a guerra brasileira, baixando o câmbio, secar o rio de dinheiro que anualmente vazava no Tesouro para o alimentar a ele e nos sustentar a nós. Agravaram-se as coisas, cresceram os perigos: a Nação pedia um demolidor! Bota-abaixo! Mas como ninguém sabia quem pôr em lugar do existente, o sentimento aclamador do Bispo era uma gritaria vã de gente *possidónia*, e consolava os conservadores vingados. Demolir é fácil, mais duro o construir. Derrubar paredes arruinadas, qualquer ombro o pode; mas levantar novos muros com os materiais velhos, ninguém. E que nova matéria-prima existia? Nenhuma. Homens! Zero. Ideias? Menos. O fundo do saco das fórmulas liberais era pó. Nós tínhamos já vazado tudo; e depois de tudo isso já Rodrigo, mostrando o avesso com uma careta, como um arlequim num tablado de feira, viera dizer, «meus senhores, peça nova!».

Agora os discípulos, seguindo o mestre, voltavam. Pois que querem? Falta ainda alguma coisa à Liberdade? Pois há, deveras, omissão? Querem reformados os Pares? Por que não? Sufrágio universal? Também. E viu-se os conservadores fazerem o que a *revolução* não fizera; viu-se alargar o direito do sufrágio, sem que longas, prévias campanhas o exigissem. E ninguém o exigia, porque já passara o tempo em que se *esperava* nas alterações de fórmulas. E fizeram-no os conservadores, porque tinham visto em França Napoleão dar-se bem com isso; e sabiam que quantos mais campónios votassem, maior seria o poder formal — e positivo, pois fórmulas, aparências são tudo — de cada um dos barões rurais, de cada um dos senhores da finança, que nas cidades compram a dinheiro os votos da plebe. Desde que no espírito dessas plebes a loucura setembrista se acabara, que perigo havia em lhes dar a soberania? Nenhum, de facto; só a vantagem de

bater o inimigo reformista com as suas armas e consagrar mais uma *conquista da liberdade*.

Este facto curioso mostra ao crítico uma das feições da apática fisionomia nacional. O leitor sabe que 33 não saiu do sangue da Nação, como um 89. Foi uma conquista à mão armada, que substituiu a classe governativa do Reino. No decurso da história que narrámos, o facto da separação do Governo e do povo cresceu com o descrédito do primeiro e com a miséria do segundo, até que Rodrigo veio confessar que «comprando-se feitos deputados e casa» era tudo uma comédia; até que o povo, percebendo-o, pôs de banda o bacarmarte de guerrilheiro, deitando-se à enxada e esperando em casa o político, para lhe pedir estradas, isenções de recruta, e uns cobres pelo dia perdido com a urna. Consumado este acordo tácito, houve logo paz e liberdade. Os políticos bulharam de palavras: já não havia guerrilhas; e o povo deixou fazer leis sobre leis em Lisboa, sem dar por isso. Cada qual vive como gosta, e Portugal é verdadeiramente agora aquele torrão de açúcar de que falava o corregedor de Viseu. Falstaff e Prudhomme fazem bem as suas digestões e consideram este canto ocidental do mundo o modelo das nações livres.

E é, com efeito, é. Como não haveria liberdade, se não há opiniões divergentes? Viu-se já tamanha paz? Tão grande acordo? Nem pode deixar de haver paz, concórdia, liberdade, entre todos os portugueses, desde que todos eles, como uma boa população de provincianos, chegando ao cúmulo da sabedoria salamónica — *Vanitas vanitatum!* — descobriram que no Mundo há só dois homens, Quixote e Sancho, e que só o segundo é credor de aplauso. Opiniões, partidos, paixões, esperanças? Fumo, meus amigos. Nobreza, justiça, virtude, heroísmo? Poesia! Espantado com a nossa *liberdade*, dizia-me alguém uma vez, perante a sala das Cortes: «Veinte, *padres*, amigo mio! Veinte curas... y todos liberales!» Com efeito, neste «jardim da Europa à beira-mar plantado», até o clero, combatente em França, na Bélgica, na Alemanha, é liberal. «Todos liberales!» Alguns extasiavam-se com isto; outros, sem patriotismo nenhum, acham que esta liberdade prova um entorpecimento deplorável da inteligência e do carácter. São modos de ver diferentes.

O leitor já sabe que as populações, indiferentes, alheias ao governo do País, só reclamam que ele lhes dê obras públicas

e lhes torne o mais doce possível o recrutamento. Enriquecendo, pouco se lhes dá o resto. Nas aldeias são políticos os empregados, nas cidades os bacharéis: por toda a parte os que vivem ou aspiram a viver do Tesouro. Os trabalhadores, os rendeiros, os pequenos proprietários «não querem saber disso» e no fundo, instintivamente, desprezam o político pela razão simples de o verem depender dele para os votos. Desprezam, mas não lhes passa pela cabeça o suprimi-lo. Para quê? Isso não rende; e entretanto arderia a seara. Até aí chega o instinto, e instrução não têm nenhuma.

Mas não é raro, antes comum, e num sentido até normal, verem-se populações, embora soberanas de direito, viverem passivamente sob o governo das minorias, ou aristocráticas ou burguesas, a que a riqueza ou a ilustração dão a força. Comum é também que nessas classes directoras exista a consciência do facto, e por sistema ou interesse se procure manter esse estado social: foi o pensamento do doutrinário em França, na Espanha, e foi até entre nós a ideia dos cabralistas. Mas desde que a democracia vaga e sentimental de 48 destruiu semelhante plano, condenando o maquiavelismo liberal dos seus autores, o facto, embora contestado, manteve-se por outras formas em toda a parte onde essas classes directoras tinham, com a consciência da sua força, a ilustração bastante para governar. Daí saiu o cesarismo francês. Ora o triste em Portugal, e acaso o primeiro motivo da fisionomia singular da Nação, é a ignorância, ou, pior ainda, a ciência desordenada nas classes médias. Todos sabem de que género é a educação secundária: todos sabem o que é a instrução superior, em tudo o que não diz respeito às profissões técnicas (medicina, engenharia, etc.), cuja importância é para o nosso caso subalterna. Com tal ensino se cria em Coimbra um viveiro de estadistas que anualmente caem sobre Lisboa pedindo fama e empregos. O proprietário é, em geral, iletrado, o capitalista é brasileiro. A fortuna dos ricos, a sorte dos pobres, vão pois guiados por uma coisa pior ainda do que a ignorância — a ciência falsa, pedante sempre.

Que alguém se atreva a dizer a sombra de uma verdade e será condenado. Que alguém se lembre de bulir num qualquer dos ídolos do tempo, e será apedrejado — liberalmente! Por isso a liberdade que provém da apatia parece ao crítico o sintoma do contrário da vida: da verdadeira liberdade forte,

independente, na concorrência de opiniões conscientes e sábias. Por isso nós apresentamos caracteres singulares. Leiam-se os jornais, oiçam-se os discursos. Ninguém fala mais *de papo*, desculpem a expressão. De quê? De tudo. Os Pico de Mirândola, senhores de si, anafados, satisfeitos, sempre na rua, sempre verbosos, com as cabecinhas alerta, a resposta pronta, a fórmula breve, um andar miudinho de pedante, um livrinho azul debaixo do braço se não são janotas, nos miolos a consciência do seu saber, da verdade definitiva da «ciência moderna», uma grande prosápia ingénua, uma grande segurança e entono: os Pico de Mirândola, que sejam conservadores ou demagogos, deputados ou rabiscadores de jornais esquerdos, têm uma fisionomia comum. A Pátria são eles; a ciência sabem-na toda, a moderna. Somente uns acham que é moderna a que já governa, outros fóssil a de hoje: só verdadeira a de amanhã, quando eles derem a lei!

Pecos frutos de uma árvore contaminada, se dão um passo caem. Um dos fenómenos curiosos em Portugal é o devorar dos homens pelo Governo. Hoje sobem, amanhã somem-se, corridos, desprezados. Porquê? Porque a árvore, seca, apenas tem vida para reconhecer o seu definhar, para desprezar os que no seu pedantismo ingénuo, mais ainda do que na sua corrupção, sucessivamente se lhe seguram aos ramos. Outro fenómeno é a facilidade com que a opinião muda nessas classes directoras da sociedade portuguesa. Como um catavento, sobre um pião giratório, batido, movido pela brisa leve, assim anda o juízo dos homens graves. Se lhes falta o alicerce do saber, e mais ainda o alicerce social de raízes lançadas pelo meio das classes vivas da sociedade! Se são um *rifacimento*, uma superfectação política em um povo que nada quer saber do Governo! Assim os vereis hoje em solenes relatórios declarar a Pátria à beira de um abismo, e amanhã, com igual entono, chamar a Portugal um primor, à sua condição abençoada! Virarem os cataventos políticos, é caso vulgar, individual apenas, em regimes anárquicos; mas girar de tal modo a opinião sobre os próprios sentimentos essenciais de uma nação, se não é único, é raro: hoje ibéricos, amanhã nacionalistas; hoje tudo negro, amanhã tudo azul; hoje arruinados, amanhã opulentos — quem vos entende, ó sábia gente?

Entende-vos o crítico, vendo neste agitar de opiniões como as rasteiras nuvens de poeira tonta que às vezes o vento se

diverte a mover sobre uma larga campina: indiferente, o chão fica imóvel. Assim os ministérios sucedem aos ministérios sem haver mudança. E que alteração poderia dar-se, não existindo forças morais vivas, nem questões económicas ardentes? Que outra coisa há a fazer senão ir, mansamente, deixando o tempo correr: dando *melhoramentos* ao campo, consolidando no Tesouro os dinheiros do Brasil, despachando o expediente, comprando algumas armas e navios por distração ou simplez? Não falta quem sinceramente creia serem as coisas de sua natureza assim, assim as nações a valer, assim o mundo, assim a realidade. O resto? Sonhos de poetas, bÍlis de homens amarelidos! Vamos indo, que vamos bem.

Outros pensam, contudo, de um modo diverso. Há nos seus postos, igualmente desarraigados da Nação, o pessoal inteiro da República salvadora, científica, patriota, federalista, vermelhíssima. Quem observa, descobre logo; um é Robespierre, outro um sofrível Marat; não falta Desmoulins, e Theroigne de Mericourt já prega às massas. É um velho cliché jacobino, sem Danton — é verdade! —, um velho cliché jacobino envernizado de novo. É também uma poeirada que passa; mas quando a atmosfera está incerta, de um para outro momento vem um aguaceiro que precipita o pó, e pousa sobre o chão uma camada de lodo. O tempo a secará breve, o vento a levantará outra vez em pó, mas entretanto mais de um se há-de atolar.

É provável essa revolução possível? Talvez; porque a Nação não tem força para impedir e os conservadores vivem da fraqueza alheia e não de energia própria. Talvez, porque, se não há quem a evite, as coisas concorrem para a provocar. Será próxima? Ninguém o pode dizer: é matéria de acaso. Tanto pode ser amanhã, como daqui a bastantes anos. Todos concordam em que *isto*, se não houver tropeços, ainda pode durar. Quem sabe se os demagogos de hoje ficarão na História como os da geração precedente, acantonados pela força das coisas nas mesas das secretarias?

Talvez assim venha a suceder, e talvez não. Há poucos anos dizia alguém que estávamos «a pedir bispo». Tenha de haver outra *Janeirinha*, e *bispo* será a queda da monarquia constitucional. Em 28 rebentou em fúrias o tumor histórico português; e para essa data futura uma punção vazará a água que existe no ventre da hidrópica Liberdade. Ver-se-á

então como cheira e a que sabe. Esse incidente político é necessário por várias causas, particulares e gerais. As primeiras demandam estudo mais demorado, a que passaremos já; as segundas estão na atmosfera que as nações latinas respiram actualmente, atmosfera viciada mais ainda entre nós pela desordem intelectual atrás esboçada.

O jacobinismo não acabou ainda. Como um camaleão, quando vestiu a cor do romantismo fez-se monarquia parlamentar; mas falta que se faça outra vez república radical, federalista, naturalista, positivista, porque, sem ter consumado a destruição dos velhos símbolos, a sua missão não terminou. O organismo futuro das nações não poderá formar-se enquanto o velho organismo não tiver acabado de se dissolver inteiramente pelo clássico aforismo: *corpora non agunt nisi soluta*.

Só depois disso se reconstituirá o Estado, e a democracia achará a definição que vem pedindo há um século, sem a encontrar. *Vox clamantis in deserto*, ninguém lhe responde, por isso que a ideia individualista-espiritualista, conservadora ou jacobinamente expressa, tiraniza ainda as inteligências. Mas já hoje do corpo das ciências naturais sai esta definição: a sociedade é um organismo vivo, contradizendo a definição de quase um século: a sociedade é uma ficção, o indivíduo humano a única realidade. Esta ideia nova, que todos os dias conquista partidários, encontra a contraprova nos factos económicos e nas tradições da História. A civilização de um povo apresenta os mesmos fenómenos que a evolução progressiva de qualquer indivíduo animal: especialização de funções, definição dos órgãos, coesão de movimentos, centralização de comando. O Estado é como um cérebro.

Ninguém já hoje crê em milagres, e menos do que em nenhum outro no do direito divino. Entretanto, é mister ver, nessa concepção transcendente, o símbolo de uma ideia positiva. O espírito colectivo nunca errou; e a História não é mais do que a explicação sucessiva dos enigmas por milagres simbólicos, e afinal dos milagres pelas ideias na sua pureza. O direito divino era a expressão religiosa, ou, se quizerem, metafísica, da soberania popular. A nação personalizava-se num rei, da mesma forma que a humanidade se personalizava num deus-homem. Desde que não há direito divino, todos são democratas, isto é, todos põem no povo a origem da

autoridade: resta descobrir as fórmulas adequadas ao exercício dessa autoridade. No direito divino, a fórmula era a hierarquia, a classe. Na democracia, o critério é a igualdade; a fórmula acha-se na realidade das funções orgânicas da sociedade. No direito divino, rege a vontade da pessoa-símbolo do monarca; na democracia, a vontade dos cidadãos.

Neste momento se chega pela doutrina à política e pela teoria à prática. De que modo se exprime essa vontade? *Viri-tim*, individualmente, pela soma dos votos? Assim se tem dito; e daí têm vindo as revoluções, a anarquia, o moderno feudalismo consequente. Oxalá que a broca da análise — bela expressão de Mouzinho! — penetre rápido e demonstre que esse processo confunde deploravelmente a administração com a política; cinde a duração e ataca a consistência indispensáveis aos pensamentos governativos; põe tudo, todas as coisas mais especiais, à mercê das opiniões menos competentes; e torna os interesses colectivos dependentes dos interesses individuais amalgamados, chocados, sem poderem fundir-se numa síntese orgânica.

Sob o nome de democracia existe apenas uma anarquia, constitucional, sim, quando atravessamos calmarias políticas, mas que se desenfria logo que se levanta o mínimo temporal. E a liberdade consiste em uma concorrência franca, da qual sai o consequente feudalismo — bancário, industrial, burocrático. São factos naturais, modificados apenas nos aspectos por condições diversas. Assim, quando o Estado imperial romano decaía, até tombar de todo, se distribuíram as terras a protectores armados; assim, quando o Estado monárquico acabou, se distribuíram os instrumentos de força colectiva aos novos barões da finança e da indústria. São dois exemplos de pulverização da autoridade colectiva: um violento, o outro pacífico; um sancionado pelas armas, o outro pelas leis liberais: ambos fatais, ambos espontâneos.

Ora enquanto a Nação prescindir de cérebro, isto é, de Estado, manter-se-á acéfala; enquanto o Estado não tiver como pensamento a igualdade, ou enquanto, mantendo-se uma ficção de poder, se obedecer de facto às ordens dos patronos das várias clientelas políticas, bancárias, industriais; enquanto esses novos barões fizerem de povo: a democracia será uma quimera, por isso mesmo que a Nação demonstrará não ter capacidade para ser senão o que é. À

sombra de uma liberdade sempre crescente, dia a dia, com o crescer da riqueza irá crescendo a cisão dos pobres e dos ricos, em virtude dessa lei simples que dá a vitória a quem mais pode.

2. AS QUESTÕES ECONÓMICAS

Resta-nos agora estudar as causas dessa crise que provavelmente nos há-de arrastar à revolução, pois no conjunto singular dos caracteres nacionais nem se vêem elementos com juízo bastante para evitar o conflito, nem facções com energia capaz de derrubar o existente. Os Saldanhas morreram todos; e se na última *Saldanhada* de 19 de Maio se viu como seria fácil uma *revolução*, é facto que se acabou a tradição dos golpes de mão da soldadesca, espécie quase única das revoluções em Portugal. Quem nos leva para a crise são as causas gerais, e uma fatalidade superior às forças de conservadores e demagogos.

Este sentimento arraigado, geral nas classes médias, esta convicção de um destino desastrado, comum nos homens de governo, são também um sintoma particular que a apatia nacional explica; bastando a basófia portuguesa para nos explicar a simplez com que alguns teimam em se convencer de que somos um povo feliz, rico, ditoso. Quando a opinião assim gira do Norte ao Sul, e desembaraçada de preocupações partidárias, não é verdade que os seus dois pólos mostram por formas diversas uma enfermidade constante?

E, entretanto, pode-se ser nobre, feliz, honrado e até forte na pobreza. A opulência é, até certo ponto, indiferente ao mero facto da existência das nações. Mas não é decerto indiferente ao seu progresso, mormente quando se ficou em tamanho atraso. A questão da capacidade de enriquecimento em Portugal é complexa. Também, como nós, a Grécia tem população pouco densa, vastos territórios de serras escalvadas e improdutivas; mas também, como nós, tem no ingresso das riquezas das suas colónias comerciais mediterrâneas o que nós temos no ingresso das fortunas dos *brasileiros*. É uma fonte de riqueza anormal. Com efeito, desde que as nossas guerras civis acabaram, desde que por outro lado a independência do Brasil se consolidou, a emigração e a repatriação

funcionando regularmente¹, deram em resultado um afluxo considerável de dinheiro. Junte-se-lhe o que entra por via de empréstimos ao Tesouro, e teremos as principais causas do enriquecimento relativo da Nação, se nos lembrarmos também das leis que desamortizaram o resto da mão-morta e aboliram os vínculos.

Que se pode ser ao mesmo tempo rico e incapaz, demonstra-o a qualquer observação do próximo. As nações são neste ponto como os homens. De 51-52 para 78-79 o valor do nosso comércio e o rendimento das nossas alfândegas triplicaram; mas para prevenir os optimistas convém dizer que, ainda triplo, não vai além de 13 500 rs. a capitação do nosso comércio externo: quase o mesmo que em 1818, já depois dos Franceses², e sem contar com a subida do valor dos géneros, proveniente do da diminuição do valor da moeda. Não exageremos, pois, a nossa fortuna. E menos o devemos fazer ainda, quando observarmos que, sem uma crise, sem uma guerra, apenas com estradas e caminhos de ferro; sem justificação cabal, a não ser a do nosso desgoverno, nos temos endividado de modo que, se em 54 cada português pagava 600 rs., cada português paga por um ano, em 79-80, rs. 3077 de juros da dívida nacional.

Não há dúvida que a riqueza colectiva tende a crescer, embora o acréscimo da população seja lento: outro tanto sucede em França, e todos sabem que os dois movimentos podem não corresponder, podem ser até inversos. É de esperar, contudo, que em outro quarto de século triplique ainda? Decerto não. Houve causas especiais que determinaram um salto, e há causas orgânicas a impedir as progressões rápidas, só, com efeito, observáveis nos países onde a indústria ocasiona uma singular condensação de riqueza, como na Inglaterra, na Bélgica, na França do Norte, na Alsácia, etc. Os países principalmente agrícolas só enriquecem lentamente. A nós sucede-nos que, além de nos faltar o carvão, matéria-prima industrial, nos faltam matérias-primas incomparavelmente mais graves ainda: juízo, saber, educação adquirida, tradição ganha, firmeza do governo e inteligência no capital. Todas estas faltas essenciais, e o avanço ganho pelos outros

¹ V. *O Brasil e as Colón. Port.*

² V. *Hist. de Portugal.*

povos da Europa, afigura-se-nos condenarem-nos a ficar decididamente ocupados em lavrar terras e emigrar para o Brasil. Os lucros agrícolas e o dinheiro dos repatriados são o mais líquido das nossas economias nacionais. A tentativa fabril do setembrismo não foi mais feliz do que a pombalina; e o vapor matou a nossa indústria histórica de transportes marítimos, porque também fomos uma Grécia marinheira, no extremo oposto da Europa. Estava na natureza da Regeneração o ser livre-cambista: esse protonaturalismo ainda não definira as nações como organismos: via apenas massas e a circulação livre como vivificação. O *meio* atrofia e extingue muitas espécies; e contra a influência dele reagem os cruzamentos, as domesticações, todas as artes humanas. A sociedade é em grande parte um produto delas; e também o homem é um animal domesticado por si próprio¹.

Regenerada à solta lei da Natureza, a Nação vê que, em parte considerável, a riqueza criada sobre ela não lhe aproveita. Os caminhos de ferro que não são do Estado, pertencem a estrangeiros; a estrangeiros o melhor das nossas minas; estrangeiros levam e trazem o que mandamos e recebemos por mar. Só o solo nos pertence, só o líquido do rendimento agrícola nos enriquece? Não. À fartura de uma população rural ignorante, junta-se a opulência das classes capitalistas de Lisboa e das cidades do Norte, não mais culta, porém mais *videira*. Uma granja e um Banco: eis o Portugal, português. Onde está a oficina? E sem esta função eminente do organismo económico não há nações. Pode haver populações provinciais; pode haver Mónacos; mas falta um órgão à circulação, um membro ao corpo humano. Um povo constituído em nação é como um abecedário: todas as letras lhe são necessárias para escrever o que pensa.

E como em Portugal faltam letras, os escritos portugueses não se entendem. Assim as populações rurais e as urbanas, a propriedade e o capital, sem o anexo da indústria, isoladas, não se penetram. Se o capitalista compra terras, é para as arrendar, vivendo sempre do juro. E capitalista e proprietário, provinciano um, cosmopolita o outro, nenhum sente palpitar em si a alma da Nação. Um olha para os milhos, o outro para os papéis, absorvidos ambos no seu interesse

¹*Elem. de Antropol.*

egoísta, indiferentes a tudo o mais. A economia consoma de tal forma o que a História preparou: o Governo é um *rifacimento*. Os políticos são uma classe aparte; as finanças e o Estado um *outro*, um estranho a que o proprietário pede *melhoramentos* e o capitalista *juros*. Como corrector, o político, de per-meio, recebe de um os empréstimos, dá aos outros as obras, e vive da corretagem. Proclama, pois, a excelência de tudo, e quando apregoa o crédito que temos *lá fora*, esquece dizer que os banqueiros de Paris são também outros correctores que sabem o destino final dos papéis em mais ou menos breve prazo: a burra do brasileiro.

Que se lhe dá o proprietário do que passa em Lisboa? Imagina com razão que nada lhe arrancará dali ao pé o caminho de ferro ou a estrada. E ao capitalista que se lhe dá? Os jurinhos vão vindo; rabiscando por aqui, por ali, jogando um pouco, assinando empréstimos, criando o seu banco, etc., vive bem, satisfeito, os anos que lhe restam. É positivo e prático, como os que não vêem um dedo adiante do nariz. E finalmente o político, esfregando as mãos, demonstra em discursos e relatórios que se não pode ir melhor: os rendimentos crescem: vejam! Como é grande o nosso País! E a plateia de Sanchos, mas sem ironia sequer, Sanchos conservadores, Sanchos demagogos, Sanchos monárquicos e republicanos, metafísicos e positivistas, proprietários e capitalistas, nobres e burgueses: toda a plateia aplaude, grita, aclama a fortuna do grande reino da Barataria.

Decerto é um desvairado misantropo, nada moderno, que contesta o fundamento de aclamações tão unânimes. Desvairado o que pergunta qual cresce mais: se a receita, se a despesa? Desvairado o que pergunta com que recursos se fará o que falta: a instrução que não temos, as obras públicas de que possuímos apenas uma amostra. Desvairado o que indaga a raiz das coisas e se não contenta com os aspectos. Desvairado o que pensa no que seria de nós se o brasileiro desconfiasse e deixasse de comprar a dívida com que saldamos contas anualmente; ou se uma guerra, outra crise na América, embaraçasse o ingresso dos capitais¹. Desvairado o que pergunta o que será de nós então: que fazer de toda a

¹ Foi o que sucedeu com a revolução do Brasil em 1889: deitou abaixo o castelo de cartas português (3.^a ed.).

gente: órfãs, viúvas, hospícios, asilos, hospitais, com os seus fundos *convertidos* em papel do Estado? Então, na crise da penúria, se observará a limpo a verdade da confiança!

E entretanto essa crise afigura-se a espíritos desvairados como o nosso, tão fatal, tão necessária como a crise constitucional, e muito mais séria do que ela. Se a nossa *liberdade* é a expressão da nossa absoluta anemia política, a nossa fortuna aparente exprime a nossa cegueira económica. E assim como a todos convém não bulir na Constituição, assim convém a todos que se não bula na reputação de ricos. Como ao enfermo ou ao arruinado, sobretudo nos convém guardar a imobilidade e as aparências. Quem lucra em as negar? Quem tem coragem e força para dizer da tribuna do governo: pecámos, senhores, pecámos: perdoai-nos! Quem tem génio para indicar o caminho do arrependimento? As causas vêm de mais longe: estão na fatalidade das coisas, de que a vontade dos homens é apenas o instrumento.

E como se haveria de exigir deles uma confissão de arrependimento que os arruinaria a todos? Aos políticos nos seus interesses e vaidades; aos capitalistas nos seus juros e papéis; aos proprietários nas urgências que têm de novos caminhos? Não seria querer mais do que as forças humanas consentem?

Por uma dourada estrada, também se vai para o suplício. Em Roma, que pensaria o boi quando o adornavam de colares e faixas preciosas para o conduzirem ao altar nos *suovetaurilibus* lustrais? Como uma rês, nós marchamos todos, seguindo os sacerdotes que nos levam, perfumados de mirra, coroados de plantas odoríferas: belas frases, sorrisos de satisfação alegre, passo grave e gesto largo. Mas em Roma o sacerdote sabia que ia matar o boi: em Portugal ignora o político que talvez conduza a Nação ao seu fim? O da Regeneração foi o fim da Liberdade: como se chamará o que nos espera?

3. AS QUESTÕES GEOGRÁFICAS

Já em outra obra¹, já em páginas anteriores desta, dissemos o que devíamos acerca do lugar da nossa terra na Penín-

¹ V. *Hist. de Portugal*.

sula. E se o leitor tem presente o que escrevemos, decerto faz uma observação. É a mais singular das feições singulares que temos sucessivamente indicado. Mais ou menos, um ou outro dia, todas as nações pequenas tiveram a recear a perda da independência: não é isto o que nos particulariza. Em nós sucede que, no decurso de uma história de já quase oitocentos anos, é constante o sentimento, ou de medo, ou de esperança em uma fusão no corpo da nação vizinha. Este oscilar da opinião também de Norte a Sul, como um catavento, sem estabilidade, não está mostrando a falta do que quer que é semelhante ao lastro que mantém seguros, enterrados na água, os navios? Agora, são guerras feridas para nos defender, logo planos para nos anexar; agora declamações de ódio a Castela, logo confissões de impotência no isolamento. E isto vem assim, durante oito séculos, como tese e antítese, que se não resolvem. Singular! Não parece que, no desdobramento dos nossos pensamentos colectivos, nunca chegou a formular-se categoricamente o da independência? Não parece que, no desenvolvimento do nosso organismo, se por um lado atingimos a independência política, a literária, a língua independente, falta ainda — faltarão sempre? — um que quer que seja bastante, para dar a populações provincialmente diferenciadas, a diferenciação radical que afirma as nações? Um protesto pode ter força para conservar de pé quem o pronuncia, e a prova é a nossa separação de facto; mas não é singular que, apesar de às vezes parecer esquecido o sentimento de negação e ganhar segurança consciente o da autonomia, não é singular que, declarada uma crise, apareça invariavelmente, e até hoje, o espírito nacional dividido entre as ameaças do patriotismo, as confissões da fraqueza e as esperanças da união?

Notado este carácter da nossa história, ainda patente em nossos dias, não nos cumpre agora indagar-lhe as causas nem expor-lhe a teoria: trata-se de estudar a influência que pode ter nos destinos ulteriores da Nação.

É fora de toda a dúvida que a Europa se constitui no século actual em um grupo de grandes impérios, cujo contorno definitivo ainda não está inteiramente desenhado. Várias coisas concorrem para isso: a complexidade crescente do organismo das nações, a centralização de comando consequente, a natureza dos meios de comunicação, de agressão.

Nesta luta para a vida colectiva são também devorados os pequenos, e por isso, quando causas imprevistas não venham impor uma direcção diferente às tendências constitucionais das nações europeias, parece necessário que um período mais ou menos distante Portugal e todas as demais nações minúsculas desapareçam.

Não é, contudo, essa ainda propriamente a questão. Por grande que seja a nossa basófia e a mania da desproporção com que entre nós se avalia tudo, é facto que teríamos de obedecer, voluntária ou involuntariamente, a um destino geral e necessário. Se o concerto europeu decretasse, e a Espanha pudesse cumprir o decreto de absorção, para onde se havia de apelar? Pelo amor de Deus, suprima o leitor aqui as frases inchadas que a tal respeito escrevem os jornais e dizem os deputados: morrer até o último, alviões por armas, etc. Também os chineses pensaram fazer parar as tropas franco-britânicas, vedando-lhes o caminho com monstros de papel pintado! Mas o palácio de Pequim ardeu.

Não temos exército digno desse nome, é verdade; nem a raia, nem os portos defendidos. Mas não é essa a questão, porque havendo vontade e dinheiro, o problema resolve-se, ainda que a relação entre a extensão das fronteiras, terrestres e marítimas, e a área e população de um reino estreito e longo agravem as dificuldades. Embora. O Português é, como o Turco, um bom soldado; krupps compram-se; e quando não há generais, alugam-se. Assim nós fizemos sempre; Schomberg, Lippe, Beresford, Solignac, Bourmont, Napier. Resta, porém, dizer que tudo isso seria em pura perda: a Dinamarca estava armada até os dentes e bateu-se denodadamente. Esta hipótese de uma absorção sentenciada pelos congressos europeus, é, porém, relativamente indiferente para o nosso caso. Está claro que a sentença se cumpriria por vontade nossa ou *per vim*. Contra a força não há resistência.

O que nos interessa a nós saber, é se da marcha natural das nossas coisas sairá ou não, declarada uma crise, a perda da independência; porque, se não queremos perdê-la, convém também estudar o modo de o conseguir. Ora neste momento, se escutarmos os pareceres dos homens graves, vemo-nos seriamente embaraçados, porque também achamos os pensamentos dos estadistas correndo como cataventos, do norte a sul de um pólo ao pólo oposto. Singular terra em que

tudo gira à mercê do vento, e permanentemente se discute a própria raiz da vida nacional! Não se diria que ela arrancada do solo, batida pelo ar, sem alimento, se mirra?

Mouzinho e Palmela, na crise da primeira metade do século, tiveram opiniões opostas; e durante a paz da segunda metade, essas duas opiniões continuam antagônicas. Um dizia que, perdido o Brasil, nós perdêramos os elementos de vida independente: D. João VI chamava a isto o seu *canapé* da Europa. Outros, variando agora sobre o mesmo tema, apoiam o parecer quando declaram indispensável à vida portuguesa fazer da África um novo Brasil. De outro lado, com sérios argumentos, mostra-se a diferença dos tempos e dos meios, e condenando-se o dinheiro gasto nas colônias — dinheiro perdido! —, repete-se a opinião de Mouzinho, afirmando-se que qualquer porção de gente, trabalhando e vivendo em qualquer zona de território, pode constituir uma nação: Portugal tem dentro de si, na Europa, elementos de vida e prosperidade! Não será fácilimo destruir os argumentos de uns pelos dos outros, e concluir por uma negação total? Talvez se chamasse temerário, e decerto se lapidaria quem o fizesse. Mas o que é necessário afirmar, embora chovam pedras, é que uma tal divergência de opiniões sobre o próprio nó vital português depõe muito pouco em favor de uma conclusão afirmativa.

O leitor sabe como, ancorada em Lisboa a Pátria pelos seus fundadores, principiámos a sair do Tejo, a rodear a África e viemos a viver da Índia, e do Brasil depois. Sabe que meios se empregaram, e também que diferenças de condições e ideias há hoje: o comércio é uma concorrência, não um monopólio; o trabalho é livre, não forçado, etc.¹. Se, portanto, inquirirmos a História, acharemos na tradição fundamento para o primeiro parecer; mas se estudarmos as ideias e condições actuais, parece-nos claro que essa tradição se cindiu, e que é pelo menos problemático o êxito da empresa a restaurar.

Em que ficamos, pois? Sim ou não? Quem sabe? O vento assobia, a agulha gira, do norte para o sul, do sul para o norte... Se não há opiniões firmes, como há-de o crítico descobri-las? Quem sabe? Talvez? O ministro Fulano disse, o

¹ V. *O Brasil e as Colón. Port.*

conselheiro Sicrano opinou... E enquanto, rodando, girando, a agulha obedece aos movimentos mais desencontrados, o crítico observa que a Nação, nas suas granjas e nos seus bancos, ceifando searas e juros, provincial ou cosmopolita, vai andando. Vamos indo; vamos vivendo. Não é a única observação positiva que se pode fazer?

O egoísmo deita para depois de si o dilúvio; o espírito prático olha apenas para o pão nosso de cada dia. A verdade é que Palmela enganava-se quando supunha o Brasil perdido. O Brasil dá-nos muito dinheiro, sem o trabalho de o governarmos. Mas o que poupamos por esse lado perdemos-lo por outro. Outrora vinham *quintos* para o Tesouro, hoje vêm saques para particulares. Esses saques breve se convertem em inscrições é verdade; mas o processo é mau, porque, assim, o Tesouro tem dívidas em vez de rendas; e se por fim, quando o *ponto* final vier, o resultado tiver sido o mesmo, o *ponto* trará consigo a mais grave das crises.

Perdemos ainda por outro modo. Outrora o Português ia, voltava, sem se desnacionalizar; hoje não renega a Pátria, mas casa-se com brasileiras, desenraíza-se da sua aldeia e vem para o Porto ou para Lisboa formar uma classe exótica, opulenta, mas com um papel desorganizador da homogeneidade e do funcionar normal da economia da sociedade. Cosmopolitas, esses caçadores de juros, nada vêm fora dos papéis: nem o trabalho, nem a indústria, nem o estudo.

Que remédio? Um único, evidente, imediato: explorá-los. É o que faz a política prática, sacando-lhes o dinheiro em empréstimos com que compra por *melhoramentos* a adesão dos campos; sacando-lhes também subsídios para directamente comprar os eleitores soberanos das cidades. Que remédio?

O dilúvio dista ainda; e no armazém dos expedientes ainda os há com fartura. Com o dinheiro do Brasil, directa ou indirectamente se resolvem as questões internas; com a tradição brigantina da aliança inglesa, consegue-se manter uma independência de acrobata no trapézio. As colónias, dadas, pedaço por pedaço, desde 1640, servem de maroma. Havia um resto de Índia que nos servia para nada, aos Ingleses para muito: enfeudou-se, e muito bem. Por que se hesita em dar Moçambique, o Zaire! Porque a agulha com um sopro de vento apontou ao norte: as colónias são a salvação do País!

Mantém-nos, contudo, de pé só esta protecção da Inglaterra? Não, decerto. Defende-nos a desordem da Espanha, por tantos lados semelhante à nossa; defende-nos o haver lá aquilo mesmo que faz o nosso mal orgânico: a falta de alma ou pensamento consciente na direcção do Estado. Defende-nos também, vagamente, a História, com os seus sete séculos tão fustigados pela retórica, com a língua diferenciada, com uma dinastia, com um Camões, até com o estalar dos foguetes e ses nos 1.^{os} de Dezembro. Tudo isso tem o seu valor, embora muitas vezes o perca pela mania de desproporcionar tudo, grave sintoma do nosso juízo avesso.

Outros motivos mais pesados nos defendem também, no sentido de que poderiam trazer sérios embaraços digestivos à Espanha, se ela irreflectidamente decidisse engolir-nos, e o fizesse. Primeiro, é difícil assimilar uma população de quatro milhões a quem não conta mais do quádruplo; depois, é difícil, com essa relação numérica, realizar uma combinação dualista, como a Suécia-Noruega, ou a que foi Inglaterra-Escócia. Para nos fundirmos somos demasiados para o dualismo poucos. Num caso poderíamos reagir, o bastante para impedir a consolidação da unidade, no outro não contaríamos o suficiente para ter em respeito o colega.

Além disso, está Lisboa, excêntrica, à maneira de Nova Iorque. Madrid é como uma Washington: onde ficaria a capital? D. Sinibaldo e o iberismo da Regeneração, pensando bem neste caso, propunham Santarém. Mas quanto vai daí aos Pirenéus? E ficariam em Portugal a capital política e a capital comercial? Lisboa, que a geografia destinou para majestoso porto da Península, tornou-se pelos acasos da história o maior embaraço à unificação dos Estados peninsulares. Sobre o seu porto ancorou Portugal, como uma cabeça de gigante num corpo de pigmeu, e daí lançou braços pelo mundo transatlântico. Vieram inimigos posteriores com armas aceradas cortar os tentáculos desse monstruoso pólipó do século XVI, mas ficou a cabeça ainda e o pigmeu. Por outro lado, também a Espanha bracejou para o mar: Vigo do Norte, Cádiz do Sul, duas portas subalternas, ganharam vida e importância. A unificação política da Península traria consigo revoluções graves à Espanha: Cádiz, Vigo, decairiam, reduzidas ao seu tráfego natural; Lisboa tornar-se-ia a Nova Iorque do Ocidente da Europa. Mas uma Nova Iorque por-

tuguesa? Sim. Ou seria mister repetir as cenas de opressão violenta para a fazer castelhana.

Tais embaraços, resolvem-nos os fantasistas com a fantasia federal. Dir-me-eis que federação há entre a cabeça que dirige e a mão que obedece, entre o estômago que digere e o músculo que se alimenta? Em vez de federação, quimera nascida do erro de supor agregadas as nações, dizei coordenação orgânica, para exprimir o funcionar desses corpos colectivos. O afamado princípio federativo já defendido em 54, restaurado agora pelo neojacobinismo, é um crasso erro de observação sociológica e uma aberração do estudo político, histórico¹. É uma forma primitiva das repúblicas; e do mesmo modo a forma embrionária das agregações animais inferiores. Um coral é uma federação, uma colmeia é uma sociedade. À maneira que o tipo se define e cresce a eminência das suas funções, coordenam-se os órgãos. O exemplo dos Estados Unidos tem feito um grande mal aos que da Europa não vêem que a agregação colossal de gentes desvairadas, em territórios ilimitados, exprime um tipo rudimentar de sociedade, repetindo em nossos dias e com os meios materiais de uma consumada civilização os exemplos primordiais da História. Daqui por um ou dois séculos se verá em que pára a federação americana. Da Suíça, quem a estudar, vê como, à maneira que hoje os caminhos de ferro, perfurando as suas montanhas, a afastam da vida primitiva agrícola em que se mantivera, como se têm mantido tantos animais antediluvianos: vê, dizemos, que vai pouco a pouco rasgando a sua Constituição Federal, obedecendo à força das coisas.

Que a forma definitiva de coordenação das funções, forma vindoura — mas bem distante ainda! —, tenha no Estado democrático um carácter federativo, de órgãos equiparantes, dirigidos pelo forte cérebro de um Estado, pensamo-lo; mas esse critério pouco importa agora, se às esperanças sentimentais ou às quimeras doutrinárias se trata, com efeito, de substituir na política, o espírito positivo. A observação mostra-nos que tudo concorre para apressar uma marcha cada vez mais acentuada no sentido da centralização e das ditaduras pessoais ou colectivas.

Em Espanha, o antigo espírito jacobino, incorporando-se

¹ V. *Instituições Primitivas*, pp. 290 e segs.

nas tradições localistas, e inspirando-se na doutrina de Proudhon, deu de si a deplorável história cantonalista. Viu-se agitarem-se aliadas as ideias mais incongruentes: era a última revolta fourierista, era um novo 1812 individualista, eram comunas socialistas. O passado, o presente, o futuro, num turbilhão, corriam, pregando loucuras, semeando anarquias. Na serra Morena havia já alfândegas como na Idade Média; em Alcoy incêndios como os de Paris; por toda a parte declamações como as de Cádiz levantando em altares a soberania, a divindade do Indivíduo! Um equívoco de observação, um erro de doutrina, e o facto da unificação ainda não consumada das raças peninsulares deram isto de si. Já em 90, em França, os girondinos não puderam fazer outro tanto: e se em França há federalismo, é socialista, comunalista, e não histórico, geográfico, étnico. O atraso relativo da fusão das raças peninsulares, esse facto em que os neojacobinos, com o seu chefe Pi y Margall, viam um argumento em favor próprio (*Las nacionalidades*), era, e é, o máximo argumento contra a oportunidade da revolução, cujos laivos socialistas se desmandavam em preocupações tradicionais. Como se o ideal consistisse em restaurar a Idade Média com os seus cantões e povos diferenciados, isolados pela força das coisas, e pelo isolamento, hostis!

Em Espanha o partido caiu com a deplorável ruína da empresa. Entre nós, porém, não deixou de haver quem viesse oferecer-nos esse prato requentado da cozinha revolucionária. Não se sabe, contudo, às vezes bem se o nosso jovem federalismo é ibérico, se o não é, ainda que dele saiu a singular ideia de fazer de nós os autores da hegemonia peninsular. Onde leva a falta de proporção no avaliar as coisas! Não parece um cúmulo de ironia, a invenção de um espírito humorista, o dizer a uma nação que vive perguntando se pode existir, dizer-lhe que dela depende a existência alheia? Na série de sintomas singulares do nosso estado mental, deve ficar como documento esta ideia da novíssima geração.

Ninguém, porém, tema que a precedente, e é ela quem nos governa ainda, se deixe seduzir por tão extravagantes políticas. Ela é prática, e, como tal, não tem mais ambição do que a de manter o que existe, acompanhando passivamente, passo a passo, o desenvolver espontâneo dos elementos da vida nacional. O seu liberalismo provém da sua passividade calcula-

da. Vamos andando. A Inglaterra, confiam eles que nos há-de proteger: e quando não houver Áfricas para lhe pagar? Entretanto, o Minhoto vai, o Brasileiro vem, e os empréstimos tomam-se; entretanto as estradas fazem-se e o proprietário enriquece. E cada vez mais esta pequena Turquia do Ocidente, com a sua Lisboa que é outra Constantinopla, ganhando a força de uma existência rural, provinciana, e de uma vida bancária cosmopolita, perde o carácter orgânico de nação. Entre-se no Tejo, entre-se até no Douro, e ver-se-ão as bandeiras de todas as cores, menos a portuguesa; formigam, fumando, os vapores ingleses. Lisboa é uma estalagem, nós os recoveiros. Não! Que desde que há caminhos de ferro nem o lucro das recovagens embolsamos; somos o moço da arriaria, porque o nosso capital prefere aos caminhos de ferro, se não são do Governo, as inscrições de cá... e de Espanha! Proprietários ou juristas os burgueses e os lavradores, caixeiros e artífices de industriais forasteiros os proletários, a nossa situação é de facto como a do Turco. Aí nos conduziram as qualidades de um génio por tantos lados afim, os resultados de uma condição a tantos respeitos semelhantes. Lisboa é para nós um elemento de resistência passiva: Constantinopla é-o para eles. Não se está vendo quanto custa a resolver esse problema? O nosso é proximamente igual. Também à Europa convirá mais ter no Tejo uma estação franca do que a cabeça de um império concorrente. Se assim é, com efeito, temos de optar entre duas hipóteses, nenhuma delas, por certo, inteiramente satisfatória: ou abdicar da autonomia em favor de um futuro distante de grandeza peninsular, ou conformarmo-nos a ir vivendo, regeneradamente, à espera do que está para vir. É uma crise? Decerto. Um cataclismo? Talvez sim, talvez não: depende das circunstâncias. Será, como consequência natural dos factos actuais conhecidos, um futuro honroso, nobre, meritório? Será outra vez a repetição de D. Manuel, ou do Brasil de D. João v? Não se vê como possa ser.

O que eu daqui estou vendo, ao pôr as últimas palavras nesta obra triste, é o leitor irritado amarfanhar o livro nas mãos, pisá-lo com os pés, vingando-se do atrevimento de quem lhe disse coisas que tanto o ofendem. Nunca os jornais tal escreveram, nunca o Parlamento ouviu tais heresias; nem os velhos, nem os moços jamais as proferiram! Também os

médicos, por via de regra, escondem às famílias a gravidade das doenças: umas vezes não as percebem, outras convém-lhes mentir, para não assustar! Assim estão as classes que nos governam; e até hoje, força é dizer que o povo não descobriu ainda meio de se libertar delas.

Nem descobriu o meio, nem demonstrou a vontade. Dorme e sonha? Ser-lhe-á dado acordar ainda a tempo?

APÊNDICES

CRONOLOGIA

1826 — Março — 6. Nomeação da Regência do Reino por D. João VI: a infanta D. Isabel Maria presidente. — 10. Morte de D. João VI. — 20. Reconhecimento de D. Pedro IV, rei, pela Regência.

Abril — 26. D. Pedro IV, do Rio, confirma os poderes da Regência. — 27. Amnistia os crimes políticos. — 29. Outorga a Carta Constitucional. — 30. Nomeia os Pares do Reino, segundo a Carta.

Maio — 2. D. Pedro IV abdica a Coroa em D. Maria II sob condição de jurar a Constituição e casar com D. Miguel.

Julho — 2. Chegada de Stuart a Lisboa na corveta *Lealdade* com a Carta. — 12. Publicação da Carta em Lisboa, pela Regência. — 31. Juramento da Carta. — 22-6. Pronúnciamientos militares absolutistas no Minho e Trás-os-Montes; sufocados.

Agosto — 1. Isabel Maria, regente em nome de D. Maria II. — 3. Composição do Ministério constitucional. — 21. Tentativa de pronúnciamento absolutista do Corpo de Polícia em Lisboa.

Outubro — 4. Juramento da Carta por D. Miguel em Viena de Áustria. — 5. Pronúnciamento do marquês de Chaves em Vila Real; pron. militares em Viseu, Vila Pouca e no Algarve. — 8. Eleições das Câmaras. — 23-5. Invasão dos absolutistas refugiados em Espanha: Silveira por Bragança, Teles Jordão por Almeida, Magessi pelo Alentejo. Guerra civil. Sublevação de toda a província de Trás-os-Montes. — 29. Celebração dos esponsais de D. Miguel e de D. Maria II em Viena. — 30. Abertura das Cortes Gerais em Lisboa.

Dezembro — 15. Acção de Cavez, indecisa. — 16. Recom-

posição do Ministério do sentido reaccionário; entrada do bispo de Viseu. — 23. Encerramento das Cortes. — 24. Chegada da divisão inglesa de Clinton a Lisboa, partindo para o teatro da guerra.

1827 — Janeiro — 2. Abertura das Câmaras. — 9. Derrota dos absolutistas em Aguiar da Beira. — 19. Convenção anglo-portuguesa para a defesa da Carta.

Fevereiro — 5. Acções da Ponte do Prado e da Barca; repellidos os absolutistas para além da fronteira.

Março — 8-10. Desarmamento dos exércitos absolutistas internados em Espanha; fim da guerra civil. — 31. Encerramento das Câmaras.

Abril — 13. Amnistia dos emigrados, que a não aceitam. — 28. Saldanha segunda vez ministro da Guerra; reacção liberal. — 29. Sublevação absolutista da guarnição de Elvas.

Junho — 8. Recomposição ministerial, no sentido constitucional; saída do bispo de Viseu.

Julho — 3. D. Pedro, no Rio, nomeia D. Miguel seu lugar-tenente em Portugal. — 23. Saída de Saldanha do Ministério. — 24. Tumultos republicanos em Lisboa (*Archotadas*). — 28-30. Agitação no Porto.

Agosto — 27. Chega a Londres o decreto de 3 de Julho.

Outubro — 8. Chega a Lisboa o *Camões*, portador do decreto. — 24. Sai de Lisboa a fragata *Pérola* para conduzir D. Miguel.

Dezembro — 6. D. Miguel sai de Viena. O Banco suspende o pagamento das notas, restabelecido a 10. — 19, em Paris; 30, em Inglaterra.

1828 — Janeiro — 2. Abertura das Câmaras.

Fevereiro — 9. D. Miguel embarca em Plymouth. — 22. Chega a Lisboa. — 26. Jura a Carta, assume a Regência, nomeia Ministério, substitui os governadores militares.

Março — 14. Dissolução das Câmaras. Nomeação da junta das instruções eleitorais. Proibição do Hino da Carta. — 18. Assassínio dos lentes de Coimbra, em Condeixa.

Abril — 2. Retirada da divisão inglesa. — 25. Tumultos absolutistas em Lisboa. Aclamação de D. Miguel I pelo Senado da capital, de Coimbra e de Aveiro.

Maio — 3. Representação da nobreza do Reino pedindo a

aclamação. Decreto convocatório dos Três Estados. (No mesmo dia, no Rio, D. Pedro declara definitiva a sua abdicação e nomeia D. Miguel regente em nome de D. Maria II.) — 14. Dissolução dos batalhões do comércio e nacionais em Lisboa. — 16. Pronunciamento constitucional da guarnição do Porto, formação da Junta de Governo; sedição de Aveiro. — 18. Aclamação de D. Miguel nos Açores. — 22. Restauração da Carta, na Terceira; aclamação de D. Pedro em Coimbra. — 25. Pronunciamento constitucional no Algarve, sufocado. — 26-30. Criação dos batalhões de voluntários realistas. Saída do exército do Governo para o Norte. Pronunciamento constitucional da praça de Almeida. — 28. Manifesto da Junta do Porto; criação de batalhões de voluntários de D. Pedro IV.

Junho — 2-20. Marcha do exército da Junta até Condeixa. — 21. Retira sobre Coimbra. Organiza-se o Batalhão Académico. — 20. Execução dos estudantes de Coimbra. — 23. Reunião dos Três Estados no Paço da Ajuda. Reintegração dos emigrados de 27 em Espanha, que voltam ao Reino. — 22. A Madeira adere à Junta do Porto. — 24. Acção da Cruz de Morouços. — 26. O exército da Junta retira sobre o Vouga. Chegada ao Porto do *Belfast* com Palmela, Terceira, Saldanha, etc. — 28. Acção do Vouga; o exército da Junta retira sobre Azeméis. — 30. D. Miguel assume o título de rei.

Julho — 3. Entrada do exército no Porto; retirada dos da Junta pelo Minho, direcção da Galiza. Partida do *Belfast* com os emigrados que trouxera. Dissolução da Junta. — 5. Partida de D. Maria II do Brasil para vir casar com o tio. — 6. Entrada do exército constitucional na Galiza. — 7. Juramento de D. Miguel, perante os Três Estados. — 11. Aclamação do rei. — 14. Alçada ao Porto. — 15. Dissolução da assembleia dos Três Estados. A Terceira não recebe o governador enviado por D. Miguel. — 16. Capitulação da guarnição de Almeida.

Agosto — 6. Alçada à Madeira. — 4-18. Decretos do Terror: criação do Conselho Militar, confisco dos bens dos emigrados, comissão dos crimes de lesa-majestade, devassas. — 15. Chegada da esquadra à Madeira. — 20. Desembarque de oficiais constitucionais do Porto; resistência da ilha. — 22. Ataque pela esquadra, desembarque, restauração do Governo de D. Miguel. — 26. Começa na Galiza o embarque do

exército da Junta, para Inglaterra, terminando em 12 de Setembro.

Setembro — 2. Chega a Gibraltar D. Maria II, do Brasil, e sabe da usurpação, partindo para Inglaterra. — 8. Desembarque de oficiais constitucionais na Terceira, vindos de Inglaterra na fragata brasileira *Isabel*; constituição de um núcleo de resistência. — 24. Chegada de D. Maria II a Falmouth.

Outubro — 6. Id. a Londres, onde fica. — 4. Acção do Pico do Celeiro e submissão de toda a ilha Terceira ao Governo constitucional; instalação de uma Junta provisória do Governo.

Novembro — 9. Acidente em que D. Miguel fractura uma perna, caindo da carruagem.

Dezembro — Bloqueio da Terceira por navios de guerra ingleses. — 7. Dissolução do depósito dos emigrados constitucionais em Plymouth, por ordem do Governo inglês.

1829 — Janeiro — 6. Partida de Saldanha com quatro navios de emigrados para a Terceira. — 9. Tentativa frustrada de revolta militar em Lisboa. — 16. O cruzeiro inglês impede o desembarque de Saldanha. — 30. Regressa a expedição, chegando a Brest; interna-se em França.

Fevereiro — 2. Desembarque dos Voluntários da Rainha na Terceira. — 14. Novo desembarque de emigrados de Inglaterra.

Março — 3. Novo desembarque id. — 6. Execução em Lisboa dos condenados da conspiração do brigadeiro Moreira. — Supressão do bloqueio inglês da Terceira. — 8. Chegada de 600 emigrados de Inglaterra.

Maio — 7. Execução, no Porto, dos réus da insurreição da Junta de 16 de Maio de 28.

Junho — 16. Partida de Lisboa da expedição para submeter a Terceira. — 22. Chegada de Terceira a Vila da Praia como capitão-general, nomeado por Palmela em Londres.

Julho — 29. Aparecimento da esquadra do Governo nas águas da Terceira; bloqueio.

Agosto — 11. Acção da Vila da Praia; repelida a tentativa de desembarque das tropas do Governo; retirada da esquadra — 13. Introdução dos Jesuítas em Lisboa. — 29. Protesto de Barbacena em Londres em nome da rainha, contra a

política inglesa. — 31. Partida da rainha para o Brasil, com a notícia da vitória da Vila da Praia.

Outubro — 2. Reconhecimento de D. Miguel, rei, pelos Estados Unidos da América. — 11, pela Espanha.

1830 — Janeiro — 7. Morte da rainha viúva. D. Carlota Joaquina, em Lisboa.

Março — 7. Morte do marquês de Chaves. — 15. Chegada de Palmela à Terceira; constituição da Regência.

Junho — 15. D. Pedro, do Rio, confirma a Regência da Terceira (Palmela, Terceira, Guerreiro). — Chegada a Brest do marquês de Santo Amaro, enviado de D. Pedro.

Outubro — 18. Nova bandeira portuguesa, bicolor.

1831 — Fevereiro — 8. Tentativa frustrada de sedição militar em Lisboa.

Abril — 7. Empréstimo levantado na Terceira. — Abdicação de D. Pedro, imperador do Brasil, no Rio. — 13. Saída do ex-imperador do Brasil para a Europa. — Id. de D. Maria II para Brest, na *Saine*. — 17. Expedição da Terceira às ilhas de oeste. — 19. Ruptura das relações do Governo de Lisboa com a França; saída do cônsul, de Lisboa.

Maio — 4. Em viagem, D. Pedro toca no Faial, escrevendo a Terceira. — 9. Ocupação da ilha de S. Jorge pelos constitucionais.

Junho — 12. Chegada de D. Pedro a Cherburgo — 23. Ocupação do Faial, seguida pela de Flores, Corvo e Graciosa. — 26. Chegada de D. Pedro a Londres. — Segundo empréstimo na Terceira.

Julho — 11. Entrada da esquadra francesa no Tejo, apresamento dos navios portugueses. — 26. Visita de D. Pedro a D. Maria II em França. — 30. Partida da expedição a S. Miguel.

Agosto — 1. Desembarque na Ladeira da Velha, ocupação de S. Miguel. — 16. D. Pedro fixa a residência em França. — 22. Pronunciamento constitucional de Infantaria 4, em Lisboa, sufocado.

Setembro — 21. Reconhecimento de D. Miguel, rei, pelo papa.

Outubro — 2. Morte de José Agostinho de Macedo.

1832 — Fevereiro — 2. Manifesto de D. Pedro. — 10. Organizada a expedição em Inglaterra, armada em Belle-Isle, D. Pedro parte para os Açores. — 22. Chega a S. Miguel.

Março — 3. Chega D. Pedro à Terceira. Assume a regência. Nomeia Ministério (Palmela, Mouzinho, Freire). Terceira general, sob o regente. 28. Manifesto de D. Miguel. — 29. Bloqueio da Madeira pela esquadra constitucional, levantado em Maio, sem resultado.

Abril — 4. Decreto de abolição parcial de morgados. — 19. Id. da sisa, portagens e direitos feudais. — 25. D. Pedro vai a S. Miguel preparar a expedição ao Reino.

Maio — 16. Decreto organizando a Administração, a Justiça e a Fazenda.

Junho — 20-2. Embarque. — 27. Partida da expedição de S. Miguel para o Continente.

Julho — 8. Desembarque em Pampelido. — 9. Entrada no Porto, evacuado pelas tropas do Governo. — 14. Primeiro ataque dos miguelistas, rechaçado. — 18. Acção de Penafiel. — 22. Reconhecimento de Valongo, retirada para Rio Tinto. — 18. Junção dos generais miguelistas Santa Marta e Póvoas em Souto Redondo, ao sul do Douro. — 23. Batalha de Ponte Ferreira. — 27. Acção de Grijó. — 29. Organização da Ordem da Torre e Espada. — 30. Decreto de abolição dos dízmos.

Agosto — 7. Acção de Souto Redondo, derrota e retirada sobre o Porto. — 8. Reconhecimento miguelista sobre o norte do Porto. — 12. Decreto de abolição das doações régias. — 12. Decreto de abolição dos bens da Coroa.

Setembro — 8-11. Ataques à serra do Pilar e ao Porto, repelidos. Ocupação de Gaia pelos miguelistas. Princípio do bombardeamento. Teixeira (Peso da Régua) toma o comando do exército miguelista. — 16. Surtida constitucional, ocupação do cerro das Antas. 29. Ataque geral dos miguelistas ao Porto, repellido.

Outubro — 11. Batalha naval nas águas do Norte, indecisa. — 13-14. Ataques à serra do Pilar, repelidos. Desenha-se o cerco, artilhando-se a margem esquerda do Douro. — 16. Partida de D. Miguel para Braga. — 26. Santa Marta substitui Teixeira no comando.

Novembro — 14, 17, 28. Surtidas sucessivas dos sitiados, batidos.

Dezembro — 17. Surtida a Gaia, batida. — Revista de D. Miguel ao exército sitiante.

1833 — Janeiro — 1. Solignac, general do exército constitucional. — 24. Ataque frustrado às posições miguelistas do Crasto e do Queijo, a noroeste do Porto. — 28. Chegada de Saldanha.

Fevereiro — 21. O conde de S. Lourenço general do exército miguelista.

Março — 2-24. Ataques miguelistas às linhas leste e noroeste, repelidos. — 16. Vinda de D. Carlos para Portugal.

Abril — 9. Surtidas e ocupação do reduto do Covelo.

Junho — 1. Chegada ao Porto de Palmela e Napier, com reforços. — 8. Napier almirante. — 13. Demissões de Sartorius e Solignac. — Saldanha chefe do estado-maior; Terceira, comandante da expedição do Sul, com Napier, e Palmela governador civil. — 21. Partida da expedição do Algarve. — 24. Desembarque e ocupação de Tavira.

Julho — 5. Batalha naval no cabo de S. Vicente, apresamento da esquadra miguelista. — 14. Bourmont comandante do exército miguelista no Porto. — 25. Ataque às linhas, repellido. — 23. Acção da Piedade, destroço dos miguelistas. — 24. Entrada de Terceira em Lisboa, evacuada pela guarnição miguelista. — 26. Partida de D. Pedro, do Porto, para Lisboa, por mar. — 27. Morticínio dos presos de Estremoz.

Agosto — 9. Retirada de Bourmont do Porto para o Sul. Reconhecimento do Governo de D. Maria II pela Inglaterra. — 10. D. Miguel em Coimbra. — 15. Decreto convocando Cortes. — 18. Saldanha bate a divisão miguelista do Porto, levanta o cerco pelo norte e leste. — 20. Os miguelistas retiram da margem sul. — D. Miguel e o exército avançam de Coimbra sobre Lisboa. — 25-6. Concentração das forças miguelistas em torno de Lisboa.

Setembro — 5-14. Ataques às linhas constitucionais, repelidos. — 18. Substituição de Bourmont por Macdonell no comando do exército miguelista. — 22. Chegada de D. Maria II ao Tejo, por mar, de França. — 27. Prorrogação da convocação das Cortes. — Exigências de Espanha perante D. Miguel para a expulsão de D. Carlos do território português.

Outubro — 10-11. Surtida de Lisboa para leste. Saldanha

obriga os sitiantes a retirar sobre Santarém, onde se fortificam. — Reconhecimento do Governo de D. Maria II pela França; 23, pela Bélgica.

Novembro — 3. Expedição constitucional ao Alentejo, acção de Alcácer, morticínio dos prisioneiros.

1834 — Janeiro — 14. Saldanha toma e fortifica Leiria. — 30. Acção e vitória de Pernes.

Fevereiro — 18. Batalha de Almoester.

Março — 18. Decretos de exautoração do infante D. Miguel e abolição da Casa do Infantado, incorporados os bens da Nação. — Operações no Minho. — 23. Napier toma Caminha. — 27. Viana e Ponte de Lima. — Cabreira entra em Santo Tirso.

Abril — 2. Ocupação de Braga; 3, de Valença. — Expedição de Terceira ao centro do Reino; chega ao Porto; operações no Tâmega. — 22. Tratado da quádrupla aliança.

Maio — 8. Ocupação de Coimbra. — 10. Confirmação do tratado em Lisboa. — 16. Batalha da Asseiceira. — 17. Retirada de D. Miguel de Santarém para Évora. — 18. Ocupação de Santarém. — 27. Convenção de Évora Monte. — 28. Convocação das Cortes ordinárias. — Decreto de abolição das ordens religiosas. — 30. Embarque de D. Miguel.

Junho — 20. Manifesto de D. Miguel, de Génova.

Julho — 4. Expulsão dos Jesuítas. — Interrupção de relações com a corte de Roma. — 23. Decreto da extinção do papel-moeda.

Agosto — 15. Reunião das Cortes. — 28. Confirmação da regência de D. Pedro. — 30. Juramento da Carta pelo regente.

Setembro — 29. D. Maria II começa a reinar. — 24. Morte de D. Pedro. — Ministério Palmela, princípio do regime parlamentar em Portugal.

Outubro — 4. Votação da lei de socorros aos lavradores.

Dezembro — 1. Casamento da rainha com o príncipe de Leuchtenberg. — 19. D. Miguel e seus descendentes banidos por lei.

1835 — Março — 28. Morte do rei esposo. Tumultos de Lisboa contra Palmela e o seu Governo.

Abril — 23. Conversão da dívida de 6% em 4.

Maio — 27. Queda do Gabinete Palmela, Saldanha no Governo.

1836 — Janeiro — 9. Casamento da rainha com o príncipe D. Fernando de Coburgo.

Junho — 14. Incêndio do palácio do tesouro, no Rossio de Lisboa. — Dissolução das Câmaras, convocadas para 11 de Setembro.

Setembro — 9-10. Sedição em Lisboa, supressão da Carta. Queda do Ministério. Ditadura de Passos Manuel. — 11. Juramento da Constituição de 22 pela rainha.

Novembro — 4. Conspiração palaciana, abortada, para restaurar a Carta (*Belenzada*). Assassínio de Agostinho José Freire. — 12. Convocação de Cortes Constituintes.

1837 — Janeiro — 26. Abertura do Congresso Constituinte.

Maio — 13. Sedição miguelista das Marnotas, sufocada.

Junho — 1. Queda de Passos Manuel. Gabinete Sá da Bandeira.

Julho — 12. Sedição militar cartista, revolta dos marechais (Saldanha, Terceira).

Agosto — 28. Acção do Chão da Feira.

Setembro — 16. Nascimento de D. Pedro v. — 18. Acção de Ruivães, Convenção de Chaves, emigração dos marechais vencidos.

1838 — Março — 9-13. Revoltas dos radicais, clubistas do Arsenal, em Lisboa.

Abril — 4. Juramento da Constituição novamente feita. Regresso dos marechais.

Julho — 14. Tumultos radicais em Lisboa.

Outubro — 31. Nascimento de D. Luís I.

1839 — Queda do Gabinete Sá. Ministério Sabrosa.

Novembro — 26. Queda de Sabrosa. Ministério Bonfim-Cabral-Rodrigo.

1840 — Fevereiro — 25. Dissolução da Câmara.

Maio — 26. Abertura do Parlamento; maioria cartista.

Agosto — 11. Tumulto setembrista em Lisboa, sufocado.

— 26. Pronunciamento em Castelo Branco (*Miguel Augusto*), idem.

1841 — Fevereiro — 15. Execução de Diogo Alves, na forca.

Julho — 25. Homicídios de Matos Lobo, em Lisboa.

Maio — 21. Publicação da *Novíssima Reforma Judiciária*. Restabelecimento das relações com a corte de Roma.

1842 — Janeiro — 14. Partida do ministro Costa Cabral para o Porto. — 27. Pronunciamento militar no Porto, restaurando a Carta (de 26).

Fevereiro — 5. Os pronunciados marcham sobre Coimbra. — 7. Queda do Gabinete: Ministério Palmela-Soure-Ávila. — 8. Sedição cartista em Lisboa. — 9. Gabinete Terceira-Mouzinho. — 10. Decreto restaurando a Carta com promessa de uma reforma. — 14-16. Dissolução das juntas cartistas do Porto e Coimbra. — 19. Regresso de Costa Cabral a Lisboa. — 24. C. C. Ministro do Reino; princípio da longa administração Cabral-Terceira.

Março — 18. Promulgação do Novo Código Administrativo. — 30. Manifesto da coalizão das oposições, setembrista, miguelista e cartista dissidente.

Julho — 10. Abertura das Câmaras. — 16. Execução de Matos Lobo na forca: a última em Portugal.

1843 — Julho — 1. Lei de reforma das contribuições: decima de repartição.

1844 — Fevereiro — 4. Pronunciamento militar em Torres Novas, sufocado.

Abril — 8. Sedição da praça de Almeida, rendida.

Agosto — 1. Reforma da organização da justiça. — Nova lei eleitoral.

1846 — Abril — 15. Sublevação popular no Minho (*Maria da Fonte*). Formação de juntas revolucionárias no reino. — 20. Decreto de suspensão de garantias.

Maio — 20. Queda do Gabinete perante a revolução. Exílio dos irmãos Cabrais. — 26. Ministério Palmela; desar-

mamento das juntas. Curso forçado das notas do Banco de Lisboa. Regresso dos emigrados de 44.

Agosto — 21. Decreto impondo segunda décima às inscrições. Prorrogação do curso forçado das notas.

Outubro — 1. Nova prorrogação. — 6. Golpe de Estado, demissão do Gabinete Palmela. Saldanha no Ministério. — 9. Restabelecimento da antiga lei eleitoral. Dissolução das Câmaras. — Terceira, mandado ao Porto, como lugar-tenente, é aí preso. — 10. Sublevação do Porto, criação da junta, propagação do movimento de resistência em vários pontos do Reino. — 16. O Ministério pede a intervenção estrangeira para debelar a revolução. — 25. Pronunciamento de S. Miguel. — 26. Marcha do exército da junta sobre Santarém.

Novembro — 4. Ocupação de Santarém pelos revoltosos. — 6. Costa Cabral embaixador em Madrid. Saída de Saldanha, com o exército fiel, de Lisboa. — 14. Decreto do curso forçado permanente das notas do Banco. — 16. Acção de Valpaços, entre Sá da Bandeira e Casal. — 19. Decreto de fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança. — 25. Entrada dos miguelistas em Guimarães.

Dezembro — 3. Tomada de Valença pelos de Lisboa. — 4. Ataque de Viana pelos miguelistas. — Manifesto da junta do Porto. — Acção de Ourém. — 22. Acção de Torres Vedras, vitória de Saldanha pela rainha. — 26. Criação do Banco de Portugal. — 31. Os miguelistas trucidados em Braga, morte de Macdonell.

1847 — Fevereiro — 1. Degredo dos prisioneiros de Torres Vedras para África, no *Audaz*. — 27. Ataque de Estremoz pelo conde de Melo (*Patuleia*).

Março — 28. Partida da expedição de Sá da Bandeira, por mar, do Porto a desembarcar em Lagos; marcha sobre Lisboa.

Abril — 11. Sedição em Lisboa, malograda. — 29. Tumulto de Lisboa; abertura das cadeias. Fome: começam as distribuições de sopa económica, até Junho. — Pronunciamento da Madeira.

Maio — 1. Acção do Alto do Vizo. — 21. Protocolo de Londres para a intervenção estrangeira. — 22. Pronunciamento da Terceira. — 27. Bloqueio do Douro, pela esquadra

inglesa. — 30. Embarque da expedição do conde das Antas, no Porto. — 31. Aprisionamento pela esquadra inglesa.

Junho — 3. Entrada da divisão espanhola de Concha, que ocupa o Porto. Os ingleses em S. João da Foz. — 24. Convenção de Gramido, dissolução da junta e fim da guerra civil.

Dezembro — 9-14. Decretos abolindo o curso forçado das notas e retirando-lhes a garantia do Estado.

1849 — Abril. — 4. Morte de Mouzinho da Silveira.

Junho — 18. Queda do Gabinete Saldanha. O conde de Tomar presidente do Conselho.

1850 — Fevereiro — 7. Demissão de Saldanha de mordomo-mor do Paço. Oposição ao Ministério.

1851 — Abril — 7. Partida de Saldanha para o Porto. Pronunciamento militar do Norte; marcha sobre Lisboa (*Regeneração*).

Maio — 1. Queda do conde de Tomar. Saldanha no Governo. — 15. Entrada em Lisboa. — 18. Tentativa de pronunciamento cabralista, sufocada. Reforma da lei eleitoral.

Julho — 7. Constituição do Ministério: Saldanha, Rodrigo, Fontes.

1852 — Julho — 5. Acto Adicional à Carta Constitucional.

Dezembro — 18. Decreto de conversão da dívida, em títulos de 3%.

1853 — Novembro — 15. Morte de D. Maria II. Regência de D. Fernando.

1855 — Setembro — 16. Princípio do reinado de D. Pedro V.

1856 — Junho — 6. Queda da Regeneração. Gabinete Loulé: o partido histórico.

Outubro — 28. Inauguração da 1.^a secção da linha de Leste.

1857 — Fevereiro — 9. Alvará de introdução das irmãs da caridade.

Maio — 18. Casamento de D. Pedro v com D. Estefânia.
Agosto-Dezembro — Febre-amarela em Lisboa.

1858 — Julho — 17. Morte de D. Estefânia.

1859 — Março — 16. Queda de Loulé. Gabinete Fontes-Martens-Casal-Serpa (2.^a Regeneração).

1860 — Junho — 30. Reforma das instituições vinculares.
Julho — 4. Ministério Loulé-Lobo de Ávila.

1861 — Abril — 4. Lei da desamortização dos bens dos conventos e estabelecimentos pios.

Novembro — 6. Morte do infante D. Fernando. — 11. Id. de D. Pedro v. — 16. Enterro do rei.

Dezembro — 22. Reinado de D. Luís I. — 25. Tumultos de Lisboa.

1862 — Janeiro — 18. Morte de Passos Manuel.

Junho — 9. Expulsão das irmãs da caridade.

Setembro — 15. Revolta de Braga, sufocada. — 27. Casamento do rei com a princesa de Sabóia, D. Maria Pia.

Novembro — 4. Morte de José Estêvão.

1863 — Maio — 19. Abolição dos morgados. — 30. Abertura do caminho de ferro a Badajoz.

1865 — Setembro — 4. Ministério Aguiar (Fusão). — 15. Abertura da Exposição Universal do Porto.

1868 — Janeiro — 4. Tumultos no Porto e Lisboa. *Janeirinha*. Ministério Ávila.

OS MINISTÉRIOS LIBERAIS¹

¹ V. a *Notícia dos Min. e Secr. Estado, etc.* (Lisboa, 1871). — Dividimos os Gabinetes em cinco séries ou épocas, conforme o regime constitucional vigente: na 2.^a época entra a Carta em exercício; na 3.^a substitui-se-lhe a Constituição de 20, e depois a de 38; na 4.^a volta a pôr-se em vigor a Carta de 26; na 5.^a, finalmente, fazem-se nela alterações constitucionais. — Os Gabinetes, pois, não vão classificados por partidos políticos, coisa que seria quase impossível, atendendo à excessiva versatilidade de muitos ministros; mas o leitor, cotejando este catálogo com o texto, fica sabendo a *cor* ou carácter de cada Gabinete.

Como muitos dos políticos, adornando-se de títulos, mudaram de nome, e isso possa dar lugar a confusões, usámos sempre do último nome por que são conhecidos.

(1.ª ÉPOCA — DITADURA DA REGÊNCIA)

<i>Datas</i>	<i>Presidência</i>	<i>Reino</i>	<i>Estrang.</i>	<i>Guerra</i>	<i>Marinha</i>	<i>Justiça</i>	<i>Fazenda</i>	<i>Obras Pub.</i>
1832 —								
Março	3		Palmela		Freire			
Julho	29	Mouz. Alb.	Palmela	Freire	Mouz. Albuq.	Mouzinho da Silveira		
Setembro	25	Palmela						
Novembro	10	Mouz. Alb.			Sá da Band.			
»	18	Sá da Band.	Freire					
Dezembro	13							
Jan.	12	Xavier	Loulé			Magalhães	S. Carvalho	
Março	12	Mouz. Alb.	Palmela		Silv. Carvalho			
Abril	21	Xavier	Loulé		Loulé	Silva Carvalho		
Julho	26		Xavier		Freire			
Outubro	15	Aguar	Freire		Margiochi			
1834 —		Carmo				Aguar	S. Carvalho	
Abril	23							

(2.ª ÉPOCA — REGIME PARLAMENTAR — CARTISTA)

<i>Datas</i>	<i>Presidência</i>	<i>Reino</i>	<i>Estrang.</i>	<i>Guerra</i>	<i>Marinha</i>	<i>Justiça</i>	<i>Fazenda</i>	<i>Obras Pub.</i>
1835 —								
Setembro	24							
Fevereiro	16	S. Luís	Vila Real	Tercira	Freire	Ferraz	S. Carvalho	
Março	20	Freire	Palmela		Vila Real		»	
Abril	28							
Maio	4							
»	26							
»	27							
Julho	15	Magalhães	Vila Real	Saldanha	Loulé	Chancelieiros	Campos	
»	25	Rodrigo	Palmela			Magalhães	S. Carvalho	
Novembro	18	Sá da Band.						
»	25	Mouz. Alb.	Loulé	Loureiro	Sá da Band.	Caldeira	Campos	
1836 —								
Abril	19-20	Freire	Vila Real	Tercira	Miranda	Aguar	S. Carvalho	

(3.ª ÉPOCA — REVOLUÇÃO DE SETEMBRO)

Obras Pub.

<i>Datas</i>	<i>Presidência</i>	<i>Reino</i>	<i>Estrang.</i>	<i>Guerra</i>	<i>Marinha</i>	<i>Justiça</i>	<i>Fazenda</i>
Setembro	10	Passos M.	Sá da Band.	Lumiães	Lumiães	V. Castro	Sá da Band.
Novembro	3	Banho	Valença	Leiria	Leite	Oliveira	Porto Covo
»	5-6	Passos M.	Sá da Bandeira	Sá da Bandeira	V. Castro	Passos M.	Passos M.
1837 —	Maio	27	Sá da Bandeira	Sá da Bandeira	Passos M.		
	Junho	1-2	Mesquita	Bobeda	D. Oliveira	Bobeda	Bobeda
	Agosto	10	Sá da Band.	Sá da Band.	Al Campos	Sá da Band.	Al Campos
	Outubro	25	»	Bobeda	»	»	»
	»	30	Sá da Band.	Celestino	»	»	»
1838 —	Novembro	9	Sá da Band.	Bonfim	»	»	»
	Março	9	»	Sá da Band.	»	»	»
	»	22	»	»	»	»	»
	Abril	17	Sá da Band.	Bonfim	»	»	»
1839 —	»	18	Sá da Band.	Sá da Band.	»	»	»
	Sabrosa	Sanches	Sá da Band.	Bonfim	»	»	»
	Setembro	25	Sabrosa	Sabrosa	»	»	»
	Novembro	26	Bonfim	Bonfim	»	»	»
1841 —	Dezembro	28	Vila Real	Bonfim	»	»	»
	Janeiro	28	»	»	»	»	»
	Março	12	Rodrigo	»	»	»	»
1842 —	Junho	9	»	Vila Real	»	»	»
	Fevereiro	7-8	Palmela	Sá da Band.	»	»	»
	»	9	»	»	»	»	»
	»	20	»	»	»	»	»
	»	24	»	»	»	»	»
	Setembro	5	»	»	»	»	»

(4.ª ÉPOCA — RESTAURAÇÃO DA CARTA)

<i>Datas</i>	<i>Presidência</i>	<i>Reino</i>	<i>Estrang.</i>	<i>Guerra</i>	<i>Marinha</i>	<i>Justiça</i>	<i>Fazenda</i>
Setembro	9	Mouz. Alb.	Terceira	Loureiro	Loureiro	Mouz. Alb.	Loureiro
»	20	»	»	»	»	Felgueira	Felgueira
»	24	Tomás	»	»	»	Melo Carv.	Melo Carv.
Setembro	5	»	»	»	»	»	»

<i>Datas</i>	<i>Presidência</i>	<i>Reino</i>	<i>Estrang.</i>	<i>Guerra</i>	<i>Maninha</i>	<i>Justiça</i>	<i>Fazenda</i>	<i>Obras Pub.</i>
» 14	»	»	Castro	Terceira	Falcão	Algés	»	»
1844 — Junho 27	Terceira	Tomar	Castro	Terceira	Falcão	Tomar	Tojal	»
1845 — Maio 3	»	J. Cabral	»	»	»	J. Cabral	»	»
Julho 24	»	Tomar	»	»	»	»	»	»
1846 — Abril 21	»	»	»	»	»	Tomar	»	»
Maio 20	Palmela	»	Saldanha	Terceira	»	Palmela	»	»
» 23	»	»	Lavradio	Saldanha	Mouz. Alb.	»	»	»
26	Palmela	Mouz. Alb.	»	Saldanha	Lourcero	Soure	Palmela	»
Julho 19	Palmela	»	»	Sá da Band.	Mouz. Alb.	Aguar	Sanches	»
Outubro 6	Saldanha	V. Oliveira	Carreira	Saldanha	Portugal	Farinho	V. Oliveira	»
» 13	»	»	Portugal	Algés	»	»	Algés	»
Novembro 4	»	»	»	Ovar	»	»	»	»
1847 — Fevereiro 20	»	»	»	»	»	»	Tojal	»
» 28	»	Proença	Bayard	Bayard	Tojal	Leitão	»	»
Abril 3	»	»	Luz	Barca	J. Fontes	Ferrão	Franzini	»
Maio 3	»	Melo Carv.	»	Almotala	»	Queiroz	Falcão	»
Agosto 22	»	»	Saldanha	Saldanha	Albano	»	»	»
Dezembro 18	Saldanha	Gorjão	»	Francos	»	Moura	»	»
1848 — Janeiro 8	»	»	Saldanha	»	»	Faria	»	»
Fevereiro 21	»	»	»	»	»	Vargas	»	»
Março 29	Saldanha	»	Castro	»	Ouren	Felix	L. Branco	»
1849 — Janeiro 29	»	»	»	Ouren	»	»	»	»
Junho 18	»	»	Tojal	Ferreri	Ferraz	»	»	»
1851 — Abril 26	Terceira	Félix	»	Terceira	»	»	»	»
» 26	»	»	»	»	»	»	»	»
Maio 1	Saldanha	»	Luz	Francos	»	Franzini	»	»

(5.ª ÉPOCA — REGENERAÇÃO)

<i>Datas</i>	<i>Presidência</i>	<i>Reino</i>	<i>Estrang.</i>	<i>Guerra</i>	<i>Marinha</i>	<i>Justiça</i>	<i>Fazenda</i>	<i>Obras Pub.</i>
17	Saldanha	Pestana	Luz	Saldanha	Luz	Franzini		
22	Saldanha	Rodrigo	Atouguia	Saldanha	Loulé	Soure	Franzini	
Julho					Fontes	Rodrigo	Ferrão	
21					Atouguia	Scabra	Fontes	
1852 —								
Março			Garrett					
4			Atouguia					
17						Rodrigo		
30								
1853 —								Fontes
Setembro						S. Pereira		
1856 —	Loulé	Sanches	Loulé	Loureiro	Sá da Band.	Pessoa	Loureiro	Sá da Band.
Junho		»						Loulé
25								
1857 —								
Janeyro					Sá da Bandeira	Ferrer	Sanches	Carlos Bento
23							Ávila	
Março		Loulé						
14								
Maio								
4								
Setembro				Couceiro	Sá da Band.			
8								
Dezembro						Silvestre	Ávila	
7								
1858 —								
Março								
31								
Dezembro								
16					Sá da Bandeira			
1859 —								
Março	Terceira	Fontes			Ferreir	Martens	Casal	Serpa
16					Fontes			
1860 —								
Março								
12								
Abril			Casal	Serpa	Vargas			
24				Luz				
1861 —								
Maio								
1								
1862 —								
Julho								
4								
1863 —								
Dezembro								
3								
1864 —								
Fevereiro								
21								
1865 —								
»								
26								
1866 —								
Janeyro								
14-16								
1867 —								
Dezembro								
12								

<i>Datas</i>	<i>Presidência</i>	<i>Réino</i>	<i>Estrang.</i>	<i>Guerra</i>	<i>Marinha</i>	<i>Justiça</i>	<i>Fazenda</i>	<i>Obras Pub.</i>
1865 — Março	5	Sabugosa	Loulé	Sá da Band.	Loulé	Aires	Matias	•
1865 — Abril	17	Sá da Band.	Ávila	Sá da Band.		Sanches	Ávila	Carlos Bento
Setembro	4	Aguiar	Castro	T. Novas	Pr. Grande	Barjona	Fontes	Castro
26					Praia Grande			•
Novembro	22			França	Pr. Grande			•
1866 — Abril	23			Praia Grande				•
Maio	9	Martens	Casal	Fontes	Pr. Grande			Casal
Junho	6							Corvo
1868 — Janeiro	4	Ávila		Magalhães	Amaral	Seabra	J. Dias	Canto

MINISTROS DE D. MIGUEL

(1828-1834)

Duque de Cadaval; *min. assistente* (até 1 Julho 1831).

Conde da Lousã, D. Diogo; *Fazenda*.

Conde de Vila Real; *Guerra e Estrangeiros* (até 3 Março 1828).

Visconde de Santarém; *Estrangeiros* (desde 13 Março 1828).

Conde do Rio Pardo; *Guerra* (de 3 Março 1828 a 20 Fevereiro 1829).

Conde de S. Lourenço; *id.* (desde 20 Fevereiro 1829).

Conde de Barbacena; *id.* interino (desde 21 Fevereiro até 16 de Julho, 1833, durante o comando do exército pelo efectivo).

Conde de Basto; *Reino e Marinha* (até à sua morte, em 2 Agosto 1833).

Guião; *Reino* (desde 22 Setembro 1833).

Rio de Mendonça; *Justiça* (até 11 Abril 1829).

Barbosa de Magalhães; *id.* (desde 27 Junho 1831).

Paula Furtado; *id.* (desde 27 Junho 1831).

Bourmont; *Guerra int.* (desde 15 Agosto 1833).

ÍNDICE

LIVRO QUARTO
(1834-39)

A ANARQUIA LIBERAL

CAP. I — *O Regabofe*

1. A sessão de 1834-35	7
2. Os bens nacionais	12
3. O Tesouro queimado	20
4. A família dos políticos	30
5. <i>Vae victis!</i>	41

CAP. II — *Passos Manuel*

1. A revolução de Setembro	50
2. A Belenzada	61
3. As Cortes Constituintes	69
4. As revoltas dos marechais e do povo	76
5. As folhas caídas	89

CAP. III — *O Romantismo*

1. A voz do profeta	96
2. A poesia das ruínas	100
3. Renascimento	103
4. A ordem	110

LIVRO QUINTO
(1839-51)

O CARTISMO

CAP. I — *Costa Cabral*

1. Os ordeiros	117
2. A restauração da Carta	124
3. A doutrina	128

CAP. II — *A reacção*

1. A coalizão dos partidos	136
2. Torres Novas e Almeida	140
3. A Maria da Fonte	146

CAP. III — *A guerra civil*

1. O 6 de Outubro	156
2. A Junta do Porto	168
3. O espectro	178
4. A Primavera de 47	187

CAP. IV — *Os impenitentes*

1. O cadáver da Nação	202
2. O conde de Tomar	208

LIVRO SEXTO

(1851-68)

A REGENERAÇÃO

CAP. I — *Alexandre Herculano*

1. A última revolta	223
2. O fim do Romantismo	230
3. O solitário de Vale de Lobos	237

CAP. II — *A liquidação do passado*

1. A raposa e suas manhas	257
2. A conversão da dívida	261
3. Os históricos	272

CAP. III — *As gerações novas*

1. A iniciação pelo fomento	281
2. O iberismo	286
3. O socialismo	297
4. D. Pedro v	303

CAP. IV — *Conclusões*

1. As questões constitucionais	312
2. As questões económicas	320
3. As questões geográficas	324

APÊNDICES

Cronologia	337
Os Ministérios liberais	352
Ministros de D. Miguel	357

A GERAÇÃO DE 70

Primeiro volume

«A Geração de 70»

por Álvaro Manuel Machado

Antero de Quental: *Textos Doutrinários e Correspondência*

Segundo volume

Antero de Quental: *Sonetos*

Terceiro volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo em Portugal I*

Quarto volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo em Portugal II*

Quinto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo I*

Sexto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo II*

Sétimo volume

Oliveira Martins: *História da Civilização Ibérica*

Oitavo volume

Oliveira Martins: *Portugal nos Mares* (antologia)

Nono volume

Ramalho Ortigão: *Holanda*

Décimo volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas I* (antologia)

Décimo primeiro volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas II* (antologia)

Décimo segundo volume

Gomes Leal: *Poemas Escolhidos* (antologia)

Décimo terceiro volume
Fialho de Almeida: *Contos*

Décimo quarto volume
Fialho de Almeida: *Os Gatos* (antologia)

Décimo quinto volume
Conde de Ficalho: *Uma Eleição Perdida*

Décimo sexto volume
Eça de Queirós: *Os Maias*

Décimo sétimo volume
Eça de Queirós: *Correspondência de Fradique Mendes*

Décimo oitavo volume
Eça de Queirós: *Notas Contemporâneas*

